



DIÁRIO DA REPÚBLICA

AVISO

Para os devidos efeitos se informa que só serão aceites para publicação no *Diário da República*, 2.^a série, originais que respeitem o determinado no Despacho Normativo n.º 16/97, publicado no *Diário da República*, 1.^a série-B, n.º 78, de 3 de Abril de 1997, sob pena de devolução.

S U M Á R I O

Assembleia da República

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros 10 998

Ministério da Defesa Nacional

Secretaria-Geral 10 999
Marinha 10 999
Exército 11 000
Força Aérea 11 000

Ministérios da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros

Portarias 11 002

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Instituto da Cooperação Portuguesa 11 003

Ministério das Finanças

Direcção-Geral da Junta do Crédito Público 11 003
Direcção-Geral dos Impostos 11 003
Direcção-Geral do Orçamento 11 003
Direcção-Geral do Património 11 003
Instituto de Informática 11 003

Ministérios das Finanças e da Educação

Despacho conjunto 11 003

Ministérios das Finanças e da Saúde

Despacho conjunto 11 003

Ministério da Administração Interna

Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública 11 003
Direcção-Geral de Viação 11 004

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Centro Nacional de Informação Geográfica	11 005
Comissão de Coordenação da Região do Norte	11 005
Direcção-Geral da Administração Autárquica	11 005
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional	11 005
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	11 005
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	11 006
Direcção-Geral de Transportes Terrestres	11 012

Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Educação

Despacho conjunto	11 012
-------------------------	--------

Ministério da Justiça

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado	11 013
Direcção-Geral dos Serviços Judiciários	11 013

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gabinete do Ministro	11 041
Secretaria-Geral	11 041
Direcção-Geral das Florestas	11 042
Direcção Regional de Agricultura do Algarve	11 042
Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral	11 042
Instituto de Investigação das Pescas e do Mar	11 042

Ministério da Educação

Gabinete do Ministro	11 042
Gabinete do Secretário de Estado da Administração Educativa	11 043
Direcção Regional de Educação do Alentejo	11 044
Direcção Regional de Educação do Centro	11 044
Direcção Regional de Educação de Lisboa	11 045
Direcção Regional de Educação do Norte	11 046
Instituto Politécnico de Castelo Branco	11 046
Instituto Politécnico de Lisboa	11 046
Instituto Politécnico de Santarém	11 046
Instituto Politécnico de Viseu	11 047

Ministérios da Educação e da Cultura

Despacho conjunto	11 047
-------------------------	--------

Ministério da Saúde

Gabinete da Ministra	11 047
Departamento de Recursos Humanos da Saúde	11 064
Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra	11 064
Administração Regional de Saúde do Centro	11 065
Centro Hospitalar das Caldas da Rainha	11 066
Hospitais Cívis de Lisboa	11 067
Hospital Distrital da Covilhã	11 067
Hospital Distrital de Faro	11 068
Hospital Distrital de Portimão	11 068
Hospital de Júlio de Matos	11 070
Hospital de São Bernardo — Setúbal	11 070
Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento	11 070

Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Centro Regional de Segurança Social da Região de Lisboa e Vale do Tejo	11 070
Centro Regional de Segurança Social da Região do Norte	11 071

Ministério do Ambiente

Instituto da Água	11 071
Instituto da Conservação da Natureza	11 082

Região Autónoma da Madeira

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares	11 083
--	--------

Universidade dos Açores	11 083
-------------------------------	--------

Universidade de Coimbra	11 083
-------------------------------	--------

Universidade de Évora	11 086
-----------------------------	--------

Universidade de Lisboa	11 087
------------------------------	--------

Universidade do Minho	11 088
-----------------------------	--------

Aviso. — Com base no disposto no n.º 12 do Despacho Normativo n.º 16/97, de 3 de Abril, foi publicado o apêndice n.º 83/97 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 5 de Setembro de 1997, inserindo o seguinte:

- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro
- 3.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Braga.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Braga.
- 3.º Juízo Criminal da Comarca de Braga.
- 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais.
- 4.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra.
- 3.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra.
- 4.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Évora.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Faro.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal.
- 3.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa.
- 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa.
- 4.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa.
- 5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa.
- 6.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Loures.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Loures.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos.
- 3.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras.
- 3.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Oliveira de Azeméis.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oliveira de Azeméis.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Paredes.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Paredes.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto.
- 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Setúbal.
- 3.º Juízo Criminal da Comarca de Setúbal.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra.
- 3.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Franca de Xira.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Nova de Famalicão.
- 1.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Nova de Gaia.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Nova de Gaia.
- 2.º Juízo Criminal da Comarca de Viseu.
- Tribunal de Círculo de Anadia.
- Tribunal de Círculo de Braga.

Tribunal de Círculo do Funchal.
 Tribunal de Círculo de Leiria.
 Tribunal de Círculo de Mirandela.
 Tribunal de Círculo de Oeiras.
 Tribunal de Círculo de Paredes.
 Tribunal de Círculo de Pombal.
 Tribunal de Círculo de Portalegre.
 Tribunal de Círculo de Portimão.
 Tribunal de Círculo de Setúbal.
 Tribunal de Círculo de Vila do Conde.
 Tribunal de Círculo e de Comarca de Beja.
 Tribunal de Círculo e de Comarca da Figueira da Foz.
 Tribunal de Círculo e de Comarca de Vila Real.
 Tribunal da Comarca de Abrantes.
 Tribunal da Comarca de Águeda.
 Tribunal da Comarca de Albergaria-a-Velha.
 Tribunal da Comarca de Albufeira.
 Tribunal da Comarca de Alcanena.
 Tribunal da Comarca de Alcobaça.
 Tribunal da Comarca de Alfândega da Fé.
 Tribunal da Comarca de Anadia.
 Tribunal da Comarca de Arganil.

Tribunal da Comarca de Arouca.
 Tribunal da Comarca do Barreiro.
 Tribunal da Comarca de Benavente.
 Tribunal da Comarca de Boticas.
 Tribunal da Comarca de Bragança.
 Tribunal da Comarca de Cabeceiras de Basto.
 Tribunal da Comarca de Cantanhede.
 Tribunal da Comarca do Cartaxo.
 Tribunal da Comarca de Castelo Branco.
 Tribunal da Comarca de Cinfães.
 Tribunal da Comarca de Condeixa-a-Nova.
 Tribunal da Comarca de Coruche.
 Tribunal da Comarca da Covilhã.
 Tribunal da Comarca de Elvas.
 Tribunal da Comarca de Espinho.
 Tribunal da Comarca de Esposende.
 Tribunal da Comarca de Estarreja.
 Tribunal da Comarca de Fafe.
 Tribunal da Comarca de Felgueiras.
 Tribunal da Comarca do Funchal.
 Tribunal da Comarca da Guarda.
 Tribunal da Comarca de Lagos.
 Tribunal da Comarca de Loulé.



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

INCM

Aviso

1. A renovação das assinaturas efectuar-se-á no último trimestre do ano, promovendo a INCM a sua divulgação com a devida antecedência em todas as séries do *Diário da República*.
2. O número de assinante encontra-se inserto na cinta que envolve as publicações e deverá ser mencionado em todo e qualquer contacto com a INCM.
3. A aceitação de novos assinantes poderá ocorrer no decurso do período da renovação.

Fora desse período, as novas assinaturas só serão aceites até Outubro, expirando em Dezembro, e o seu preço será variável por quinzena.

Para melhor informação, consulte os nossos serviços.

4. Não serão aceites pedidos de anulação de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
5. A fim de melhor o servirmos, pode agora dirigir-se a qualquer das nossas lojas para efectuar a subscrição ou a renovação da sua assinatura.

6. Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P., Serviço de Assinaturas, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099 Lisboa Codex.

Assinatura anual — 1997

DIÁRIO DA REPÚBLICA			
	Valor anual	IVA 5 %	Total
Completo (três séries)	57 000\$00	2 850\$00	59 850\$00
Duas séries	40 000\$00	2 000\$00	42 000\$00
1.ª, 2.ª ou 3.ª	23 000\$00	1 150\$00	24 150\$00
Apêndices (acórdãos)	11 500\$00	575\$00	12 075\$00
Compilação dos sumários	6 750\$00	338\$00	7 088\$00

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

	14 800\$00	740\$00	15 540\$00
--	------------	---------	------------

Preço de página avulsa: 9\$50

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Aviso n.º 6017/97 (2.ª série). — *Lista de candidatos admitidos e excluídos no concurso interno geral de ingresso na categoria de técnico-adjunto parlamentar de 2.ª classe, aberto pelo aviso CON/PES/22/97/IG, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho.*

Candidatos admitidos:

Área A — relações públicas e internacionais:

- 1.º Agostinho Manuel Menezes da Silva.
- 2.º Amândio Machado de Moura.
- 3.º Amélia Maria Filomena Almeida Cruz Ferreira da Silva.
- 4.º Ana Cristina Cardoso Lima Pacheco de Carvalho.
- 5.º Ana Paula da Costa Oliveira da Silva.
- 6.º Ana Paula Gonçalves Brás de Sousa Santos.
- 7.º Ana Paula Pontes Gonçalves Calado.
- 8.º Ana Rosa Pereira Gonçalves.
- 9.º Ana Rosa Segreiro Cabral.
- 10.º Eduarda Coutinho de Freitas.
- 11.º Elisabete do Rosário Tibúrcio Nuno Salvado.
- 12.º Estela Marina Rocha Belém Pereira Teixeira Lopes.
- 13.º Fernanda Maria Barreira Xavier.
- 14.º Genoveva Quintas Lopes Leal Costa.
- 15.º Graciete Marise Martins Medina Silva.
- 16.º Guilhermina Jesus Cotrim Ferreira.
- 17.º Isabel Alexandre Ferreira Cardigos.
- 18.º Isabel Maria Azoia Lopes.
- 19.º Isabel Maria de Oliveira Rodrigues.
- 20.º Isabel Marques Alves Pinto.
- 21.º Ivone Maria de Carvalho Nogueiro.
- 22.º João Miguel Bento Ribeiro.
- 23.º José António Brandão Franco.
- 24.º Maria de la Asunción da Silva Faria Costa.
- 25.º Maria Celeste Alves Ernesto.
- 26.º Maria Celeste Coisinha.
- 27.º Maria do Céu Moedas Pereira Soares Palas.
- 28.º Maria da Conceição Beja Ventura dos Santos.
- 29.º Maria Elisabete Gromicho Serol.
- 30.º Maria Helena Soares Ramalho Reis Alves.
- 31.º Maria José Pina Ferreira.
- 32.º Maria Leonor Martins Moreira.
- 33.º Maria Madalena da Fonseca Rebelo.
- 34.º Maria Madalena Martins Valente da Rocha.
- 35.º Maria Manuela Azoia Lopes.
- 36.º Maria Manuela dos Santos Marques Pereira.
- 37.º Maria Margarida Castilho Monteiro Mota de Oliveira.
- 38.º Maria Margarida Lourenço Penas Patrício Coelho.
- 39.º Maria Paula Martins Duarte Pereira Nina.
- 40.º Maria Regina dos Santos de Sá e Silva.
- 41.º Maria Teresa Duarte Valença Rodrigues da Cunha Ribeiro.
- 42.º Maria Teresa Ferreira Montalvão da Cunha.
- 43.º Noémia Maria Mota Baião Bernardo.
- 44.º Odete Marinela Jacinto Albuquerque.
- 45.º Orlando Manuel Esteves Serrano.
- 46.º Paulo Jorge Santana Luís.
- 47.º Rosa Filomena Maria Monteiro de Macedo Martins Fernandes.
- 48.º Rui Miguel Estrela Oliveira.
- 49.º Teresa Isabel de Oliveira Xavier dos Santos.
- 50.º Teresa Maria Viana Barra Domingos.

Área B — apoio parlamentar:

- 1.º Agostinho Manuel Menezes da Silva.
- 2.º Amândio Machado de Moura.
- 3.º Amélia Maria Filomena Almeida Cruz Ferreira da Silva.
- 4.º Ana Cristina Cardoso Lima Pacheco de Carvalho.
- 5.º Ana Paula da Costa Oliveira da Silva.
- 6.º Ana Paula Gonçalves Brás de Sousa Santos.
- 7.º Ana Paula Pontes Gonçalves Calado.
- 8.º Ana Rosa Pereira Gonçalves.
- 9.º Ana Rosa Segreiro Cabral.
- 10.º António Almeida Lopes Pito.
- 11.º Carlos Manuel Barros Baltazar Alves.
- 12.º Eduarda Coutinho de Freitas.
- 13.º Elisabete do Rosário Tibúrcio Nuno Salvado.
- 14.º Estela Marina Rocha Belém Pereira Teixeira Lopes.
- 15.º Fernanda Maria Barreira Xavier.
- 16.º Genoveva Quintas Lopes Leal da Costa.
- 17.º Graça Maria Henriques Pinto de Sousa Lopes.

- 18.º Graciete Marise Martins Medina Silva.
- 19.º Guilhermina de Jesus Cotrim Ferreira.
- 20.º Helena Maria Borrego Pires.
- 21.º Isabel Alexandre Ferreira Cardigos.
- 22.º Isabel Maria Azoia Lopes.
- 23.º Isabel Maria de Oliveira Rodrigues.
- 24.º Isabel Marques Alves Pinto.
- 25.º Ivone Maria de Carvalho Nogueiro.
- 26.º João Miguel Bento Ribeiro.
- 27.º José António Brandão Franco.
- 28.º Leonilde de Jesus Fonseca Ribeiro.
- 29.º Maria Celeste Alves Ernesto.
- 30.º Maria Celeste Coisinha.
- 31.º Maria do Céu Moedas Pereira Soares Palas.
- 32.º Maria da Conceição Beja Ventura dos Santos.
- 33.º Maria Elisabete Gromicho Serol.
- 34.º Maria Helena Soares Ramalho Reis Alves.
- 35.º Maria Leonor Martins Moreira.
- 36.º Maria Madalena da Fonseca Rebelo.
- 37.º Maria Madalena Martins Valente da Rocha.
- 38.º Maria Manuela Azoia Lopes.
- 39.º Maria Manuela dos Santos Marques Pereira.
- 40.º Maria Margarida Castilho Monteiro de Oliveira Mota.
- 41.º Maria Margarida Lourenço Penas Patrício Coelho.
- 42.º Maria Paula Martins Duarte Pereira Nina.
- 43.º Maria Regina dos Santos de Sá e Silva.
- 44.º Maria Teresa Ferreira Montalvão da Cunha.
- 45.º Noémia Maria Mota Baião Bernardo.
- 46.º Odete Marinela Jacinto Albuquerque.
- 47.º Orlando Manuel Esteves Serrano.
- 48.º Paulo Jorge Santana Luís.
- 49.º Rosa Filomena Maria Monteiro de Macedo Martins Fernandes.
- 50.º Rosa Maria Clemente Boazinha Laranjo.
- 51.º Rui Miguel Estrela Oliveira.
- 52.º Teresa Isabel de Oliveira Xavier dos Santos.
- 53.º Teresa Maria Viana Barra Domingos.

Área C — gestão do serviço de edições:

- 1.º Amândio Machado Moura.
- 2.º Ana Cristina Cardoso Lima Pacheco de Carvalho.
- 3.º Ana Rosa Pereira Gonçalves.
- 4.º Anabela da Purificação Santos.
- 5.º António Almeida Lopes Pito.
- 6.º Berta Adelina Fernandes.
- 7.º Eduarda Coutinho de Freitas.
- 8.º Eduardo José Ferreira Apolinário.
- 9.º Fernanda Maria Barreira Xavier.
- 10.º Graciete Marise Martins Medina Silva.
- 11.º Guilhermina Jesus Cotrim Ferreira.
- 12.º Guilhermina Martins Mendonça Duarte Silva Bento.
- 13.º Isabel Alexandre Ferreira Cardigos.
- 14.º Isabel Marques Alves Pinto.
- 15.º Ivone Maria de Carvalho Nogueiro.
- 16.º José António Brandão Franco.
- 17.º José Carlos Roldão da Silva.
- 18.º José Luís Mendes Henriques.
- 19.º Leonilde de Jesus Fonseca Ribeiro.
- 20.º Maria Celeste Coisinha.
- 21.º Maria do Céu Moedas Pereira Soares Palas.
- 22.º Maria da Conceição Beja Ventura dos Santos.
- 23.º Maria Elisabete Gromicho Serol.
- 24.º Maria Helena Soares Ramalho Reis Alves.
- 25.º Maria José Santana Martins Ramalho.
- 26.º Maria Madalena da Fonseca Rebelo.
- 27.º Maria Madalena Martins Valente da Rocha.
- 28.º Maria Manuela Azoia Lopes.
- 29.º Maria Manuela dos Santos Marques Pereira.
- 30.º Maria Regina dos Santos de Sá e Silva.
- 31.º Maria Simões Raposo Bruges de Oliveira Alves da Rocha.
- 32.º Maria Teresa Ferreira Montalvão da Cunha.
- 33.º Marina Maria Rocha Coelho do Amaral.
- 34.º Noémia Maria Mota Baião Bernardo.
- 35.º Odete Marinela Jacinto Albuquerque.
- 36.º Orlando Manuel Esteves Serrano.
- 37.º Paulo Jorge Santana Luís.
- 38.º Rosa Filomena Maria Monteiro de Macedo Martins Fernandes.
- 39.º Rui José Martins Félix da Silva.
- 40.º Teresa Isabel de Oliveira Xavier dos Santos.
- 41.º Teresa Maria Viana Barra Domingos.

Área D — gestão financeira e patrimonial:

- 1.º Amândio Machado Moura.
- 2.º Ana Cristina Cardoso Lima Pacheco de Carvalho.

- 3.º Ana Paula Pontes Gonçalves Calado.
- 4.º Anabela da Purificação Santos.
- 5.º Ana Rosa Segreiro Cabral.
- 6.º António Almeida Lopes Pito.
- 7.º Berta Adelina Fernandes.
- 8.º Eduarda Coutinho de Freitas.
- 9.º Eduardo José Ferreira Apolinário.
- 10.º Fernanda Maria Barreira Xavier.
- 11.º Graça Maria Henriques Pinto de Sousa Lopes.
- 12.º Guilhermina de Jesus Cotrim Ferreira.
- 13.º Guilhermina Maria Mendonça Duarte Silva Bento.
- 14.º Isabel Marques Alves Pinto.
- 15.º Ivone Maria de Carvalho Nogueiro.
- 16.º José António Brandão Franco.
- 17.º José Carlos Roldão da Silva.
- 18.º José Manuel Lopes Costa.
- 19.º José Silvino Mendonça Tomás.
- 20.º Leonilde de Jesus Fonseca Ferreira.
- 21.º Maria Bárbara Madeira Figueira.
- 22.º Maria Celeste Coisinha.
- 23.º Maria do Céu Moedas Pereira Soares Palas.
- 24.º Maria da Conceição Beja Ventura dos Santos.
- 25.º Maria Elisabete Gromicho Serol.
- 26.º Maria Fernanda Maio Nogueira.
- 27.º Maria José do Carmo Cabral Rabaça.
- 28.º Maria Madalena da Fonseca Rebelo.
- 29.º Maria Madalena Martins Valente da Rocha.
- 30.º Maria Paula Martins Duarte Pereira Nina.
- 31.º Maria Regina dos Santos de Sá e Silva.
- 32.º Maria Simões Raposo Bruges de Oliveira Alves da Rocha.
- 33.º Marina Maria Rocha Coelho do Amaral.
- 34.º Noémia Maria Mota Baião Bernardo.
- 35.º Odete Marinela Jacinto Albuquerque.
- 36.º Orlando Manuel Esteves Serrano.
- 37.º Paulo Jorge Santana Luis.
- 38.º Rosa Filomena Maria Monteiro de Macedo Martins Fernandes.
- 39.º Rosa Maria Clemente Boazinha Laranjo.
- 40.º Rui José Martins Félix da Silva.
- 41.º Rui Miguel Estrela Oliveira.
- 42.º Teresa Isabel de Oliveira Xavier dos Santos.
- 43.º Teresa Maria Viana Barra Domingos.

Candidatos excluídos:

- António Luís Pereira da Costa (*a*).
 Arlinda Maria Prates Guerra Fernandes (*b*).
 Filomena Maria José dos Santos (*a*).
 Glória Mirian dos Santos Monteiro Novais (*a*).
 Graça Maria Henriques Pinto de Sousa Lopes (*e*).
 Helena Maria Borrego Pires (*e*).
 Ilda do Carmo Ramos dos Santos (*a*).
 Lia Zita Pereira Pires (*c*).
 Luís Filipe de Castro Braga Martinho (*d*).
 Maria Fernanda Lima Simões Filipe (*d*).
 Sandra Marise Afonso Rodrigues (*c*).
 Teresa Marina Carvalho Pina (*d*).
 Vanessa Alexandra Nunes Belguinha (*d*).

(*a*) Não preenche os requisitos da alínea *b*) do n.º 7 do aviso de abertura do concurso n.º 2278/97, de 23 de Junho.

(*b*) Candidatura fora do prazo.

(*c*) Não preenche os requisitos da alínea *a*) do n.º 7 do aviso de abertura do concurso n.º 2278/97, de 23 de Junho.

(*d*) Não preenche os requisitos da alínea *a*) do n.º 9 do aviso de abertura do concurso n.º 2278/97, de 23 de Junho.

(*e*) Não preenche os requisitos da alínea *b*) do n.º 9 do aviso de abertura do concurso n.º 2278/97, de 23 de Junho.

26 de Agosto de 1997. — A Directora de Serviços, *Maria do Rosário Boléo*.

Aviso n.º 6018/97 (2.ª série). — Para conhecimento dos interessados se informa que a lista de classificação final da candidata admitida ao concurso interno geral de acesso para o provimento de uma vaga de técnico superior de 1.ª classe de assuntos de economia, finanças e gestão do quadro de pessoal da Assembleia da República, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 4 de Julho de 1997, se encontra afixada no Palácio de São Bento e na Avenida de D. Carlos I, 128-130, em Lisboa.

27 de Agosto de 1997. — A Directora de Serviços, *Maria do Rosário Boléo*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 7154/97 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Abril de 1997, do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional:

Licenciado José Paulo Cunha Moreira Campos — nomeado definitivamente, precedendo concurso e aprovação em estágio, programador do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional. (Visto tácito do Tribunal de Contas. São devidos emolumentos.)

26 de Agosto de 1997. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Manuel A. Simões Rios*, brigadeiro.

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 688/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo do estabelecido no artigo 235.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover, por escolha, ao posto de capitão-de-mar-e-guerra, em conformidade com o previsto na alínea *a*) do artigo 234.º do EMFAR, o capitão-de-fragata da classe de Marinha António José Fernandes Rodrigues (adido ao quadro em comissão normal), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas respectivamente nos artigos 60.º e 249.º do mencionado Estatuto, a contar de 4 de Julho de 1997, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 199.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência de vacatura ocorrida nessa data resultante da passagem à situação de adido ao quadro em comissão normal do capitão-de-mar-e-guerra Fernando Manuel de Oliveira Vargas de Matos, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto e ingressando no quadro do seu novo posto de harmonia com o preceituado no n.º 2 do artigo 191.º do EMFAR.

Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidades do seu posto e classe à esquerda do capitão-de-mar-e-guerra Carlos Manuel Brites Nunes.

21 de Agosto de 1997. — O Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, no exercício das funções de Chefe do Estado-Maior da Armada, *Jaime Barata Botelho*, vice-almirante.

Portaria n.º 689/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo do estabelecido no artigo 235.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover, por diuturnidade, ao posto de primeiro-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *d*) do artigo 234.º do EMFAR, os segundos-tenentes da classe de engenheiros de material naval graduados no posto de primeiro-tenente Luís Eduardo Moita Rodrigues e Paulo Alexandre Rodrigues Soares, que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas respectivamente nos artigos 60.º e 64.º do mencionado Estatuto, a contar de 18 de Junho de 1997, data a partir da qual contam a antiguidade e lhes são devidos os vencimentos de acordo com a alínea *a*) do artigo 199.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do mesmo Estatuto, deixando de estar graduados no posto de primeiro-tenente, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto, tendo direito ao diferencial a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 11 de Fevereiro, e o n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

Estes oficiais, após a sua promoção e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na escala de antiguidades do seu posto e classe à esquerda do 1TEN EMN João Paulo Cância Roque.

21 de Agosto de 1997. — O Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, no exercício das funções de Chefe do Estado-Maior da Armada, *Jaime Barata Botelho*, vice-almirante.

Deliberação n.º 225/97:

Capitão-de-mar-e-guerra da classe de engenheiros construtores navais Manuel Beirão Martins Guerreiro (no quadro) — promovido ao posto de contra-almirante, conforme deliberação definitiva do Conselho de Chefes de Estado-Maior em sua reunião de 15 de Julho de 1997, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em 29 de Julho de 1997, de harmonia com os n.ºs 2 e 3 do artigo 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 18/95,

de 13 de Julho, contando a antiguidade desde 15 de Julho de 1997, nos termos do n.º 3 do artigo 233.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 70.º do referido Estatuto, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto, ocupando a seguinte vacatura resultante da passagem à situação de reserva do contra-almirante engenheiro construtor naval Luís Filipe Xavier Cabrita. Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe.

25 de Agosto de 1997. — O Chefe do Gabinete, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas*, contra-almirante.

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Civis

Aviso n.º 6019/97 (2.ª série). — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, e uma vez cumprida a formalidade de audiência dos interessados prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, faz-se público que a lista de classificação final, homologada por despacho de 21 de Agosto de 1997 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, do concurso interno geral de acesso a técnico especialista de farmácia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro do pessoal civil da Marinha, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 3 de Maio de 1997, se encontra afixada no átrio da Repartição de Civis da Direcção do Serviço de Pessoal, Marinha, Rua do Arsenal, Lisboa.

Da homologação cabe recurso no prazo de 10 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

22 de Agosto de 1997. — Pelo Chefe da Repartição, *Maria Isabel Pires Cipriano Pires*.

Rectificação n.º 913/97. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1997, a p. 9896, rectifica-se que onde se lê «José Júlio Domingos Reis» deve ler-se «Jorge Júlio Domingos Reis».

21 de Agosto de 1997. — O Chefe da Repartição, *António Fernando Salgado Soares*, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando da Região Militar do Norte

Regimento de Artilharia n.º 5

Despacho n.º 7155/97 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do despacho n.º 4517/97, de 17 de Junho, do general comandante da RMN, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 23 de Julho de 1997, subdelego no 2.º comandante do Regimento de Artilharia n.º 5, tenente-coronel de artilharia Mário Ribeiro Batista, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços, com cumprimento das formalidades legais, até 1000 contos.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 17 de Abril de 1997, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

23 de Julho de 1997. — O Comandante, *Anselmo de Jesus Silva*, coronel de artilharia.

FORÇA AÉREA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Portaria n.º 690/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, ao abrigo do estabelecido no artigo 235.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, que o oficial em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos dos artigos 180.º, n.º 4, 189.º, n.º 1, e 234.º, alínea b), do referido Estatuto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção

estabelecidas nos artigos 60.º, 236.º, alínea d), e 289.º, n.º 1, alínea d), do mesmo Estatuto:

Quadro de oficiais TMMEL:

Tentente-coronel:

MAJ TMMEL 002999-J, António de Almeida da Costa Coelho — DE.

Preenche, nos termos do n.º 5 do artigo 180.º do EMFAR, a vaga de COR TMMEL, aberta pela passagem à situação de reserva do COR TMMEL 000768-E, Fausto da Cruz, verificada por portaria desta data.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 4 de Agosto de 1997.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

4 de Agosto de 1997. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Aurélio Benito Aleixo Corbal*, general.

Despacho n.º 7156/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea a) do artigo 297.º, da alínea d) do artigo 298.º e do n.º 1 do artigo 299.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos ABST

SMOR:

SCH ABST Q 009450-B Manuel Martins Coelho, DA — preenche a vaga constante do despacho do CEMFA n.º 21/A/96, de 20 de Dezembro, e que, transitariamente, nos termos do n.º 5 do artigo 180.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, se encontrava ocupada pelo SAJ ABST 016791-G Fernando José da Silva Santos Carvalho, que passa a ocupar nos mesmos termos a vaga de SCH em aberto pela promoção ao posto imediato do SCH ABST 009450-B Manuel Martins Coelho. Conta a antiguidade e efeitos administrativos desde 31 de Julho de 1997. É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

Despacho n.º 7157/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea b) do artigo 297.º, da alínea c) do artigo 298.º e do n.º 2 do artigo 299.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos MELEC

SCH:

SAJ MELEC Q 007843-D José Paulo Areias Valadão, BA11 — preenche vaga em aberto pela passagem à situação de reserva do SCH MELEC 007773-K Manuel José da Silva, verificada em 1 de Julho de 1997. Conta a antiguidade e efeitos administrativos desde 1 de Junho de 1997. É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

Despacho n.º 7158/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 4 do artigo 180.º, do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea b) do artigo 297.º, da alínea c) do artigo 298.º e do n.º 2 do artigo 299.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos SAS

SCH:

SAJ SAS Q 010633-L António Júlio Portela de Matos, BA4 — preenche transitoriamente a vaga de SMOR em aberto no seu quadro especial, nos termos do n.º 5 do artigo 180.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, pela passagem à situação de reserva do SCH SAS 010624-A António Mendes Alexandre, verificada em 1 de Julho de 1997. Conta a antiguidade e efeitos administrativos desde 1 de Julho de 1997. É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

Despacho n.º 7159/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea c) do artigo 297.º e da alínea b) do artigo 298.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos MMT

SAJ:

1SAR MMT Q 017184-A Alberto Dias, CFMTFA — preenche a vaga em aberto pela promoção ao posto imediato do SAJ MMT 007301-G Abílio João Margarido da Silva Nogueira, verificada em 1 de Março de 1997. Conta a antiguidade e efeitos administrativos desde 1 de Março de 1997. É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

Despacho n.º 7160/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea a) do artigo 297.º, da alínea d) do artigo 298.º e do n.º 1 do artigo 299.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos SAS

SMOR:

SCH SAS ADCN 010647-L Francisco Chefe Baptista, BLUMADI — mantém a mesma situação de ADCN, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 191.º do EMFAR, continuando a vaga de SMOR constante do despacho do CEMFA n.º 21/A/96, de 20 de Dezembro, a ser ocupada transitoriamente, nos termos do n.º 5 do artigo 180.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, pelo SCH SAS 010541-E José Martinho Ramalho. Conta a antiguidade e efeitos administrativos desde 31 de Julho de 1997. É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

Despacho n.º 7161/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 4 do artigo 180.º, do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea c) do artigo 297.º e da alínea b) do artigo 298.º, todos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos OPRDET

SAJ:

1SAR OPRDET Q 037563-C João Ramos Pereira Paulino, COAA — preenche transitoriamente vaga de SMOR OPRDET,

nos termos do n.º 5 do artigo 180.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, em aberto pela passagem à situação de reserva do SMOR OPRDET 005343-A José Gaspar Fernandes, verificada em 1 de Março de 1997. Conta a antiguidade e efeitos administrativos desde 1 de Março de 1997. É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

Despacho n.º 7162/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 4 do artigo 180.º, do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea c) do artigo 297.º e da alínea b) do artigo 298.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos OPINF

SAJ:

1SAR OPINF Q 041959-B Eduardo Manuel Belo Marques, DINFA — preenche transitoriamente vaga de SMOR CAUT, nos termos do n.º 5 do artigo 180.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, em aberto pela passagem à situação de adido em licença ilimitada do SAJ OPINF 041997-E Carlos Manuel de Jesus Marques, verificada em 1 de Maio de 1997. Conta a antiguidade e efeitos administrativos desde 1 de Maio de 1997. É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

Despacho n.º 7163/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os sargentos em seguida mencionados sejam promovidos ao posto que lhes vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea c) do artigo 297.º, e da alínea b) do artigo 298.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos SAS

SAJ:

1SAR SAS ADCN 023492-D José Luís Damas da Silva Pereira, BLUMADI, e 1SAR SAS Q 018288-F José da Silva Batista, CFMTFA — o primeiro mantém a mesma situação ADCN, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 191.º do EMFAR, e o último preenche vaga em aberto pela promoção ao posto imediato do SAJ SAS 010633-L António Júlio Portela de Matos, verificada em 1 de Julho de 1997. Contam a antiguidade e efeitos administrativos desde 1 de Julho de 1997. São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

Despacho n.º 7164/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea e) do artigo 199.º, da alínea d) do artigo 297.º, e da alínea a) do artigo 298.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos MELECA

1SAR:

2SAR MELECA Q 016763-A Carlos Manuel Batista Inácio, BA5 — conta a antiguidade e efeitos administrativos desde 14 de

Março de 1997. É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio. Tem direito ao abono de um diferencial de 30 pontos, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 307/91, de 17 de Agosto.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

Despacho n.º 7165/97 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 4 do artigo 180.º, do n.º 1 do artigo 189.º, da alínea c) do artigo 297.º e da alínea b) do artigo 298.º, todos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 60.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 331.º do referido Estatuto:

Quadro de sargentos OPINF

SAJ:

1SAR OPINF ADLI 041997-E Carlos Manuel de Jesus Marques, CRMOb — preenche transitoriamente, até à data de passagem a ADLI (1 de Maio de 1997), vaga de SMOR CAUT, nos termos do n.º 5 do artigo 180.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, em aberto pela passagem à situação de reserva do SMOR CAUT 011045-A José Miguel Corte, verificada em 1 de Abril de 1997. Conta a antiguidade e efeitos administrativos desde 1 de Abril de 1997. É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1.º do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, aditado pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

7 de Agosto de 1997. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante do Pessoal da Força Aérea, *António José Vaz Afonso*, general piloto aviador.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portaria n.º 691/97 (2.ª série). — Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, por proposta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, atenta a necessidade de preencher os cargos militares atribuídos a Portugal no Estado-Maior da EUROFOR, com sede em Florença, Itália, nomear, nos termos dos artigos 1.º, 5.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, auxiliar da Secção de Direito Humanitário da Repartição de Assuntos Cíveis o sargento-ajudante de artilharia n.º 19884481, Luís Manuel Sameiro Santana Correia, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1997, data em que é exonerado do cargo de amanuense/arquivista do POLO AFSOUTH, em Nápoles, Itália, para o qual foi nomeado por portaria de 15 de Novembro de 1995. A presente nomeação caduca em 30 de Setembro de 1998. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 1997. — O Ministro da Defesa Nacional, *António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Portaria n.º 692/97 (2.ª série). — Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, face à nova reestruturação dos lugares internacionais da responsabilidade da defesa nacional, exonerar sem substituição o sargento-ajudante de artilharia (08849579) Pedro dos Reis Francisco do cargo de amanuense/arquivista no Gabinete do Adido de Defesa em Londres, Inglaterra, para o qual havia sido nomeado por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros de 2 de Agosto de 1994, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 19 de Setembro de 1994. A presente portaria produz efeitos desde 1 de Agosto de 1997. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 1997. — O Ministro da Defesa Nacional, *António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Portaria n.º 693/97 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decre-

to-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, e da Portaria n.º 167/90, de 2 de Março, nomear o coronel de infantaria (07181666) Mário de Oliveira Cardoso para o cargo de adido de defesa em Washington, EUA, acumulando com idênticas funções em Otava, Canadá, e com as funções de adido militar, que já desempenha, em substituição do capitão-de-mar-e-guerra M (40861) Fernando Carlos Fuzeta da Ponte, que cumulativamente desempenhava essa função desde 1 de Outubro de 1996, em substituição do coronel piloto-aviador (000253-E) João Saul Barroso Letras, ficando exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o oficial nomeado assumia funções, a qual produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1997. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 1997. — O Ministro da Defesa Nacional, *António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Portaria n.º 694/97 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, face à nova reestruturação dos lugares internacionais da responsabilidade da Defesa Nacional, exonerar, sem substituição, o sargento-ajudante de artilharia (14133980) José Manuel Esteves Ventura do cargo de amanuense/arquivista na Representação Militar Nacional junto do SHAPE, em Mons, Bélgica, para o qual havia sido nomeado por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros de 30 de Novembro de 1993, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 295, de 20 de Dezembro de 1993. A presente portaria produz efeitos desde 1 de Agosto de 1997. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 1997. — O Ministro da Defesa Nacional, *António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Portaria n.º 695/97 (2.ª série). — Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, face à nova reestruturação dos lugares internacionais da responsabilidade da defesa nacional, exonerar, sem substituição, o primeiro-sargento SGE (05377486) António Alexandre Nobre Evaristo do cargo AA-RMX-005 CLERK-TYPIST no SHAPE, em Mons, Bélgica, para o qual havia sido nomeado por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros de 11 de Fevereiro de 1994, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 10 de Março de 1994. A presente portaria produz efeitos desde 1 de Agosto de 1997. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 1997. — O Ministro da Defesa Nacional, *António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Portaria n.º 696/97 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, face à nova reestruturação dos lugares internacionais da responsabilidade da defesa nacional, exonerar, sem substituição, o coronel piloto-aviador (000261-F) Germano José Pereira Carneiro do cargo de adido de defesa e aeronáutico em Paris, França, e idêntico cargo em Bruxelas e no Luxemburgo, para o qual havia sido nomeado por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros de 21 de Janeiro de 1994, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 15 de Fevereiro de 1994. A presente portaria produz efeitos desde 20 de Abril de 1997. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 1997. — O Ministro da Defesa Nacional, *António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Portaria n.º 697/97 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, e da Portaria n.º 167/90, de 2 de Março, nomear o capitão-de-mar-e-guerra M (35660) Pedro Miguel Peixoto Correia do Amaral para o cargo de adido de defesa junto da Embaixada de Portugal em Paris, França, acumulando com idênticas funções em Bruxelas, Bélgica, e com as funções de adido naval que do antecedente já desempenha. A presente portaria produz efeitos desde 21 de Abril de 1997. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 1997. — O Ministro da Defesa Nacional, *António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto da Cooperação Portuguesa

Aviso n.º 6020/97 (2.ª série). — Considerando o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 14/97, de 17 de Janeiro, são integrados no ex-quadro de pessoal do Instituto da Cooperação Económica, com efeitos a 18 de Janeiro de 1997, em lugares criados, a extinguir quando vagarem, os seguintes funcionários do quadro de efectivos interdepartamentais:

Antero Pires Amaral, auxiliar administrativo, índice 200, escalão 8.
Míraldina Ramos Encarnação, auxiliar administrativo, índice 155, escalão 5.

22 de Agosto de 1997. — O Presidente, *Carlos Neves Ferreira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Junta do Crédito Público

Aviso n.º 6021/97 (2.ª série). — Faz-se público que, por despachos dos Secretários de Estado da Administração Pública e do Orçamento de 14 de Janeiro e de 18 Março de 1997, respectivamente, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo, produzindo efeitos a partir de 30 de Maio de 1997, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, com Fernando Morgado Claro e, nos termos do artigo 4.º do mesmo diploma legal, com Abílio Lopes Dias. (Visto do Tribunal de Contas de 25 de Julho de 1997. São devidos emolumentos.)

21 de Agosto de 1997. — O Director de Serviços, *Almeida e Sousa*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso n.º 6022/97 (2.ª série). — Por meu despacho de 25 de Julho de 1995, por delegação de competências:

António João Rascão Marques, tesoureiro-ajudante principal, a exercer funções na Tesouraria da Fazenda Pública de Cantanhede — passa à situação de licença sem vencimento de longa duração a partir de 1 de Setembro de 1997. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Agosto de 1997. — O Subdirector-Geral, *Elder Fernandes*.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 7166/97 (2.ª série). — Por despacho do director-geral do Orçamento de 28 de Maio de 1997:

Ana Rita Almeida Dias do Nascimento — contratada, precedendo concurso externo, em regime de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, para frequência de estágio na carreira de técnico contabilista. (Visto tácito do Tribunal de Contas. São devidos emolumentos.)

13 de Agosto de 1997. — O Subdirector-Geral, *Francisco Onofre*.

Rectificação n.º 914/97. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 4385/97 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 4 de Agosto de 1997, rectifica-se que onde se lê «Alberto Rodrigues Velez Nunes» deve ler-se «Alberto Rodrigo Velez Nunes».

13 de Agosto de 1997. — O Subdirector-Geral, *Francisco Onofre*.

Direcção-Geral do Património

Aviso n.º 6023/97 (2.ª série). — Por despachos do subdirector-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 7 de Agosto de 1997 e do director-geral do Património de 19 de Agosto de 1997:

Licenciado Joaquim Coimbra Soares da Silva, engenheiro técnico civil especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — transferido para o quadro de pessoal

desta Direcção-Geral, na categoria de técnico especialista da carreira técnica, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1997. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Agosto de 1997. — O Director-Geral, *Issuf Ahmad*.

Instituto de Informática

Despacho n.º 7167/97 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — Delego no membro do conselho de direcção licenciado António Manuel Mendes dos Santos os seguintes poderes:

Para a prática dos actos necessários ao lançamento ou desenvolvimento de qualquer tipo de procedimento prévio estabelecido por lei para a contratação de bens e serviços, que caiba no âmbito das minhas competências próprias ou delegadas, até à fase da decisão de adjudicação, inclusive;

Para autorização de realização de despesas até 500 000\$, qualquer que seja o procedimento prévio adoptado.

2 — Os poderes acima delegados poderão ser exercidos no período compreendido entre a data deste despacho e o dia 5, inclusive, do próximo mês, data a partir da qual cessam os efeitos desta delegação.

22 de Agosto de 1997. — O Presidente do Conselho de Direcção, *José Castro Correia*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 293/97. — Considerando que o Centro de Informática do Professor Correia de Araújo, da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, satisfaz cumulativamente as condições do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/95, de 26 de Julho, determina-se o seguinte:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, na sua actual redacção, o Centro de Informática do Professor Correia de Araújo, da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, é reconhecido como serviço de informática de grande dimensão.

5 de Agosto de 1997. — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*, Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 294/97. — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 43/94, de 17 de Fevereiro, é nomeada presidente da comissão de fiscalização do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência a licenciada Maria Idalina Mota Mendes Ponciano Alexandre.

7 de Junho de 1997. — O Ministro das Finanças, *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública

Despacho (extracto) n.º 7168/97 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Abril de 1997 do 2.º comandante-geral da PSP, por subdelegação:

Isabel Maria Santos Sousa Lamy, médica especialista (pediatria) do Serviço de Saúde da Polícia de Segurança Pública — autorizada a alteração do contrato existente, obrigando-se a praticar o horário semanal de dezoito horas. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 1997. — O Superintendente-Geral Log. Rec., *José Cunha Salvado*, superintendente-chefe.

Entidade

TERMO DE ENCERRAMENTO

O presente livro tem folhas, seguidamente numeradas,
por mim autenticadas com a rubrica que uso: _____
_____, em ____ de _____ de 19__

O Director de Serviços de Informação de _____
_____, (a)

Nome:

(a) De área:

Modelo n.º 1431 - Anexo A - 1997 - C

(A4 - 210 mm x 297 mm)

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Centro Nacional de Informação Geográfica

Despacho n.º 7170/97 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Agosto de 1997 do presidente do Centro Nacional de Informação Geográfica, de acordo com o n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, é autorizado o abono do vencimento de exercício perdido, por motivo de doença, à funcionária Maria Cidália Bastos Grilo Ferraz de Carvalho, no período de 28 de Julho a 8 de Agosto de 1997 (14 dias).

21 de Agosto de 1997. — O Presidente, *Rui Gonçalves Henriques*.

Comissão de Coordenação da Região do Norte

Aviso n.º 6025/97 (2.ª série). — Por despachos de 10 de Julho de 1997 do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte:

António Augusto Almendra Rodrigues, António Ilídio Ribeiro e Carlindo da Silva Barbosa, topógrafos principais do quadro privativo da Comissão de Coordenação da Região do Norte/Gabinetes de Apoio Técnico — nomeados, por urgente conveniência de serviço, topógrafos especialistas do mesmo quadro. Assinaram termos de aceitação de nomeação na mesma data, exceptuando o primeiro, que assinou em 10 de Agosto de 1997.

Por despachos de 11 de Julho de 1997 do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte:

Fernando Manuel Araújo de Abreu e Luís Filipe Simões Moraes, topógrafos principais do quadro privativo da Comissão de Coordenação da Região do Norte/Gabinetes de Apoio Técnico — nomeados, por urgente conveniência de serviço, topógrafos especialistas do mesmo quadro. Assinaram termos de aceitação de nomeação em 25 e 11 de Julho de 1997, respectivamente.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 1997. — A Administradora, *Teresa do Rosário*.

Direcção-Geral da Administração Autárquica

Aviso n.º 6026/97 (2.ª série). — Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e para conhecimento dos interessados, torna-se público que a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso interno geral de acesso para o preenchimento de dois lugares de técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Autárquica, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 10 de Julho de 1997, se encontra afixada na Divisão Administrativa e Financeira daquela Direcção-Geral, sita na Rua de José Estêvão, 137, 6.º, em Lisboa.

22 de Agosto de 1997. — O Presidente do Júri, *António Luís de Vasconcelos Costa*.

Aviso n.º 6027/97 (2.ª série). — Nos termos do artigo 33.º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e para conhecimento dos interessados, torna-se público que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso para o preenchimento de um lugar de auxiliar administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Autárquica, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 2 de Maio de 1997, se encontra afixada, para consulta, na Divisão Administrativa e Financeira, sita na Rua de José Estêvão, 137, 6.º, em Lisboa.

A acta de classificação final foi homologada por despacho do director-geral de 22 de Agosto de 1997.

22 de Agosto de 1997. — O Presidente do Júri, *António Manuel Pereira Plácido*.

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 6028/97 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Agosto de 1997 da subdirectora-geral do Desenvolvimento Regional, por delegação de competências (despacho da directora-geral de 1 de Agosto de 1997):

Licenciado Guilherme Luís Faria Cândia Martins — nomeado definitivamente assessor principal do quadro desta Direcção-Geral (lugar a extinguir quando vagar), com efeitos a partir de 3 de Novembro de 1996 passado, continuando a exercer o cargo de vogal do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, E. P., em regime de requisição. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 1997. — Pela Directora-Geral, *Adriana Raimundo*.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Aviso n.º 6029/97 (2.ª série). — Por meus despachos, por delegação, de 19 de Agosto de 1997:

Américo António Sampaio de Carvalho, engenheiro civil principal da carreira de engenheiro civil do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Norte desta Direcção-Geral — nomeado, precedendo concurso, engenheiro civil assessor do mesmo quadro e carreira. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Elisiário Cunha Gonçalves, técnico-adjunto principal da carreira de fiscal técnico de obras públicas do quadro da Direcção Regional de Edifícios de Lisboa desta Direcção-Geral — nomeado, precedendo concurso, estagiário da carreira de engenheiro técnico civil, em comissão de serviço extraordinária, do mesmo quadro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Raquel Cristina Coucello Paulino, terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo do quadro dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, segundo-oficial do mesmo quadro e carreira. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Maria Antónia Grenho Queimado Ferreira, terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, segundo-oficial do mesmo quadro e carreira. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

21 de Agosto de 1997. — O Subdirector-Geral, *Elísio Summavielle*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Declaração n.º 190/97 (2.ª série). — Torna-se público que a Assembleia Municipal de Resende, por deliberações de 28 de Junho de 1996 e de 30 de Abril de 1997, aprovou o Plano de Recuperação da Área Urbana Degradada de Caldas de Aregos, no município de Resende, cujo Regulamento e planta de implantação se publicam em anexo.

Mais se torna público que esta Direcção-Geral procedeu ao registo do Plano, com o n.º 01.18.13.00/01-97.PP, em 5 de Junho de 1997, verificada a sua conformidade com o Plano Director Municipal de Resende, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 268, de 16 de Novembro de 1993.

7 de Julho de 1997. — O Director-Geral, *João Biencard Cruz*.

Regulamento

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objectivo e âmbito

1 — O presente Regulamento e a planta de implantação e perfis longitudinais dos arruamentos que dele fazem parte integrante estabelecem as regras e orientações a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo e a intervenção na estrutura edificada, no âmbito do Plano de Recuperação da Área Urbana Degradada de Caldas de Aregos, adiante designado por PRAUDCA ou simplesmente Plano.

2 — As disposições contidas no presente Regulamento aplicam-se à totalidade do território abrangido pelo PRAUDCA, convenientemente delimitado na planta de implantação.

Artigo 2.º

Regime

Quaisquer acções de iniciativa pública, privada ou cooperativa a realizar na área de intervenção do Plano e que tenham como consequência ou finalidade a ocupação, uso ou transformação do solo ou a intervenção na estrutura edificada ficam obrigatoriamente sujeitas ao disposto no presente Regulamento.

Artigo 3.º

Vigência e revisão do PRAUDCA

O PRAUDCA entra em vigor a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, podendo ser revisto pela Câmara Municipal de Resende em conformidade com o artigo 19.º daquele decreto-lei.

Artigo 4.º

Ajustamentos ao Plano

1 — Os autores dos projectos a elaborar para a área de intervenção do PRAUDCA poderão apresentar propostas de ajustamento de pormenor ao Plano, convenientemente justificadas com um estudo de viabilidade, a sujeitar ao parecer da Câmara Municipal de Resende.

2 — As propostas de ajustamento referidas serão eventualmente admissíveis por razões de cadastro da propriedade ou justificadas pelos projectos de arquitectura dos edifícios e desde que essas alterações não impliquem aumento da capacidade de construção ou da cêrcea estabelecida.

CAPÍTULO II

Disposições de natureza administrativa

Artigo 5.º

Enquadramento legal

O presente Regulamento respeita e observa a legislação vigente sobre o uso e ocupação do solo, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, que define o Regime Jurídico dos Loteamentos Urbanos, e o Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, com as alterações posteriores, que institui o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU). Destaca neste diploma, pela importância que assume em matéria de intervenção em áreas edificadas, o capítulo único do título IV, «Condições especiais relativas à estética das edificações», e, nele, os artigos 121.º e 122.º

Artigo 6.º

Implementação do PRAUDCA

O presente Regulamento admite que no desenvolvimento de projectos de recuperação e reconversão de edifícios seja necessária a aplicação de algumas disposições excepcionais às contidas no RGEU, nomeadamente no que respeita à edificação em conjunto e às disposições interiores das edificações e espaços livres.

Artigo 7.º

Tutela municipal

Na observância do disposto no artigo 2.º deste Regulamento, a Câmara Municipal de Resende condicionará as práticas arquitectónicas e urbanísticas com incidência na área abrangida por este estudo, tendo em conta a salvaguarda dos interesses que determinaram a elaboração do PRAUDCA, particularmente a defesa e valorização do património natural e edificado.

Artigo 8.º

Omissões

A qualquer situação não prevista nas presentes disposições regulamentares aplicar-se-á o disposto na demais legislação vigente e nos princípios gerais de direito.

Artigo 9.º

Elaboração de projectos

1 — Toda e qualquer intervenção na área em estudo deverá assentar em projecto elaborado por técnico credenciado com o curso superior de Arquitectura, sem prejuízo da intervenção de arquitecto paisagista nas situações previstas nos artigos 16.º e 18.º deste Regulamento e sempre que a Câmara Municipal de Resende considere pertinente essa exigência.

2 — Qualquer projecto de execução a levar a efeito na área em estudo deverá ser precedido de um estudo prévio que inclua um exemplar da ficha tipo anexa a este Regulamento, convenientemente preenchida.

Artigo 10.º

Acerto de cadastro

1 — Quando os terrenos não apresentem uma estrutura cadastral adequada à edificação admitida no PRAUDCA e os respectivos proprietários não se concertem para as permutas, alienações ou ajustamentos definidos no artigo 4.º deste Regulamento e necessários a remediar aquele inconveniente, poderá a Câmara Municipal de Resende proceder à respectiva expropriação para viabilizar a correcta ocupação.

2 — Enquanto se não concretizar o entendimento entre os proprietários de terrenos nas condições referidas no número anterior, a Câmara Municipal de Resende poderá não conceder licenças para a execução de qualquer intervenção nesses terrenos ou talhões.

CAPÍTULO III

Disposições técnicas sobre o ordenamento do território

Artigo 11.º

Designação

1 — Para efeitos do disposto neste Regulamento, o território abrangido pelo PRAUDCA compreende os seguintes espaços:

Espaço urbano e urbanizável;
Espaço não urbanizável.

2 — O espaço urbano e urbanizável compreende as áreas delimitadas na planta de implantação designadas como:

Áreas residenciais existentes;
Áreas residenciais propostas;
Áreas de verde urbano;
Áreas de grandes equipamentos.

3 — O espaço não urbanizável compreende as áreas delimitadas na planta de implantação designadas como:

Áreas agro-florestais de produção livre;
Áreas agro-florestais de enquadramento ou protecção;
Rio Douro e ribeira de Cesta.

Artigo 12.º

Áreas residenciais existentes

1 — As áreas residenciais existentes são áreas já urbanizadas em que a função residencial é predominante, permitindo-se nelas ainda

a existência dos usos comerciais e de serviços compatíveis com aquela função e sendo interdita a localização de actividades industriais ou de armazenagem.

2 — Considera-se que existem condições de incompatibilidade de funções quando os usos definidos deêm lugar a cheiros, fumos, resíduos incómodos e ruídos, acarretem perigo de incêndio ou explosão ou perturbem as condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente em operações de carga e descarga.

3 — Sempre que existam ou se presuma venham a ocorrer as condições de incompatibilidade definidas no número anterior, a Câmara Municipal de Resende desencadeará os meios necessários para que seja retirada a respectiva licença de utilização ou inviabilizar a instalação das actividades que provoquem ou venham a provocar tal situação.

4 — Nestas áreas será mantida e valorizada a estrutura existente, sem prejuízo da sua eventual colmatação ou alteração, tomando como parâmetros de edificabilidade os que definem aquela estrutura e tendo em conta o seu equilíbrio e harmonia.

5 — Nas situações especificadas no PRAUDCA, a colmatação de espaços livres, a substituição de edifícios existentes e quaisquer obras de verificação ou ampliação respeitarão sempre as características das construções existentes no local e dominantes no conjunto, não sendo invocável a existência de edifícios(s) que exceda(m) a altura dominante. Estas características dizem respeito a cêrceas, alinhamentos das fachadas, conservação de logradouros e índices de utilização do solo.

6 — A intervenção nestas áreas é regulada pelas indicações constantes das barras sinópticas dos perfis longitudinais, sem prejuízo da aceitação de soluções alternativas pontuais convenientemente justificadas e consideradas pertinentes.

Artigo 13.º

Áreas residenciais propostas

1 — As áreas residenciais propostas são destinadas à localização de actividades predominantemente residenciais, consequentes do desenvolvimento do aglomerado, onde se permitem ainda os usos comerciais e de serviços compatíveis com a função residencial, sendo nelas interdita a localização de actividades industriais ou de armazenagem.

2 — Aplica-se a estas áreas o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

3 — Nas áreas residenciais propostas as características da edificabilidade estão definidas na planta de implantação, devendo-se ter em conta os seguintes condicionamentos:

- a) A edificação será geminada ou em banda, destinando-se a habitação unifamiliar;
- b) A área média dos lotes não será inferior a 500 m², com uma área unitária mínima de 350 m²;
- c) O valor máximo do índice de utilização do solo será de 0,5, entendido de uma forma global e aplicado à área total do terreno afecto ao empreendimento e compreendido nesta categoria de espaço;
- d) O número máximo de pisos acima do solo é de dois e, quando a implantação se verificar em terreno com declive, o volume da construção, com exclusão da cobertura, não deverá intersectar um plano paralelo ao perfil médio do terreno e dele distanciado 6,5 m medidos na vertical;
- e) A ocupação dos logradouros rege-se-á pelo disposto no artigo 23.º deste Regulamento;
- f) Todos os lotes garantirão no seu interior o estacionamento exigido no artigo 22.º deste Regulamento.

Artigo 14.º

Áreas de grandes equipamentos existentes ou a remodelar

1 — As áreas de grandes equipamentos, definidas na planta de implantação, destinam-se à localização de empreendimentos geradores de grandes fluxos de utentes e que proporcionam actividades de carácter lúdico, desportivo ou cultural, indispensáveis, de uma forma complementar, à oferta turística de Caldas de Aregos — estabelecimentos hoteleiros e similares de hotelaria e equipamentos de apoio a esta actividade ou que justificam a sua viabilidade.

2 — Estas áreas correspondem a equipamento já existente ou a equipamento previsto ou proposto.

3 — É nelas permitida a existência de actividades comerciais e de serviços, normalmente afectas à actividade turística e complementares do uso residencial das áreas envolventes.

4 — Quando sujeitas a servidões e restrições de uso com imposição *non aedificandi*, não são permitidas quaisquer construções de carácter permanente ou definitivo, impermeabilização do solo e alterações significativas da sua morfologia, constituindo excepção a construção em matérias perecíveis a levar a efeito com carácter efêmero, para apoio a actividades turísticas, culturais e de lazer, de uso público ou interesse colectivo.

5 — Corresponde-lhes um índice de utilização máximo de 0,6.

6 — Estas áreas deverão ser objecto de estudos específicos que se não circunscrevam tão-só à área de ocupação, alargando-se também à zona de influência e impacte, pelo que os projectos a submeter à Câmara Municipal de Resende para licenciamento serão acompanhados de um estudo de impacte ambiental ou paisagístico.

Artigo 15.º

Áreas de verde urbano

1 — As áreas de verde urbano são as áreas verdes delimitadas na planta de implantação para usufruto público e para as quais deverá ser elaborado um projecto específico, incluindo um estudo de integração paisagística.

2 — Nestas áreas só é permitida a implantação de construções ou outras intervenções de carácter precário previstas no projecto referido no número anterior e exclusivamente destinadas à animação dos percursos definidos.

Artigo 16.º

Áreas agro-florestais de produção livre

1 — As áreas agro-florestais de produção livre definidas na planta de implantação são as áreas de uso agrícola e ou florestal existentes e a manter como tal.

2 — Nestas áreas não é permitida a implantação de novas construções, com excepção de instalações exclusivamente destinadas à produção e exploração agrícola, desde que não afectem negativamente a área envolvente sob os pontos de vista paisagístico, de salubridade e funcional.

Artigo 17.º

Áreas agro-florestais de enquadramento ou protecção

1 — As áreas agro-florestais de enquadramento ou protecção definidas na planta de implantação, são áreas de uso agrícola e ou florestal essenciais ao enquadramento paisagístico ou à protecção de ecossistemas instáveis, sendo nelas interdita a edificação, os movimentos de terra que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas superficiais do solo, o corte raso das áreas arborizadas e o abate de espécies arbóreas ornamentais e de caducifólias de porte superior a 8 m.

2 — Exceptuam-se do número anterior, e desde que aprovadas pela Câmara Municipal de Resende, as intervenções correspondentes a acções de repovoamento florestal e de enquadramento e valorização paisagística constantes de projecto específico elaborado por arquitecto paisagista.

3 — O respeito pelo coberto arbóreo incluído nestas áreas exige que se proceda regularmente ao roço, debaste e plantação necessários à manutenção das condições propícias ao livre crescimento das espécies, à integridade do ecossistema, à valorização da paisagem e à contrariedade dos flagelos naturais, particularmente do fogo.

Artigo 18.º

Rio Douro e ribeira de Cesta

1 — Na zona abrangida pelas cotas da maior cheia conhecida e como tal delimitada na planta actualizada de condicionantes é interdito:

- a) Destruir o revestimento vegetal ou alterar o relevo natural, com excepção das práticas agrícolas tradicionais;
- b) Instalar vazadouros, lixeiras, parques de sucata ou quaisquer outros depósitos de materiais;
- c) Implantar edifícios ou realizar obras susceptíveis de constituírem obstrução à livre passagem das águas.

2 — Poderá constituir excepção às interdições referidas no número anterior a instalação de edifícios e equipamentos com finalidade exclusiva de lazer e recreio, convenientemente aprovada pelas entidades da tutela.

3 — A execução de quaisquer obras nas faixas ao longo das margens dos cursos de água contadas a partir das linhas que delimitam o leito, com a largura de 50 m para o rio Douro e de 10 m para a ribeira de Cesta, carece de aprovação prévia da direcção regional do ambiente e recursos naturais.

CAPÍTULO IV

Disposições técnicas de carácter urbanístico

Artigo 19.º

Implantação das edificações

1 — Na colmatação das áreas residenciais existentes, a implantação de novas edificações respeitará as indicações da planta de implantação

e terá em conta a estrutura urbana existente, visando uma integração harmoniosa que valorize o conjunto edificado.

2 — Nas áreas residenciais propostas, a implantação das edificações é a definida na planta de implantação e refere-se à projecção dos pisos térreos, incluindo varandas, palas e outros corpos salientes em balanço.

3 — Nas áreas de grandes equipamento, a implantação de novas construções será definida nos projectos globais a elaborar para cada uma dessas áreas.

Artigo 20.º

Altura das construções

1 — Na colmatação das áreas residenciais existentes, a altura das novas edificações regular-se-á pela cêrcea dominante do conjunto edificado em que se integra.

2 — Nas áreas residenciais propostas, as alturas das construções são as decorrentes do número de pisos previstos na planta de implantação, tendo em conta os pés-direitos regulamentares em vigor.

3 — Ainda nas áreas residenciais propostas, as cotas do piso correspondentes ao rés-do-chão são deduzidas dos cortes transversais indicados na planta de trabalho, admitindo-se o ajuste pontual do desnível em relação à cota do arruamento, se for convenientemente justificado pelos serviços técnicos municipais.

4 — Nas áreas de grandes equipamentos, a cêrcea das novas construções não deverá exceder os dois pisos, admitindo-se, quando as características fisiográficas o justificarem, que o projecto global a desenvolver para cada uma destas áreas insira, de uma forma articulada e pontual, corpos edificados de maior altura, que não ultrapassem, em caso algum, a cêrcea equivalente a três pisos.

Artigo 21.º

Estética das construções

1 — Materiais de composição e revestimento exterior:

- a) Os volumes de construção e os alçados deverão interligar-se de forma a permitir um tratamento contínuo das fachadas, com uma correcta e cuidada aplicação dos materiais de revestimento, privilegiando-se a pedra natural da região, o tijolo prensado e betões de cofragem aparente ou bujardados;
- b) Outros tipos de revestimento, como os materiais cerâmicos ou a pintura, deverão ser especificados no estudo prévio, com identificação nos alçados dos materiais a aplicar, representando a sua estereotomia e cor e na ficha tipo referidos no artigo 9.º deste Regulamento e, eventualmente, com a apresentação de amostras a submeter ao parecer da Câmara Municipal de Resende;
- c) É interdita a utilização de caixilharias de alumínio anodizado à cor natural, dourada ou bronzeada.

2 — Pavimentações exteriores e soleiramentos:

- a) As pavimentações exteriores e soleiramentos deverão ser executados em materiais que pela sua dureza e textura não são facilmente deterioráveis;
- b) A utilização da pedra fica restringida à ocorrente na região, não sendo permitida a opção de outras variedades, nomeadamente o mármore.

3 — Coberturas:

- a) Desenvolver-se-ão em telhado cerâmico de barro vermelho, com ou sem beirado saliente, e, naquele caso, balançado sobre cornija em telhado de meia cana ou em duas ou três fiadas saveiras de telha sobreposta;
- b) A inexistência de beirado só é aceitável quando a cobertura for em telha tipo «marselha»;
- c) As platibandas terão um desenvolvimento uniforme estendido a todas as fachadas voltadas à via pública.

Artigo 22.º

Estacionamento obrigatório

1 — Para além das áreas públicas destinadas a estacionamento de veículos automóveis previstas na planta de implantação, e que não poderão ser afectas a outras funções, deverá ser garantida, no interior de cada lote, área para estacionamento próprio nas seguintes condições:

- a) Um lugar de estacionamento por fogo para fogos com área inferior a 125 m² (T0 a T3);
- b) Dois lugares de estacionamento por fogo para fogos com área superior a 125 m² (T4 ou superior);
- c) Um lugar de estacionamento por cada 50 m² de área comercial e serviços e nunca menos de um lugar por unidade;
- d) Um lugar de estacionamento por cada dois quartos em estabelecimentos hoteleiros;

e) Um lugar de estacionamento por cada 25 m² de área destinada a estabelecimentos similares de hotelaria;

f) Um lugar de estacionamento por cada 20 lugares de salas de espectáculo ou outros locais de reunião.

2 — O estacionamento obrigatório será executado em cave nos edifícios em que esta esteja prevista nas plantas de trabalho e de implantação.

Artigo 23.º

Logradouros

1 — As áreas dos lotes consagradas no PRAUDCA como logradouros privativos destinam-se exclusivamente à utilização dos residentes, para apoio à habitação, lazer ou estacionamento automóvel.

2 — A área ocupada por anexos não poderá exceder 8% da área total do lote, com um máximo de 45 m², e só poderão ter um piso coberto com um pé-direito não superior a 2,2 m.

3 — O logradouro será arborizado e ajardinado pelos menos em 10% da área total do lote e de tal forma que a visualização dos anexos seja absorvida pela intercalação de vegetação apropriada.

4 — Os logradouros e outros espaços de natureza privada nas áreas residenciais existentes com estrutura consolidada e como tal definidas na planta de implantação:

- a) Só poderão ser reduzidos, com implicação no agravamento do índice de utilização do solo, quando daí resultem manifestas vantagens e benefícios públicos pela cedência, em contrapartida, de direitos legítimos ou legalmente adquiridos;
- b) Serão objecto prioritário de recuperação em qualquer intervenção de restauro ou renovação, nomeadamente no que se refere a capoeiras, arrumos e outros anexos perecíveis e de má qualidade ou ainda a lixeiras, vazadouros e depósitos de materiais.

Artigo 24.º

Muros de vedação

1 — Os muros de vedação confinantes com a via pública não excederão a altura de 1,2 m a contar da cota mais elevada do terreno, podendo, contudo, elevar-se a vedação acima desta altura com sebes vivas, gradeamentos ou redes.

2 — Quando haja interesse na defesa de valores panorâmicos ou visuais de interesse artístico, turístico ou paisagístico, pode a Câmara Municipal de Resende impor a redução da altura dos muros (interiores ou exteriores) e, inclusivamente, a supressão de sebes, gradeamentos ou redes ou, com a mesma justificação, autorizar muros de maior altura, quando a sua função de suporte de terras ou o partido estético o aconselhe.

Artigo 25.º

Arruamentos e áreas públicas

1 — Deverão ser respeitados os perfis transversais tipo para cada um dos arruamentos propostos ou a alterar, conforme se especifica nas peças desenhadas do PRAUDCA, incluindo a respectiva arborização, que será objecto de criteriosa selecção de espécies por técnico especialista.

2 — A pavimentação e arborização dos arruamentos e passeios e o ordenamento dos sentidos do trânsito serão igualmente realizados de acordo com as indicações constantes nas peças desenhadas.

3 — Não é permitida a utilização de áreas públicas, nomeadamente dos arruamentos adjacentes a instalações industriais ou oficiais existentes, casas de comércio, armazéns, equipamentos públicos ou privados ou à própria habitação, para complemento das suas actividades, particularmente para depósito ou acumulação de materiais, desperdícios e lixos.

Artigo 26.º

Mobiliário urbano

1 — O mobiliário urbano será instalado de acordo com a distribuição, a tipologia e as características definidas no PRAUDCA, com a preocupação de responder às necessidades dos utentes da via pública e apresentando uma uniformidade em toda a área de intervenção.

2 — A Câmara Municipal poderá ainda autorizar as entidades privadas exploradoras de empreendimentos de interesse público a instalar mobiliário fixo ou provisório suplementar, nomeadamente bancos, papeleiras e outros recipientes, bebedouros, iluminação, gradeamentos e elementos ornamentais, mesas e cadeiras para esplanadas, etc., desde que esses elementos:

- a) Tenham características idênticas às do mobiliário previsto no PRAUDCA e sejam previamente submetidos, bem como a sua localização, à aprovação da Câmara Municipal;
- b) Não constituam entrave para os serviços públicos de segurança, nem obstáculo prejudicial ao normal movimento de

peões e veículos nem ainda perturbem as funções de vivência dos moradores locais;

- c) Tenham a conservação e a manutenção asseguradas pelos interessados que promovam a instalação.

CAPÍTULO V

Disposições técnicas de carácter construtivo

Artigo 27.º

Coberturas

1 — Respeitarão a definição morfotipológica indicada na caracterização sinóptica dos alçados, nomeadamente a definição e inclinação das respectivas águas.

2 — Serão em telha cerâmica de barro vermelho não vidrada.

3 — Os telhados serão cravados nas telhas de espigão e os beirados, quando balançados, apoiar-se-ão sobre cornija em telhão de meia cana ou em duas ordens sobrepostas de telha vulgar de meia cana.

4 — Os telhados serão preferencialmente de quatro águas, com ponto entre 25º e 45º, podendo desenvolver-se em duas águas quando o edifício se insira em banda corrida e as cêrceas adjacentes o justifiquem.

5 — As caleiras, algerozes e demais condutores das águas pluviais, quando existam, qualquer que seja o material utilizado, serão sempre pintados a tinta de óleo, de acordo com a definição cromática do edifício.

6 — As lucarnas ou trapeiras previstas deverão respeitar as prumadas dos vãos existentes ou os eixos de simetria da fachada ou dos próprios paramentos cegos.

Artigo 28.º

Fachadas

1 — As fachadas voltadas às vias públicas ou delas particularmente visíveis serão respaldadas, podendo apresentar cornija relevada de recorte simples, em meia cana ou papo de rola, lavrada em granito a pico grosso ou, nas situações previstas na caracterização sinóptica dos alçados para marcação de faixa cromática, com cornija em argamassa aramada ou betão armado, sem prejuízo das cornijas existentes, cujos perfis deverão ser respeitados nas intervenções de restauro.

2 — Em determinadas situações, especificamente referenciadas, serão as fachadas rematadas por platibandas corridas, vazadas ou cheias ou alternadas por balaustradas e acrotérios, devendo os restauros respeitar as balaustradas existentes e os remates e ornatos, bem como revestimentos em escamas de ardósia, sanefas de beirados, lambrequins, agulhas e espigões de telhado.

3 — Nas intervenções de restauro em edifícios que exigem a manutenção total ou parcial do exterior deverão ser reutilizados todos os elementos existentes, e nos casos em que o estado de degradação não permite a sua recuperação serão utilizados na reposição materiais de igual procedência e qualidade.

4 — Nas situações em que se preveja conciliar a manutenção da fachada com o seu desenvolvimento linear ou em altura e sempre que a topografia do terreno o permita, os elementos que a delimitam e concretamente os socos, cornijas, platibandas, faixas, frisos, pilastras e cunhais terão continuidade nas extensões.

Artigo 29.º

Revestimentos exteriores

1 — As paredes exteriores que não aparentem o aparelho da alvenaria apresentarão cuidado acabamento, fazendo recurso de rebocos caiados ou pintados, de acordo com as indicações constantes dos números seguintes, referentes à paleta cromática anexa a este Regulamento.

2 — A cal será aplicada nos paramentos cegos, em calda alva ou pigmentada com o doseamento do ocre-amarelo (sexquióxido de ferro hidratado) ou de almagre ou roxo-rei (sexquióxido de ferro anidro).

3 — Os elementos arquitectónicos que marcam o edifício, nomeadamente socos, cunhais e pilastras, cornijas e platibanda, faixas, frisos e molduras, não sendo em cantaria de granito, serão rebocados lisos e caiados com calda alva ou pigmentada com os óxidos atrás referidos ou ainda flor-de-anil, verde-metal ou sombra-negra, em contraste ou complemento com a cor do paramento.

4 — A definição cromática das alvenarias rebocadas não poderá incluir mais de três cores, sendo uma delas o branco, a utilizar, respectivamente, nos nembos e paramentos cegos e nos elementos arquitectónicos referidos.

5 — Os gradeamentos metálicos dos vãos e os guarda-corpos das varandas serão pintados com utilização de uma das seguintes cores: preto, branco, sépia, verde-metal, escuro ou verde-garrafa, almagre e roxo-rei.

6 — Em qualquer local do edifício facilmente visualizado da via pública fica interdita a aplicação de mármore, marmorites, mosaicos

vidrados tipo «pastilha», rebocos tipo «tirolês» e pinturas texturadas tipo «carapinha».

7 — Cada edifício ou conjunto edificado deverá apresentar uniformidade no revestimento epidérmico das fachadas. Nos casos de elevação de cêrcea sobre fachadas existentes, os novos panos, não sendo possível a extensão do mesmo revestimento, deverão apresentar uma textura e cromatismo que os integrem e valorizem.

8 — Os muros em alvenaria de granito e outros paramentos adjacentes ao edifício, em alvenaria de granito, que delimitem ou se integrem no mesmo lote, com face para a via pública, deverão manter aparente e sem pintura a respectiva estrutura.

9 — Nas obras de restauro e conservação dos edifícios deverá encerrar-se a remoção dos revestimentos e elementos dissonantes, de acordo com as indicações referidas nas barras sinópticas dos perfis longitudinais dos arruamentos.

Artigo 30.º

Vãos

1 — Todas as caixilharias de portas e janelas deverão ser em madeira pintada. Em situações específicas de edifícios ou conjuntos edificados que forem objecto de um plano global de restauro, poderá ser admissível a utilização de perfis metálicos de ferro ou alumínio termolacado, se convenientemente justificada essa opção.

2 — As portas exteriores serão maciças, preferentemente de duas folhas engradadas ou enrilhadas, e as ferragens lisas, de latão maciço ou de ferro pintado.

3 — As janelas serão preferentemente de guilhotina ou de caixilho de batentes, com ou sem bandeira, não se permitindo, em princípio, face à proporção dos vãos, ou seja, com altura maior ou igual à largura, janelas de correição.

4 — As caixilharias de madeira serão pintadas com uma só cor ou constituirão conjuntos repetitivos de elementos brancos e coloridos, sendo consideradas cores preferíveis o ocre-amarelo, o almagre, o roxo-rei, o óxido de ferro azul, a sombra de loureiro, o verde-salsa e o verde-metal-escuro, ou verde-garrafa, indicados na paleta cromática anexa a este Regulamento.

5 — É interdita a utilização de estores com caixa exterior, ficando os existentes obrigados à utilização de pintura a branco ou idêntica à da caixilharia das portas e janelas do edifício, aconselhando-se, com a função de obscurecimento, a recorrência ao tradicional sistema de portadas interiores, ou de gelosias, ditas venezianas.

6 — Os portões e portais de serventia serão em madeira maciça ou em ferro, mas, em qualquer caso, respeitarão o cromatismo das restantes caixilharias.

7 — A evidente propensão de alguns pisos térreos para instalação de actividades comerciais e serviços públicos ou de interesse público não justifica, nos edifícios existentes a manter, a alteração das fachadas ao nível correspondente com uma nova relação de cheios-vazios, nem a redistribuição dos respectivos vãos ou a substituição das suas cantarias, pelo que:

- As montras e os expositores pretendidos poderão ser obtidos em paredes a construir paralelas e com um recuo mínimo de 1 m à fachada;
- Todos os vãos definidos deste modo numa parede recuada serão total ou parcialmente envidraçados;
- O espaço definido pelo recuo deverá ser integrado no domínio público.

8 — Admite-se a eventual transformação de vãos de janela em vãos de porta ou de montra, conquanto não se transladem as ombreiras, que serão apenas prolongadas até à cota de soleira, mantendo-se fixa a respectiva verga, ressaltando-se, contudo, diferentes interpretações que sejam convenientemente justificadas e se insiram no âmbito de um projecto global de restauro que envolva a totalidade do edifício ou conjunto edificado.

9 — As consolas de varandas e outros corpos balançados não poderão projectar-se mais de 0,30 m sobre o plano de fachada e deverão preferencialmente ser construídos em granito da região ou em consola de betão argamassado, liso, com perfil condizente com a cornija.

10 — Fica interdita a projecção de montras salientes das paredes de fachada.

11 — Fica interdito o envidraçamento de sacadas ou varandas nas fachadas voltadas às vias públicas ou delas particularmente visíveis, para além das situações previstas nos perfis longitudinais dos arruamentos.

12 — As guardas das varandas e sacadas serão em cantaria de granito da região, em madeira ou metálicas, e neste caso serão obrigatoriamente em ferro forjado ou laminado de desenho simples.

13 — Fica interdita a aplicação de vidros martelados, prensados ou biselados nas caixilharias exteriores, bem como a utilização de vitrais ou vidros coloridos em qualquer situação.

14 — Fica interdita a colocação de cantarias fingidas sem expressão ou com expressão deturpada da sua função estrutural.

Artigo 31.º

Interior dos edifícios

1 — Em toda e qualquer situação são permitidas as alterações no interior dos edifícios que os projectistas julgarem por convenientes, tendo em conta a legislação em vigor.

2 — Nos imóveis em que se prevê a manutenção total do exterior ou da fachada principal, as alterações previstas no número anterior não poderão repercutir-se na definição exterior dos mesmos.

Artigo 32.º

Afixação de cabos e antenas

1 — Sempre que possível, deverão ser removidos os cabos eléctricos e telefónicos aéreos e os postes e posteletes adossados aos edifícios e racionalizada a colocação de antenas de TV e de TSF.

2 — Com a realização do projecto de canalização subterrânea dos cabos eléctricos e TV/TSF, todos os postes, posteletes e antenas, públicas e privadas, serão obrigatoriamente removidos por iniciativa da Câmara Municipal de Resende.

Artigo 33.º

Publicidade

1 — A publicidade no exterior dos edifícios deverá subordinar-se a uma relação de escala com os edifícios, de tal modo que se não criem elementos dissonantes da arquitectura e se não perturbe a correcta leitura das fachadas e da paisagem urbana.

2 — Fica interdita a publicidade comercial sob a forma de painéis, cartazes ou grandes inscrições, incluindo instalações luminosas em néon, atracadas com armações às coberturas ou muros de vedação.

3 — Fica interdita a publicidade saliente ou adossada aos gradeamentos e balaustradas, aos vãos e às cantarias dos edifícios.

4 — A colocação de publicidade deve ser precedida de informação permissiva da Câmara Municipal, que terá em conta a preocupação da sobriedade e do impacto não agressivo.

5 — Deverá encarar-se a necessidade de regulamentar particularmente o tipo e colocação de publicidade comercial e a afixação de anúncios e propaganda de qualquer natureza, criando-se, neste caso, locais específicos para esse fim.

ANEXO

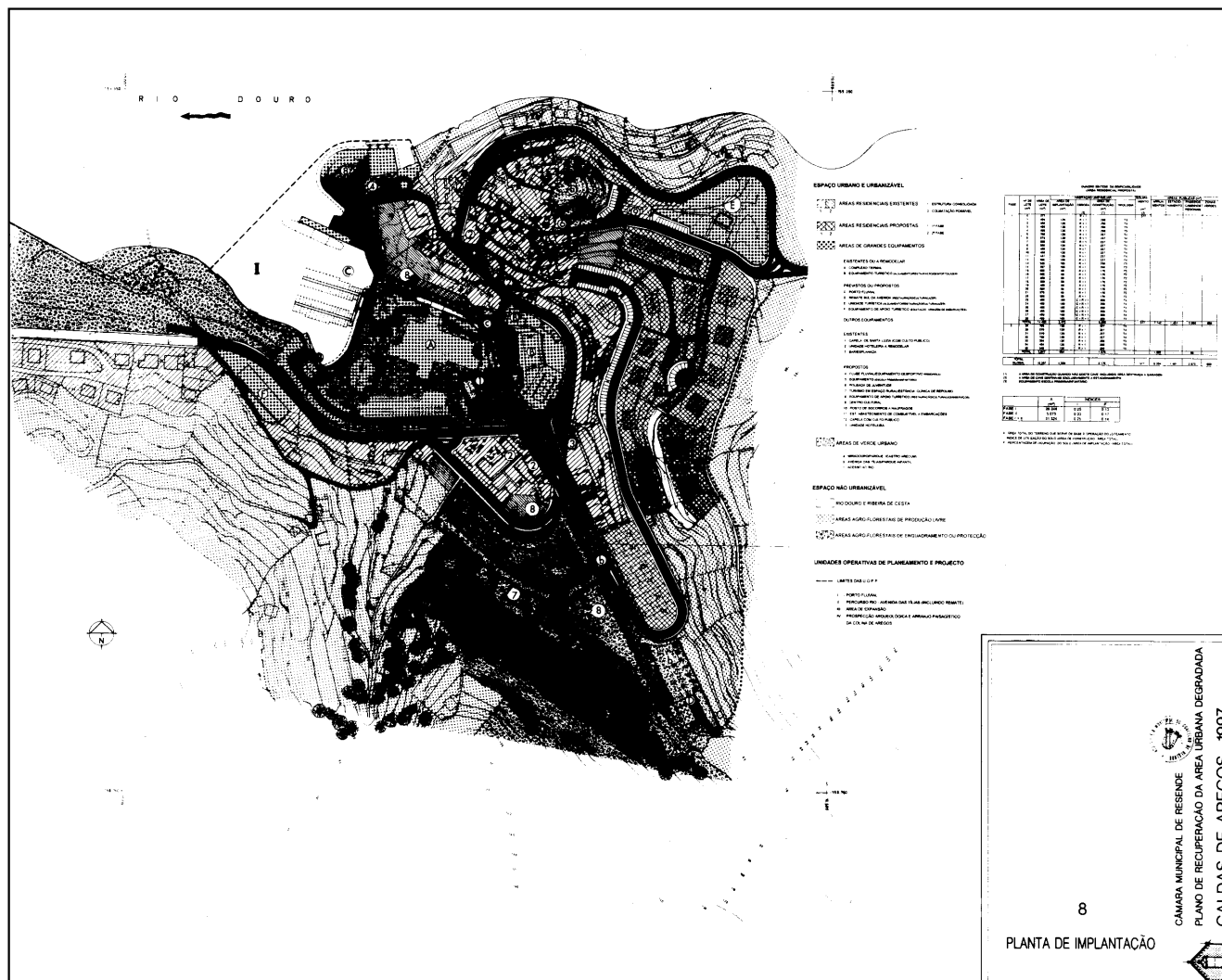
Glossário**Definições**

1 — Para efeitos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, as áreas urbanas e urbanizáveis são aqui designadas por espaços urbanos e urbanizáveis, definidos como espaços onde o solo se destina predominantemente à edificação e a outras áreas de equipamento cultural e recreativo.

2 — Entende-se por área de construção a soma das superfícies de todos os pisos, situados acima e abaixo do solo, incluindo escadas, caixas de elevador, alpendres e anexos e excluindo os terraços, as galerias exteriores públicas e as áreas cobertas destinadas a estacionamento.

3 — Entende-se por índice de utilização o quociente entre a área coberta e a área do terreno que serve de base à operação.

4 — Entende-se por cêrcea a distância vertical, expressa em metros, medida no ponto médio da fachada compreendida entre o pavimento do espaço público confinante com o lote e a intersecção do plano inferior da cobertura com a fachada. Quando expressa em número de pisos, a cêrcea é o número total de pavimentos sobrepostos de um edifício, incluindo pisos recuados com pé-direito regulamentar para habitação e com excepção do sótão e caves.



Declaração n.º 191/97 (2.ª série). — Torna-se público que a Assembleia Municipal de Mira, por deliberação de 21 de Dezembro de 1995, aprovou uma alteração ao Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira, no município de Mira, cujo Regulamento e planta de síntese alterados se publicam em anexo.

Mais se torna público que esta Direcção-Geral procedeu ao registo da respectiva alteração, com o n.º 02.06.08.04/02-97.PU, em 5 de Agosto de 1997, verificada a sua conformidade com o Plano Director Municipal de Mira, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/94, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 215, de 16 de Setembro de 1994.

12 de Agosto de 1997. — O Director-Geral, *João Biencard Cruz*.

Regulamento do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

A área objecto do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira é a que se encontra definida na planta de síntese anexa ao presente Regulamento.

Artigo 2.º

Sendo a zona em questão fortemente condicionada por dunas, lagoas e valas quer urge reservar, torna-se imperioso que as acções a serem implantadas no âmbito do presente estudo tenham em conta aqueles elementos, por forma a não conflituarem com o meio envolvente e não provocarem nele factores de degradação.

Artigo 3.º

A integração de novas construções em conjuntos homogéneos a salvaguardar e a remodelação ou ampliação de edifícios naquelas condições deverão ter como base estudos prévios de compatibilização de volumes e alçados.

Artigo 4.º

Todos os fogos terão obrigatoriamente frente e acesso directo para uma rua aprovada ou projectada.

Artigo 5.º

Na área abrangida pelo Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira são demarcadas as seguintes zonas:

- a) Zona de indústria ligeira e de serviço (I);
- b) Zonas de habitação urbana (ZH1);
- c) Zonas de habitação para-urbana (ZH2);
- d) Zonas de 2.ª residência (ZH3);
- e) Zonas de 2.ª habitação (ZH3-G);
- f) Zonas de comércio e de serviço (ZM);
- g) Zonas verdes de protecção (ZVP);
- h) Zonas verdes de recreio (ZVR);
- i) Zona para-rural (ZPR);
- j) Zona rural (ZR) e de mata (M);
- k) Zona de praia (ZP);
- l) ZVR — Zona verde de recreio — golfe.

CAPÍTULO II

Definição de zonas e suas características

Artigo 6.º

1 — Zona de indústria ligeira e de serviço (I) — zona destinada à instalação de actividades industriais de pequena dimensão, de serviços e artesanais ligadas às necessidades de um aglomerado habitacional e de turismo, excluindo toda a indústria mais pesada, incómoda ou poluidora, e onde as construções não podem exceder o máximo de dois pisos, devendo existir no interior do lote uma faixa para estacionamento com a profundidade de pelo menos 10 m, e espaço para manobras de viaturas no seu interior.

2 — Zonas de habitação urbana (ZH1) — estas zonas englobam os núcleos preponderantes das zonas norte e sul dos Prazos Velhos e as áreas de expansão mais directamente a elas ligadas, em que se prevê a construção de habitação isolada, geminada, em banda contínua e em blocos, e onde:

- a) O índice máximo de ocupação é de 55 fogos/ha;
- b) O número máximo de pisos será de dois para as habitações isoladas, geminadas ou em banda;

- c) Os blocos com possibilidade de instalação de comércio no rés-do-chão terão o máximo de três pisos nos Prazos Velhos e zona norte e de quatro pisos na zona sul;
- d) As novas construções deverão ter um logradouro mínimo frontal de 5 m e posterior de 6 m, não devendo a profundidade máxima de construção exceder 17 m no rés-do-chão e 15 m nos restantes pisos;
- e) As alterações ou ampliações de construções já existentes deverão cumprir a legislação em vigor e integrar-se no ambiente envolvente.

3 — Zonas de habitação para-urbana (ZH2) — zonas integradas na área rural e exclusivamente destinadas a habitação do agricultor, pelo que será apenas de considerar a existência de um fogo por lote, e onde:

- a) O índice máximo de ocupação será de 4 fogos/ha;
- b) Podendo as construções serem isoladas, geminadas e em banda, deverão elas deixar afastamentos frontais mínimos de 10 m, destinando-se à agricultura os logradouros posteriores;
- c) As construções não devem exceder o máximo de dois pisos;
- d) A profundidade máxima de construção não deve exceder 15 m no rés-do-chão e 12 m no 2.º piso.

4 — Zonas de 2.ª residência (ZH3) — zonas novas de habitação proposta para a área de mata; a sua finalidade principal é a de possibilitar a criação de espaços destinados à construção de segundas residências — tendo em vista as características de veraneio da área — e de sectores de reserva que permitam ao município as permutas de lotes decorrentes das operações de reorganização das áreas existentes, e onde:

- a) O índice máximo de ocupação é de 18 fogos/ha;
- b) No desenvolvimento dos estudos dever-se-á ter em especial atenção a salvaguarda do coberto florestal existente, por forma a minimizar os abates de árvores;
- c) Podendo as construções ser isoladas, geminadas e em banda, deverão elas deixar afastamentos frontais mínimos de 5 m, devendo os logradouros posteriores manter na medida do possível o coberto florestal existente;
- d) As construções não devem exceder o máximo de dois pisos;
- e) A profundidade máxima de construção não deve exceder 15 m no rés-do-chão e 12 m no 2.º piso.

5 — ZH3-G — Zona de 2.ª habitação — golfe — zona nova de habitação proposta para a zona do golfe (ZVR zona verde de recreio — golfe) e integrada na zona de mata; a sua finalidade principal é a de possibilitar a criação de espaços destinados à construção de habitação para dar apoio à zona de golfe, tendo em vista as características de veraneio da área, e onde:

- a) O índice máximo de ocupação é de 18 fogos/ha;
- b) No desenvolvimento de estudos dever-se-á ter em especial atenção a salvaguarda da cobertura florestal existente, por forma a minimizar o abate de arvoredo;
- c) Podendo as construções ser isoladas, geminadas ou em banda, deverão elas deixar afastamentos frontais de 5 m, devendo os logradouros manter, na medida do possível, a cobertura florestal existente;
- d) As construções não deverão exceder o máximo de dois pisos;
- e) A profundidade máxima de construção não deve exceder 15 m no rés-do-chão e 12 m no 2.º piso;
- f) O edifício destinado a equipamento hoteleiro (14), previsto para esta área, não deverá exceder o máximo de três pisos acima do solo, não devendo a construção exceder 17 m no rés-do-chão e 15 m nos pisos.

6 — Zonas de comércio e serviço (ZM) — incluídos nas zonas de habitação e nos locais indicados na planta de síntese anexa ao presente Regulamento, serão admitidos edifícios com lojas no rés-do-chão para comércio e serviço de apoio à zona residencial, e em que:

- a) Os andares poderão ser destinados a habitação ou escritórios;
- b) Os índices de ocupação, número máximo de pisos, disposições das construções e afastamentos terão de se cingir às indicações feitas relativamente às zonas de habitação em que se insiram;
- c) A profundidade máxima de construção no rés-do-chão não deve exceder 17 m e nos andares os valores indicados para as zonas de habitação envolventes.

7 — Zonas verdes de protecção (ZVP) — zonas interditas à agricultura e a construções de qualquer espécie (*non aedificandi*) que estão definidas com um mínimo de 50 m para cada lado das estradas, valas, canais, lagos e dunas da praia.

8 — Zona verde de recreio (ZVR) — zonas destinadas a fins recreativos e de lazer, nomeadamente parques de campismo, equipamentos desportivos, zonas de merendas, viveiros, etc.

9 — Zona para-rural (ZPR) — zona relativa a pequenas áreas tradicionalmente ligadas a fins agrícolas e que não afectam as matas existentes ou outras zonas verdes, nela apenas sendo permitidas construções de apoio à actividade agrícola.

10 — Zona rural (ZR) e de mata (M) — as zonas em questão não deverão sofrer alterações que as desvirtuem e ponham em perigo o valioso coberto florestal existente, que urge salvaguardar com factor de defesa do meio ambiente.

11 — Zonas de praia (ZP) — proposta para as áreas mais procuradas pelos banhistas, as zonas em causa deverão ter uma ocupação organizada e equipamento apropriado — toldos, barracas, balneários, restaurantes, etc. — e dispor de acessos controlados, a fim de evitar outros atravessamentos selvagens das dunas, salvaguardando-as de quaisquer factores de erosão ou degradação.

12 — ZVR — zona verde de recreio — golfe — zona destinada exclusivamente à implantação de um campo de golfe, incluindo as respectivas áreas de serviços e manutenção, e onde:

- Não poderá ser feito qualquer tipo de construções e ou movimentação de terras, sem que para o efeito seja aprovado o projecto do complexo, que deverá incluir, obrigatoriamente, estudo de impacte ambiental;
- Deverá ser reduzida ao mínimo a área de movimentação de areias, de forma a não ser alterado profundamente o relevo actual;
- A área a relvar para buracos de golfe não poderá exceder 40 % da área total, devendo a restante área ser florestada e ou ajardinada;

- A área a impermeabilizar não poderá exceder 1 % da área total do empreendimento e as construções a levar a efeito terão o máximo de dois pisos.

CAPÍTULO III

Equipamentos e estacionamento

Artigo 7.º

Equipamentos

1 — As construções definidas como equipamentos devem cumprir igualmente as indicações feitas para as outras construções nas zonas em que se inseriram.

2 — Pelo seu carácter mais específico, há a considerar alguns equipamentos que não podem subordinar taxativamente o disposto no número anterior e que carecem de soluções próprias e análises pontuais, nomeadamente instalações hoteleiras, escolas, igrejas, mercado.

Artigo 8.º

Parques de estacionamento (P)

Além dos grandes parques de estacionamento público previstos para as zonas periféricas a fim de se evitar o congestionamento no centro das áreas urbanas, o capítulo do parqueamento deverá corresponder aos quantitativos necessários aos equipamentos e atingir a relação de um lugar por fogo.



Direcção-Geral de Transportes Terrestres

Despacho n.º 7171/97 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral de Transportes Terrestres de 21 de Agosto de 1997, na qualidade de substituto legal do director-geral:

Joaquim Manuel Sezões Rodrigues, Carlos Severiano Pereira Drummond Borges, Joaquim Ferreira Carvalho e Pascoela Barreto dos Santos, técnicos superiores de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro permanente desta Direcção-Geral — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores principais da carreira técnica superior do mesmo quadro, sendo exonerados da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação dos novos lugares. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 1997. — O Director de Serviços de Administração e Organização, *L. Sousa e Silva*.

MINISTÉRIOS DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 295/97. — Ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 94/89, de 28 de Março, determinamos que as vagas para a candidatura à matrícula e inscrição, no ano lectivo de 1997-1998, nos cursos de estudos superiores especializados da Escola Náutica Infante D. Henrique são as constantes do anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

12 de Agosto de 1997. — O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho*. — Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO

Escola Náutica Infante D. Henrique**Cursos de estudos superiores especializados**

Vagas para a candidatura à matrícula e inscrição
no ano lectivo de 1997-1998

Escola/cursos de estudos superiores especializados	Vagas
Escola Náutica Infante D. Henrique:	
Administração e Gestão Marítima	20
Gestão e Tecnologia Marítimas	20
Engenharia de Manutenção e Controlo de Sistemas	25
Engenharia de Máquinas Marítimas	25
Engenharia de Sistemas de Electrotecnia e Telecomunicações	20

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Direcção-Geral dos Registos e do Notariado**

Despacho n.º 7172/97 (2.ª série). — Por despachos dos Secretários de Estado da Administração Pública e do Orçamento, respectivamente de 12 de Março e de 21 de Abril de 1997:

Maria João Vicente Lopes — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, com efeitos a partir de 24 de Junho de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, para exercer funções na Conservatória dos Registos Centrais, com direito à remuneração mensal equivalente à categoria de terceiro-oficial (1.º escalão, índice 180), acrescida do subsídio de refeição. (Visto do Tribunal de Contas de 12 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

21 de Agosto de 1997. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários

Aviso n.º 6030/97 (2.ª série). — A seguir se publica a lista do movimento de oficiais de justiça referente ao mês de Junho de 1997, aprovado por despacho de 10 de Julho de 1997 do director-geral dos Serviços Judiciários e rectificado por despacho de 5 de Agosto de 1997.

O prazo de aceitação ou posse decorre até 15 de Setembro de 1996, inclusive. Contudo, para os lugares recentemente criados e preenchidos no âmbito deste movimento, os actos de posse ou aceitação só terão lugar no dia da respectiva instalação.

Todas as nomeações estão isentas de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, com excepção das nomeações para lugares de ingresso, cujo visto será *a posteriori*.

12 de Agosto de 1997. — O Subdirector-Geral, em substituição do Director-Geral, *Domingos Baptista*.

Lista do movimento de oficiais de justiça referente ao mês de Junho de 1997

Nssmj: 9694 FERNANDO AUGUSTO CORREIA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: S.JOAO DA MADEIRA
N.Ordem Antig.:30/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: OLIVEIRA DE AZEIS SECRETARIA GERAL
Obs:ART.49 A

Nssmj: 9554 JUSTINO FARIA DA SILVA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: LOUSADA
N.Ordem Antig.:158/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: PAREDES SECRETARIA GERAL
Obs:ART.49 A

Nssmj:17811 ANTONIO SEVERINO DA SILVA
Categoria:SECRETARIO TECNICO
Tribunal: ALMADA MINISTERIO PUBLICO
N.Ordem Antig.:231/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: ALMADA SECRETARIA GERAL
Obs:ART.49 A

Nssmj:12035 VITOR MANUEL DA SILVA IMAGINARIO
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: ARRAIOLOS
Exerce funcoes : EVORA SECRETARIA GERAL
como SECRETARIO JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:367/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: EVORA RELACAO
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj: 7508 ANTONIO AMADEU DE ALMEIDA PINTO
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: PESO DA REGUA
N.Ordem Antig.:239/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: RESENDE

Nssmj:10290 ALBERTO DIAS LEITAO
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: SANTA COMBA DAO
N.Ordem Antig.:312/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: VISEU TRABALHO

Nssmj: 8641 FRANCISCO ANTUNES DE MATOS CORREIA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ.INST.CRIMINAL
N.Ordem Antig.:347/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: TORRES VEDRAS TRABALHO

Nssmj:15253 JOSE ANTONIO RIBEIRO SERRANO
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Exerce funcoes : SANTAREM SECRETARIA GERAL
como SECRETARIO JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:S/N Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 1 JUIZO
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:12803 ARTUR EUGENIO CAMPOS PAIS
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: S.MARIA FEIRA SEC CENTRAL
N.Ordem Antig.:88/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: SANTA MARIA DA FEIRA TRABALHO
Obs:3.CURSO N.2

Nssmj:11959 ANTONIO CARLOS BENTO DE ALMEIDA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VISEU SECCAO CENTRAL
N.Ordem Antig.:101/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: MANGUALDE
Obs:3.CURSO N.8

Nssmj: 6312 JERONIMO MANUEL VASQUES VILA COVA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VILA DO CONDE SEC CENTRAL
N.Ordem Antig.:132/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: PORTO 2 JUIZO CRIMINAL
Obs:4.CURSO N.26

Nssmj: 4863 JOSE BRANCO RATADO MARTINS
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA EXECUCAO PENAS 3 JUIZO 1 SECCAO

N.Ordem Antig.:89/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA TRABALHO 5 JUIZO
 Obs:4.CURSO N.36

Nssmj: 8834 SILVIO GONCALVES MARTINS
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: VISEU 1 JUIZO COMP.ESP.CRIMINAL 1 SEC.
 N.Ordem Antig.:150/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: SANTA COMBA DAO
 Obs:4.CURSO N.37

Nssmj:16297 ANTONIO AUGUSTO RIBEIRO MARQUES
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Exerce funcoes : SERV.INSPECCAO/CONSELHO SUP.MAGIS-
 TRATURA
 como SECRETARIO DE INSPECCAO, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:218/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: LOUSADA
 Obs:5.CURSO N.31/CESSA COM.SERVICO

Nssmj:13912 MANUEL JOSE SOARES GONCALVES
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: VIANA DO CASTELO SEC CENTRAL
 N.Ordem Antig.:249/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: S.JOAO DA MADEIRA
 Obs:6.CURSO N.2

Nssmj:20020 FERNANDO JORGE CALHEIROS DA CUNHA
 ANDRADE
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Exerce funcoes : SERV.INSPECCAO/CONSELHO OFICIAIS
 JUSTICA
 como SECRETARIO DE INSPECCAO, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:279/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: NISA
 Obs:6.CURSO N.8/CESSA COM.SERVICO

Nssmj:13995 JOSE NEVES DA COSTA
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: COVILHA SECCAO CENTRAL
 N.Ordem Antig.:136/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: PENAMACOR
 Obs:6.CURSO N.16

Nssmj:12325 MANUEL AZEVEDO FERREIRA
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Exerce funcoes : SERV.INSPECCAO/PROCURADORIA
 G.REPUBLICA
 como SECRETARIO DE INSPECCAO, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:251/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: CINFAES
 Obs:6.CURSO N.22/MANTEM COMISSAO

Nssmj: 9448 JOAO FERNANDES PEDRO
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Exerce funcoes : SERV.INSPECCAO/CONSELHO OFICIAIS
 JUSTICA
 como SECRETARIO DE INSPECCAO, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:258/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: VILA FRANCA XIRA TRABALHO
 Obs:6.CURSO N.27/CESSA COM.SERVICO

Nssmj:12816 MANUEL DOS SANTOS PEREIRA PINTO
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: LAMEGO TRABALHO 1 SECCAO
 N.Ordem Antig.:255/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL

Tribunal: PESO DA REGUA
 Obs:6.CURSO N.38

Nssmj:13519 ANTONIO MIGUEL SIMOES LOPES CURTO
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: COIMBRA ADM.CIRCULO 1 SECCAO
 N.Ordem Antig.:318/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: CALDAS DA RAINHA TRABALHO
 Obs:6.CURSO N.39

Nssmj: 1254 JOSE ALBERTO MARTINHO PEREIRA
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: OEIRAS 1 SECCAO AFECTA TR.CIRCULO
 N.Ordem Antig.:129/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA PEQ.INST.CRIMINAL
 Obs:6.CURSO N.42

Nssmj:13797 GILBERTO DE LIMA E SILVA
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: ESPINHO 2 SECCAO
 N.Ordem Antig.:283/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: PORTIMAO
 Obs:6.CURSO N.51

Nssmj:19492 FLORIVAL FERNANDES DA PONTE
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Exerce funcoes : CENTRO ESTUDOS JUDICIARIOS LISBOA
 como ESCRIVAO DIREITO, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:502/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: ESTREMOZ
 Obs:6.CURSO N.66/CESSA COM.SERVICO

Nssmj:12203 JOSE MANUEL VELEZ BERARDO
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: SINTRA TR.CIRCULO 2 SECCAO
 N.Ordem Antig.:119/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: FERREIRA DO ALENTEJO
 Obs:6.CURSO N.71

Nssmj:12362 LUIS FILIPE HENRIQUES FERNANDES
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Exerce funcoes : SANTA CRUZ
 como SECRETARIO JUDICIAL, NOM.INTE-
 RINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:164/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: SANTA CRUZ

Nssmj:12370 MARIA DA ASCENSAO BRITO MARQUES
 PIRES
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: OLHAO DA RESTAURACAO 2 SECCAO
 N.Ordem Antig.:407/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: MONCHIQUE
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:19665 ADELINO MANUEL GASPAR DA CRUZ
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: FUNCHAL TR.CIRCULO 1 JUIZO 1 SECCAO
 N.Ordem Antig.:441/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: FUNCHAL TR.CIRCULO
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:11986 MONICA DE JESUS RUAS COUTINHO GASPAR
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: BARREIRO 1 SECCAO AFECTA TR.CIRCULO
 N.Ordem Antig.:451/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL

Tribunal: BARREIRO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:21949 CARLOS ALBERTO LOUREIRO MARTINS
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Exerce funcoes : CALDAS DA RAINHA TRABALHO
como SECRETARIO JUDICIAL, NOM.INTE-
RINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:543/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: RIO MAIOR

Nssmj:15333 MANUEL FERNANDO DA SILVA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Exerce funcoes : PRAIA DA VITORIA
como SECRETARIO JUDICIAL, NOM.INTE-
RINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:644/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: PRAIA DA VITORIA

Nssmj:13996 MANUEL CAMPOS MARQUES SERRAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO SUPRANUMERARIO
COLOCACAO
Tribunal: PORTEL
Exerce funcoes : PORTEL
como SECRETARIO JUDICIAL, NOM.INTE-
RINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:409/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: PORTEL

Nssmj:20508 JOSE CARLOS REIS MONSANTO
Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
Tribunal: GUARDA MINISTERIO PUBLICO 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:48/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
Tribunal: MEDA
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:12530 MARIA DA PIEDADE SANTOS SILVA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO DISPONIBILIDADE
AFECTACAO
Tribunal: TORRES VEDRAS TRABALHO
N.Ordem Antig.:272/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA 3,4 VARAS CRIMINAIS SEC.CEN.
Obs:ART.71 N.3

Nssmj:17879 FERNANDO DA SILVA FRANCO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO DISPONIBILIDADE
AFECTACAO
Tribunal: MONCAO
N.Ordem Antig.:310/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VIANA DO CASTELO SEC CENTRAL
Obs:ART.71 N.3

Nssmj:17867 JOSE MANUEL FARINHA DE MOURA MENDES
Categoria:ESCRIVAO DIREITO SUPRANUMERARIO
COLOCACAO
Tribunal: PENAMACOR
N.Ordem Antig.:562/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: COLOC.APOS SIT.SUPRANUM.
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTALEGRE SECCAO AFECTA TR.CIRCULO
Obs:ART.71 A) N.3 E N.4

Nssmj: 9133 ARMINDO DE FIGUEIREDO LOURENCO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO EXECUCAO PENAS 1 JUIZO 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:21/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VISEU 1 JUIZO COMP.ESP.CRIMINAL 1 SEC.

Nssmj:10559 SILVINO LOPES DOMINGOS
Categoria:ESCRIVAO DIREITO

Tribunal: LOUSA 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:384/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COIMBRA ADM.CIRCULO 1 SECCAO

Nssmj:18126 EVARISTO ADERITO PEREIRA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 4 JUIZO SEC.CENTRAL
N.Ordem Antig.:398/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO EXECUCAO PENAS 1 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:13200 MANUEL REBELO GOMES
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VISEU 1 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC
N.Ordem Antig.:415/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VISEU SECCAO CENTRAL

Nssmj:11992 MARIA NOEMIA LOURENCO OLIVEIRA
FIGUEIREDO PEREIRA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: MANGUALDE 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:426/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VISEU 1 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC

Nssmj:15257 FRANCLIM ALVES TEIXEIRA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VILA NOVA GAIA 1 JUIZO C.ESP CIV.1 SEC
N.Ordem Antig.:476/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO SEC.CENTRAL

Nssmj:14629 CARLOS MANUEL BAPTISTA NHICAS CAN-
DEIAS
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: EVORA 1 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC.
N.Ordem Antig.:514/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: EVORA RELACAO 1 SECCAO

Nssmj:13015 EDUARDO CARLOS CORREIA SILVESTRE
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA 3,4 VARAS CRIMINAIS 4 SEC.
N.Ordem Antig.:528/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA RELACAO SECCAO CENTRAL

Nssmj:12125 ANTONIO TAVARES
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VAGOS 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:312/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VALE DE CAMBRA 1 SECCAO

Nssmj:12160 MARIA SUZEL FERNANDES PINTO ASCEN-
CAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: CASTELO BRANCO TRABALHO 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:317/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COVILHA 3 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:11901 MARIA BEATRIZ PIRES
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO 3 SECCAO
N.Ordem Antig.:340/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 4 JUIZO SEC.CENTRAL

Nssmj:12695 MAXIMINO MANUEL MARTINS MAXIMIANO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 7 JUIZO 3 SECCAO

N.Ordem Antig.:360/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LAMEGO TRABALHO 1 SECCAO

Nssmj:16241 GRACIETE PEREIRA DE ALMEIDA E SILVA
PAIS

Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: FARO 1 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC
N.Ordem Antig.:393/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: OEIRAS 1 SECCAO AFECTA TR.CIRCULO

Nssmj:12802 JOSE MANUEL FONSECA MACEDO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: CABECEIRAS DE BASTO 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:533/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: FAFE 3 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:19841 MARIA DE LURDES MOURA SENA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO SEC.CENTRAL
N.Ordem Antig.:564/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: MAIA 3 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:17156 FERNANDO PINTO VIEIRA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 8 JUIZO 2 SECCAO
N.Ordem Antig.:601/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 6 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:11631 RUI MANUEL CORREIA LOPES
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COVILHA 1 JUIZO 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:622/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: CASTELO BRANCO TRABALHO 1 SECCAO

Nssmj:15222 JORGE MANUEL DA SILVA VIDAL CONSTAN-
TINO

Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: ESTARREJA 2 SECCAO
N.Ordem Antig.:641/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: ALBERGARIA-A-VELHA 1 SECCAO

Nssmj:19951 MARIO CAETANO BEJA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COVILHA 2 JUIZO 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:653/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COVILHA SECCAO CENTRAL

Nssmj:14745 JULIETA MARGARIDA MARQUES ALMEIDA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL 2 SECCAO
N.Ordem Antig.:670/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO 3,4 VARAS CRIMINAIS 2 SEC.

Nssmj:15547 JOSE FONSECA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: GOUVEIA 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:747/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: MANGUALDE 1 SECCAO

Nssmj:17907 JOAO DE MATOS CANAS
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VILA FRANCA XIRA TRABALHO 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:139/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA

Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA TRABALHO 2 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:19848 AUREA MARIA RAPOSO DA IGREJA
CANHOTO

Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 8 JUIZO 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:640/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: MATOSINHOS 5 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC

Nssmj:17434 JOSE MANUEL DA SILVA ANTUNES
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA TRABALHO 4 JUIZO 3 SECCAO
N.Ordem Antig.:654/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA 2 JUIZO CRIMINAL 2 SECCAO

Nssmj:15332 MARIA FERNANDA DE SOUSA BOTELHO
MEIRELES

Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: GONDOMAR 3 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC
N.Ordem Antig.:712/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VILA NOVA GAIA 1 JUIZO C.ESP.CRIM.1 SEC

Nssmj: 1252 JOAO LUIS ZURZICA TEIXEIRA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA 2 JUIZO CRIMINAL 2 SECCAO
N.Ordem Antig.:749/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA EXECUCAO PENAS 3 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:18100 MANUEL HENRIQUE FERREIRA MARQUES
RIBEIRO

Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA CIVEL 4 JUIZO 3 SECCAO
N.Ordem Antig.:764/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA TRABALHO 4 JUIZO 3 SECCAO

Nssmj:16193 ANTONIO GILBERTO RIBEIRO FERREIRA DE
MATOS

Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Exerce funcoes : OEIRAS
como ESCRIVAO DIREITO, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:775/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: OEIRAS 2 SECCAO AFECTA TR.CIRCULO
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:13904 MARIA DE FATIMA VEIGA SEQUEIRA GON-
CALVES COSTA

Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTIMAO 2 JUIZO 1 SECCAO
N.Ordem Antig.:S/N Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTIMAO 3 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:15282 JORGE RUI DA CUNHA FREITAS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CHAVES
N.Ordem Antig.:180/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: CABECEIRAS DE BASTO 1 SECCAO
Obs:8.CURSO N.50

Nssmj:12918 JOAO ANTONIO CARVALHO SEQUEIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CASTELO BRANCO
N.Ordem Antig.:262/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COVILHA 1 JUIZO 1 SECCAO
Obs:9- CURSO N.19

Nssmj:18157 MANUEL PINTO MADUREIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO

Tribunal: PORTO TRABALHO 3 JUIZO
N.Ordem Antig.:222/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: MAIA 4 JUIZO 1 SECCAO
Obs:9- CURSO N.47

Nssmj:14658 ALICE BELINHA E SA RELVAS DIAS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: ESPINHO
N.Ordem Antig.:268/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: ESPINHO 2 SECCAO
Obs:9- CURSO N.48

Nssmj:18359 MARIA MANUELA DE JESUS MOREIRA FARIA DE SOUSA

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: GONDOMAR TRABALHO
N.Ordem Antig.:148/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PENAFIEL TRABALHO 2 SECCAO
Obs:10.CURSO N.27

Nssmj:17769 JOAO VENTURA BRANQUEIRO CANAS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LOURES TRABALHO
N.Ordem Antig.:34/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VILA FRANCA XIRA TRABALHO 1 SECCAO
Obs:10.CURSO N.48

Nssmj:13529 JOSE MANUEL SIMOES NOGUEIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : VILA DO CONDE 3 JUIZO
como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:377/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PONTE DE LIMA 2 JUIZO 1 SECCAO
Obs:11.CURSO N.11/ CESSA INTERINIDADE

Nssmj:18496 MANUEL REINALDO BASTOS DE OLIVEIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PONTE DA BARCA
N.Ordem Antig.:182/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VIANA DO CASTELO 2 JUIZO C.ESP.CRIM 1 SEC
Obs:11.CURSO N.35

Nssmj:11892 MARIA DA CONCEICAO DE JESUS DUARTE RAMALHO

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: EVORA RELACAO
N.Ordem Antig.:84/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: EVORA TRABALHO 1 SECCAO
Obs:11.CURSO N.59

Nssmj:19635 LUISA AFONSO DIZ
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA RELACAO
N.Ordem Antig.:225/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COIMBRA 2 JUIZO COMP.ESP.CRIM.1 SEC.
Obs:11.CURSO N.64

Nssmj: 7872 MANUEL DE SOUSA FERNANDES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO 3,4 VARAS CRIMINAIS
N.Ordem Antig.:97/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL 2 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:17795 MANUEL FONSECA FIGUEIREDO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO

Exerce funcoes : SETUBAL 1 SECCAO AFECTA TR.CIRCULO
como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:144/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: SETUBAL 4 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC

Nssmj:13485 ANA MARIA DA CUNHA FARIA SANTINHO COELHO

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA RELACAO
N.Ordem Antig.:153/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA 3 JUIZO CRIMINAL 1 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:17949 JOAQUIM ANTONIO MENDES MARTINS

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CIRCULO
N.Ordem Antig.:194/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA CIVEL 4 JUIZO 2 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:19374 MARIA ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS SENHORINHO

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: SILVES
N.Ordem Antig.:211/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: SILVES 2 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:18921 JOAO GONCALO NUNES GONCALVES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : BARREIRO SECCAO CENTRAL
como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:379/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: ALMADA 3 JUIZO COMP.ESP.CRIMINAL 1 SEC.

Nssmj:17514 ANTONIO LUIS PEREIRA BASTOS DE MIRANDA

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: SETUBAL
N.Ordem Antig.:387/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: SETUBAL 1 SECCAO AFECTA TR.CIRCULO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:19518 MARIA ARMINDA RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO RELACAO
N.Ordem Antig.:397/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 7 JUIZO 3 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:10211 JOAQUIM JOSE BARBOSA TEIXEIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 9 JUIZO
N.Ordem Antig.:398/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: MATOSINHOS 6 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:11918 MARIA ALICE SEQUEIRA FRAGOSO RIBEIRO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : OLIVEIRA DO HOSPITAL 1 SECCAO
como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:403/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: GOUVEIA 1 SECCAO

Nssmj:17460 JOSE DA FONSECA COELHO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO

Exerce funcoes : COIMBRA 4 JUIZO COMP.ESP.CRIM.1 SEC.
como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:410/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: TRANCOSO 1 SECCAO

Nssmj:20062 MARIA MANUELA AZEVEDO MARTINS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PACOS DE FERREIRA
N.Ordem Antig.:412/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PENAFIEL 1 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:18155 JOSE PEREIRA LOURENCO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CANTANHEDE
N.Ordem Antig.:416/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COIMBRA 4 JUIZO COMP.ESP.CRIM.1 SEC.
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:16758 EMANUEL FERNANDO GOUVEIA MONIZ
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : LISBOA CIVEL 4 JUIZO 2 SECCAO
como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:422/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: SINTRA TR.CIRCULO 1 SECCAO

Nssmj:17246 ARNALDO ALBERTO SEQUEIRA LOURENCO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INST.CRIMINAL
N.Ordem Antig.:437/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA CIVEL 4 JUIZO 3 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:17807 MARIA LUISA COSTA MACANA CARDOSO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA NOVA GAIA
N.Ordem Antig.:439/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: VILA NOVA GAIA 1 JUIZO C.ESP CIV.1 SEC
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:18454 JOSE MARTINS FERNANDES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VISEU
N.Ordem Antig.:441/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: CASTRO DAIRE 1 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:20265 AMADEU FERREIRA RIBEIRO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: S.MARIA FEIRA
N.Ordem Antig.:484/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: S.MARIA FEIRA SEC CENTRAL
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:20258 JULIETA SILVA GUIMARAES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 2 JUIZO
N.Ordem Antig.:485/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO 3 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:20741 MARIA ISABEL DE JESUS DIAS DE LIMA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: ANGRA DO HEROISMO
N.Ordem Antig.:496/95 Cl.Serv.:MUITO BOM

Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: ANGRA DO HEROISMO 1 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:20900 SERGIO PAULO DO NASCIMENTO DA SILVA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 17 JUIZO
N.Ordem Antig.:497/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO SEC.CENTRAL
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:21060 CRISTOVAO MANUEL POMBO ALCADA
SUTRE
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: COVILHA
N.Ordem Antig.:515/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COVILHA 2 JUIZO 1 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:22698 JESUS MANUEL GUIMARAES FERREIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : VALE DE CAMBRA 1 SECCAO
como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:523/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: ESTARREJA 2 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:19788 JOSE ANTONIO ALEGRE PINTO ANGELO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA TRABALHO
N.Ordem Antig.:538/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: COIMBRA 1 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC.
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:20247 JOAO MANUEL PEREIRA GONCALVES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO
N.Ordem Antig.:543/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 8 JUIZO 1 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:25884 JOAO CONSTANCO BARATA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : SANTIAGO DO CACEM SEC.AFECTA
TR.CIRCULO
como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:546/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: SANTIAGO DO CACEM SEC.AFECTA TR.CIR-
CULO

Nssmj:21212 LAURENTINA ANJOS PEREIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO
N.Ordem Antig.:549/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: PORTO CIVEL 8 JUIZO 2 SECCAO
Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:22953 ANTONIO GRACILIANO ROSARIO GUIMA-
RAES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : PENAFIEL 1 SECCAO
como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
N.Ordem Antig.:550/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
Categoria:ESCRIVAO DIREITO
Tribunal: MATOSINHOS 2 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC

Nssmj:23271 BERNARDINO JOSE GATO MILHEIRAS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL 1 JUIZO
1 SEC

como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:551/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: BARREIRO 1 SECCAO AFECTA TR.CIRCULO

Nssmj:13619 ANTONIO RODRIGUES DE AGUIAR POMBO GONCALVES

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: PONTA DO SOL
 N.Ordem Antig.:560/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: FUNCHAL TR.CIRCULO 1 JUIZO 1 SECCAO
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:16731 MAXIMIANO PROVISOIR REBELO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Exerce funcoes : EVORA RELACAO
 como ESCRIVAO ADJUNTO, REQUISICAO
 N.Ordem Antig.:565/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: MONTEMOR-O-NOVO 2 JUIZO 1 SECCAO
 Obs:CESSA REQUISICAO

Nssmj:20015 MARIA DO CEU TINOCO AMIGUINHO TANICAS

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: BEJA
 N.Ordem Antig.:599/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: BEJA 2 SECCAO
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:20245 JOSE ANTONIO DOS SANTOS PIRES
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA FAMILIA 3 JUIZO
 N.Ordem Antig.:601/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: SINTRA TR.CIRCULO 2 SECCAO
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:19995 ARTUR ARAUJO BARRIAS
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: GONDOMAR
 N.Ordem Antig.:605/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: GONDOMAR 3 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:20311 JOSE MANUEL PINTO ROCHA
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: BRAGA TR.CIRCULO
 N.Ordem Antig.:617/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: FELGUEIRAS 3 JUIZO 1 SECCAO
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:24849 ALBERTO CARLOS DE ABREU LOBO MATOS
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: ALBUFEIRA
 N.Ordem Antig.:654/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: ALBUFEIRA 1 SECCAO
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj: 9122 LEONIDIO VIEIRA CARDOSO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: PORTO CIVEL 4 JUIZO
 N.Ordem Antig.:657/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: MATOSINHOS 4 JUIZO COMP.ESP.CRIMINAL 1 SEC
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:25703 MANUEL JOAQUIM FERREIRA GONCALVES
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO

Tribunal: LEIRIA
 N.Ordem Antig.:690/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: OUREM 2 SECCAO
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:19332 CARLOS MANUEL GIL BAPTISTA
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Exerce funcoes : EVORA TRABALHO 1 SECCAO
 como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:702/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: EVORA 1 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC.

Nssmj:27697 HELDER ANTONIO DUARTE DE SOUSA
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Exerce funcoes : ALBUFEIRA 1 SECCAO
 como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:763/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: FARO FAMILIA E MENORES 1 SECCAO

Nssmj:17866 JOSE LUIS FARIA MARQUES
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Exerce funcoes : OUREM 2 SECCAO
 como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:789/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: FERREIRA DO ZEZERE 1 SECCAO

Nssmj:21367 MANUEL VITOR MORAIS LOUSADA
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Exerce funcoes : VILA VICOSA 1 SECCAO
 como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:868/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: VILA VICOSA 1 SECCAO

Nssmj:24845 MARIA FERNANDES LAVAREDES FERREIRA
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: PORTO CIVEL 5 JUIZO
 N.Ordem Antig.:970/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: VILA DO CONDE 3 JUIZO 1 SECCAO
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:23800 MARIA DE LURDES CABRAL RIBEIRO COUTO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Exerce funcoes : RIBEIRA GRANDE 1 SECCAO
 como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:1119/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: RIBEIRA GRANDE 1 SECCAO

Nssmj:25609 EMILIA DE JESUS SANTOS PEDROSO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Exerce funcoes : PONTA DELGADA TRABALHO 1 SECCAO
 como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:1120/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: PONTA DELGADA TRABALHO 1 SECCAO

Nssmj:23260 ANTONIO MANUEL MENDES FIGUEIRAS DA CRUZ

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: VILA REAL SANTO ANTONIO
 N.Ordem Antig.:1180/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimto: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: FARO 1 JUIZO COMP.ESP.CIVEL 1 SEC
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:22046 JOSE MIGUEL ROSA RAMOS
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: OEIRAS
 N.Ordem Antig.:1233/95 Cl.Serv.:MUITO BOM

Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria: ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: MONTIJO 3 JUIZO 1 SECCAO
 Obs: C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:27611 ANTONIO MANUEL CONSTANTE DE OLIVEIRA

Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Exerce funcoes : PORTIMAO SECCAO CENTRAL
 como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:1377/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria: ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: PRAIA DA VITORIA 1 SECCAO

Nssmj:30142 EMIDIO MANUEL MESTRE
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: OLHAO DA RESTAURACAO
 N.Ordem Antig.:1732/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria: ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: OLHAO DA RESTAURACAO 2 JUIZO 1 SECCAO
 Obs: C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:18177 JOSE MARIA ALVES MOREIRA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO
 N.Ordem Antig.:183/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria: ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: VILA DO CONDE SEC CENTRAL
 Obs: C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj: 9279 CARLOS LUZ MARQUES LOPES
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: VAGOS
 N.Ordem Antig.:246/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria: ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: VAGOS 1 SECCAO
 Obs: C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:17780 ANTONIO FERNANDO CARDOSO DE FREITAS
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
 N.Ordem Antig.:254/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria: ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL 1 JUIZO 1 SEC
 Obs: C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:31372 CARLOS JOSE LEONCO FARINHA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: PORTIMAO
 N.Ordem Antig.:1476/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria: ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: PORTIMAO 2 JUIZO 1 SECCAO
 Obs: C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:26915 ANTONIO JOSE CORREIA FERNANDES
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA 1,2 VARAS CRIMINAIS
 N.Ordem Antig.:1479/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria: ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: PORTIMAO SECCAO CENTRAL
 Obs: C/DECL.VACATURA LUGAR

Nssmj:33458 EDUARDO JORGE DA SILVA PAULO
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Exerce funcoes : SILVES 2 SECCAO
 como ESCRIVAO DIREITO, NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 N.Ordem Antig.:1784/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria: ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: LOULE 2 JUIZO 1 SECCAO

Nssmj:23648 ANA MARIA CARVALHO RAFAEL ALMEIDA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 N.Ordem Antig.:1171/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: COLOCACAO
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 1 JUIZO
 Obs: ARTS.86 E 87 DO DEC.LEI 497/88 DE 30/12

Nssmj:19678 ELISABETE DE JESUS ABREU DA FONSECA PIRES

Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO DISPONIBILIDADE AFECTACAO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO
 N.Ordem Antig.:710/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO
 Obs: ART.71 N.3

Nssmj:23473 HENRIQUE MONTEIRO DA CUNHA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO DISPONIBILIDADE AFECTACAO
 Tribunal: SINTRA TR.CIRCULO
 N.Ordem Antig.:1217/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: SINTRA TR.CIRCULO
 Obs: ART.71 N.3

Nssmj:19579 MARIA FERNANDA MARTINS CABRITA COELHO GUERREIRO

Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO DISPONIBILIDADE AFECTACAO
 Tribunal: FARO FAMILIA E MENORES
 N.Ordem Antig.:505/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: OLHAO DA RESTAURACAO
 Obs: ART.71 N.3

Nssmj:20351 OLINDA LOPES OLIVEIRA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO DISPONIBILIDADE AFECTACAO
 Tribunal: FERREIRA DO ZEZERE
 N.Ordem Antig.:511/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LEIRIA
 Obs: ART.71 N.3

Nssmj:26090 EUGENIA MARIA DUARTE CRUZ DE ARAUJO
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO DISPONIBILIDADE AFECTACAO
 Tribunal: LOULE
 N.Ordem Antig.:1383/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: VILA NOVA GAIA
 Obs: ART.71 N.3

Nssmj:34459 JOAO MIGUEL MATA GONCALVES DE BARROS

Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO DISPONIBILIDADE AFECTACAO
 Tribunal: PRAIA DA VITORIA
 N.Ordem Antig.:1799/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: ANGRA DO HEROISMO
 Obs: ART.71 N.3

Nssmj:23159 LUIS ANTONIO BRANCO CORREIA DA CONCEICAO

Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO DISPONIBILIDADE AFECTACAO
 Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
 N.Ordem Antig.:911/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: COIMBRA
 Obs: ART.71 N.3

Nssmj:22059 MARIA DOS REIS SIMAO GOMES DE MATOS
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO DISPONIBILIDADE AFECTACAO
 Tribunal: PORTIMAO
 N.Ordem Antig.:1671/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: SILVES
 Obs: ART.71 N.3

Nssmj:15111 GERMANO DO NASCIMENTO CALO AGUIAR Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL N.Ordem Antig.:109/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO EXECUCAO PENAS	Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA CIVEL 6 JUIZO
Nssmj:12542 CECILIA PEREIRA FERREIRA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA CIVEL 11 JUIZO N.Ordem Antig.:142/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA RELACAO	Nssmj:21401 ANA MARIA BARAO CATITA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA CIVEL 6 JUIZO N.Ordem Antig.:834/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: OEIRAS
Nssmj:17416 RUI JORGE DE OLIVEIRA TELHADA AGRIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: COIMBRA N.Ordem Antig.:198/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: COIMBRA RELACAO	Nssmj:20395 ISABEL DE ARAUJO SOARES Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: CAMINHA N.Ordem Antig.:845/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: VIANA DO CASTELO
Nssmj:20723 ANTONIO FRANCISCO DA CONCEICAO MATEUS DOS SANTOS Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: EVORA TRABALHO N.Ordem Antig.:231/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: EVORA RELACAO	Nssmj:22567 PAULA VIRGINIA CALIX ASSUNCAO DINIS CORREIA DE CONCEICAO Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: ANGRA DO HEROISMO N.Ordem Antig.:939/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: COIMBRA TRABALHO
Nssmj:13932 MARIA MANUELA VEIGA SIMAO REBELO FERREIRA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO CIVEL 8 JUIZO N.Ordem Antig.:290/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO RELACAO	Nssmj:21895 ANA ISABEL LIMA DOS SANTOS Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO TRABALHO 5 JUIZO N.Ordem Antig.:1017/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO TRABALHO 3 JUIZO
Nssmj:14993 MARIA ALICE MONTEIRO DE OLIVEIRA RAMOS Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Exerce funcoes : LISBOA 4 JUIZO CRIMINAL como ESCRIVAO ADJUNTO, COMISSAO SERVICO N.Ordem Antig.:430/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA 4 JUIZO CRIMINAL Obs:CESSA COMISSAO SERVICO	Nssmj:15489 ANTONIO DA RESSUREICAO MARTINS Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: VILA NOVA FOZ COA N.Ordem Antig.:1092/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: CARRAZEDA DE ANSIAES
Nssmj:20298 ANA MARIA REIS PINTO Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL N.Ordem Antig.:614/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA FAMILIA 3 JUIZO	Nssmj:25116 MARIA DO CARMO MENDES PACHECO MIRANDA CORREIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL N.Ordem Antig.:1199/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO FAMILIA 2 JUIZO
Nssmj:21296 ANTONIO ALBERTO VICENTE PEREIRA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO N.Ordem Antig.:636/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: MAIA	Nssmj:31371 JOSE MANUEL EUSEBIO Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LAMEGO TRABALHO N.Ordem Antig.:1474/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: VILA NOVA FOZ COA
Nssmj:18594 DUARTE PEDRO CESAR MARTINS GUERRA CORREIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA CIVEL 10 JUIZO N.Ordem Antig.:643/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CIRCULO	Nssmj:32720 JOAO LUIS DOS SANTOS ALMEIDA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA CIVEL 17 JUIZO N.Ordem Antig.:1773/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA CIVEL 14 JUIZO
Nssmj:21933 CLARISSE DE SAO JOSE ARAUJO DE SOUSA GOMES Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO N.Ordem Antig.:735/95 Cl.Serv.:MUITO BOM Provimento: TRANSFERENCIA	Nssmj:18925 MANUEL JOAQUIM SANTOS PEREIRA DA SILVA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO N.Ordem Antig.:323/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO CIVEL 2 JUIZO
	Nssmj:12977 JOAQUINA DA SILVA NOVAIS Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO CIVEL 6 JUIZO N.Ordem Antig.:342/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO Provimento: TRANSFERENCIA Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO Tribunal: PORTO TRABALHO 5 JUIZO

Nssmj:20300 ANA MARIA DE ANDRADE SOARES FERREIRA

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 4 JUIZO
N.Ordem Antig.:419/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: OEIRAS

Nssmj:19145 AMILCAR DOS SANTOS CRUZEIRO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LOURES
N.Ordem Antig.:579/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LOURES TRABALHO

Nssmj:14202 JOSE AZEVEDO DOS SANTOS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LEIRIA
N.Ordem Antig.:582/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: ESPINHO

Nssmj:20501 MARIA JOSE MACHADO MARQUES SANTOS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO
N.Ordem Antig.:620/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 8 JUIZO

Nssmj:18411 ELSA MARIA DA CONCEICAO MACHADO MARQUES

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 14 JUIZO
N.Ordem Antig.:691/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 1,2 VARAS CRIMINAIS

Nssmj:21289 FERNANDA EULALIA BAPTISTA DA SILVA OLIVEIRA

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:824/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO

Nssmj:19913 MARIA AUGUSTA NEVES CAMPOS PEREIRA CAMELO

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA
N.Ordem Antig.:1006/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA TR.CIRCULO

Nssmj:20299 FERNANDA DOS SANTOS MOREIRA SOARES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO
N.Ordem Antig.:1010/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MAIA

Nssmj:22537 HENRIQUETA DO ROSARIO BISPO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : VILA VICOSA
como ESCRIVAO ADJUNTO, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:1031/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA VICOSA
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:17695 ULISSES ANTONIO DA CRUZ PEREIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA TR.CIRCULO
N.Ordem Antig.:1134/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CANTANHEDE

Nssmj:20352 MARILIA MAIA PEREIRA FLOR
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO
N.Ordem Antig.:1158/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MAIA

Nssmj:22399 HELENA MARIA CASQUINHA DO CARMO PACHECO PINTO

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:1255/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 2 JUIZO

Nssmj:24808 JOSE MIGUEL TRINDADE VEIGA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: FELGUEIRAS
N.Ordem Antig.:1307/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA POUCA AGUIAR

Nssmj:20293 MARIA ISABEL GOMES DA COSTA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA VERDE
N.Ordem Antig.:1331/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PONTE DA BARCA

Nssmj:26302 JULIO MANUEL MARQUES TEIXEIRA ROQUE

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MARINHA GRANDE
N.Ordem Antig.:1334/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: FIGUEIRA DA FOZ

Nssmj:22266 INES MARIA DE FREITAS TEIXEIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO FAMILIA 2 JUIZO
N.Ordem Antig.:1390/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MATOSINHOS

Nssmj:30001 LUCIA MARIA GOMES COELHO MONSERATE

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:1438/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 2 JUIZO

Nssmj:26909 DOMINGOS JOSE DE OLIVEIRA REIS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: POVOA DE VARZIM
N.Ordem Antig.:1494/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO 3,4 VARAS CRIMINAIS

Nssmj:22364 AMELIA MADALENA FERNANDES DE SOUSA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PAREDES DE COURA
N.Ordem Antig.:1535/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VIANA DO CASTELO

Nssmj:27068 ANTONIO SILVESTRE DA SILVA NUNES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTIMAO
N.Ordem Antig.:1688/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MONCHIQUE

Nssmj:30789 BALSAMINA PAULA ALMEIDA BATISTA MARQUES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO

Tribunal: S.JOAO DA MADEIRA
N.Ordem Antig.:1754/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VISEU

Nssmj:31502 ALMERINDO SOARES DE FREITAS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: S.JOAO DA MADEIRA
N.Ordem Antig.:1762/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: GONDOMAR TRABALHO

Nssmj:34695 FRANCISCO JOSE SOBRAL CRISTOVAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : VILA FRANCA DO CAMPO
como ESCRIVAO ADJUNTO, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:1966/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PONTA DELGADA
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:28791 ANTONIO DO SERRADO ALVES DE SOUSA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LEIRIA
N.Ordem Antig.:1976/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA

Nssmj:12192 MARIANELA DE JESUS MACHADO SAMEIRO
PEREIRA VALENTIM
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA VICOSA
N.Ordem Antig.:95/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INST.CRIMINAL

Nssmj:12998 DUARTINA NOBRE MARINHO MOITA DA
CRUZ
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO DISPONIBILIDADE
AFECTACAO
Tribunal: ALMADA
N.Ordem Antig.:172/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CAMINHA

Nssmj:13730 JOSE TOMAS LAMPREIA RAMOS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO LIC.S/VENC.LONGA
DURACAO/ILIM.
N.Ordem Antig.:S/N Cl.Serv.:BOM
Provimento: COLOC.APOS LIC.S/VENCIMENTO/ILIMITADA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTIMAO

Nssmj:27230 MARIA LEONOR AURELIO DO COUTO
RIBEIRO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LEIRIA
N.Ordem Antig.:637/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTIMAO

Nssmj:20376 JOAO MANUEL MARTINS DE PINA PEREIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : PORTIMAO MINISTERIO PUBLICO
como ESCRIVAO ADJUNTO, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:996/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: ALBUFEIRA
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:20021 JULIETA MOUTINHO DE MORAIS LOPES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CANTANHEDE
N.Ordem Antig.:1236/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA

Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LAMEGO TRABALHO

Nssmj:30876 FRANCISCO JOSE PEREIRA RAMALHO SER-
RANO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : SANTIAGO DO CACEM
como ESCRIVAO ADJUNTO, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:1297/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: EVORA TRABALHO
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:25062 JOSE LUIS SANTOS PINHEIRO CHOURICO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 7 JUIZO
N.Ordem Antig.:1303/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA NOVA FAMALICAO

Nssmj:15372 MARIA DE JESUS ROMAO ALMEIDA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: IDANHA-A-NOVA
N.Ordem Antig.:1388/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CASTELO BRANCO

Nssmj:27603 EUFRASIA DE ALMEIDA FERNANDES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA NOVA FAMALICAO
N.Ordem Antig.:1418/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: BRAGA TR.CIRCULO

Nssmj:25547 FRANCISCO JOSE COSTA FERREIRA DA SILVA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MATOSINHOS
N.Ordem Antig.:1540/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MAIA

Nssmj:26084 LUIS GUILHERME DE SOUSA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CASCAIS
N.Ordem Antig.:1628/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL

Nssmj:27788 MARIA LAURENTINA ALVES VALENTE DOS
SANTOS OLIVEIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: S.MARIA FEIRA
N.Ordem Antig.:1697/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: S.JOAO DA MADEIRA

Nssmj:30236 FERNANDO DE LIMA GONCALVES PINTO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: BARCELOS
N.Ordem Antig.:1733/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PAREDES DE COURA

Nssmj:30561 JOSE MANUEL MARQUES MADRUGA DIAS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:1743/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 17 JUIZO

Nssmj:32652 MARIA OLINDA DIAS DA COSTA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: SANTIAGO DO CACEM
Exerce funcoes : SETUBAL
como ESCRIVAO ADJUNTO, COMISSAO SERVICO

N.Ordem Antig.:1791/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LEIRIA
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:27808 ANA MARIA MENDES ANTUNES TERENO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: OEIRAS
N.Ordem Antig.:1859/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 8 JUIZO

Nssmj:29853 CLAUDINA DA CONCEICAO ARRANHADO
ABADIA BOTO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:1739/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 1 JUIZO

Nssmj:23102 CARLOS MANUEL PEREIRA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:1800/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LOURES

Nssmj:26953 LUIS FILIPE DE OLIVEIRA NOBRE ALVES
FERNANDES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:1835/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 17 JUIZO

Nssmj:26995 JOSE MARIA DO NASCIMENTO BARREIRO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:1854/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 17 JUIZO

Nssmj:27678 ELSA MARIA GOMES GOIS MARCELINO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA NOVA FAMALICAO
N.Ordem Antig.:1864/85 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: POVOA DE VARZIM

Nssmj:23766 HELENA AUGUSTA VENTURA JORGE DE
BARROS GONCALVES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:1878/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 13 JUIZO

Nssmj:24838 ROSA DA CONCEICAO MOREIRA VIEIRA
COELHO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MATOSINHOS
N.Ordem Antig.:1908/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 6 JUIZO

Nssmj:30150 JOSE MARTINS CORDEIRO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:1911/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 9 JUIZO

Nssmj:25266 MARIA GEORGINA REIS DE BASTOS
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO

Tribunal: S.MARIA FEIRA
N.Ordem Antig.:1926/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: S.JOAO DA MADEIRA

Nssmj:29949 TERESA MARIA ROCHA FARINHA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: BARREIRO
N.Ordem Antig.:1943/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 12 JUIZO

Nssmj:33094 FLORIANO ALVES DA SILVA DUARTE
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Exerce funcoes : VALONGO M.PUBLICO
como ESCRIVAO ADJUNTO, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:1958/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:27816 LURDES DA CONCEICAO ALVES FERNANDES
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PONTA DELGADA
N.Ordem Antig.:1997/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 17 JUIZO

Nssmj:19912 JUDITE GRANJO LOPES RODRIGUES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CHAVES
N.Ordem Antig.:153/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CHAVES

Nssmj:21140 FAUSTO FERNANDES PINHEIRO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ.INST.CRIMINAL
N.Ordem Antig.:194/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 3 JUIZO

Nssmj:22618 HELDER SALGUEIRO NARCISO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO SECRETARIA GERAL COMUM
N.Ordem Antig.:231/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MAIA

Nssmj:22411 MARIA DOS PRAZERES MARQUES TEIXEIRA
GOMES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: ARCOS DE VALDEVEZ
N.Ordem Antig.:232/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA VERDE

Nssmj:21444 MARIA TERESA DELERUE DE CARVALHO
FERREIRA BOLDT PEREIRA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 8 JUIZO
N.Ordem Antig.: Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO
Obs:13.ANOS 10MESES 00 DIAS/ANTIGUIDADE

Nssmj:24320 ISABEL MARIA TAVARES FERREIRA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Exerce funcoes : GABINETE DE MACAU
como ESCRIT.JUDICIAL REQUISICAO
N.Ordem Antig.:295/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL
Obs:MANTEN REQUISICAO MACAU-C/DECL.VACATURA
LUGAR ORIGEM

Nssmj:25201 MARIA ILDA BRANDAO GOMES GRACA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA TRABALHO 1 JUIZO
 N.Ordem Antig.:329/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 3 JUIZO

Nssmj:25255 ALBERTINA MARIA PINTO FERNANDES ALMEIDA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO
 N.Ordem Antig.:340/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO

Nssmj:18070 FERNANDO MANUEL ALVES GALANTE NUNES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: CASTELO BRANCO
 N.Ordem Antig.:404/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: IDANHA-A-NOVA

Nssmj:26454 GRACA MARIA DA SILVA GOMES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: S.MARIA FEIRA
 N.Ordem Antig.:424/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: S.MARIA FEIRA

Nssmj:26992 CRISTINA MARIA ALBUQUERQUE BARTOLO MOURA FERNANDES VITOR
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: COIMBRA TRABALHO
 N.Ordem Antig.:480/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: CANTANHEDE

Nssmj:27065 NELSON FERREIRA DE CASTRO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: AMARES
 N.Ordem Antig.:486/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: POVOA DE Lanhoso

Nssmj:27569 SOFIA ARMANDA DE ALMEIDA NEVES OLIVEIRA CORTEZ
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VILA NOVA GAIA
 N.Ordem Antig.:518/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: MATOSINHOS

Nssmj:27690 MARIA MANUELA DA CRUZ BARTOLO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LEIRIA
 N.Ordem Antig.:560/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LEIRIA

Nssmj:28596 JOSE DE BARROS LIMA MEIRA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: POVOA DE VARZIM
 N.Ordem Antig.:565/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: VILA NOVA FAMALICAO

Nssmj:29404 MARIA LUCIA PEREIRA ESTEVES NUNES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PAREDES DE COURA
 N.Ordem Antig.:592/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: BARCELOS

Nssmj:27651 MARIA FERNANDA METELO DE ALMEIDA FALCAO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 4 JUIZO CRIMINAL
 N.Ordem Antig.:601/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:26912 MARIA ODETE DEODATO DOS SANTOS GREGORIO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LEIRIA
 N.Ordem Antig.:626/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LEIRIA

Nssmj:27039 JOAQUIM LOPES JORGE
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LEIRIA
 N.Ordem Antig.:663/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: MARINHA GRANDE

Nssmj:27051 MARIA JOAO DE CAMPOS SOARES PINTO MACHADO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL
 N.Ordem Antig.:665/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL

Nssmj:26928 MARIA DE LURDES FARLENS SEVERINO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: SUPREMO TRIBUNAL JUSTICA
 N.Ordem Antig.:667/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 15 JUIZO

Nssmj:30878 MARIA ODETE MALTEZ DE SOUSA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: BEJA
 N.Ordem Antig.:672/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: BEJA

Nssmj:30879 MARIA DAS DORES DA CUNHA FERNANDES VIEIRA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: SANTA MARIA DA FEIRA TRABALHO
 N.Ordem Antig.:737/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: S.MARIA FEIRA

Nssmj:30351 MARIA EUGENIA SILVESTRE TOME PAIVA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 3 JUIZO CRIMINAL
 N.Ordem Antig.:813/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:27463 MARGARIDA MARIA DA COSTA CACADOR VIEIRA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LEIRIA
 N.Ordem Antig.:815/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: CALDAS DA RAINHA

Nssmj:29986 MARIA MANUELA CORREIA RIBEIRO ENES NEVES
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: LISBOA RELACAO M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:878/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 1 JUIZO

Nssmj:30003 ALINA MARIA BAUNITES LIMA ABREU ROCHA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 1 JUIZO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:881/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:30444 ROSA MARIA SANTOS PINTO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: GONDOMAR
N.Ordem Antig.:884/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO

Nssmj:29904 MARIA DE JESUS RODRIGUES CONSTANCIO MARTINS

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VILA REAL SANTO ANTONIO
N.Ordem Antig.:900/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VILA REAL SANTO ANTONIO
Obs:ART. 43 N. 2

Nssmj:26984 JOSE JULIO BARBOSA VICENTE DO NASCIMENTO DIAS

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 17 JUIZO
N.Ordem Antig.:906/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 17 JUIZO

Nssmj:30944 AURORA CESARIA PEREIRA DOS SANTOS FREITAS LINO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 6 JUIZO
N.Ordem Antig.:909/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO

Nssmj:30375 ADILIA CONCEICAO PEREIRA PINHEIRO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:910/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: S.MARIA FEIRA

Nssmj:31108 DIANA MARIA DE ALMEIDA PAULINO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PACOS DE FERREIRA
N.Ordem Antig.:922/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PACOS DE FERREIRA

Nssmj:32638 FLORBELA MARIA SANTANA AIRES

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 5,6 VARAS CRIMINAIS
N.Ordem Antig.:955/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: SETUBAL

Nssmj:29881 MARIA TERESA DO SACRAMENTO PINHEIRO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ.INST.CRIMINAL
N.Ordem Antig.:974/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO

Nssmj:32832 ROGERIO AUGUSTO RIBEIRO OSORIO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ.INST.CRIMINAL
N.Ordem Antig.:1015/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:29988 CONSTANCA MILAGRE PENA DA SILVA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 3 JUIZO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:1033/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CASCAIS

Nssmj:33215 MARIA HORTENSE GOMES LOURENCO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: TORRES VEDRAS
N.Ordem Antig.:1037/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:33214 GRACA MARIA RODRIGUES INACIO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SINTRA TRABALHO
N.Ordem Antig.:1068/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 2 JUIZO

Nssmj:32855 MARIA EMILIA PERO NUNES FURTADO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SETUBAL FAMILIA E MENORES
N.Ordem Antig.:1093/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: SETUBAL

Nssmj:33261 CARLOS ANTONIO DE MAGALHAES FERNANDES DA PONTE

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:1122/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL

Nssmj:33104 MARIA DO CEU DA SILVA PEIXOTO DOS SANTOS DIAS MADUREIRA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 5 JUIZO
N.Ordem Antig.:1125/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 5 JUIZO

Nssmj:33574 ANIBAL AUGUSTO PROENCA PEREIRA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MAIA
N.Ordem Antig.:1126/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO

Nssmj:33201 HUMBERTO HUGO DE JESUS ROCHA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PENAFIEL
N.Ordem Antig.:1129/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: FELGUEIRAS

Nssmj:25044 JOSE ALFREDO PAULA RODRIGUES

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VALONGO
N.Ordem Antig.:1147/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO

Nssmj:33465 MARIA ISABEL DA SILVA TAVARES

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO 3,4 VARAS CRIMINAIS
N.Ordem Antig.:1150/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 9 JUIZO

Nssmj:33451 VIRGILIO RIBEIRO GREGORIO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL

Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO
N.º Ordem Antig.:1158/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 8 JUIZO

Nssmj:32874 ISABEL MARIA RODRIGUES TAVARES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: TORRES VEDRAS TRABALHO
N.º Ordem Antig.:1160/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 14 JUIZO

Nssmj:33467 PRUDENCIA FORTUNA SOUSA VIEIRA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO 3,4 VARAS CRIMINAIS
N.º Ordem Antig.:1162/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 8 JUIZO

Nssmj:33461 ELISA MARIA REININHO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 9 JUIZO
N.º Ordem Antig.:1168/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PORTO CIVEL 4 JUIZO

Nssmj:33457 CRISTINA MARIA BREDIA DINIS DE MELO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: OLIVEIRA DO BAIRRO
N.º Ordem Antig.:1180/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: VAGOS

Nssmj:33285 MARIA ELISA DA FONSECA COUTINHO GOMES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: OEIRAS
N.º Ordem Antig.:1193/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:34199 PAULA CRISTINA LOURENCO GARCIA TEIXEIRA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SINTRA TR.CIRCULO
N.º Ordem Antig.:1264/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CASCAIS

Nssmj:34154 AUGUSTO JORGE FERREIRA RANGEL
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Exerce funcoes : DIR.GERAL SERV.JUDICIAL-RIOS/DELEG.PORTO
como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
N.º Ordem Antig.:1274/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CINFAES
Obs: CESSA COMISSAO-PASSA A
REQ.-C/DECL.VAC.LUGAR ORIGEM

Nssmj:34843 JOSE ANTONIO DIAS MONTEIRO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMILIA 3 JUIZO
N.º Ordem Antig.:1310/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 7 JUIZO

Nssmj:34679 GRACA NOEMIA MIRANDA TEIXEIRA CORREIA BARROS
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA TRABALHO 3 JUIZO
N.º Ordem Antig.:1343/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 9 JUIZO

Nssmj:34664 ELSA MARIA CALCINHA CASTELO BANDEIRA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA RELACAO
N.º Ordem Antig.:1459/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:34715 JULIO JOSE ESTEVES DUARTE
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO FAMILIA 1 JUIZO
N.º Ordem Antig.:1483/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MONTEMOR-O-NOVO

Nssmj:36076 ELIAS LOPES MARCAL
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
N.º Ordem Antig.:1814/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CASCAIS

Nssmj:34769 ANIBAL MANUEL GONCALVES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMILIA 3 JUIZO
N.º Ordem Antig.:1844/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 8 JUIZO

Nssmj:29234 ANTONIO ALBERTO DE CARVALHO CAMPOS
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Exerce funcoes : PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA como TEC.JUST.AUXILIAR, COMISSAO SERVICO
N.º Ordem Antig.:1942/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 3 JUIZO
Obs:MANTEM COMISSAO

Nssmj:38036 MARCO PAULO DE JESUS CABRAL NUNES
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: MOITA MINISTERIO PUBLICO UNIDADE APOIO
N.º Ordem Antig.:2010/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MONTIJO

Nssmj:38026 PAULO JORGE CORDEIRO NUNES HERCULANO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CIRCULO
N.º Ordem Antig.:2107/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO

Nssmj:21315 MARIA MANUELA BARAONA SALVE-RAINHA DE ALMEIDA PAIXAO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMILIA 2 JUIZO
N.º Ordem Antig.:285/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:25610 HERNANI AUGUSTO FERNANDES PEREIRA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CINFAES
N.º Ordem Antig.:362/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: CINFAES

Nssmj:26920 MOISES ANUNCIADA PAIVA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMILIA 1 JUIZO
N.º Ordem Antig.:478/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 10 JUIZO

Nssmj:26906 MARIA FERNANDA ALVES MIGUEL ASSIS FUENTES

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 2 JUIZO
N.Ordem Antig.:482/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:24435 MARIA JOAO DA COSTA MACARA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMILIA 1 JUIZO
N.Ordem Antig.:496/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 10 JUIZO

Nssmj:27027 DALILA ALMEIDA DA SILVA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
N.Ordem Antig.:498/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:27753 MARIA DE LOURDES DOS SANTOS GONCALVES CAETANO SILVA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ.INST.CRIMINAL
N.Ordem Antig.:534/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL

Nssmj:23625 MARIA VIOLANTE PARREIRA GONCALVES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMILIA 1 JUIZO
N.Ordem Antig.:555/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 4 JUIZO

Nssmj:27722 ANTONIO LONGA DE OLIVEIRA NETO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: IDANHA-A-NOVA
N.Ordem Antig.:621/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: FUNDAO

Nssmj:27618 MARIA TERESA DUARTE DAS NEVES REBELO DE SOUSA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: OEIRAS
N.Ordem Antig.:664/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 4 JUIZO

Nssmj:30853 MARIA DE FATIMA TERESA MARIETA DE MELO SAMPAIO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 6 JUIZO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:695/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 4 JUIZO

Nssmj:27114 MARIA MANUELA TIRA-PICOS NEVES BILOU
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Exerce funcoes : DIR.GERAL SERV.JUDICIA-RIOS/DELEG.EVORA

como TEC.JUST.AUXILIAR, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:710/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: MONTEMOR-O-NOVO
Obs:CESSA COMISSAO-PASSA A REQ.-S/DECL.VAC.LUGAR ORIGEM

Nssmj:27786 MARIA DULCE DUARTE CORREIA MAMEDE ALVES

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: ALMADA

N.Ordem Antig.:723/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 4 JUIZO

Nssmj:27115 MARIA ALCINA FERREIRA ANDRE LOUCAO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: GUARDA
N.Ordem Antig.:725/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: COVILHA

Nssmj:30241 JOSEFINA DE ALMEIDA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 14 JUIZO
N.Ordem Antig.:749/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 5 JUIZO

Nssmj:31389 MARIA VIOLANTE ALCOBIA JOSE

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SINTRA TRABALHO
N.Ordem Antig.:775/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 5 JUIZO

Nssmj:29979 MARIA DOS PRAZERES MARQUES FERREIRA DELGADO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: OEIRAS
N.Ordem Antig.:782/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 5 JUIZO

Nssmj:30022 HELENA MARIA NEVES MOURA DA SILVA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 11 JUIZO
N.Ordem Antig.:812/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 6 JUIZO

Nssmj:30942 MARIA EMILIA ALVES DA ROCHA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Exerce funcoes : AUDITORIA JURIDICA M. JUSTICA como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:824/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 6 JUIZO

Obs : CESSA COMISSAO-PASSA A REQ.-C/DECL.VAC.LUGAR ORIGEM

Nssmj:30652 MARIA PAULA DE SA PEREIRA LOBO MARTINHO DA SILVA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA EXECUCAO PENAS
N.Ordem Antig.:864/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 6 JUIZO

Nssmj:30126 ANA PAULA BORGES BENTO BOTO

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 5 JUIZO
N.Ordem Antig.:875/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 14 JUIZO

Nssmj:29980 MARIA FILOMENA FERREIRA DA COSTA QUINTAS

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: OEIRAS
N.Ordem Antig.:887/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 6 JUIZO

- Nssmj:30960 LUISA DA CONCEICAO NUNES SALGUEIRO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA CIVEL 1 JUIZO
 N.Ordem Antig.:895/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 9 JUIZO
- Nssmj:30872 MARIA HELENA DA PIEDADE ZACARIAS PERALTA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 3,4 VARAS CRIMINAIS
 N.Ordem Antig.:911/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 7 JUIZO
- Nssmj:27317 MARIA MANUELA MARINHO MOREIRA DA SILVA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 1 JUIZO CRIMINAL
 N.Ordem Antig.:928/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 7 JUIZO
- Nssmj:32586 ELIZABETE MARILIA DE CERVEIRA SARAIVA SERRA DIREITO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
 N.Ordem Antig.:945/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 7 JUIZO
- Nssmj:32721 ANABELA LOURENCO FERREIRA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Exerce funcoes : DIRECCAO GERAL DOS SERVICOS PRISIONAIS
 como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:1002/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: SANTIAGO DO CACEM
 Obs:CESSA COMISSAO SERVICO
- Nssmj:32634 ELISABETE MARIA DE CASTRO ROSA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Exerce funcoes : DIRECCAO GERAL DOS SERVICOS PRISIONAIS
 como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:1020/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: PONTE DE SOR
 Obs:CESSA COMISSAO SERVICO
- Nssmj:32726 MARIANA DE JESUS CARDOSO RODRIGUES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA TRABALHO 1 JUIZO
 Exerce funcoes : COM.APLICACAO COIMAS MAT.ECONOMICA
 como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:1035/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 10 JUIZO
 Obs:MANTEN COMISSAO SERVICO-C/DECL.VAC.LUGAR ORIGEM
- Nssmj:33208 MARIA JESUINA RAMALHO PEREIRA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA CIVEL 6 JUIZO
 N.Ordem Antig.:1042/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 10 JUIZO
- Nssmj:24895 MARIA AURORA PAULA RODRIGUES ALMEIDA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 6 JUIZO CRIMINAL
 N.Ordem Antig.:1063/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
- Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 10 JUIZO
- Nssmj:33174 ISABEL MARIA DA COSTA OLIVEIRA CORREIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: OEIRAS
 N.Ordem Antig.:1066/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 11 JUIZO
- Nssmj:29958 ELSA RODRIGUES FERREIRA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CIRCULO
 N.Ordem Antig.:1103/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 12 JUIZO
- Nssmj:33228 FERNANDO JORGE ASCENSAO BELEM
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LOURES
 N.Ordem Antig.:1114/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 11 JUIZO
- Nssmj:33263 MARIA ISABEL RUBIO RIBEIRO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: REGUENGOS DE MONSARAZ
 N.Ordem Antig.:1120/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 11 JUIZO
- Nssmj:32649 MADALENA MARIA MARREIROS DOS SANTOS POMBEIRO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MOITA
 N.Ordem Antig.:1130/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 13 JUIZO
- Nssmj:32880 ANA CRISTINA CUSTODIO CASQUINHO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA CIVEL 8 JUIZO
 N.Ordem Antig.:1137/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 11 JUIZO
- Nssmj:32486 ELIZABETE DO ROSARIO PINTO TAYLOR DE CARVALHO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA RELACAO
 N.Ordem Antig.:1144/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 12 JUIZO
- Nssmj:32714 MARIA MANUELA TRINDADE GOMES SEREJO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VILA FRANCA XIRA TRABALHO
 N.Ordem Antig.:1176/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 13 JUIZO
- Nssmj:32846 LIDIA MARIA VENTURA NUNES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: BARREIRO
 N.Ordem Antig.:1203/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:ESCRIVAO ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA CIVEL 14 JUIZO
- Nssmj:33739 ANTONIO MANUEL MACEDO FURTADO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: SETUBAL
 N.Ordem Antig.:1216/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: PROMOCAO

- Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 15 JUIZO
- Nssmj:34012 ANTONIO JOSE DOUTEL SANTOS SECA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Exerce funcoes : GAB.DIRECTOR INFORMATIZACAO JUDICIARIA
como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:1237/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 15 JUIZO
Obs: CESSA COMISSAO SERVICO-PASSA A REQ.-C/DECL.VAC.LUGAR ORIGEM
- Nssmj:34201 OLGA DA CONCEICAO GOMES BUGA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LOURES
N.Ordem Antig.:1249/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 15 JUIZO
- Nssmj:34059 MARIA JOSE LOBO ALVES FIGUEIREDO QUARESMA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 5 JUIZO
N.Ordem Antig.:1257/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO
- Nssmj:34674 AIDA FERNANDA SERRAO COELHO
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SANTAREM
N.Ordem Antig.:1263/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO
- Nssmj:36122 JOSE MANUEL MEDEIROS DE PAIVA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MOIMENTA DA BEIRA
N.Ordem Antig.:1619/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: PONTA DO SOL
Obs:ART. 43 N. 2
- Nssmj:38223 FERNANDO MANUEL MOREIRA DE ALMEIDA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: TORRE DE MONCORVO
N.Ordem Antig.:2013/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria: ESCRIVAO ADJUNTO
Tribunal: ANGRA DO HEROISMO
Obs:ART. 43 N. 2
- Nssmj:27642 MARIA DE LURDES COSTA RODRIGUES
Categoria: TEC.JUST.AUXILIAR DISPONIBILIDADE AFECTACAO
Tribunal: CASTELO BRANCO
N.Ordem Antig.:532/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: COLOCACAO A PEDIDO
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CASTELO BRANCO
Obs:ART. 71 N.4
- Nssmj:33249 TERESA CRISTINA ROSEIRO MIGUEL
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL DISPONIBILIDADE AFECTACAO
Tribunal: SINTRA TR.CIRCULO
N.Ordem Antig.:1113 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SINTRA TR.CIRCULO
Obs:ART. 71 N. 3
- Nssmj:31386 JOAQUIM JOSE PARENTE HENRIQUES
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 3 JUIZO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:779/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 3,4 VARAS CRIMINAIS
- Nssmj:32759 MARIA DE LURDES DE SOUSA PIRES COSTA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: BARCELOS
N.Ordem Antig.:1080/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VIANA DO CASTELO
- Nssmj:34972 ANTONIO JOSE DOS SANTOS DA SILVA
Categoria: TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: COVILHA MINISTERIO PUBLICO
N.Ordem Antig.:1302/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CASTELO BRANCO
- Nssmj:34794 MARIA DA CONCEICAO ROCHA LIMA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA MARITIMO
N.Ordem Antig.:1305/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SUPREMO TRIBUNAL JUSTICA
- Nssmj:34937 ANA PAULA DA COSTA ALMEIDA BAPTISTA RODRIGUES REGO
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CIRCULO
N.Ordem Antig.:1341/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA RELACAO
- Nssmj:34579 CARLOS ALBERTO PINHEIRO TEIXEIRA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: ARMAMAR
N.Ordem Antig.:1651/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CHAVES
- Nssmj:18275 VITOR MANUEL ANTUNES FERREIRA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA EXECUCAO PENAS
N.Ordem Antig.:100/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA MARITIMO
- Nssmj:20788 SOFIA MARIA ALMEIDA GONCALVES
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 7 JUIZO
N.Ordem Antig.:156/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO FAMILIA 1 JUIZO
- Nssmj:25295 ANA MARIA GONCALVES DA SILVA ARAUJO DE SA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: S.MARIA FEIRA
N.Ordem Antig.:332/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SANTA MARIA DA FEIRA TRABALHO
- Nssmj:31420 JOAO MANUEL BARBOSA DA ROCHA PEREIRA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: ARCOS DE VALDEVEZ
N.Ordem Antig.:808/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PAREDES DE COURA
- Nssmj:30107 MARIA DE FATIMA OLIVEIRA AFONSO CARIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ.INST.CRIMINAL
N.Ordem Antig.:930/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria: ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA RELACAO

- Nssmj:31842 MARIA ISABEL MONTEIRO MADUREIRA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO CIVEL 7 JUIZO
 N.Ordem Antig.:941/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MAIA
- Nssmj:32647 MARIA DA CONCEICAO ALEXANDRE ROBERTO NOBRE
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: ALMADA
 N.Ordem Antig.:950/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
- Nssmj:32653 MARIA MANUELA BARREIRA DOS SANTOS GONCALVES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO CIVEL 9 JUIZO
 N.Ordem Antig.:954/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MAIA
- Nssmj:32764 MANUEL DIAS MARQUES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA CIVEL 4 JUIZO
 N.Ordem Antig.:964/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PONTA DELGADA
- Nssmj:21692 MARIA ANTONIETA CARNEIRO DE ALMEIDA FERREIRA BARROS
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO CIVEL 6 JUIZO
 N.Ordem Antig.:998/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO 1,2 VARAS CRIMINAIS
- Nssmj:32774 JORGE HUMBERTO FERNANDES MADUREIRA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO SECRETARIA GERAL COMUM
 N.Ordem Antig.:1108/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: BRAGA
- Nssmj:33269 JOSE MANUEL MONTEIRO DE SOUSA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Exerce funcoes : PORTO SECRETARIA GERAL COMUM como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:1136/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO SECRETARIA GERAL COMUM
 Obs:CESSA COMISSAO SERVICO
- Nssmj:16991 FERNANDA MARIA DE MATOS PINHO FERREIRA DE ALMEIDA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: COIMBRA
 N.Ordem Antig.:1236/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: COIMBRA TRABALHO
- Nssmj:34947 LIGIA MANUELA FERREIRA MARTINHO ROSADO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 1,2 VARAS CRIMINAIS
 N.Ordem Antig.:1339/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MAIA
- Nssmj:34789 CELIA MARIA DO CARMO LAZARO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA CIVEL 2 JUIZO
 N.Ordem Antig.:1369/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
- Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA FAMILIA 1 JUIZO
- Nssmj:34955 MARIA ARMINDA QUARESMA DOS SANTOS
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: LEIRIA MINISTERIO PUBLICO
 N.Ordem Antig.:1403/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VILA NOVA GAIA
- Nssmj:34924 TERESA MAFALDA CAETANO R. SILVARES CORTE-REAL SANTOS JORGE
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA CIVEL 2 JUIZO
 N.Ordem Antig.:1430/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA TRABALHO 1 JUIZO
- Nssmj:34721 ANABELA DE ALEXANDRE PAIS FERREIRA FERNANDES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
 N.Ordem Antig.:1431/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTIMAO TR.CIRCULO
- Nssmj:34661 MARIA MANUELA MARQUES DE CARVALHO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 3 JUIZO CRIMINAL
 N.Ordem Antig.:1476/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: POVOA DE VARZIM
- Nssmj:36015 ALMERINDA DE FATIMA DE JESUS ANTUNES DA FONSECA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Exerce funcoes : SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:1624/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
 Obs:CESSA COMISSAO SERVICO
- Nssmj:34976 ELISA MARIA RIBEIRO DA SILVA
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: LISBOA TR.TRABALHO M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:1829/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PENAFIEL
- Nssmj:34872 JORGE FERNANDO TINOCO FERNANDES PALHA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: GUIMARAES TRABALHO
 N.Ordem Antig.:1845/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: AMARES
- Nssmj:34860 ARTUR PEREIRA DA CUNHA NUNES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VIANA DO CASTELO
 N.Ordem Antig.:1876/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: ARCOS DE VALDEVEZ
- Nssmj:38017 JOSE DOS SANTOS SEQUEIRA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Exerce funcoes : SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:1960/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
 Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:38011 HELENA MARIA MAIO DE PAIVA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
N.Ordem Antig.:2024/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Nssmj:37918 HENRIQUE JOSE SALVADOR ALVES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: S.VICENTE
N.Ordem Antig.:2223/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: GUARDA

Nssmj:26173 JOSE FRANCISCO FONSECA RODRIGUES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SANTO TIRSO
N.Ordem Antig.:2265/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: BARCELOS

Nssmj:30167 MARIA FERNANDA NOVAIS FERREIRA PINTO
BASTO QUINTAS AVELEDA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Exerce funcoes : PORTO SECRETARIA GERAL COMUM
como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:2330/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO SECRETARIA GERAL COMUM
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:40401 ARMANDO ANTONIO SOUSA TORRAO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: EVORA MINISTERIO PUBLICO
N.Ordem Antig.:2430/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: BEJA

Nssmj:40641 RUI JOSE DA SILVA LOPES
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
N.Ordem Antig.:2611/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: IDANHA-A-NOVA

Nssmj:19329 SERGIO VIDAL MENEZES ESTEVES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 2 JUIZO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:148/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA EXECUCAO PENAS

Nssmj:19919 MANUEL GARRIDO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: TORRES VEDRAS
N.Ordem Antig.:150/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: TORRES VEDRAS TRABALHO

Nssmj:25556 ERMELINDA DA ENCARNACAO SENRA GON-
CALVES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CASCAIS
N.Ordem Antig.:370/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CASCAIS TRABALHO

Nssmj:29675 ISABEL GRAVANITA PEREIRA GARCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: BARREIRO
N.Ordem Antig.:602/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: BARREIRO TRABALHO

Nssmj:34836 ANTONIO MANUEL PINTO MEIRELES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Exerce funcoes : BARREIRO
como ESCRIT.JUDICIAL, COMISSAO SERVICO
N.Ordem Antig.:1407/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: BARREIRO
Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:34659 MANUEL MARIA VIEIRA DE CARVALHO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PAREDES
N.Ordem Antig.:1442/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CINFAES

Nssmj:34652 FERNANDA DE JESUS CAIRES CARDOSO
NETO GOUVEIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 16 JUIZO
N.Ordem Antig.:1461/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 3 JUIZO CRIMINAL

Nssmj:34814 MARIA MANUELA MELO MAGALHAES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO 1,2 VARAS CRIMINAIS
N.Ordem Antig.:1522/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MAIA

Nssmj:36054 CARLOS ALEXANDRE PAULINO DE ALMEIDA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 3 JUIZO
N.Ordem Antig.:1582/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CASCAIS
Obs:ART.44 N.2

Nssmj:36249 ROSA SOUSA RODRIGUES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: FELGUEIRAS
N.Ordem Antig.:1615/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: FAFE

Nssmj:34495 ANA MARIA GONCALVES CAPELO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LOURES
N.Ordem Antig.:1656/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: FELGUEIRAS

Nssmj:36223 MARIA MANUELA DA SILVA MARQUES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 7 JUIZO
N.Ordem Antig.:1668/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: GUIMARAES

Nssmj:36193 MARIA FERNANDA MILHEIRO MARQUES
CLARA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: NELAS
N.Ordem Antig.:1760/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MOIMENTA DA BEIRA

Nssmj:34813 MARIA DA LUZ MENDES DE MAGALHAES
TAVARES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 7 JUIZO
N.Ordem Antig.:1809/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VALONGO

Nssmj:34968 ANA MARIA CARDOSO FERNANDES DA SILVA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL
 N.Ordem Antig.:1910/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO PEQ.INST.CRIMINAL

Nssmj:37907 ACACIO JOSE TEIXEIRA SILVA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: FARO
 N.Ordem Antig.:1964/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: TAVIRA

Nssmj:37966 JOSE CAROLINO FERREIRA GONCALVES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA FAMILIA 3 JUIZO
 N.Ordem Antig.:2005/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CIRCULO

Nssmj:38164 MARIA DA CONCEICAO FIGUEIREDO REBELO DE MELO OSORIO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO
 N.Ordem Antig.:2137/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MAIA TRABALHO

Nssmj:37933 ANA PAULA QUELHAS MAIA MIRANDA RAI-NHO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MATOSINHOS TRABALHO
 N.Ordem Antig.:2203/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VALONGO

Nssmj:34986 MARIA AUGUSTA DE ALMEIDA NEVES MARTINS DA SILVA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO CIVEL 6 JUIZO
 N.Ordem Antig.:2220/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VILA NOVA GAIA

Nssmj:38008 DURVAL DE SOUSA TEIXEIRA LOPES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL
 N.Ordem Antig.:2230/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: GONDOMAR

Nssmj:30248 FABIA JESUS MORENO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VILA NOVA GAIA
 N.Ordem Antig.:2322/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO 3,4 VARAS CRIMINAIS

Nssmj:40480 JOSE CARLOS RIBEIRO PARENTE
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: VIANA DO CASTELO MINISTERIO PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2362/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VIANA DO CASTELO

Nssmj:40706 GRACA MARIA ROBALO DA SILVA CORREIA
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2435/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 1 JUIZO CRIMINAL

Nssmj:40518 LUISA MARIA GONCALVES TEIXEIRA
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2468/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: FELGUEIRAS

Nssmj:40733 MANUELA MARIA COELHO DA SILVA FERNANDES
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: VILA FRANCA XIRA MINISTERIO PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2480/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: ABRANTES

Nssmj:40606 MIGUEL ANTONIO VAZ DE ALMEIDA
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2481/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: NELAS

Nssmj:40385 ANTONIO JOSE ALVES CATARINO DA CRUZ
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2612/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 1 JUIZO CRIMINAL

Nssmj:40595 MARIA OLIMPIA DOS SANTOS PEDRO BAR-TOLO
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: MARCO DE CANAVESES MIN.PUBL.UNID.APOIO
 N.Ordem Antig.:2708/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: TORRE DE MONCORVO

Nssmj:36041 ARMANDO JOAQUIM CAPELO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LOURES
 N.Ordem Antig.:1612/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: FELGUEIRAS

Nssmj:36112 JOSE ANTONIO CARIDE GREGORIO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: S.JOAO DA PESQUEIRA
 N.Ordem Antig.:1614/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: ARMAMAR

Nssmj:34615 BENTO FERNANDES ANTUNES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: BRAGA
 N.Ordem Antig.:1816/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: ARCOS DE VALDEVEZ

Nssmj:36167 MARIA DA CONCEICAO DE BARROS PINHEIRO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: GUIMARAES
 N.Ordem Antig.:1822/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: FAFE

Nssmj:36021 ANA DOLORES FONTES SOARES CASTILHO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO 1 JUIZO CRIMINAL
 N.Ordem Antig.:1903/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MAIA

Nssmj:38215 ARMANDO ANTONIO MEIRELES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 4 JUIZO
N.Ordem Antig.:1968/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 5 JUIZO

Nssmj:37852 ANTONIO CLAUDINO VENTURA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VILA FRANCA XIRA
N.Ordem Antig.:1971/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CIRCULO

Nssmj:38615 PAULO JULIO PINTO PEREIRA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VILA FRANCA XIRA
N.Ordem Antig.:2225/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 2 JUIZO

Nssmj:38024 MIGUEL PAULO DA ROCHA REAL
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 4 JUIZO
N.Ordem Antig.:2308/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MAIA

Nssmj:37760 LUIS FILIPE FERREIRA VIEGAS
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VAGOS
N.Ordem Antig.:2309/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: OLIVEIRA DO BAIRRO

Nssmj:40539 MARIA CELESTE DE SOUSA CATARINO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
N.Ordem Antig.:2350/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VAGOS

Nssmj:40370 ANA MARIA PACHECO DE MAGALHAES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SANTO TIRSO TR.CIRCULO
N.Ordem Antig.:2361/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: GUIMARAES TRABALHO

Nssmj:40564 MARIA GLORIA MATOS DUARTE
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
N.Ordem Antig.:2367/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS TRABALHO

Nssmj:40752 MARIA JOSE FERREIRA ALMEIDA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: ALMADA
N.Ordem Antig.:2378/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SETUBAL FAMILIA E MENORES

Nssmj:40769 ROSA MARIA GONCALVES VARELA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SINTRA
N.Ordem Antig.:2421/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA EXECUCAO PENAS

Nssmj:40696 CARLOS PAULO VIEIRA CARDOSO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 10 JUIZO
N.Ordem Antig.:2446/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA

Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: GONDOMAR

Nssmj:40608 MIGUEL LUIS FERNANDES DE CARDOSO
PINA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
N.Ordem Antig.:2465/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: GONDOMAR

Nssmj:40585 MARIA DE LURDES RODRIGUES
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 15 JUIZO
N.Ordem Antig.:2470/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: COIMBRA

Nssmj:40359 AMARO VENTURA MARTINS
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 15 JUIZO
N.Ordem Antig.:2490/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA TRABALHO 1 JUIZO

Nssmj:40742 MARIA FERNANDA DOURADO TOMAS
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA VARAS CRIMINAIS M.PUBLICO
N.Ordem Antig.:2497/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 5,6 VARAS CRIMINAIS

Nssmj:40533 MARIA ANGELA DA SILVA PORTELA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL
N.Ordem Antig.:2500/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: FELGUEIRAS

Nssmj:40500 LIDIA MARIA DE OLIVEIRA NUNES MARTINS
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
N.Ordem Antig.:2524/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO PEQ.INST.CRIMINAL

Nssmj:40640 RUI JORGE VIEIRA MESQUITA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
N.Ordem Antig.:2525/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: FAFE

Nssmj:40637 RUI ADELINO NUNES LOURENCO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:2533/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 3,4 VARAS CRIMINAIS

Nssmj:40537 MARIA CELESTE CORDEIRO MOIRO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:2539/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MAIA

Nssmj:40534 MARIA ANTONIETA FERREIRA NOBRE ZOR-
RETA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
N.Ordem Antig.:2541/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 2 JUIZO

Nssmj:40372 ANA MARIA DE SOUSA LOUREIRO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA 7,8 VARAS CRIMINAIS
 N.Ordem Antig.:2616/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: S.JOAO DA PESQUEIRA

Nssmj:40897 MARISA DA CONCEICAO MARTINS BATISTA
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: LEIRIA MINISTERIO PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2637/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: FIGUEIRA DA FOZ

Nssmj:40499 LICINIO GONCALVES RAMA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: OUREM
 N.Ordem Antig.:2639/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: FIGUEIRA DA FOZ

Nssmj:40613 OFELIA ROSA PEREIRA DE MELO
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2642/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PAREDES

Nssmj:38021 MARIA HELENA MARTINS DA CRUZ
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MATOSINHOS
 N.Ordem Antig.:2667/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: PORTO PEQ.INST.CRIMINAL

Nssmj:40404 BARBARA ISABEL DIAS PINTO DE OLIVEIRA
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2675/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VALONGO

Nssmj:40572 MARIA ISABEL DA SILVA OLIVEIRA MARTINS
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
 N.Ordem Antig.:2699/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CIRCULO

Nssmj:40569 MARIA HELENA LANDEIRA RESENDE CAR-
 DOSO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
 N.Ordem Antig.:2704/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VILA FRANCA XIRA TRABALHO

Nssmj:40746 MARIA HELENA FERREIRA OSORIO COSTA
 SOARES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
 N.Ordem Antig.:2706/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: GONDOMAR

Nssmj:40623 PAULO ALEXANDRE CATARINO MARQUES
 CANAS
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA PEQ.INSTANCIA CIVEL
 N.Ordem Antig.:2712/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA FAMILIA 1 JUIZO

Nssmj:40459 JOAO MANUEL BARROS RIBEIRO
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:2718/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MATOSINHOS

Nssmj:40488 JOSE LUIS FERNANDES PEREIRA CHAVES
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: OEIRAS
 N.Ordem Antig.:2719/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: VALE DE CAMBRA

Nssmj:42355 ISILDA CATARINO DA SILVA CORREIA
 ALMEIDA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: ALMADA
 N.Ordem Antig.:S/N Cl.Serv.:S/CLASSIF.
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: SETUBAL
 Obs:ART.44.N.2

Nssmj:10014 JOSE ANTONIO MARQUES LUCAS
 Categoria:SECRETARIO JUDICIAL
 Tribunal: LISBOA CIVEL 1 JUIZO
 N.Ordem Antig.:307/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:SECRETARIO TECNICO
 Tribunal: LISBOA TR.CIVEIS M.PUBLICO

Nssmj:14220 DANIEL DE CAMPOS GONCALVES
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Exerce funcoes : SUPREMO TRIBUNAL JUSTICA
 como ESCRIVAO DIREITO, REQUISICAO
 N.Ordem Antig.:243/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO TECNICO
 Tribunal: SINTRA MINISTERIO PUBLICO
 Obs:6 CURSO N.15-CESSA REQUISICAO

Nssmj:12818 ADRIANO RIBEIRO GONCALVES
 Categoria:ESCRIVAO DIREITO
 Tribunal: LISBOA RELACAO SECCAO CENTRAL
 N.Ordem Antig.:205/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:SECRETARIO TECNICO
 Tribunal: ALMADA MINISTERIO PUBLICO
 Obs:6 CURSO N.33

Nssmj:19092 JOAQUIM MANUEL SILVESTRE CORREIA
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL M.P.2 SECCAO
 N.Ordem Antig.:25/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: LOURES MINISTERIO PUBLICO 2 SECCAO

Nssmj:12926 ISIDRO SEIXAS DA CUNHA
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: VILA NOVA FAMILIA MIN.PUBL. 1 SECCAO
 N.Ordem Antig.:45/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: BARCELOS MINISTERIO PUBLICO 1 SECCAO

Nssmj:21195 JOSE PAULO GONCALVES RODRIGUES
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: BARCELOS MINISTERIO PUBLICO 1 SECCAO
 N.Ordem Antig.:112/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: VIANA DO CASTELO MIN. PUBL. 1 SECCAO

Nssmj:26317 MARIA EMILIA DE ALMEIDA
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: POVOA DE VARZIM M.PUBLICO 1 SECCAO
 N.Ordem Antig.:102/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: BRAGA MINISTERIO PUBLICO 2 SECCAO

Nssmj:17516 ARTUR JORGE DA COSTA FERREIRA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Exerce funcoes : LISBOA TR.TRABALHO SECRETARIA GERAL
 como TEC.JUST.ADJUNTO, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:56/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL M.P.2 SECCAO
 Obs:3.CURSO N.5-CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:20016 MARIA DA CONCEICAO DE OLIVEIRA CORREIA
 FERNANDES
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: GUIMARAES MINISTERIO PUBLICO
 N.Ordem Antig.:386/85 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: VILA NOVA FAMALICAO MIN.PUBL. 1 SECCAO
 Obs:C/ DECL.VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj:19813 ROSARIA DA CONCEICAO MARTINS REINAS
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: GUARDA MINISTERIO PUBLICO
 N.Ordem Antig.:45/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: GUARDA MINISTERIO PUBLICO 1 SECCAO
 Obs:C/ DECL.VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj:32654 MARIA ROSALINA XAVIER DA COSTA REIS
 FERREIRA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:533/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: NOM.INTERINA(ART.45,N.3)
 Categoria:TEC.JUST.PRINCIPAL
 Tribunal: VILA DO CONDE MIN. PUBL. 1 SECCAO
 Obs:C/DECL.VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj:20437 MARIA MANUELA CORDEIRO LOURENCO
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO DISPONIBILIDADE
 AFECTACAO
 Tribunal: LOURES
 N.Ordem Antig.:275/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
 Obs:ART.71 N.3

Nssmj:21231 MARIA LEONOR MARTINS FERREIRA ANTUNES
 GASPAR
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO DISPONIBILIDADE
 AFECTACAO
 Tribunal: PORTO TR.FAMILIA MENORES M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:315/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: COLOCACAO OFICIOSA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: PORTO TR.FAMILIA MENORES M.PUBLICO
 Obs:ART.71 N.3

Nssmj:26048 MARIA ANGELINA FERREIRA DA ROCHA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: PORTO TR.FAMILIA MENORES M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:196/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: VALONGO M.PUBLICO

Nssmj:25294 MARIA CELIA PERDIGAO PIRES MELAO
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: SERPA MINISTERIO PUBLICO UNIDADE APOIO
 N.Ordem Antig.:265/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: FERREIRA DO ALENTEJO MIN.PUBL.UNID.APOIO

Nssmj:18113 FERNANDO JORGE PEREIRA FERNANDES
 SERRA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: ANSIAO M.PUBLICO UNIDADE DE APOIO
 N.Ordem Antig.:301/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: COVILHA MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:28236 LUISA MARIA GARCIA DE OLIVEIRA DE SA
 TEIXEIRA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: NAZARE MINISTERIO PUBLICO UNIDADE APOIO
 N.Ordem Antig.:472/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: SETUBAL MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:31416 HERLANDER ANTONINO DA SILVA OLIVEIRA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
 N.Ordem Antig.:521/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: SINTRA MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:32514 MARIA FATIMA ALMEIDA DOS SANTOS
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: PORTO JUIZOS CRIMINAIS M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:536/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: MAIA M.PUBLICO

Nssmj:32583 MARIA DA CONCEICAO ALMEIDA COSTA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Exerce funcoes : SINTRA MINISTERIO PUBLICO
 como TEC.JUST.ADJUNTO, COMISSAO SERVICO
 N.Ordem Antig.:554/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: SINTRA MINISTERIO PUBLICO
 Obs:CESSA COMISSAO SERVICO

Nssmj:20387 JORGE MANUEL PEREIRA CORREIA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
 N.Ordem Antig.:282/95 Cl.Serv.:BOM
 Provimento: TRANSFERENCIA
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: SINTRA MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:21139 ANA MARIA MARAVILHA DOMINGOS MAGA-
 LHAES CARACOL
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Exerce funcoes : LISBOA RELACAO M.PUBLICO
 como TEC.JUST.AUXILIAR, REQUISICAO
 N.Ordem Antig.:793/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
 Obs:CESSA REQUISICAO

Nssmj:32869 FERNANDA MARIA CARVALHEIRA FERNAN-
 DES SECIO
 Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
 Tribunal: MONTIJO
 N.Ordem Antig.:1029/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: MONTIJO MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:32675 CAROLINA JULIA MORGADO MARQUES GUE-
 DES
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: PORTO JUIZOS CRIMINAIS M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:1064/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: PORTO JUIZOS CRIMINAIS M.PUBLICO

Nssmj:32872 JORGE FERNANDO CAETANO VIEIRA TEI-
 XEIRA
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: PORTO JUIZOS CRIMINAIS M.PUBLICO
 N.Ordem Antig.:1167/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
 Provimento: PROMOCAO
 Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
 Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO

Nssmj:34169 JOAQUINA FERNANDES GOMES
 Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
 Tribunal: GUIMARAES MINISTERIO PUBLICO

N.º Ordem Antig.:1278/95 Cl.Serv.:MUITO BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: GUIMARAES MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:17251 ELIZABETH GRACA DE JESUS LISBOA GALIANO
SOUSA VICENTE
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: SETUBAL MINISTERIO PUBLICO
N.º Ordem Antig.:129/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: SETUBAL MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:29960 LUIS MIGUEL ROQUE NUNES
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LOURES MINISTERIO PUBLICO
N.º Ordem Antig.:972/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: NAZARE MINISTERIO PUBLICO UNIDADE APOIO

Nssmj:32786 MARIA DE FATIMA GOMES DA SILVA DUARTE
CAIANO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: FIGUEIRA DA FOZ
N.º Ordem Antig.:1065/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: FARO MINISTERIO PUBLICO
Obs:ART.43 N.2

Nssmj:33526 MARIA GERTRUDES TINTIM DOS SANTOS
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: EVORA
N.º Ordem Antig.:1191/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: REGUENGOS DE MONSARAZ
MIN.PUBL.UNID.APOIO

Nssmj:34478 JOAQUIM ALBERTO BATISTA MARQUES COXINHO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: CASCAIS TRABALHO
N.º Ordem Antig.:1472/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: SERPA MINISTERIO PUBLICO UNIDADE APOIO

Nssmj:34636 CRISTINA MARIA COSTA BORGES
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LEIRIA MINISTERIO PUBLICO
N.º Ordem Antig.:1487/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: ANSIAO M.PUBLICO UNIDADE DE APOIO

Nssmj:37884 MARIA DA CONCEICAO PIRES BAPTISTA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: VISEU MINISTERIO PUBLICO
N.º Ordem Antig.:1948/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: GUARDA MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:36046 AVELINO RICARDO CERQUEIRA TEIXEIRA
BASTOS
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PONTA DELGADA MINISTERIO PUBLICO
N.º Ordem Antig.:1769/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: HORTA MIN. PUBLICO UNIDADE DE APOIO
Obs:ART.43 N.2

Nssmj:27042 CARLOS MANUEL DE OLIVEIRA PIGNATELLI
PESTANA BOAVIDA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PONTA DELGADA
N.º Ordem Antig.:2335/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: PROMOCAO
Categoria:TEC.JUST.ADJUNTO
Tribunal: S.JOAO DA PESQUEIRA MIN.PUBL.UNID.APOIO

Nssmj:36023 ANA MAFALDA LUIS DOS SANTOS GALRINHO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
N.º Ordem Antig.:1621/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA RELACAO M.PUBLICO

Nssmj:37757 JOAO CARLOS DA CONCEICAO REIS
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SEIXAL
N.º Ordem Antig.:2078/95 Cl.Serv.:BOM C/DISTINCAO
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
Obs:ART.44 N.2

Nssmj:14930 JOSE ANTONIO DA SILVA CRESPO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO TRABALHO MINISTERIO PUBLICO
N.º Ordem Antig.:96/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: MAIA M.PUBLICO

Nssmj:26774 MARIA JULIA MONTEIRO GUERREIRO DOS
SANTOS SEQUEIRA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: ALBUFEIRA
N.º Ordem Antig.:438/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: ALBUFEIRA MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:25629 GINA MARIA CANAVERDE MORGADO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR LIC.S/VENC.LONGA DURA-
CAO/ILIM.
N.º Ordem Antig.: Cl.Serv.:BOM
Provimento: COLOC.APOS LIC.S/VENCIMENTO/ILIMITADA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: SANTAREM TRABALHO MIN.PUB.UN.APOIO
Obs:8 ANOS 6 MESES 0 DIAS/ANTIGUIDADE

Nssmj:34703 LUCINDA MARIA SIMAO DE DEUS
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA TR.FAMILIA MENORES M.PUBLICO
N.º Ordem Antig.:1408/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA VARAS CRIMINAIS M.PUBLICO

Nssmj:35028 MARIA ISABEL FURTADO VIEIRA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTIMAO TR.CIRCULO
N.º Ordem Antig.:1490/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LAGOS MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:33446 PAULA MARIA CARDOSO DA FONSECA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
N.º Ordem Antig.:1875/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: MATOSINHOS MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:37920 JOAQUIM ALVES DE CARVALHO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMILIA 3 JUIZO
N.º Ordem Antig.:2094/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: COVILHA MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:38162 MARIA ADELAIDE GOMES DE ABREU DE
MATOS
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO
N.º Ordem Antig.:2195/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO

Nssmj:30452 ANA MARIA PROENCA CARVALHO LARANJO PAIS
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CIVEL 12 JUIZO
N.Ordem Antig.:2287/95 Cl.Serv.:BOM
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA TR.FAMILIA MENORES M.PUBLICO

Nssmj:36227 MARIA DA NATIVIDADE MARTINS ESTEVES DA COSTA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: VILA DO CONDE MINISTERIO PUBLICO
N.Ordem Antig.:1736/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: VIANA DO CASTELO MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:37769 ROGERIO ABEL DINIS DOS SANTOS
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: FIGUEIRA DA FOZ
N.Ordem Antig.:2046/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: ALBUFEIRA MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:40456 JOAO ANGELO BARATA LOPES
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
N.Ordem Antig.:2424/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: VILA DO CONDE MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:40722 JOSE DEOLINDO CARVALHO DE SOUSA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
N.Ordem Antig.:2425/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: MAIA M.PUBLICO

Nssmj:40580 MARIA LUISA MARQUES NOGUEIRA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: OEIRAS MINISTERIO PUBLICO
N.Ordem Antig.:2459/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: VISEU MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:22993 GRACA MARIA MARQUES DA COSTA SAN-TIAGO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
N.Ordem Antig.:2496/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUCAO CRIMINAL MIN. PUBLICO
Obs:ART.44 N.2

Nssmj:40914 ANTONIO FRANCISCO GASPAS DUARTE
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: OEIRAS MINISTERIO PUBLICO
N.Ordem Antig.:2550/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERENCIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTALEGRE MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:40402 ARMENIO GASPAS VITORINO FRAGA PINTO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: OLIVEIRA DE AZEMEIS TRABALHO
N.Ordem Antig.:2627/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: MARCO DE CANAVESES MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:40382 ANDRE PAULO RODRIGUES CARDOSO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: SINTRA
N.Ordem Antig.:2640/95 Cl.Serv.:S/CLASSIF.
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: GUIMARAES MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:22685 MARIA MADALENA FERNANDES JOSE
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO
N.Ordem Antig.:1662/95 Cl.Serv.:SUFICIENTE
Provimento: TRANSICAO REESTRUT.CAR./SERV.
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO TRABALHO MINISTERIO PUBLICO

Nssmj:40355 AIDA OLIMPIA FREITAS FERREIRA
Provimento: 1.NOMEACAO/PROVISORIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Ano Estagio: 93 Graduacao Estagio: 153

Nssmj:40460 JOAO MANUEL FIGUEIRA PACHECO
Provimento: 1.NOMEACAO/PROVISORIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 1,2 VARAS CRIMINAIS
Ano Estagio: 93 Graduacao Estagio: 462

Nssmj:42514 SANDRA JOSE DE FREITAS FERREIRINHA
Provimento: 1.NOMEACAO/PROVISORIA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: MAIA M.PUBLICO
Ano Estagio: 94 Graduacao Estagio: 16

Nssmj:42265 DURVAL DE LIMA VALES
Provimento: 1.NOMEACAO/PROVISORIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PONTA DELGADA
Ano Estagio: 94 Graduacao Estagio: 229

Nssmj:43919 MARGARIDA GRACA GONCALVES NOGUEIRA ESTANISLAU
Provimento: 1.NOMEACAO/PROVISORIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMILIA 1 JUIZO
Ano Estagio: 95 Graduacao Estagio: 161

Nssmj:43725 MARIA CELESTE DA SILVA TERESO
Provimento: 1.NOMEACAO/PROVISORIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Ano Estagio: 95 Graduacao Estagio: 180

Nssmj:43863 ANGELICA MARIA ALA CORDEIRO NEVES
Provimento: 1.NOMEACAO/PROVISORIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: GONDOMAR
Ano Estagio: 95 Graduacao Estagio: 210

Nssmj:43729 ANA PAULA PEIXOTO DIAS PEREIRA
Provimento: 1.NOMEACAO/PROVISORIA
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MAIA
Ano Estagio: 95 Graduacao Estagio: 220

Nssmj:44773 CONCEICAO MARIA PINTO SOFIO
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: EVORA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 28

Nssmj:44628 SANDRA MARIA FREIRE PEBRE MOTA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 30

Nssmj:44629 AIDA MARIA TAVARES COELHO
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 33

Nssmj:44622 MARIA PAULA MOURA DA FONSECA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PACOS DE FERREIRA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 70

Nssmj:44495 ANA PAULA SERRA SANTANA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO

Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: REGUENGOS DE MONSARAZ
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 83

Nssmj: 44730 HELIA DO CARMO HENRIQUES DE JESUS E CASTRO

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: SETUBAL MINISTERIO PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 84

Nssmj: 44741 MARIA ZELIA FERREIRA SOARES
Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LEIRIA MINISTERIO PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 86

Nssmj: 44514 MARIA DEOLINDA FIGUEIREDO CARDOSO SANTOS

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 87

Nssmj: 44449 MARIA DO ROSARIO OLIVEIRA SIMOES COCA
Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LEIRIA MINISTERIO PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 88

Nssmj: 44717 TERESA MARIA AMARAL DOS REIS MELO

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 89

Nssmj: 44516 MARIA IRENE DA COSTA PINTO

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: EVORA MINISTERIO PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 113

Nssmj: 44667 FLORINDA DA GLORIA DE CARVALHO FIALHO ILDEFONSO HORTA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BEJA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 118

Nssmj: 44846 MARIANA DA CONCEICAO BARRADAS RODRIGUES DA SILVA TEIXEIRA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: MONTEMOR-O-NOVO M.PUBLICO UNIDADE APOIO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 120

Nssmj: 44599 CARLA ALEXANDRA ROBALO FORTES

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO PEQ. INST. CRIMINAL
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 124

Nssmj: 44475 ANABELA LOPES ALVES

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO 1 JUIZO CRIMINAL
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 126

Nssmj: 44778 LUIS MANUEL DO COUTO NEVES

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SANTO TIRSO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 131

Nssmj: 44540 AURORA LEONOR RODRIGUES FARINHA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OUREM
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 138

Nssmj: 44647 MARIA ANA MARTINS DA COSTA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL

Tribunal: SANTO TIRSO TR. CIRCULO

Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 149

Nssmj: 44477 ANTONIO JOSE ALMEIDA PINTO

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 150

Nssmj: 44770 ANA MARIA DUARTE GASPAR DA MOTA FERREIRA NOBRE

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SANTAREM
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 162

Nssmj: 44780 MANUELA MARIA VIDAL SERRA DA SILVA SOUSA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 185

Nssmj: 34613 MARIA DE FATIMA MARTINS ALVES

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: GONDOMAR
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 188

Nssmj: 44480 CREMILDE DE JESUS GODINHO SARAGOCA MAIA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 201

Nssmj: 44548 MANUEL ANTONIO MARQUES DE OLIVEIRA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 4 JUIZO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 211

Nssmj: 44608 MARIA DOS ANJOS CERQUEIRA MOREIRA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 214

Nssmj: 44652 MARIA ISABEL DE JESUS DAMIAO FERREIRA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 223

Nssmj: 44479 CANDIDA GRACINDA TEIXEIRA MAGALHAES

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 227

Nssmj: 44789 MARIA MANUELA HENRIQUES LOPES PRAGANA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: MOITA MINISTERIO PUBLICO UNIDADE APOIO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 228

Nssmj: 44481 CRISTINA MARIA DURAES DA COSTA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 229

Nssmj: 44557 MARIA OTILIA GONCALVES PEREIRA

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 232

Nssmj: 44512 MARIA ALBERTINA MACEDO DE AZEVEDO

Provimento: 1. NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 256

Nssmj:44476 ANA PAULA PEREIRA TEIXEIRA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 258

Nssmj:44594 AMALIA MARIA RAMOS NEVES PEREIRA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: FARO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 259

Nssmj:44716 MARIA TERESA DE JESUS RIBEIRO PAIVA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 262

Nssmj:44691 ANA PAULA DE SA MONIZ BARRETO
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 264

Nssmj:44569 FERNANDO MANUEL CARDOSO ALVES COSTA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 267

Nssmj:44538 ANA MARIA DA COSTA DOS SANTOS PEIXOTO
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 268

Nssmj:44645 MARGARIDA MARIA GONCALVES ESPINHA DA
SILVA BRANCO
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 270

Nssmj:44577 MARGARIDA MARIA FERREIRA ANTUNES DOS
REIS
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 276

Nssmj:44787 MARIA JOSE LOPES RODRIGUES SEQUEIRA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 280

Nssmj:44720 ANA MARIA MOREIRA ALVARES DA CUNHA
RODRIGUES
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO 3,4 VARAS CRIMINAIS
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 287

Nssmj:44492 RITA FATIMA DE SOUSA SEQUEIRA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO 3 JUIZO CRIMINAL
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 300

Nssmj:44580 MARIA DE FATIMA TEIXEIRA GONCALVES
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 1 JUIZO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 301

Nssmj:44521 MARIA MADALENA OLIVEIRA ALMEIDA COSTA
CARDOSO
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: MOITA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 305

Nssmj:44490 MARIA ROSA CORREIA MARTINS DIAS
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL

Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 306

Nssmj:44678 MARIA EMILIA PEREIRA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 6 JUIZO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 308

Nssmj:44525 MARINHA FERREIRA SOARES DE ALMEIDA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: S.MARIA FEIRA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 311

Nssmj:44576 LEONILDE SERRA SARAIVA RODRIGUES
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LEIRIA MINISTERIO PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 312

Nssmj:44590 SARA CRISTINA DOS SANTOS ALVES
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO JUIZOS CRIMINAIS M.PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 327

Nssmj:42100 ALBERTO DE OLIVEIRA JAFE
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 3 JUIZO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 332

Nssmj:44769 ALBERTO LEOPOLDO LOPES PINTO LEANDRO
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO INSTRUCAO CRIMINAL M.PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 339

Nssmj:44676 MARIA DO CARMO FERREIRA DUARTE
RIBEIRO
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VILA FRANCA XIRA
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 342

Nssmj:44453 FERNANDA LAURA GUERREIRO DELCA POR-
TINHA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: BARREIRO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 344

Nssmj:44774 DEOLINDA ROSA CASTRO COSTA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: PORTO CIVEL 7 JUIZO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 349

Nssmj:44592 ZULMIRA MARIA MORAIS DOS SANTOS
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: PORTO JUIZOS CRIMINAIS M.PUBLICO
Ano Estagio: 96 Graduacao Estagio: 360

Nssmj:45809 LIDIA VIEIRA GUERREIRO PARRINHA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: TAVIRA
Ano Estagio: 97 Graduacao Estagio: 1

Nssmj:45817 SILVIA DORA DIAS BEJA
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO
Categoria:ESCRIT.JUDICIAL
Tribunal: VILA REAL SANTO ANTONIO
Ano Estagio: 97 Graduacao Estagio: 2

Nssmj:38407 MARIA DA CONCEICAO BRANCO ALMEIDA
CORDEIRO
Provimento: NOMEACAO DEFINITIVA
Categoria:TEC.JUST.AUXILIAR
Tribunal: LISBOA TR.TRABALHO M.PUBLICO
Ano Estagio: 97 Graduacao Estagio: 6

Nssmj:45808 CONCEICAO DOS ANJOS RODRIGUES CORTI-
NHAS
Provimento: 1.NOMEACAO/COM.SERVICO

Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALMADA
Ano Estágio: 97 Graduacao Estágio: 9

Nssmj: 44529 ROSALIA CRISTINA CARDANTE QUINDERA VELEZ

Provimto: 1. NOMEACAO/COM. SERVICO
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: SETUBAL MINISTERIO PUBLICO
Ano Estágio: 97 Graduacao Estágio: 13

Nssmj: 36258 VITOR MANUEL ARAGAO CASTANHEIRO
Provimto: NOMEACAO DEFINITIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: CASCAIS
Ano Estágio: 97 Graduacao Estágio: 15

Nssmj: 39949 ANA PAULA CARMELINO CARREIRO
Provimto: NOMEACAO DEFINITIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 3,4 VARAS CRIMINAIS
Ano Estágio: 97 Graduacao Estágio: 16

Nssmj: 45815 MARIA MANUELA DOS SANTOS FIGUEIRA MARTINS DE FIGUEIREDO
Provimto: 1. NOMEACAO/COM. SERVICO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 2 JUÍZO CRIMINAL
Ano Estágio: 97 Graduacao Estágio: 17
Lista do Movimento de Oficiais de Justiça Junho/9770

Despacho n.º 7173/97 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 30 de Maio de 1997:

Joaquim António Carretas Passinhas, escrivão judicial do Tribunal de Círculo e de Comarca de Santarém — nomeado, em regime de requisição, para o Tribunal da Relação de Lisboa, ficando afecto às equipas de apoio às novas tecnologias, sendo declarado vago o lugar de origem.

José Manuel Gerales Pires, escrivão-adjunto do Tribunal da Comarca do Fundão — nomeado, em regime de requisição, para o Tribunal da Relação do Porto, ficando afecto às equipas de apoio às novas tecnologias, sendo declarado vago o lugar de origem.

Licínio Manuel Santos Teixeira, escrivão-adjunto do Tribunal da Comarca de Ponte de Sor — nomeado, em regime de requisição, para o Tribunal da Relação de Lisboa, ficando afecto às equipas de apoio às novas tecnologias, sendo declarado vago o lugar de origem.

Luís Filipe Ribeiro de Gouveia Tomé, escrivão-adjunto do Tribunal de Círculo e de Comarca da Figueira da Foz — nomeado, em regime de requisição, para o Tribunal da Relação do Porto, ficando afecto às equipas de apoio às novas tecnologias, sendo declarado vago o lugar de origem.

25 de Julho de 1997. — O Subdirector-Geral, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 7174/97 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 20 de Maio de 1997:

Cristina Maria Pires dos Santos, escriturária judicial do 2.º Juízo do Tribunal de Família de Lisboa — nomeada, em regime de requisição, para o Tribunal da Relação de Lisboa, sendo declarado vago o lugar de origem.

Por meu despacho de 7 de Maio de 1997, em substituição do director-geral:

Maria Gracinda Carlos de Matos Severo, técnica de justiça-adjunta dos serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Ferreira do Alentejo — nomeada, em comissão de serviço, para o Tribunal da Comarca de Loulé, serviços do Ministério Público, sendo declarado vago o lugar de origem.

25 de Julho de 1997. — O Subdirector-Geral, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 7175/97 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Serviços Judiciários de 22 de Agosto de 1997:

Maria Gabriela Santos Carvalho, primeiro-oficial do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Judiciários — nomeada, precedendo concurso, oficial administrativo principal do quadro de pessoal dos mesmos serviços. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 1997. — O Director-Geral, *Soreto de Barros*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7176/97 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, determino que transitem, sem quaisquer formalidades, para a Direcção Regional de Agricultura do Algarve, os bens constantes dos quadros em anexo.

22 de Agosto de 1997. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Fernando Manuel Van-Zeller Gomes da Silva*.

Quadro anexo ao despacho de afectação do património rústico e urbano à Direcção Regional de Agricultura do Algarve

Identificação	Localização
Prédios rústicos	
Cabeço do Mocho	Portimão.
Centro de Experimentação — Sítio de São Pedro.	Tavira.
Centro de Experimentação Hortofrutícola do Patacão.	Faro.
Mata Nacional das Terras da Ordem	Odeleite, Castro Marim.
Mata do Viveiro Florestal de Monte Gordo	Vila Real de Santo António.
Mata Nacional da Herdade da Parra	São Marcos da Serra, Silves.
Perímetro florestal da Conceição de Tavira	Conceição de Tavira.
Perímetro florestal de Barão de São João	Barão de São João, Lagos.
Perímetro florestal de Vila do Bispo	Vila do Bispo.
Posto Agrário da Raposeira	Vila do Bispo.
Quinta da Lagoa	Lagoa.
Sapais do Alvor, Penina, Torre e Fontaínhas ...	Portimão.
Prédios urbanos	
Centro de Formação Profissional do Patacão ...	Faro.
Complexo Urbano dos Viveiros de Monte Gordo	Vila Real de Santo António.
Edifício sede dos Serviços Regionais de Agricultura.	Patacão, Faro.
Edifício sede da Zona Agrária de Tavira e Centro de Formação Profissional.	Tavira.
Museu Agrário Algarvio, oficinas e refeitório	Tavira.
Edifício sede da Zona Agrária de Portimão e Centro de Formação Profissional.	Portimão.
Edifício sede da Zona Agrária de Alcoutim.	Alcoutim.
Edifício sede da Zona Agrária de Silves	Enxerim, Silves.
Edifício sede dos Serviços de Experimentação Hortofrutícola.	Patacão, Faro.
Laboratório de Veterinária e Qualidade Alimentar.	Patacão, Faro.
Laboratório de Apoio à Produção Vegetal	Patacão, Faro.
Prédio urbano — oficina e armazéns	Patacão, Faro.
Prédio urbano — refeitório	Patacão, Faro.
Prédio urbano — Vale de Cerves	Ferreiras, Albufeira.

Secretaria-Geral

Contrato n.º 452/97. — Por despacho de 6 de Janeiro de 1997 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

Manuel Pereira Monteiro — celebrado contrato de avença para prestação de serviços de vigilância nocturna no prédio da Calçada da Memória, onde funcionam os Serviços Audio-Visuais desta

Secretaria-Geral. O presente contrato produz efeitos a partir de 6 de Janeiro de 1997, data da sua outorga e é válido pelo período de um ano, que poderá ser renovável automaticamente por períodos iguais se não for denunciado por quaisquer das partes.

Anabela Silva Barros — celebrado contrato de avença para prestação de serviços de lavagem de toalhas das casas de banho da Secretaria-Geral utilizadas pelos guardas florestais e tratamento das roupas de cama dos mesmos. O presente contrato produz efeitos a partir de 6 de Janeiro de 1997, data da sua outorga e é válido pelo período de um ano, que poderá ser renovável automaticamente por períodos iguais se não for denunciado por quaisquer das partes.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 1997. — Pelo Secretário-Geral, *Manuel Serrano Alegria*.

Direcção-Geral das Florestas

Despacho n.º 7177/97 (2.ª série). — Por despachos do director-geral das Florestas e do director-geral dos Registos e do Notariado, respectivamente de 1 de Julho e de 28 de Agosto de 1997:

Transferido para este organismo o terceiro-oficial Helena Maria Ramos dos Santos André. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Agosto de 1997. — A Directora de Serviços, *Purificação Cava-leiro Pais*.

Direcção Regional de Agricultura do Algarve

Despacho (extracto) n.º 7178/97 (2.ª série). — Por despachos do director regional de Agricultura do Algarve e do director regional de Educação do Algarve de 21 e de 31 de Julho de 1997, respectivamente:

Eunice Irene da Mata Carriço, professora do quadro, de nomeação definitiva, da Escola Secundária de Loulé — autorizada a exercer funções na Direcção Regional de Agricultura do Algarve, em regime de requisição, pelo período de um ano.

19 de Agosto de 1997. — O Subdirector Regional, *João José Ferreira*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Despacho n.º 7179/97 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Outubro de 1996 do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Paula Maria Ribeiro Vieira Moço — nomeada definitivamente, mediante concurso, técnica superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral. (Visto do Tribunal de Contas em 8 de Abril de 1997. São devidos emolumentos.)

21 de Agosto de 1997. — Pelo Director Regional, *João Carlos Nunes Vaz Portugal*.

Despacho n.º 7180/97 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Outubro de 1997 do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Maria de Fátima da Cunha Matos Vasconcelos Meneses Chambel Mariano — nomeada definitivamente, mediante concurso, técnica superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral. Maria Paula Balseiro Vidal — nomeada definitivamente, mediante concurso, técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral.

(Vistos do Tribunal de Contas em 8 de Abril de 1997. São devidos emolumentos.)

21 de Agosto de 1997. — Pelo Director Regional, *João Carlos Nunes Vaz Portugal*.

Instituto de Investigação das Pescas e do Mar

Aviso n.º 6031/97 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º e no artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo, torna-se público que o conselho administrativo do Instituto

de Investigação das Pescas e do Mar, em reunião de 24 de Abril de 1997, deliberou delegar na sua presidente, Dr.ª Carmen de Lima Baptista Pereira, os poderes necessários ao exercício das suas competências no âmbito da gestão corrente prevista no artigo 10.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 94/97, de 23 de Abril.

27 de Maio de 1997. — O Director de Serviços de Administração, *Ramiro Gomes*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7181/97 (2.ª série). — A consideração de uma rede escolar integrada envolvendo as iniciativas públicas social e particular e cooperativa determina a adopção gradual de instrumentos que permitam alcançar objectivos ligados à salvaguarda do princípio da igualdade de oportunidades no âmbito da liberdade de ensinar e aprender consagrada na Constituição da República.

Assim, mediante a celebração de contratos simples, o Estado continua a apoiar o exercício do direito de opção educativa, por parte das famílias, aos educandos que frequentam os ensinos básico e secundário.

Nesta ordem de princípios, torna-se hoje possível iniciar, desde já, novos critérios para os contratos simples, com vista à sua aproximação gradual aos instrumentos de gestão dos estabelecimentos de ensino particular, numa óptica de simplificação e clarificação processual, de acordo com o trabalho desenvolvido pelo Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, no desenvolvimento dos princípios consignados na Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, consagra novos critérios e mecanismos de financiamentos para a educação pré-escolar que serão objecto de um novo instrumento mais adequado ao estabelecido na referida Lei Quadro.

Ouvindo o Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo;

Ao abrigo dos artigos 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, determino que, para o ano lectivo de 1997-1998:

1 — A celebração dos contratos simples obedece aos seguintes critérios:

- São definidas as capitulações e correspondentes escalões de comparticipação por parte do Estado constantes do mapa anexo 1 ao presente despacho;
- Os alunos internos filhos de emigrantes são integrados no 1.º escalão de comparticipação;
- Os cálculos a efectuar incidem sobre o valor máximo da comparticipação, tendo em conta o valor das anuidades médias cobradas pelos estabelecimentos de ensino:

- 1.º ciclo do ensino básico — 170 000\$;
- 2.º ciclo do ensino básico — 180 000\$;
- 3.º ciclo do ensino básico — 200 000\$;
- Ensino secundário — 210 000\$;

- Entende-se por anuidade o definido no n.º 5.º da Portaria n.º 809/93, de 7 de Setembro.

2 — Os estabelecimentos de ensino podem cobrar das famílias, para além do diferencial entre as comparticipações do Ministério da Educação e as anuidades devidas pela prestação dos serviços de utilização obrigatória durante o ano lectivo, os montantes relativos a serviços facultativos, desde que utilizados.

3 — Para efeitos do disposto no presente despacho, entende-se por agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, casamento ou outras situações equiparadas, desde que vivam em economia comum.

4 — A capitação é calculada com base na seguinte fórmula:

$$C = \frac{R - (I + H + S)}{12N}$$

em que:

C representa o rendimento *per capita*;

R, o rendimento familiar bruto anual referente ao ano de 1996;

I, o total de impostos e contribuições pagos no ano civil de 1996;

H, os encargos anuais com habitação, até 360 000\$;

S, as despesas com a aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica;
N, o número de pessoas que compõem o agregado familiar.

4.1 — O rendimento familiar bruto anual é constituído pela totalidade dos rendimentos auferidos, a qualquer título, por todos os membros do agregado familiar, durante o ano civil de 1996, constantes da declaração de IRS.

4.2 — No caso dos trabalhadores dispensados da entrega de declaração de IRS, o rendimento é determinado com base na tabela de remunerações médias mensais base, por profissões, publicada pelo Ministério para a Qualificação e o Emprego, aplicando-se a tabela referente a trabalhadores indiferenciados no caso de actividades não suficientemente tipificadas.

4.3 — Por cada elemento do agregado familiar na situação de desemprego deverá ser apresentada declaração passada pelo centro de emprego da zona de residência referente ao montante do subsídio auferido e, na falta deste, documento comprovativo da situação de desemprego.

4.4 — Os encargos anuais com habitação têm como base o recibo de renda de casa actualizado ou declaração da entidade financiadora do empréstimo para habitação própria.

4.5 — O montante total de impostos e contribuições pagos e de encargos com saúde é comprovado mediante a entrega de uma fotocópia da declaração de rendimentos (IRS) ou, no caso de trabalhadores dispensados da entrega daquela declaração, de documentos/declarações originais comprovativos.

4.6 — Os encarregados de educação assinarão um termo de responsabilidade pela exactidão dos documentos entregues, declarando não receber qualquer comparticipação de outro organismo ou da entidade patronal para o pagamento da frequência no estabelecimento de ensino.

4.7 — As declarações prestadas acerca dos rendimentos dos agregados familiares são da exclusiva responsabilidade dos declarantes e serão, a seu tempo, sujeitas a verificação por parte dos serviços competentes.

5 — Compete aos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino organizar os processos individuais dos alunos, mantendo-os disponíveis para os efeitos referidos no número anterior, bem como enviar ao Ministério da Educação os elementos necessários, quando solicitados.

6 — Para efeitos de celebração de contratos simples, devem ser enviados à respectiva direcção regional de educação os seguintes documentos:

- Uma lista de alunos de cada nível de ensino, ordenados por escalão, e, dentro do escalão, por ordem alfabética, com indicação, em coluna, do número de ordem na lista, ano frequentado e capitação;
- Lista dos alunos internos filhos de emigrantes, cujos pais residam no estrangeiro, ordenados por níveis de ensino e, dentro de cada nível, por ordem alfabética;
- Certificados de residência no estrangeiro dos pais, no caso de alunos internos filhos de emigrantes, devidamente identificados com o carimbo do estabelecimento de ensino e os nomes dos alunos abrangidos e o respectivo ano de frequência, ficando, todavia, dispensados deste envio os alunos que no processo do ano lectivo findo tenham junto certificado de residência passado com data de 1996, o qual deve vir devidamente assinalado na lista nominal dos alunos;
- Lista dos alunos internos que, se encontrarem em situação familiar difícil e da qual façam prova, tenham de recorrer ao regime de internato;
- Certidão comprovativa da inexistência de débitos por parte do estabelecimento de ensino à Caixa Geral de Aposentações e ao centro regional de segurança social do distrito;
- O mapa resumo que constitui o anexo II ao presente despacho, devidamente preenchido, no qual constem as comparticipações por níveis de ensino.

7 — Os estabelecimentos de ensino que, no total do ano lectivo, recebam um montante inferior a 2 500 000\$ ficam dispensados da celebração do contrato simples, sendo o pagamento efectuado nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, ficando, no entanto, obrigados ao cumprimento das disposições expressas no clausulado dos contratos.

8 — A Inspeção-Geral da Educação, no âmbito das suas atribuições, deve proceder ao controlo e fiscalização da boa execução do presente despacho.

12 de Agosto de 1997. — Pelo Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins*, Secretário de Estado da Administração Educativa.

MAPA — ANEXO I

CONTRATOS SIMPLES - 1997/98

Escalões	Capitação	1º Ciclo Ens. Básico	2º Ciclo Ens. Básico	3º Ciclo Ens. Básico	Ensino Secundário	
		C.E.P. a)	C.E.P. a)	A.S.E. b)	C.E.P. a)	A.S.E. b)
1º c)	até 25 000\$00	100%	80%	13%	64%	13%
2º	de 25 001\$00 a 30 500\$00	94%	80%	7%	64%	6%
3º	de 30 501\$00 a 42 000\$00	58%	58%	—	44%	—
4º	de 42 001\$00 a 70 000\$00	42%	42%	—	24%	—

a) - Compensação de Encargos com Propinas (direito de opção educativa).

b) - Ação Social Escolar (correspondente ao que se pratica no ensino público).

c) - Os alunos do Ensino Secundário integrados no 1.º escalão são comparticipados pelo índice A ou pelo índice B de acordo com o rendimento per-capita do agregado familiar:
Índice A - Até 18 000\$00
Índice B - De 18 001\$00 a 25 000\$00

MAPA — ANEXO II

CONTRATOS SIMPLES - 1997/98

Estabelecimento de Ensino Nº Alvará / Aut. Def. / Aut. Prov.
Morada
Localidade Concelho Distrito
Cód. Postal Telefone Fax
Lotação autorizada Frequência efectiva
Nome do Director Pedagógico
Entidade Titular de Autorização de Funcionamento
Nomes dos representantes na assinatura do contrato:
Pelo Director
Pela Entidade Titular de Autorização de Funcionamento

Nome e Nº Cont. na Segurança Social
Nome e Nº Cont. na C.G.A. e M.S.E.

Nº DE ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO E ESCALÕES:

ESCALÕES	%	1.º CICLO	%	2.º CICLO	%	3.º CICLO	%	ENSINO SECUNDÁRIO
1º	100	93	73					Ind A 51 Ind B 46
2º	94	87	70				50	
3º	58	58	44				22	
4º	42	42	24				16	
TOTAL								
Valor da Anuidade (em escudos)								

Gabinete do Secretário de Estado
da Administração Educativa

Declaração n.º 192/97 (2.ª série). — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 6 de Junho de 1997, o despacho conjunto n.º 63/97, rectifica-se que onde se lê, no mapa n.º 1:

«Direcção Regional de Educação de Lisboa

Distrito de Setúbal:

Concelho de Palmela:

Pinhal Novo, Terrim (1).
Poceirão, Asseiceira (2).
Poceirão, Forninho (2).

Direcção Regional de Educação do Algarve

Distrito de Faro:

Concelho de Albufeira:

Guia, Vale Verde (2).

Concelho de Portimão:

Mexilhoeira Grande, Pereira (1).
Mexilhoeira Grande, Poio (1).
Mexilhoeira Grande, Montes de Cima (1).»

deve ler-se:

«Direcção Regional de Educação de Lisboa

Distrito de Setúbal:

Concelho de Palmela

Pinhal Novo, Terrim (1).
Poceirão, Asseiceira (2).

Direcção Regional de Educação do Algarve

Distrito de Faro:

Concelho de Albufeira:

Guia, Vale Verde (2).»

12 de Agosto de 1997. — A Chefe do Gabinete, *Teresa Gaspar*.

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Escola Secundária de Manuel da Fonseca

Aviso n.º 6032/97 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, e da Portaria n.º 747-A/92, de 30 de Julho, está aberto concurso documental, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, com vista ao recrutamento e selecção do director executivo da Escola Secundária de Manuel da Fonseca, Santiago do Cacém, para exercer as seguintes funções:

- Administração e gestão nas áreas cultural, pedagógica, administrativa e financeira;
- Apoiar, estimular e desenvolver as diversas iniciativas da comunidade educativa, tendo em vista a valorização do processo de ensino e de aprendizagem;
- Cooperar com os diversos elementos, grupos e instituições que integram a comunidade educativa.

2 — Poderão candidatar-se ao concurso os docentes que reúnam os seguintes requisitos:

- Possuam pelo menos cinco anos de bom e efectivo serviço docente e sejam do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária de Manuel da Fonseca, Santiago do Cacém;
- Possuam profissionalização em nível de educação ou ensino ministrado nesta Escola (3.º ciclo e ensino secundário);
- Não tenham sofrido pena disciplinar superior a repreensão nos últimos cinco anos, excepto em caso de reabilitação, nos termos do artigo 84.º do Estatuto Disciplinar.

3 — A apresentação das candidaturas far-se-á através de requerimento, em papel azul de 25 linhas, dirigido ao presidente do conselho de Escola, do qual constem os seguintes elementos: nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, residência, estado civil, número e data do bilhete de identidade e local de emissão, categoria profissional e cargo que actualmente ocupa.

4 — O requerimento referido no número anterior deve ser acompanhado de *curriculum vitae* do qual conste o seguinte:

- Condições referidas no n.º 2 do presente aviso e indicação da classificação obtida, bem como do local e da data da obtenção;
- Experiência de ensino e outras funções exercidas no domínio da educação;
- Frequência de acções de formação;
- Participação em experiências de carácter pedagógico e realização de trabalhos técnicos ou de investigação.

5 — A apreciação das candidaturas será feita por uma comissão de seriação, constituída por três membros do conselho de Escola designados de acordo com o n.º 8.º da Portaria n.º 747-A/92, com a seguinte constituição:

Presidente — Professora Maria Cecília da Silva Lopes, QND.
Vogais efectivos:

Professora Maria de Fátima Bernardo Beja, QND.

Dr. João Paulo Machado Falcão e Silva, representante da associação de pais.

Vogais suplentes:

Professora Branca João de Machado Dias Rocha Guimarães, QND.

Carlos Manuel Bernardo, representante da associação de pais.

António Ferreira Soares, representante das forças sócio-culturais.

A referida comissão utilizará como métodos de selecção a avaliação curricular e a entrevista profissional, com igualdade de pesos.

6 — Os documentos de candidatura devem ser entregues contra recibo ou enviados pelo correio, com aviso de recepção, dirigidos ao presidente do conselho de Escola, para a Escola Secundária de Manuel da Fonseca, Santiago do Cacém.

7 — A lista definitiva de seriação será afixada na Escola e serão notificados todos os candidatos ao cargo. Do acto de exclusão da lista cabe recurso, com efeitos suspensivos, a interpor, no prazo de 10 dias a contar do registo da notificação, para o director regional de Educação do Alentejo, que decidirá no prazo de 5 dias.

8 — A eleição do director executivo será feita pelo conselho de Escola de entre os candidatos que compõem a lista definitiva, segundo o disposto no n.º 15.º da Portaria n.º 747-A/92. O resultado da eleição será afixado na Escola.

4 de Agosto de 1997. — O Presidente do Conselho de Escola, *António Gil Antunes Urbano*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Escola Secundária de Cantanhede

Louvor n.º 140/97. — O conselho de Escola, em reunião realizada em 16 de Julho de 1997, e por proposta do director executivo, deliberou aprovar um voto de louvor ao professor do quadro de nomeação definitiva do 2.º grupo A engenheiro Litério da Cruz Monteiro, que, como adjunto do director executivo, desempenhou com zelo, dedicação e competência as funções que lhe foram confiadas.

16 de Julho de 1997. — O Presidente do Conselho de Escola, *Aurélio Pereira Malva*.

Louvor n.º 141/97. — O conselho de Escola, em reunião realizada em 16 de Julho de 1997, e por proposta do director executivo, deliberou aprovar um voto de louvor ao professor do quadro de nomeação definitiva do 1.º grupo Orlando de Oliveira Neto, que, como adjunto do director executivo, desempenhou com zelo, dedicação e competência as funções que lhe foram confiadas.

16 de Julho de 1997. — O Presidente do Conselho de Escola, *Aurélio Pereira Malva*.

Louvor n.º 142/97. — O conselho de Escola, em reunião realizada em 16 de Julho de 1997, e por proposta do director executivo, deliberou aprovar um voto de louvor à professora do quadro de nomeação definitiva do 8.º grupo B Maria Clara de Oliveira Póvoa, que, como adjunta do director executivo, desempenhou com zelo, dedicação e competência as funções que lhe foram confiadas.

16 de Julho de 1997. — O Presidente do Conselho de Escola, *Aurélio Pereira Malva*.

Louvor n.º 143/97. — O conselho de Escola, em reunião realizada em 16 de Julho de 1997, e por proposta do director executivo, deliberou aprovar um voto de louvor à professora do quadro de nomeação definitiva do 10.º grupo B Maria da Graça Veloso Pratas, que, como adjunta do director executivo, desempenhou com zelo, dedicação e competência as funções que lhe foram confiadas.

16 de Julho de 1997. — O Presidente do Conselho de Escola, *Aurélio Pereira Malva*.

Escola Secundária de Mação

Louvor n.º 144/97. — Louvo o auxiliar de acção educativa do quadro da Escola Augusto Vitória Duque pelo interesse com que sempre tem desempenhado as suas funções. É um funcionário sempre prestável para desempenhar qualquer serviço, mesmo aqueles que não se enquadram no seu quadro de competências, como sejam a manutenção e reparação dos equipamentos e instalações escolares. Colabora intensamente com o órgão de gestão na execução e planeamento dos serviços e preocupa-se em criar sempre um bom clima de trabalho entre todos os funcionários.

25 de Junho de 1997. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando Pedro C. N. Matos*.

Louvor n.º 145/97. — Louvo o segundo-oficial administrativo do quadro da Escola Leotina Maria de Lurdes Isabel Diogo pela dedicação e interesse com que sempre tem desempenhado as suas funções. Para a funcionária não existem horários de trabalho, colocando sempre em primeiro lugar os serviços que tem para executar, a preocupação em aperfeiçoar o seu trabalho e em ensinar os colegas mais inexperientes e a existência de boas relações humanas com os colegas e com o órgão de gestão, tudo isto com prejuízo para a sua vida pessoal e familiar.

25 de Junho de 1997. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando Pedro C. N. Matos*.

Escola E. B. 2, 3 Padre António Morais da Fonseca

Louvor n.º 146/97. — Ao cessar funções de chefe dos Serviços de Administração Escolar, em regime de substituição, por aposentação Luís Gonzaga Valente de Sousa foi considerado merecedor pelo conselho pedagógico, reunido em 9 de Julho de 1997, de um público louvor pela excelência técnica e humana evidenciada na chefia, responsabilidade, rigor e zelo demonstrados.

10 de Julho de 1997. — O Presidente do Conselho Directivo, *Joaquim Ferreira Oliveira Lagoa*.

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Escola E B 2, 3 de Atouguia da Baleia

Louvor n.º 147/97. — Ao cessar as funções que vinha desempenhando na Escola EB 2,3 de Atouguia da Baleia, primeiro como presidente da comissão instaladora e depois como presidente do conselho directivo, é meu dever louvar publicamente todos os que contribuíram para instalar e consolidar o funcionamento desta Escola, tornando-a um pólo do desenvolvimento social e cultural da vila de Atouguia da Baleia.

Alunos e professores, pais e encarregados de educação, funcionários administrativos e auxiliares, Câmara Municipal de Peniche e Junta de Freguesia, empresários e população em geral, todos, de forma mais ou menos dinâmica, deram as mãos e, com carinho, amizade, e sem olharem a sacrifícios, ajudaram a criar uma escola que hoje é o orgulho da comunidade em que se insere.

16 de Julho de 1997. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Maria dos Anjos Costa*.

Escola do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico D. Francisco Manuel de Melo

Aviso n.º 6033/97 (2.ª série). — Nos termos da Portaria n.º 39/94, de 14 de Janeiro, e do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 409/89, faz-se público que foram afixadas no lugar do costume as listas de progressão para 1997 (período de Julho a Dezembro) do pessoal docente, para consulta dos interessados, dispondo do prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso para interposição de recurso para o dirigente máximo do serviço.

21 de Julho de 1997. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *António Manuel Antunes de Castro*.

Aviso n.º 6034/97 (2.ª série). — Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, faz-se público que foram afixadas no lugar do costume as listas do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino que, nos termos do referido decreto-lei, beneficiaram do descongelamento de escalões nas respectivas carreiras de Julho a Dezembro de 1997. Os funcionários dispõem do prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso para interposição de recurso para o dirigente máximo do serviço.

21 de Julho de 1997. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *António Manuel Antunes de Castro*.

Escola Básica 2 de Frei António Brandão

Louvor n.º 148/97. — *Louvor a título póstumo.* — A professora efectiva do 5.º grupo Cristina Fialho Penas, da Escola Básica n.º 2 de Frei António Brandão, na Benedita, após longo período de dolorosos e frequentes tratamentos, veio a falecer no dia 7 de Março de 1995. Pelas suas qualidades pessoais, que se traduziram num grande

desempenho nas actividades da Escola desenvolvidas com alunos e colegas, sempre disposta a colaborar de forma espontânea ou solícita com os órgãos de gestão da Escola, com grande sentido de responsabilidade, merece a estima, amizade e admiração de toda a comunidade escolar, o que leva a prestar-lhe pública homenagem e gratidão. Foi esta proposta aprovada pelo conselho pedagógico em 6 de Dezembro de 1995.

13 de Janeiro de 1997. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Lúcia Marques Serralheiro*.

Escola Secundária da Rainha D. Leonor

Aviso n.º 6035/97 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada na Escola Secundária da Rainha D. Leonor, em Lisboa, a lista de antiguidade do pessoal não docente.

Mais se informa que os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo dos serviços.

22 de Julho de 1997. — Pela Presidente do Conselho Directivo, *(Assinatura ilegível)*.

Escola Secundária de Romeu Correia

Louvor n.º 149/97. — O conselho directivo da Escola Secundária de Romeu Correia, no Feijó, considera de elementar justiça atribuir um voto de louvor à técnica auxiliar especialista do SASE licenciada Arlete Maria Mestre Bentes Moita Flores ao cessar as suas funções nesta Escola. A referida funcionária sempre manifestou elevado profissionalismo e competência no desempenho das tarefas que lhe foram confiadas, colaborando com o conselho directivo no sentido de assegurar o normal funcionamento deste estabelecimento de ensino.

17 de Julho de 1997. — A Presidente do Conselho Directivo, *Elisa da Silva Araújo*.

Escola Secundária de Seomara da Costa Primo

Louvor n.º 150/97. — Ao cessar as minhas funções como presidente do conselho directivo deste estabelecimento de ensino, atribuo, conjuntamente com os restantes elementos do conselho directivo, um louvor público à funcionária Nélia Maria da Silva Moreira, oficial administrativo principal, a desempenhar as funções de chefe dos Serviços de Administração Escolar, pelas elevadas qualidades morais, humanas e profissionais demonstradas ao longo do período em que vem exercendo esta actividade, revelando dedicação ao serviço e notável competência e ser possuidora de bons conhecimentos profissionais, irrepreensível na dedicação e interesse que sempre demonstrou no desempenho das suas funções, para além de um trato pessoal donde sobressai uma natural modéstia.

30 de Junho de 1997. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria José Nabiça*.

Louvor n.º 151/97. — Ao cessar as minhas funções como presidente do conselho directivo deste estabelecimento de ensino, atribuo, conjuntamente com os restantes elementos do conselho directivo, um louvor público à encarregada do pessoal auxiliar de acção educativa Maria Cidália Luís Branco Antunes, pela dedicação e pelo profissionalismo revelados no desempenho das funções que lhe estão atribuídas e por toda a colaboração prestada.

30 de Junho de 1997. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria José Nabiça*.

Louvor n.º 152/97. — Ao cessar as minhas funções como presidente do conselho directivo deste estabelecimento de ensino, atribuo, conjuntamente com os restantes elementos do conselho directivo, um louvor público aos auxiliares de acção educativa por toda a colaboração prestada.

30 de Junho de 1997. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria José Nabiça*.

Louvor n.º 153/97. — Ao cessar as minhas funções como presidente do conselho directivo deste estabelecimento de ensino, atribuo, conjuntamente com os restantes elementos do conselho directivo, um louvor público aos funcionários dos Serviços de Administração Escolar

pela dedicação e pelo profissionalismo revelados no desempenho das funções que lhe estão atribuídas e por toda a colaboração prestada.

30 de Junho de 1997. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria José Nabiça*.

Louvor n.º 154/97. — Ao cessar as minhas funções como presidente do conselho directivo deste estabelecimento de ensino, atribuo, conjuntamente com os restantes elementos do conselho directivo, um louvor público aos funcionários dos Serviços de Acção Social Escolar pela dedicação e pelo profissionalismo revelados no desempenho das funções que lhe estão atribuídas e por toda a colaboração prestada.

30 de Junho de 1997. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria José Nabiça*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária de D. Dinis

Louvor n.º 155/97. — Ao cessarem funções, ao fim de dois anos de permanência no conselho directivo eleito para o biênio de 1995-1997, aprez-me louvar a Dr.ª Rosa Maria Correia Gil Pinheiro, vice-presidente, a Dr.ª Maria Clara Figueiredo Campos Ferreira, secretária, e a Dr.ª Júlia Reis Serra, vogal, pelo seu alto sentido de dever, incansável trabalho e extrema dedicação com que, isoladamente e em equipa, serviram a comunidade da Escola Secundária de D. Dinis, em Santo Tirso.

22 de Julho de 1997. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nascimento Augusto Afonso*.

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Aviso n.º 6036/97 (2.ª série). — De acordo com o determinado no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso para recrutamento de um assistente para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto para a área científica de Organização e Gestão Industrial, cujo edital saiu no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 29 de Abril de 1997, se encontra afixada na sede do Instituto Politécnico de Castelo Branco, sito na Avenida de Pedro Álvares Cabral, 12, 6000 Castelo Branco.

Da referida lista poderá ser interposto recurso no prazo de oito dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

12 de Agosto de 1997. — O Presidente, *Valter Victorino Lemos*.

Aviso n.º 6037/97 (2.ª série). — De acordo com o determinado no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que a lista de classificação final do candidato admitido ao concurso interno geral de acesso para o provimento de um lugar de técnico auxiliar de 1.ª classe (carreira de técnico-profissional), para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior Agrária, cujo aviso saiu no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, (2.º suplemento), de 29 de Abril de 1997, se encontra afixada na sede do Instituto Politécnico de Castelo Branco, sito na Avenida de Pedro Álvares Cabral, 12, 6000 Castelo Branco.

Da referida lista poderá ser interposto recurso no prazo de oito dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

21 de Agosto de 1997. — O Presidente, *Valter Victorino Lemos*.

Aviso n.º 6038/97 (2.ª série). — De acordo com o determinado no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para o provimento de dois lugares de técnico-adjunto especialista de BD para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior Agrária, cujo aviso saiu no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, (2.º suplemento), de 29 de Abril de 1997, se encontra afixada na sede do Instituto Politécnico de Castelo Branco, sito na Avenida de Pedro Álvares Cabral, 12, 6000 Castelo Branco.

Da referida lista poderá ser interposto recurso no prazo de oito dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

21 de Agosto de 1997. — O Presidente, *Valter Victorino Lemos*.

Despacho (extracto) n.º 7182/97 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 4 de Junho de 1997:

Licenciada Maria Henrique Serejo de Moura Pinheiro — renovado o contrato além do quadro, em regime de acumulação (50 %), por urgente conveniência de serviço, como equiparada a professora-adjunta para a Escola Superior Agrária deste Instituto, com o vencimento ilíquido mensal de 135 300\$ com início em 1 de Junho até 31 de Dezembro de 1997. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Agosto de 1997. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 7183/97 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 12 de Março de 1997:

Licenciada Maria Teresa Martins Rodrigues — contratada como equiparada a assistente do 1.º triénio, além do quadro, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto, com o vencimento ilíquido mensal de 219 400\$, com início em 19 de Março de 1997 e tem a duração de um ano. (Visto do Tribunal de Contas de 5 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

14 de Agosto de 1997. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 7184/97 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 12 de Março de 1997:

Licenciado Paulo Jorge Sequeira Gonçalves — contratado como equiparado a assistente do 1.º triénio, além do quadro, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto, com o vencimento ilíquido mensal de 219 400\$, com início em 3 de Março de 1997 e tem a duração de um ano. (Visto do Tribunal de Contas de 7 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

20 de Agosto de 1997. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Instituto Politécnico de Lisboa

Escola Superior de Comunicação Social

Despacho n.º 7185/97 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Julho de 1997:

Maria da Paz Assunção Palma — autorizado a celebração do contrato de avença para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início a partir da data da publicação no *Diário da República*, auferindo a remuneração mensal de 124 300\$. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Agosto de 1997. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Adelino Baptista da Cruz*.

Instituto Politécnico de Santarém

Despacho n.º 7186/97 (2.ª série). — No uso da competência subdelegada pelo n.º 1.1 do despacho n.º 16/XIII/SEES/95, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 1995:

José Manuel de Assunção Rodrigues, professor provisório do quadro de efectivos interdepartamentais — reclassificado como professor-adjunto e nomeado provisoriamente na categoria de professor-adjunto, escalão 3, índice 210, da Escola Superior Agrária de Santarém, em lugar a extinguir quando vagar, acrescido ao quadro do pessoal docente daquela Escola, constante da Portaria n.º 23/97, de 8 de Janeiro, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º e 2 e 3 do artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 14/97, de 17 de Janeiro, e 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho. O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Junho de 1997 [alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, na redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro]. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Agosto de 1997. — O Presidente, *Jorge Alberto Guerra Justino*.

Despacho (extracto) n.º 7187/97 (2.ª série):

Maria Manuel Manteigueiro Varregoso Vairinho — autorizado o contrato administrativo de provimento, em regime de exclusividade, pelo período de um ano, com início em 16 de Maio de 1997, por urgente conveniência de serviço, na categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, auferindo a remuneração mensal correspondente ao índice 100. (Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

20 de Agosto de 1997. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 7188/97 (2.ª série):

Maria Teresa Casanova de Araújo e Sá — nomeada provisoriamente, precedendo concurso, por três anos, na categoria de professora-adjunta para a Escola Superior de Educação de Santarém, deste Instituto. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 1997. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Instituto Politécnico de Viseu

Despacho n.º 7189/97 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Julho de 1997 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Maria Teresa de Almeida Rita Quintalo da Cunha, segundo-oficial do quadro da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa — nomeada, precedendo concurso, segundo-oficial, em comissão de serviço extraordinária, para a Escola Superior Agrária, integrada no Instituto Politécnico de Viseu, a partir de 15 de Julho de 1997. (Isento de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

22 de Agosto de 1997. — O Vice-Presidente, *Vasco Soares de Oliveira e Cunha*.

Despacho n.º 7190/97 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Junho de 1997 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Viseu, António Soares de Sousa, por subdelegação de competências:

Licenciada Maria de Fátima de Jesus Almeida Gomes — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Educação, integrada no Instituto Politécnico de Viseu, com início em 10 de Março de 1997 e até 28 de Fevereiro de 1998, por urgente conveniência de serviço, em tempo integral. (Visto do Tribunal de Contas de 12 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

22 de Agosto de 1997. — O Vice-Presidente, *Vasco Soares de Oliveira e Cunha*.

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 296/97. — As conclusões do grupo de trabalho criado pelo despacho conjunto n.º 7/ME/MC/96, com a finalidade de estudar e propor orientações e medidas no âmbito das várias componentes do ensino artístico, constituíram uma base de reflexão da maior importância para uma nova concepção dos objectivos e das metodologias de trabalho a adoptar neste sector.

Cabendo ao Ministério da Educação a gestão do sistema de ensino artístico, é no seu âmbito que são tomadas as medidas mais adequadas à concretização da maior parte das recomendações do grupo de trabalho, com vista, designadamente, a uma melhor articulação vertical e horizontal do ensino artístico nos vários níveis e modalidades de educação e ensino.

Contudo, tanto a lógica da criação do anterior grupo de trabalho conjunto como uma parte essencial das suas conclusões apontavam para a necessidade de que as medidas a tomar no foro interno do Ministério da Educação fossem acompanhadas por um cruzamento institucional entre este e o Ministério da Cultura, traduzido no estabelecimento de uma estrutura conjunta de concepção e coordenação do ensino artístico. Essa estrutura beneficiaria, por um lado, da experiência de reflexão pedagógica e de gestão dos programas educativos para as artes, aos níveis básico, secundário e superior e de natureza profissionalizante ou genérica, acumulada pelos vários organismos do Ministério da Educação, e, por outro lado, do conhecimento das necessidades do serviço público cultural e das exigências da actividade artística profissional adquirido pelo Ministério da Cultura, na sua qualidade de produtor directo ou de patrocinador de uma percentagem muito elevada das iniciativas artísticas de maior dimensão na vida cultural portuguesa.

Nestes termos, determina-se o seguinte:

1 — É criado um grupo de contacto permanente entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, visando a preparação das medidas que permitam o estabelecimento da interligação entre as políticas relativas ao ensino artístico e as referentes à promoção, animação e sensibilização para as artes.

2 — Têm especial relevância para os dois ministérios:

- A articulação vertical dos vários níveis do ensino artístico e a interligação entre as necessidades específicas do ensino genérico e as do ensino artístico vocacional;
- A definição, através da apresentação de propostas de medidas legislativas, de soluções flexíveis que permitam o acesso à carreira docente no ensino artístico de profissionais qualificados em plena actividade nos seus sectores;
- A articulação entre os programas de ensino artístico e as iniciativas de formação promovidas no âmbito do mercado profissional no sector, com destaque para as da responsabilidade de organismos de produção artística;
- A interligação entre o ensino artístico e os vários organismos de animação e sensibilização para as artes, designadamente os de extensão escolar promovidos pelos estabelecimentos de ensino e os de estímulo à formação de novos públicos, da iniciativa do Ministério da Cultura ou de entidades por ele apoiadas;
- A articulação entre os programas de ensino, formação e animação no domínio das artes existentes no âmbito dos dois ministérios e destes com programas da mesma natureza existentes no quadro dos Ministérios para a Qualificação e o Emprego e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Secretaria de Estado da Juventude, das autarquias e demais promotores públicos ou privados;
- A identificação das possibilidades de utilização coordenada de infra-estruturas e equipamentos de dupla valência profissional e formativa;
- A promoção do cruzamento de recursos entre ambos os ministérios com vista à produção de novos materiais didácticos no domínio das artes em todos os tipos de suporte, incluindo o audiovisual e o multimédia.

3 — O grupo de contacto funcionará até junho de 1998, após o que será feita a avaliação do seu trabalho e estudada a oportunidade da sua manutenção, com eventual definição de um modelo orgânico mais adequado às funções a desempenhar.

4 — O grupo será constituído por um coordenador, nomeado por despacho conjunto dos Ministros da Educação e da Cultura, e por quatro representantes de cada um dos ministérios.

5 — O coordenador do grupo poderá convidar especialistas ou entidades terceiras a pronunciar-se sobre as análises e propostas feitas considerando-se imprescindível a audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos no que diga respeito a medidas que envolvam o ensino superior.

6 — Competirá ao Ministério da Educação, através do Gabinete do Ministro, assegurar o necessário apoio logístico, administrativo, funcional e financeiro à actividade do grupo.

7 — As despesas com o pagamento dos elementos que integram o grupo e que não sejam funcionários ou agentes dos Ministérios da Educação ou da Cultura serão cobertas pelo ministério que os designou, nos termos do n.º 4 do presente despacho, através do gabinete do respectivo ministro.

19 de Agosto de 1997. — O Ministro da Educação, *Eduardo Carreaga Marçal Grilo*. — O Ministro da Cultura, *Manuel Maria Ferreira Carrilho*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE**Gabinete da Ministra**

Despacho n.º 7191/97 (2.ª série). — Para além da radiação natural, a exposição a radiações para fins médicos constitui actualmente a maior fonte de exposição a radiações ionizantes, o que levou a Organização Mundial de Saúde, o Comité Científico das Nações Unidas para o Estudo dos Efeitos das Radiações Ionizantes e a Comissão Internacional de Protecção Radiológica a recomendar medidas visando a prevenção de radiações médicas excessivas.

O Decreto-Lei n.º 348/89, de 12 de Outubro, e o Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril, estabeleceram os princípios e as normas de segurança destinados à protecção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes, bem como as medidas fundamentais relativas à protecção contra radiações das pessoas submetidas a exames e tratamentos médicos,

em conformidade com as Directivas Comunitárias Euratom n.ºs 80/836, de 15 de Julho de 1980, 84/466 e 84/467, ambas de 3 de Setembro de 1984.

Considerando a expansão constante do parque radiológico e a variedade crescente das aplicações das radiações ionizantes e que é necessário evitar que essa expansão resulte num aumento não justificado de exposições do público;

Tendo em conta os riscos de exposição a radiações ionizantes, provenientes das actividades nas áreas de radiologia médica, de radioterapia e de medicina nuclear, e considerando que o despacho do Secretário de Estado da Saúde de 15 de Julho de 1993, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 297, de 22 de Dezembro de 1993, fixou critérios de aceitabilidade dos equipamentos de radiodiagnóstico adoptam-se agora as normas relativas às instalações desta mesma área e ainda as relativas às instalações e equipamentos nas áreas de radioterapia e de medicina nuclear;

Fica assim regulamentada na ordem jurídica nacional a matéria prevista no artigo 3.º da Directiva n.º 84/466/Euratom.

Nestes termos, tendo presente o disposto no Decreto-Lei n.º 348/89, de 12 de Outubro, e no Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril, determina-se que as instalações de radiodiagnóstico e as instalações e equipamentos de radioterapia e de medicina nuclear devem obedecer aos critérios de aceitabilidade estabelecidos nos anexos ao presente despacho, que dele fazem parte integrante.

24 de Julho de 1994. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

ANEXO I

CAPÍTULO I

Disposições gerais

1 — Objecto — as instalações de radiodiagnóstico, bem como as instalações e equipamentos de radioterapia e de medicina nuclear, estão sujeitas às disposições seguintes, no que respeita ao seu licenciamento e funcionamento:

1.1 — Ficam excluídos do âmbito de aplicação do despacho, de que o presente anexo é parte integrante, os critérios de aceitabilidade dos equipamentos de radiodiagnóstico.

2 — Titular da instalação — o titular da instalação é a pessoa singular ou colectiva que explora essa instalação, nos termos do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril.

2.1 — Ao titular da instalação incumbe:

- a) Apresentar o pedido de licenciamento, nos termos previstos no n.º 3;
- b) Dotar a instalação e as pessoas que nela trabalham dos dispositivos de segurança e de protecção previstos na lei;
- c) Providenciar para que sejam fixadas normas de actuação para a utilização da instalação, de modo que os equivalentes de dose recebidos pelas pessoas profissionalmente expostas sejam tão pequenos quanto razoavelmente possível e sempre inferiores aos limites fixados no anexo IV do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril, devendo tais normas estar escritas e ser conhecidas e cumpridas por todo o pessoal da instalação;
- d) Garantir que seja efectuado o controlo dos equipamentos e a vigilância dos níveis de radiação nos postos de trabalho, com a periodicidade fixada no respectivo processo de licenciamento, ou sempre que se modifiquem as condições habituais de trabalho ou seja detectada alguma irregularidade que afecte a protecção radiológica;
- e) Assegurar a existência de um diário de operações, onde serão inscritos qualquer tipo de incidente registado na instalação, as datas das revisões dos equipamentos e os valores dos níveis de radiação medidos, bem como o tempo real de utilização de cada aparelho e o pessoal técnico responsável pelo seu funcionamento;
- f) Remeter à Direcção-Geral da Saúde, no 1.º trimestre de cada ano, um relatório anual contendo um resumo dos elementos referidos na alínea anterior;
- g) Manter disponíveis os documentos relativos ao processo de licenciamento das instalações e equipamentos, tais como os certificados de homologação dos equipamentos ou, em substituição, certificado de verificação, bem como os documentos relativos aos controlos referidos nas alíneas anteriores.

2.2 — O titular da instalação deve igualmente assegurar a vigilância e o controlo médicos, bem como a assistência médica em caso de acidente, dando cumprimento aos requisitos estabelecidos nos artigos 20.º a 30.º do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril.

3 — Licenciamento da instalação — nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 348/89, de 12 de Outubro, e dos artigos 34.º e 35.º do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril, a entrada

em funcionamento das instalações referidas no n.º 1 está sujeita a licenciamento concedido pelo director-geral da Saúde, mediante pedido feito pelo titular da instalação.

3.1 — O pedido de licenciamento deve ser enviado à Direcção-Geral da Saúde, utilizando os formulários n.ºs 1, 2, 3 e 4 do anexo II, acompanhado das seguintes informações e documentos:

- a) Declaração sobre as actividades a desenvolver e das condições de funcionamento dos equipamentos e instalações;
- b) Indicação do responsável técnico, médico inscrito no colégio da especialidade da Ordem dos Médicos, de acordo com a especialidade da actividade a desenvolver, como previsto no artigo 38.º do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril;
- c) Indicação de um licenciado em Física ou em Engenharia Física, no caso de instalações de radioterapia ou de medicina nuclear, em conformidade com o n.º 3 do artigo 40.º do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril;
- d) Indicação de um licenciado em Farmácia, no caso de a instalação de medicina nuclear desenvolver preparações complexas na área da radiofarmácia;
- e) Indicação do pessoal técnico de radiodiagnóstico, de radioterapia e de medicina nuclear devidamente habilitado para a prática de actos que envolvam a utilização de radiações ionizantes, tal como previsto no artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril;
- f) Avaliação e ou verificação das condições de segurança radiológica da instalação, elaborada por uma entidade ou empresa autorizada;
- g) Certificado de homologação, ou certificado de conformidade CE ou de verificação do equipamento, emitido pelo organismo notificado, nos termos do Decreto-Lei n.º 273/95, de 23 de Outubro;
- h) No caso de equipamento médico pesado, deve ainda ser anexoado o despacho de autorização do Ministro da Saúde, nos termos dos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 95/95, de 9 de Maio.

3.2 — A Direcção-Geral da Saúde poderá solicitar aos requerentes todos os dados e esclarecimentos adicionais que em cada caso considere necessários à instrução do processo.

3.3 — Após apreciação dos documentos indicados no n.º 3.1, a licença de funcionamento é emitida pelo director-geral da Saúde, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 348/89, de 12 de Outubro, e notificada ao requerente.

3.4 — As alterações das instalações ou dos equipamentos ou qualquer outra alteração que afecte substancialmente o projecto ou as condições de funcionamento inicialmente declaradas estão sujeitas a uma reavaliação das condições de segurança da instalação nos termos do disposto no n.º 7, dando lugar a um processo de licenciamento idêntico ao da entrada em funcionamento.

3.5 — Prazo da licença — a licença de funcionamento é concedida por um prazo de cinco anos, sendo renovável mediante pedido a apresentar nos mesmos termos do pedido inicial.

4 — Encerramento da instalação — no caso de encerramento, o titular da instalação deve fazer a respectiva comunicação à Direcção-Geral da Saúde, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Inventário dos equipamentos e das fontes radioactivas, se as houver, e o destino previsto para os mesmos;
- b) Plano de descontaminação, no caso de existir contaminação radioactiva na instalação.

4.1 — A responsabilidade do titular só se extingue quando todos os materiais e equipamentos estiverem retirados da instalação e esta esteja descontaminada, quando for o caso.

5 — Instalações já existentes — os titulares das instalações que se encontrem em funcionamento à data da entrada em vigor do despacho, de que o presente anexo é parte integrante, e que não estejam em conformidade com os critérios nele estabelecidos devem, no prazo de 60 dias, dirigir uma declaração ao director-geral da Saúde identificando as condições da instalação e os equipamentos em funcionamento.

5.1 — Os titulares das instalações referidas no número anterior têm o prazo de dois anos, após a data da entrada em vigor do despacho, para proceder às necessárias modificações das instalações e ou equipamentos, devendo apresentar o pedido de licenciamento através dos respectivos formulários constantes do anexo II.

5.2 — Ficam excluídos do número anterior os requisitos relativos à localização da instalação, previstos no n.º 2 do capítulo II, no n.º 2 do capítulo III e nos n.ºs 2 e 13 do capítulo IV, respectivamente, para radiodiagnóstico, radioterapia e medicina nuclear.

6 — Planeamento das instalações — a fim de garantir as condições de segurança radiológica, o planeamento das instalações deve ter em conta a localização, a configuração, o número de salas e as respectivas dimensões, mediante as seguintes condições e especificações técnicas:

6.1 — A protecção adequada é obtida pelo controlo da distância dos trabalhadores à fonte de radiação, pela existência de barreiras de protecção e pela duração das exposições.

6.2 — A fim de assegurar que a exposição dos trabalhadores e dos membros do público seja tão baixa quanto razoavelmente possível, o planeamento das barreiras de protecção deve ter em conta a localização adequada do equipamento e as possíveis direcções do feixe primário de radiação.

6.3 — No planeamento das barreiras de protecção devem ser usados os seguintes valores de limites derivados:

- a) 0,4 mSv/semana, para áreas ocupadas por trabalhadores profissionalmente expostos;
- b) 0,04 mSv/semana, para áreas ocupadas por membros do público.

6.4 — O planeamento das barreiras de protecção deve ter em conta os seguintes factores:

- a) Para instalações de radiodiagnóstico e de radioterapia, a carga de trabalho semanal máxima prevista para o funcionamento da instalação;
- b) Para instalações de medicina nuclear, a actividade máxima dos radionuclídeos a utilizar ou a armazenar.

6.5 — Deve ainda ser considerado o tipo de ocupação das áreas adjacentes às salas com exposição a radiações ionizantes e a sua acessibilidade pelos trabalhadores, pacientes e membros do público.

7 — Deve ser feita uma reavaliação das condições de segurança da instalação sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) Alteração na ocupação das áreas adjacentes (factores de ocupação);
- b) Alteração das barreiras de protecção em que incide directamente a radiação (factores de uso);
- c) Aumento da carga de trabalho semanal máxima ou aumento da actividade dos radionuclídeos inicialmente declarado.

8 — Especificações técnicas para o equipamento — os equipamentos produtores ou utilizadores de radiações ionizantes devem obedecer aos requisitos de homologação e verificação constantes do Decreto-Lei n.º 273/95, de 23 de Outubro, e da Portaria n.º 136/96, de 3 de Maio.

CAPÍTULO II

Radiodiagnóstico

1 — Objecto — o presente capítulo estabelece os requisitos técnicos específicos a que devem obedecer as instalações onde sejam desenvolvidas técnicas que utilizem a radiação x, sem prejuízo do disposto no capítulo I.

2 — Localização da instalação — a instalação de radiodiagnóstico deve situar-se ao nível do solo ou do subsolo quando integrada em prédio de habitação ou de serviços, com excepção das instalações de medicina dentária.

3 — Planeamento da instalação — a instalação de radiodiagnóstico deve dispor, no mínimo, das seguintes dependências:

- a) Salas onde são feitos os exames;
- b) Sector de atendimento e respectivo apoio administrativo; sala de espera; gabinetes de trabalho; instalações sanitárias separadas para o público e para o pessoal, e vestiário de apoio a cada sala em que seja desenvolvida qualquer uma das técnicas de radiodiagnóstico.

4 — Protecção radiológica — as salas onde são desenvolvidas as técnicas de radiodiagnóstico devem obedecer aos seguintes requisitos de protecção:

4.1 — Para uma instalação de radiografia e radioscopia combinadas, a blindagem está dependente do uso radiográfico da sala.

4.2 — Para uma instalação de radioscopia, a barreira primária está incorporada no sistema de imagem, sendo as paredes as barreiras secundárias.

4.3 — O cálculo para a blindagem de uma instalação de fotofluoroscopia é igual ao de uma instalação de radiografia, considerando-se como barreira primária a parede que está situada atrás da câmara na direcção do feixe primário, sendo o factor de utilização para esta área de $U=1$, e as restantes paredes, chão e tecto barreiras secundárias.

4.4 — Para o cálculo das barreiras de protecção devem ser tidos em conta os seguintes factores:

- a) Energia da radiação;
- b) Carga semanal de funcionamento;
- c) Direcção do feixe útil da radiação;
- d) Tipo de ocupação das áreas a proteger.

4.5 — Além dos factores referidos no número anterior, para a determinação das espessuras necessárias das barreiras de protecção devem ser usadas as tabelas V.1 a V.4, mediante os seguintes parâmetros:

- a) Classificação da área a proteger:

Área controlada (ocupada por trabalhadores profissionalmente expostos);

Área não controlada (ocupada por membros do público);

b) Tensão máxima a aplicar à ampola (kV);

c) Carga semanal ponderada pelo factor de uso (U) da barreira para atenuar o feixe útil de radiação, constante da tabela II, e pelo factor de ocupação (T) da área a proteger, constante da tabela III;

d) Distância da ampola ao local a proteger, no caso das barreiras primárias;

e) Distância do objecto difusor (corpo do paciente) ao local a proteger, no caso das barreiras secundárias.

4.6 — Para obter a espessura final requerida para cada barreira de protecção, tendo em consideração os valores obtidos a partir das tabelas V.1 a V.4, conjuntamente com a tabela IV, deve proceder-se da seguinte forma:

- a) Se os valores obtidos para as barreiras primárias e secundárias forem aproximadamente os mesmos, deve adicionar-se um HVL ao maior valor;
- b) Se os valores obtidos diferirem, pelo menos, de um TVL, o mais elevado será o adequado.

4.7 — As barreiras de protecção das instalações de tomografia axial computadorizada não se obtêm através das tabelas V.1 a V.4, mas sim por cálculo de atenuação, tendo em consideração as curvas de isodose em torno do tomógrafo.

4.8 — A espessura das barreiras de protecção deve ser expressa com um número de algarismos significativos, apropriado ao material e espessura em causa.

4.9 — No caso de se pretender utilizar um material diferente do chumbo, a espessura obtida em milímetros de chumbo deve ser convertida na espessura desse material, utilizando para o efeito a tabela VI.

5 — Os elementos de protecção radiológica referidos nos números anteriores constam das tabelas seguintes:

Tabela I — Cargas de trabalho semanais mais frequentes;

Tabela II — Factores de utilização (U) para barreiras primárias;

Tabela III — Factores de ocupação (T) para diversos tipos de áreas;

Tabela IV — Espessura semi-redutora e deci-redutora;

Tabela V:

Barreiras primárias mínimas:

- 1) Áreas controladas;
- 2) Áreas não controladas;

Barreiras secundárias mínimas:

- 3) Áreas controladas;
- 4) Áreas não controladas;

Tabela VI — Equivalência de espessuras de chumbo a vários materiais.

TABELA I

Cargas de trabalho semanais mais frequentes numa instalação de radiodiagnóstico

Equipamentos	Tensão kVp	Carga semanal mA.min/semana
1 — Radiografia (sem radioscopia)	100 125 150	1 000 400 200
2 — Equipamentos com radioscopia:	(máxima) 110	
Mesas com ampola de raios X por baixo		1 200
Mesas com ampolas de raios X por cima		3 000
3 — Mamógrafos	(máxima) 50	600
4 — Tomografia computadorizada	120	7 000
5 — Equipamentos de radiografia dentária	60	40
6 — Equipamento de ortopantomografia	85	250

TABELA II

Factores de utilização (U) para barreiras primárias (a)

Barreiras primárias	Factores de utilização (U)
Paredes	1/4
Tecto	(b)
Chão	1

(a) O factor de uso para barreiras secundárias é normalmente 1.

(b) Em instalações de radiografia, as blindagens para o tecto são determinadas pelos requisitos para as barreiras secundárias.

TABELA III

Factor de ocupação (T)

Áreas ocupadas	Ocupação	Factor de ocupação (T)
Áreas de trabalho, laboratórios, gabinetes, zonas de atendimento, vestiários, câmaras escuras e áreas que permitam permanências prolongadas, bem como as áreas externas adjacentes	Total	1
Corredores estreitos, salas de espera, parques de estacionamento com guarda, ascensores com ascensorista, etc.	Parcial	1/4
Exteriores, sanitários, escadas, ascensores automáticos, parques de estacionamento sem guarda, etc.	Ocasional	1/16

TABELA IV

Espessuras semi-redutora (HVL) (a) e deci-redutora (TVL) (b)

Tensão (kVp)	Material			
	Chumbo (mm)		Betão (cm)	
	HVL	TVL	HVL	TVL
50	0,06	0,17	0,43	1,5
70	0,17	0,52	0,84	2,8
100	0,27	0,88	1,60	5,3
125	0,28	0,93	2,00	6,6
150	0,30	0,99	2,24	7,4

(a) Half Value Layer.

(b) Tenth Value Layer.

TABELA V.1

Barreiras primárias (mm Pb)**Áreas controladas**

(limite derivado para planeamento 0,4 mSv/sem.)

kV	W. U. T. mA.min/sem.	Distância da ampola ao local a proteger						
		2 m	3 m	4 m	5 m	6 m	8 m	10 m
50	10	0,089	0,071	0,058	0,048	0,040	0,027	0,017
	20	0,110	0,087	0,074	0,064	0,056	0,043	0,033
	40	0,134	0,105	0,089	0,079	0,071	0,058	0,048
	60	0,158	0,122	0,099	0,089	0,080	0,067	0,057
	80	0,170	0,135	0,110	0,095	0,087	0,074	0,064
	100	0,180	0,144	0,119	0,100	0,092	0,079	0,069
	200	0,213	0,175	0,150	0,130	0,115	0,095	0,085
	400	0,255	0,207	0,180	0,160	0,145	0,120	0,101
600	0,280	0,231	0,197	0,178	0,162	0,137	0,118	

TABELA V.2

Barreiras primárias (mm Pb)**Áreas não controladas**

(limite derivado para planeamento 0,04 mSv/sem.)

kV	W. U. T. mA.min/sem.	Distância da ampola ao local a proteger						
		2 m	3 m	4 m	5 m	6 m	8 m	10 m
50	10	0,180	0,144	0,120	0,100	0,092	0,079	0,069
	20	0,213	0,175	0,150	0,130	0,115	0,095	0,085
	40	0,255	0,207	0,180	0,160	0,145	0,120	0,101
	60	0,280	0,231	0,197	0,178	0,162	0,137	0,118
	80	0,297	0,248	0,214	0,191	0,175	0,150	0,131
	100	0,313	0,262	0,227	0,200	0,185	0,160	0,141
	200	0,362	0,304	0,269	0,242	0,221	0,190	0,171
	400	0,413	0,354	0,313	0,284	0,263	0,228	0,202
600	0,444	0,383	0,342	0,310	0,287	0,253	0,227	

kV	W. U. T. mA.min/sem.	Distância da ampola ao local a proteger						
		2 m	3 m	4 m	5 m	6 m	8 m	10 m
	800	0,297	0,242	0,214	0,191	0,175	0,150	0,131
	1 000	0,313	0,262	0,227	0,200	0,185	0,160	0,141
70	10	0,158	0,099	0,077	0,056	0,046	0,023	0,006
	20	0,213	0,149	0,107	0,086	0,072	0,050	0,033
	40	0,286	0,200	0,158	0,125	0,099	0,077	0,060
	60	0,335	0,243	0,188	0,155	0,128	0,093	0,075
	80	0,372	0,274	0,213	0,176	0,149	0,107	0,086
	100	0,400	0,297	0,237	0,193	0,166	0,123	0,095
	200	0,518	0,385	0,312	0,263	0,224	0,175	0,142
	400	0,643	0,497	0,401	0,344	0,298	0,237	0,193
	600	0,716	0,570	0,569	0,396	0,350	0,281	0,234
	800	0,770	0,622	0,519	0,443	0,387	0,314	0,265
	1 000	0,815	0,662	0,559	0,481	0,420	0,343	0,289
100	10	0,417	0,262	0,180	0,127	0,091	0,053	0,023
	20	0,616	0,389	0,280	0,212	0,166	0,099	0,069
	40	0,826	0,583	0,418	0,323	0,262	0,180	0,127
	60	0,964	0,698	0,534	0,406	0,331	0,236	0,175
	80	1,066	0,786	0,616	0,488	0,389	0,280	0,215
	100	1,146	0,862	0,680	0,553	0,448	0,319	0,246
	200	1,400	1,104	0,902	0,751	0,647	0,483	0,369
	400	1,664	1,356	1,147	0,987	0,863	0,681	0,554
	600	1,822	1,507	1,294	1,133	1,001	0,806	0,670
	800	1,936	1,618	1,400	1,236	1,105	0,904	0,753
	1 000	2,025	1,705	1,483	1,318	1,185	0,981	0,829
125	10	0,677	0,442	0,300	0,210	0,160	0,091	0,054
	20	0,902	0,642	0,474	0,359	0,276	0,175	0,118
	40	1,147	0,862	0,677	0,544	0,442	0,300	0,210
	60	1,293	1,000	0,804	0,665	0,557	0,397	0,293
	80	1,397	1,104	0,902	0,751	0,642	0,474	0,359
	100	1,477	1,185	0,979	0,826	0,701	0,538	0,414
	200	1,755	1,435	1,227	1,066	0,939	0,744	0,612
	400	2,039	1,707	1,477	1,316	1,185	0,979	0,828
	600	2,207	1,873	1,639	1,463	1,331	1,124	0,966
	800	2,324	1,991	1,756	1,575	1,435	1,229	1,068
	1 000	—	2,083	1,847	1,665	1,518	1,309	1,148
150	10	0,916	0,653	0,482	0,364	0,276	0,165	0,100
	20	1,155	0,876	0,688	0,555	0,450	0,304	0,200
	40	1,414	1,114	0,916	0,764	0,653	0,482	0,364
	60	1,572	1,257	1,056	0,902	0,778	0,603	0,472
	80	1,685	1,368	1,156	1,001	0,876	0,689	0,555
	100	1,774	1,455	1,233	1,078	0,952	0,756	0,622
	200	2,058	1,727	1,500	1,327	1,193	0,993	0,841
	400	2,347	2,009	1,755	1,598	1,455	1,234	1,079
	600	2,519	2,176	1,940	1,759	1,614	1,390	1,221
	800	2,635	2,296	2,058	1,876	1,729	1,501	1,329
	1 000	2,725	2,392	2,149	1,967	1,818	1,590	1,415

kV	W. U. T. mA.min/ sem.	Distância da ampola ao local a proteger						
		2 m	3 m	4 m	5 m	6 m	8 m	10 m
	800 1 000	0,467 0,484	0,404 0,421	0,363 0,379	0,331 0,347	0,305 0,321	0,270 0,284	0,244 0,258
70	10	0,400	0,297	0,237	0,193	0,166	0,123	0,095
	20	0,518	0,386	0,312	0,263	0,224	0,175	0,142
	40	0,643	0,497	0,401	0,344	0,298	0,237	0,193
	60	0,716	0,570	0,469	0,396	0,350	0,281	0,234
	80	0,770	0,622	0,519	0,443	0,387	0,314	0,265
	100	0,815	0,662	0,559	0,481	0,420	0,343	0,289
	200	0,956	0,792	0,684	0,605	0,540	0,442	0,376
	400	1,106	0,933	0,817	0,730	0,665	0,563	0,486
	600	1,197	1,016	0,899	0,810	0,739	0,637	0,560
	800	1,263	1,081	0,957	0,868	0,796	0,690	0,612
	1 000	1,315	1,131	1,003	0,914	0,841	0,731	0,653
100	10	1,147	0,862	0,680	0,553	0,448	0,319	0,246
	20	1,400	1,104	0,902	0,751	0,647	0,483	0,369
	40	1,664	1,356	1,147	0,987	0,863	0,681	0,554
	60	1,822	1,507	1,294	1,133	1,001	0,806	0,670
	80	1,936	1,618	1,400	1,236	1,105	0,904	0,753
	100	2,023	1,705	1,483	1,318	1,185	0,981	0,829
	200	2,283	1,978	1,751	1,578	1,440	1,229	1,069
	400	2,558	2,238	2,023	1,849	1,706	1,485	1,321
	600	2,724	2,397	2,175	2,009	1,865	1,642	1,472
	800	2,835	2,510	2,284	2,116	1,979	1,753	1,581
	1 000	2,921	2,601	2,371	2,199	2,063	1,841	1,668
125	10	1,477	1,185	0,979	0,826	0,709	0,538	0,414
	20	1,755	1,435	1,227	1,066	0,939	0,744	0,612
	40	2,039	1,707	1,477	1,316	1,185	0,979	0,828
	60	2,207	1,873	1,639	1,463	1,331	1,124	0,966
	80	2,324	1,991	1,756	1,575	1,435	1,229	1,068
	100	2,415	2,003	1,847	1,665	1,518	1,309	1,148
	200	2,687	2,367	2,132	1,948	1,799	1,566	1,398
	400	2,968	2,642	2,416	2,234	2,084	1,849	1,667
	600	3,133	2,802	2,577	2,399	2,251	2,015	1,833
	800	3,250	2,920	2,687	2,516	2,368	2,133	1,950
	1 000	3,344	3,012	2,775	2,602	2,459	2,225	2,042
150	10	1,774	1,455	1,233	1,078	0,952	0,756	0,622
	20	2,058	1,727	1,500	1,328	1,193	0,993	0,841
	40	2,347	2,009	1,775	1,600	1,455	1,234	1,079
	60	2,519	2,176	1,940	1,759	1,614	1,390	1,221
	80	2,635	2,296	2,058	1,876	1,729	1,501	1,329
	100	2,725	2,392	2,149	1,967	1,818	1,590	1,415
	200	3,000	2,677	2,442	2,251	2,102	1,867	1,687
	400	3,392	2,953	2,725	2,546	2,393	2,150	1,968
	600	3,472	3,121	2,886	2,708	2,563	2,320	2,134
	800	3,597	3,241	3,000	2,823	2,678	2,444	2,252
	1 000	3,692	3,339	3,094	2,912	2,767	2,537	2,349

TABELA V.3

Barreiras secundárias

Áreas controladas

(limite derivado para planeamento 0,04 mSv/sem.)

kV	W. U. T. mA.min/ sem.	Distância do difusor ao local a proteger							
		1 m	2 m	3 m	4 m	5 m	6 m	8 m	10 m
50	10								
	20	0,000							
	40	0,011							
	60	0,024							
	80	0,033							
	100	0,041	0,000						
	200	0,070	0,018	0,000					
	400	0,113	0,041	0,015	0,000				
	600	0,146	0,057	0,027	0,010	0,000			

kV	W. U. T. mA.min/ sem.	Distância do difusor ao local a proteger							
		1 m	2 m	3 m	4 m	5 m	6 m	8 m	10 m
	800 1 000	0,169 0,188	0,070 0,082	0,037 0,045	0,018 0,025	0,005 0,011	0,000 0,001	0,000	0,000
70	10	0,000							
	20	0,000							
	40	0,012							
	60	0,034							
	80	0,053							
	100	0,070	0,000						
	200	0,164	0,024	0,000					
	400	0,311	0,070	0,017	0,000				
	600	0,406	0,113	0,041	0,008				
	800	0,475	0,164	0,061	0,024	0,000			
	1 000	0,529	0,207	0,079	0,037	0,012	0,000	0,000	0,000
100	10	0,000							
	20	0,035							
	40	0,090	0,000						
	60	0,145	0,014						
	80	0,191	0,035						
	100	0,235	0,052	0,000	0,000				
	200	0,410	0,117	0,043	0,001	0,000			
	400	0,646	0,235	0,099	0,052	0,019	0,000		
	600	0,789	0,329	0,161	0,085	0,049	0,022	0,000	
	800	0,895	0,410	0,210	0,117	0,072	0,043	0,001	
	1 000	0,979	0,485	0,258	0,151	0,090	0,061	0,017	0,000
125	10	0,018							
	20	0,083	0,000						
	40	0,177	0,018						
	60	0,263	0,055						
	80	0,338	0,083	0,000					
	100	0,400	0,106	0,027	0,000				
	200	0,625	0,220	0,093	0,038	0,000	0,000		
	400	0,869	0,400	0,194	0,106	0,061	0,027	0,000	
	600	1,019	0,529	0,289	0,168	0,101	0,065	0,012	
	800	1,129	0,626	0,368	0,220	0,144	0,093	0,038	0,000
	1 000	1,215	0,701	0,434	0,273	0,178	0,122	0,059	0,018
150	10	0,061							
	20	0,160	0,000						
	40	0,317	0,061	0,000					
	60	0,431	0,113	0,012					
	80	0,521	0,160	0,046	0,000				
	100	0,596	0,197	0,073	0,004	0,000			
	200	0,835	0,378	0,177	0,088	0,038	0,000	0,000	
	400	1,094	0,596	0,346	0,197	0,124	0,074	0,004	
	600	1,248	0,731	0,464	0,300	0,190	0,130	0,053	0,000
	800	1,364	0,835	0,557	0,378	0,258	0,177	0,088	0,034
	1 000	1,455	0,918	0,630	0,444	0,317	0,222	0,120	0,061

TABELA V.4

Barreiras secundárias

Áreas não controladas

(limite derivado para planeamento 0,04 mSv/sem.)

kV	W. U. T. mA.min/ sem.	Distância do difusor ao local a proteger							
		1 m	2 m	3 m	4 m	5 m	6 m	8 m	10 m
50	10	0,041	0,000						
	20	0,070	0,018	0,000					
	40	0,113	0,041	0,015	0,000				
	60	0,146	0,057	0,027	0,010	0,000			
	80	0,169	0,070	0,037	0,018	0,005	0,000		
	100	0,188	0,082	0,045	0,025	0,011	0,001	0,000	
	200	0,246	0,131	0,076	0,049	0,033	0,021	0,005	0,000
	400	0,306	0,188	0,122	0,082	0,060	0,045	0,025	0,011
	600	0,341	0,222	0,154	0,108	0,080	0,062	0,038	0,024

kV	W. U. T. mA.min/ sem.	Distância do difusor ao local a proteger							
		1 m	2 m	3 m	4 m	5 m	6 m	8 m	10 m
	800 1 000	0,365 0,385	0,246 0,265	0,178 0,196	0,131 0,149	0,097 0,113	0,076 0,088	0,049 0,059	0,000 0,041
70	10 20 40 60 80 100 200 400 600 800 1 000	0,069 0,164 0,031 0,406 0,475 0,529 0,693 0,866 0,965 0,035 1,090	0,000 0,024 0,070 0,113 0,164 0,207 0,363 0,529 0,627 0,697 0,752	0,000 0,017 0,041 0,080 0,124 0,183 0,207 0,296 0,363 0,555	0,000 0,012 0,080 0,124 0,198 0,261 0,311	0,000 0,012 0,053 0,102 0,153 0,211	0,000 0,030 0,079 0,131 0,183 0,229	0,000 0,037 0,065 0,090 0,120	0,000 0,011 0,034 0,053 0,070
100	10 20 40 60 80 100 200 400 600 800 1 000	0,235 0,410 0,646 0,789 0,895 0,979 1,241 1,507 1,665 1,777 1,864	0,052 0,117 0,235 0,329 0,410 0,485 0,723 0,979 1,132 1,241 1,327	0,000 0,043 0,099 0,161 0,210 0,258 0,445 0,683 0,828 0,935 1,019	0,001 0,052 0,085 0,117 0,151 0,283 0,485 0,624 0,723 0,804	0,000 0,019 0,049 0,072 0,090 0,133 0,258 0,472 0,569 0,646	0,000 0,022 0,043 0,061 0,101 0,133 0,258 0,357 0,445 0,522	0,000 0,017 0,070 0,151 0,222 0,283 0,340	0,000 0,035 0,090 0,145 0,191 0,235
125	10 20 40 60 80 100 200 400 600 800 1 000	0,400 0,625 0,869 1,019 1,129 1,215 1,479 1,759 1,924 2,041 2,132	0,106 0,220 0,400 0,529 0,625 0,701 0,952 1,215 1,370 1,479 1,568	0,027 0,093 0,194 0,289 0,368 0,434 0,661 0,908 1,060 1,170 1,255	0,000 0,038 0,106 0,168 0,220 0,273 0,470 0,701 0,846 0,952 1,035	0,000 0,061 0,101 0,168 0,220 0,273 0,434 0,551 0,687 0,787 0,869	0,000 0,012 0,065 0,093 0,122 0,245 0,434 0,565 0,661 0,736	0,000 0,038 0,059 0,140 0,273 0,382 0,470 0,543	0,000 0,000 0,018 0,083 0,178 0,263 0,338 0,400
150	10 20 40 60 80 100 200 400 600 800 1 000	0,596 0,835 1,094 1,248 1,364 1,455 1,739 2,029 2,200 2,322 2,419	0,197 0,378 0,596 0,731 0,835 0,918 1,179 1,455 1,621 1,739 1,832	0,073 0,177 0,346 0,464 0,557 0,630 0,874 1,134 1,290 1,407 1,498	0,004 0,088 0,197 0,300 0,378 0,444 0,670 0,918 1,069 1,179 1,264	0,000 0,034 0,124 0,190 0,258 0,317 0,521 0,753 0,902 1,010 1,094	0,000 0,074 0,130 0,130 0,177 0,222 0,408 0,630 0,768 0,874 0,957	0,000 0,053 0,088 0,120 0,252 0,444 0,574 0,670 0,744	0,000 0,034 0,061 0,156 0,317 0,431 0,521 596,000

TABELA VI

Equivalência de espessuras de chumbo a vários materiais

Tensão (kV)	Chumbo (mm)	Betão (cm)	Tijolo (cm)	Aço (cm)	Vidro (cm)
50	0,01 0,02 0,04 0,06 0,08 0,1 0,2 0,4	0,0 0,0 0,5 0,5 0,7 1,0 2,0 4,0	0,0 0,0 0,5 1,5 2,5 3,0 6,5 13	0,00 0,01 0,03 0,04 0,06 0,07 0,15 0,30	0,1 0,2 0,3 0,5 1,0 1,5 3,0 5,0
70	0,1 0,2 0,4 0,6	1,5 3,0 5,5 7,0	5 10 18 23	0,10 0,15 0,25 0,35	1,5 3,0 5,0 6,5

Tensão (kV)	Chumbo (mm)	Betão (cm)	Tijolo (cm)	Aço (cm)	Vidro (cm)
	0,8 1,0 1,2 1,4	9,0 10,5 12,0 13,0	29 34 39 43	0,55 0,70 0,85 1,00	8,0 9,0 10,5 11,5
100	0,1 0,2 0,4 0,6 0,8 1,0 1,2 1,4 1,6 1,8 2,0 2,2 2,4 2,6 2,8 3,0	1,5 3,0 5,0 6,5 8,0 9,5 10,5 12,0 13,0 14,5 15,5 17,0 18,0 19,5 20,5 22,0	4 9 17 22 27 31 35 39 43 47 51 56 60 64 68 72	0,10 0,15 0,25 0,40 0,55 0,70 0,80 1,00 1,20 1,40 1,55 1,75 1,90 2,05 2,25 2,45	1,5 3,0 5,0 6,5 8,0 9,0 10,0 11,0 12,0 13,0 14,0 15,5 16,5 17,5 18,5 19,5
125	0,1 0,2 0,4 0,6 0,8 1,0 1,2 1,4 1,6 1,8 2,0 2,2 2,4 2,6 2,8 3,0 3,2 3,4	1,5 3,0 5,0 6,5 8,5 10,0 11,5 13,0 14,5 16,0 17,5 18,5 20,0 21,5 23,0 24,5 26,0 27,5	4 9 16 21 27 32 37 42 47 52 57 61 66 71 76 80 85 90	0,10 0,15 0,30 0,45 0,65 0,85 1,05 1,30 1,50 1,70 1,95 2,20 2,45 2,90 3,15 3,40 3,65	1,5 3,0 5,0 7,0 8,5 10,5 11,5 12,0 13,5 14,5 15,5 17,0 18,0 19,0 20,5 21,5 22,5 23,5
150	0,1 0,2 0,4 0,6 0,8 1,0 1,2 1,4 1,6 1,8 2,0 2,2 2,4 2,6 2,8 3,0 3,2 3,4 3,6 3,8	0,0 1,5 4,0 6,5 8,5 10,5 12,0 13,5 15,5 17,0 19,0 20,0 21,5 23,0 24,5 26,5 28,0 30,0 31,0 32,5	0 4 14 22 28 34 39 45 50 56 62 66 71 76 81 87 92 97 100 107	0,10 0,15 0,25 0,50 0,75 1,05 1,30 1,60 1,90 2,20 2,50 2,80 3,10 3,30 3,70 4,00 4,35 4,65 5,00 5,50	1,0 3,0 5,0 6,5 8,0 9,5 11,0 12,5 13,5 15,0 16,5 17,5 18,5 19,5 21,0 22,0 23,5 24,5 25,5 27,0

CAPÍTULO III**Radioterapia**

1 — Objecto — o presente capítulo estabelece os requisitos técnicos a que devem obedecer as instalações e equipamentos de radioterapia externa, sem prejuízo do disposto no capítulo I.

2 — Localização da instalação — a instalação de radioterapia externa deve situar-se ao nível do solo ou do subsolo e integrada em hospitais ou clínicas.

3 — Planeamento da instalação — a instalação de radioterapia deve dispor, no mínimo, de:

- Salas onde são feitos os tratamentos;
- Sector de atendimento e respectivo apoio administrativo; sala de espera; gabinetes de trabalho; instalações sanitárias sepa-

radas para pessoal e para doentes, bem como vestiário de apoio a cada sala de tratamento.

4 — Equipamento — o equipamento pode ser de telegamaterapia e ou acelerador linear.

4.1 — Para além do equipamento referido no número anterior, a instalação de radioterapia externa deve ainda dispôr, no mínimo, do seguinte:

- a) Um simulador ou aparelho de raios X equivalente que permita reproduzir as condições dos equipamentos mencionados no n.º 4, por forma a otimizar o tratamento a realizar;
- b) Um dosímetro que permita determinar a dose absorvida na água ou noutro meio de interesse;
- c) Um fantoma de material tecido equivalente;
- d) Sistemas de planeamento computadorizado para efectuar dosimetria clínica;
- e) Um monitor de radiação portátil.

4.2 — A retirada dos equipamentos referidos no n.º 4 deve ser feita por uma entidade ou empresa autorizada.

5 — Testes de aceitabilidade — os equipamentos mencionados no n.º 4 devem ser submetidos a testes de aceitabilidade para garantir o necessário rigor na sua utilização, fixando-se, relativamente a cada equipamento, os seguintes limites de tolerância:

5.1 — Acelerador linear:

5.1.1 — No modo de produção de fotões:

- a) A dose no eixo central não deve ter um desvio superior a 2%, relativamente ao valor de calibração;
- b) No que respeita à fiabilidade, a dose por unidade monitor ao longo do eixo central não deve apresentar um desvio superior a 3%, a dose em profundidade não deve ter um desvio superior a 2% e a falta de uniformidade do feixe não deve exceder 3% em relação aos valores de calibração;
- c) No que respeita aos dispositivos de posicionamento do feixe, a coincidência entre o feixe luminoso e o feixe de radiação pode ter uma tolerância de 3 mm e os ponteiros mecânicos, os lasers e os telémetros não devem ter desvios superiores a 2 mm em relação ao isocentro do aparelho;
- d) No que respeita ao alinhamento dos aparelhos, os desvios na simetria dos colimadores, na coincidência dos eixos dos colimadores e da cabeça com o isocentro e da estabilidade do braço e seu suporte durante a rotação não devem exceder 2 mm.

5.1.2 — No modo de produção de electrões:

- a) A uniformidade do feixe não deve ter um desvio superior a 5%;
- b) Relativamente à dose em profundidade poderá admitir-se um desvio máximo de 3 mm na isodose de 80%;
- c) O desvio na dose por unidade monitor não deve exceder 3% em relação aos valores de calibração.

5.2 — Equipamento de telegamaterapia (aparelho de cobalto):

5.2.1 — No que respeita aos dispositivos de posicionamento do feixe, a coincidência entre o feixe luminoso e o feixe de radiação pode ter uma tolerância de 3 mm e os ponteiros mecânicos, os lasers e os telémetros não podem ter desvios superiores a 2 mm em relação ao isocentro do aparelho.

5.2.2 — No que respeita ao alinhamento dos aparelhos, os desvios na simetria dos colimadores, na coincidência dos eixos dos colimadores e da cabeça com o isocentro e da estabilidade do braço e seu suporte durante a rotação não devem exceder 2 mm.

5.2.3 — Para o débito de dose são admitidos desvios até 3% em relação aos valores de calibração.

5.3 — Simulador — no que respeita ao alinhamento dos aparelhos, os desvios na simetria dos colimadores, na coincidência dos eixos dos colimadores e da cabeça com o isocentro e da estabilidade do braço e seu suporte durante a rotação não devem exceder 2 mm.

6 — Requisitos de funcionamento — o funcionamento dos equipamentos deve obedecer aos seguintes requisitos:

6.1 — A mesa de comando do equipamento emissor de radiações deve ser montada no exterior da sala de tratamentos, não sendo permitido o acesso ou permanência durante o tratamento a outras pessoas, além do doente.

6.2 — Deve ser instalado um circuito interno de televisão e intercomunicador que permita ao operador observar o doente e comunicar com ele.

6.3 — O operador dos equipamentos emissores de radiação deve poder ver o doente e o painel da mesa de comando em simultâneo.

6.4 — A sala de tratamento deve ter um sistema de ar condicionado que garanta as condições de temperatura e humidade relativas nos níveis indicados pelo fabricante do equipamento.

6.4.1 — No caso dos aceleradores lineares, o sistema de ar condicionado deve permitir assegurar as condições de depressão rela-

tivamente às áreas contíguas e manter, no mínimo, 120 renovações completas de ar por hora.

7 — Sistemas de segurança e de sinalização — tanto a sala de tratamentos como a zona de acesso devem ser projectadas com dispositivos de segurança e de sinalização adequados à prevenção da ocorrência de exposições acidentais.

7.1 — Deve ser montado em série um conjunto de dispositivos de controlo na porta de acesso à sala de tratamentos, de modo a interromper de imediato a emissão de radiação, no caso de a porta ser aberta durante o funcionamento do equipamento.

7.2 — Na sala de tratamentos deve existir:

- a) Um sistema de emergência de abertura de porta;
- b) Um sinalizador luminoso de emissão de radiação;
- c) Interruptores de emergência, em número de dois ou três, montados em locais de fácil e rápido acesso, os quais, quando accionados, deverão impedir qualquer operação do equipamento.

7.3 — A porta da sala de tratamentos, no caso de ter abertura e fecho motorizados, deve dispor de um dispositivo de segurança antiesmagamento, bem como de um sistema de abertura de emergência que possa ser usado quando ocorram avarias no sistema normal de abertura.

8 — Protecção radiológica — as salas onde são desenvolvidas as técnicas de terapia devem obedecer aos seguintes requisitos de protecção:

8.1 — A blindagem está dependente dos seguintes factores:

- a) Número máximo de tratamentos por semana;
- b) Máximo débito de dose que possa ser produzido pelo equipamento.

8.2 — Para uma utilização máxima de 50 doentes num período de oito horas diárias, por sala de tratamentos, as barreiras de protecção de cada sala devem ter as espessuras mínimas indicadas na tabela I.

8.3 — No caso de a instalação ter uma utilização superior à indicada no número anterior, devem ser reavaliadas as condições de segurança.

8.4 — Quando for previsível que o funcionamento efectivo do acelerador linear exceda a carga semanal de 1600 Gy à distância de 1 m e de 1200 Gy a 1 m de distância da fonte de cobalto, as espessuras das barreiras de protecção devem ser calculadas caso a caso.

8.5 — As paredes e o tecto da sala de tratamentos não devem ter janelas nem aberturas que não sejam absolutamente indispensáveis.

8.5.1 — A zona das paredes em que forem introduzidas condutas, caixas de ligações ou outros dispositivos deve ser cuidadosamente protegida, a fim de que estas barreiras ofereçam uma protecção contínua e uniforme em toda a sua extensão.

8.6 — A porta da sala de tratamentos deve oferecer a mesma protecção que a parede em que se localiza.

8.6.1 — Por forma a minimizar a radiação difundida através das fendas entre a porta e as paredes, a sobreposição da porta à abertura da parede deve ter 10 vezes a largura da fenda entre elas.

8.6.2 — A espessura da porta pode ser consideravelmente diminuída se não se encontrar directamente na sala, mas na sequência de um labirinto.

8.7 — São permitidos vários materiais na construção das barreiras de protecção, desde que sejam utilizadas as espessuras adequadas para garantir o grau de atenuação requerido; para fazer este cálculo, deve ter-se em conta a densidade média do material constante da tabela II.

9 — Cálculo das barreiras de protecção — para a determinação das barreiras de protecção deve proceder-se do seguinte modo:

9.1 — No caso de equipamento de telegamaterapia (aparelho de cobalto 60), para os cálculos de espessura da barreira primária, bem como da barreira secundária, tendo em conta o funcionamento efectivo do equipamento, o factor de utilização e o factor de ocupação das várias áreas constantes das tabelas II e III do capítulo II, deve recorrer-se à tabela III do presente capítulo, procedendo-se da seguinte forma:

9.1.1 — Áreas controladas:

- a) A espessura requerida para a barreira secundária avalia-se com base nos valores indicados na tabela III, referentes à componente contra a radiação de fuga e à componente contra a radiação difundida;
- b) Se os valores obtidos forem aproximadamente os mesmos, deve adicionar-se 1 HVL ao maior valor;
- c) Se os valores obtidos diferirem de, pelo menos, 1 TVL, o valor mais elevado será o adequado;
- d) Para obter a espessura final requerida para a barreira primária e para a barreira secundária, deve proceder-se de modo idêntico ao indicado nas alíneas b) e c).

9.1.2 — Áreas não controladas — a espessura requerida para as barreiras das áreas não controladas determina-se recorrendo à tabela III, adicionando aos respectivos valores 1 TVL.

9.2 — Aceleradores lineares — para o cálculo das barreiras de protecção relativas às instalações que utilizem aceleradores lineares, deve

recorrer-se à publicação alemã DIN — 6847, *Medizinische Elektronenbeschleuniger-Anlagen*, de Novembro de 1977, sem prejuízo do disposto no n.º 6.3 do capítulo I.

TABELA I

Espessuras semi-redutora (HVL) (a) e deci-redutora (TVL) (b)

Radio-nuclido	Chumbo (mm)		Betão (cm)		Ferro (cm)	
	HVL	TVL	HVL	TVL	HVL	TVL
Co-60	12	40	6,2	20,6	2,1	6,9

(a) Half Value Layer.
(b) Tenth Value Layer.

TABELA II

Densidade de materiais de construção

Material	Densidade média (g/cm³)
Betão normal	2,3
Betão de barita	3,6
Betão ferro-fosforoso	4,8
Betão com ilmenite	3,9
Sulfato de bário natural	4,5
Terra seca e compactada	1,5
Areia seca e compactada	1,7
Chumbo	11,4
Ferro	7,6

TABELA III

Barreiras de protecção necessárias para instalações de radioterapia externa com fontes de cobalto-60

TUO (a) em Gy/sem. a 1 m		Distância em metros da fonte à área a proteger											
415 205 105 50 25 12 6	1,5	2,1	3,0	4,2	6,1	8,4	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2
	1,5	2,1	3,0	4,2	6,1	8,4	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2
	1,5	2,1	3,0	4,2	6,1	8,4	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2
	1,5	2,1	3,0	4,2	6,1	8,4	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2
	1,5	2,1	3,0	4,2	6,1	8,4	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2
	1,5	2,1	3,0	4,2	6,1	8,4	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2
	1,5	2,1	3,0	4,2	6,1	8,4	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2
Tipo de área	Material (cm)	Espessura da barreira primária (b)											
Controlada	Chumbo	23,5	22,0	21,1	20,0	18,5	17,5	16,0	15,0	14,0	12,5	11,5	
	Betão	125	119	112	106	99,5	93,5	87,0	80,5	74,0	67,5	61,0	
Tipo de área	Material (cm)	Espessura da barreira secundária (b) — Componente para a radiação de fuga											
Controlada	Chumbo	11,5	10,0	9,0	8,0	6,5	5,5	4,0	3,0	1,5	0,5	0	
	Betão	62,0	55,0	48,0	42,5	36,0	29,5	23,0	17,0	10,0	1,0	0	
Tipo de área	Material (cm)	Componente para a radiação difundida											
Controlada (30°)	Chumbo	14,0	13,0	12,0	11,0	10,0	9,0	8,0	7,0	6,0	4,5	3,5	
	Betão	87,0	81,0	74,5	68,5	62,0	57,0	49,0	42,5	36,5	29,5	23,5	
Controlada (45°)	Chumbo	10,5	9,5	9,0	8,0	7,5	6,5	5,5	5,0	4,0	3,5	2,5	
	Betão	76,5	70,5	64,5	59,0	53,0	47,0	41,0	35,0	29,0	23,5	17,5	
Controlada (60°)	Chumbo	8,5	8,0	7,0	6,5	5,5	5,0	4,5	3,5	3,0	2,5	1,5	
	Betão	70,0	64,5	58,5	52,5	47,0	41,5	36,5	31,0	24,5	18,0	13,0	
Controlada (90°)	Chumbo	5,0	4,5	4,0	3,5	3,0	2,5	2,5	2,0	1,5	1,0	0,5	
	Betão	49,5	45,0	40,5	36,0	31,5	27,0	22,0	18,0	13,0	8,5	4,0	
Controlada (120°)	Chumbo	2,0	2,0	1,5	1,5	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	
	Betão	42,5	38,5	34,5	30,5	26,0	22,0	18,0	13,5	9,5	5,5	2,0	

(a) T — carga em Gy/semana; U — factor de utilização; Q — factor de ocupação.
(b) As espessuras de betão indicadas referem-se a betão de 2,35 g/cm.

CAPÍTULO IV

Medicina nuclear

1 — Objecto — o presente capítulo estabelece os requisitos técnicos a que devem obedecer as instalações de medicina nuclear que desenvolvam as valências de diagnóstico, de terapia e ou de investigação, sem prejuízo do disposto no capítulo I.

2 — A localização das instalações deve obedecer aos requisitos previstos no n.º 13.

3 — Planeamento da instalação — a instalação de medicina nuclear deve estar numa zona de acesso reservado, devendo ser estruturada segundo uma ordem crescente de actividades, a fim de evitar exposições desnecessárias.

3.1 — Qualquer instalação de medicina nuclear deve dispor de duas zonas distintas:

- a) Zona activa;
- b) Zona não activa.

3.2 — A zona activa compreende as seguintes dependências:

- a) Área laboratorial, reservada à preparação e manipulação dos radiofármacos a administrar;
- b) Área de administração de radiofármacos;
- c) Sala de espera para doentes a quem foram administrados radiofármacos e respectivas instalações sanitárias;
- d) Sala de imagiologia;
- e) Sala de contagem *in vivo* e ou *in vitro*;
- f) Área de armazenamento de produtos radioactivos;
- g) Área de resíduos;
- h) Área de lavagem.

3.2.1 — Área laboratorial — tendo em conta o tipo de preparação a levar a cabo e de modo a garantir a protecção radiológica do operador e a assepsia do produto a administrar, a área laboratorial deve ser estruturada da seguinte forma:

- a) Uma zona limpa, sala em que as condições de higiene são mantidas através da entrada de ar filtrado; e ou
- b) Uma zona asséptica, sala em que as condições de higiene são mantidas através da entrada de ar por um filtro de partículas de alta eficiência e em que o ar deve ser renovado, no mínimo, 10 vezes por hora.

3.2.2 — Tanto a zona limpa como a asséptica devem incluir:

3.2.2.1 — Um sistema de ventilação que permita manter as condições de sobrepressão relativamente às áreas contíguas;

3.2.2.2 — Uma zona de trabalho confinada (*Contained Work Station* — CWS): câmara de fluxo laminar com exaustão, que assegure a assepsia e a protecção radiológica exigidas, da seguinte forma:

- a) Na CWS, o ar deve ser introduzido através de um filtro eficiente para micropartículas, descarregado por pressão negativa, e de modo a evitar que a contaminação radioactiva seja dirigida para o operador;
- b) No caso de serem manipulados produtos gasosos ou voláteis radioactivos, as CWS devem ter exaustão completa do ar e depuração através de carvão activado.

3.2.3 — Deve existir uma zona asséptica sempre que sejam realizados procedimentos que envolvam a exposição de produtos esterilizados ao meio ambiente.

3.2.4 — Para certos procedimentos, esta zona asséptica pode confinar-se a uma zona de trabalho, totalmente fechada (WS), e com manipulação através da caixa de luvas, integrada numa zona limpa.

3.2.5 — Os procedimentos de marcação celular exigem o seu processamento em zonas de trabalho do tipo referido no número anterior, ou em CWS em zona asséptica, com exclusão de outras actividades em simultâneo.

3.2.6 — Para além destes requisitos, um laboratório de medicina nuclear deve incluir:

- a) Calibrador de actividade das doses a administrar:

Exactidão: $\pm 10\%$;
Precisão: $\pm 5\%$;
Linearidade: $\pm 5\%$;
Resposta relativa à fonte de referência: $\pm 2\%$ a 5% ;

- b) Equipamentos destinados à protecção radiológica:

Instrumentos de medida da radioactividade para avaliação da contaminação;
Medidores de débito de dose.

3.2.7 — Os equipamentos referidos no número anterior devem ser periodicamente calibrados.

3.2.8 — A área laboratorial deve constituir um bloco estrutural para onde se entra e de onde se sai através de uma área de transição, que deve dispor de:

- a) Lavatório com água quente e fria;
- b) Armários separados para o vestuário normal e para o vestuário de trabalho;
- c) Aparelho de detecção de contaminação;
- d) Chuveiro;
- e) Outros meios necessários à descontaminação das pessoas.

3.2.9 — No caso da instalação ser do tipo 1 ou 2, segundo a classificação referida no n.º 11, a área de transição deve ser uma sala.

3.3 — Para além da área laboratorial, a zona activa deve ainda compreender as seguintes dependências:

3.3.1 — Área de administração de radiofármacos aos pacientes, contígua ao laboratório de distribuição, a fim de reduzir ao mínimo o transporte;

3.3.2 — Sala de espera reservada aos pacientes a quem forem administrados radiofármacos, devendo apresentar lugares suficientemente espaçados, de 2 m^2 por lugar;

3.3.3 — Contíguas a esta sala, devem existir instalações sanitárias para uso exclusivo dos pacientes, com zonas distintas para homens e mulheres;

3.3.4 — Salas de imagiologia — a área de imagiologia deve dispor, no mínimo, de uma câmara gama, de entre um dos seguintes tipos:

- a) Câmara gama só com aquisição estática;
- b) Câmara gama com aquisição estática e com varrimento;
- c) Tomografia de emissão computadorizada (TEC).

3.3.4.1 — A câmara gama deve obedecer aos critérios de aceitabilidade previstos no n.º 6.

3.3.4.2 — Cada sala deve satisfazer as seguintes condições:

- a) Ter só um equipamento de imagem, devendo estar garantidas as condições de isolamento de forma a evitar a penetração de radiações provenientes de áreas adjacentes;
- b) As condições ambientais de temperatura e de humidade exigidas pelos equipamentos devem ser asseguradas através de um sistema de ar condicionado;
- c) A zona reservada ao operador, junto da consola de aquisição e processamento, deve estar protegida por um anteparo adequado;
- d) Dispor de lavatórios para os operadores;
- e) Devem existir vestiários para os pacientes na sala ou na área de acesso.

3.3.5 — Salas de contagem, no caso de a instalação desenvolver actividades que exijam equipamentos de detecção e medidas *in vitro* e *in vivo*;

3.3.6 — Área de recepção, abertura e armazenamento para produtos radioactivos — deve existir, junto dos laboratórios, uma área para armazenamento de materiais radioactivos e outra junto dos quartos de internamento, quando existir unidade de terapia. No caso de as duas áreas serem contíguas, poderá existir uma única área de armazenamento.

3.3.6.1 — A área de armazenamento deve dispor, no mínimo, de:

- a) Cofres para substâncias radioactivas;
- b) Frigorífico com fechadura;
- c) Ventilação, no caso de serem armazenadas substâncias que libertem gases ou vapores radioactivos;
- d) Dispositivos de protecção contra os riscos de irradiação externa (barreiras de protecção) e de contaminação radioactiva (tabuleiros para recipientes de soluções radioactivas);
- e) Estantes ou armários para material contaminado.

3.3.7 — Área de resíduos radioactivos — esta área deve dispor de contentores destinados à retenção temporária, para declínio radioactivo, de resíduos e produtos biológicos radioactivos, quer no estado sólido, quer no estado líquido, e que devem ter a capacidade suficiente para garantir os seguintes limites de descarga:

3.3.7.1 — Para resíduos sólidos, a actividade a eliminar de cada vez não pode exceder 370 kBq num volume de lixo não inferior a $0,1\text{ m}^3$ e não pode incluir nenhum artigo com actividade superior a $3,7\text{ kBq}$;

3.3.7.2 — Para as descargas de resíduos líquidos do laboratório, em sistemas de esgoto sanitário, as concentrações médias, calculadas com base no caudal mínimo garantido do sistema de esgoto na zona que serve a instalação, deverão ser as seguintes:

- a) As concentrações médias anuais não deverão exceder o triplo da concentração de referência C^R apropriada;

- b) As concentrações médias mensais não deverão exceder 15 vezes C^R ;
- c) As concentrações médias diárias não deverão exceder 60 vezes C^R .

3.3.7.3 — No caso de serem excedidas estas concentrações, deve ser enviada a respectiva comunicação à Direcção-Geral da Saúde, a fim de ser analisada a situação e repostos, ou ajustados, os limites de segurança acima referidos, tendo em conta as características da instalação, bem como do meio receptor.

3.3.7.4 — As concentrações de referência (C^R expresso em $Bq \cdot m^{-3}$) devem ser referidas a valores de limites de incorporação anual (LIA expresso em Bq), previstos no anexo IV do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril.

3.3.8 — Área de lavagem de material de laboratório — esta área deve ter sistema de esgotos, acabamento de superfícies e superfícies de trabalho, de acordo com o previsto, respectivamente nos n.ºs 10.3, 10.5 e 10.6.

3.4 — Valência de terapia — no caso de ser desenvolvida na instalação a valência de terapia, esta unidade pode apresentar dois níveis de intervenção, conforme as seguintes actividades envolvidas:

- a) Administração de terapêuticas em ambulatório;
- b) Administração de terapêuticas com internamento.

3.4.1 — O regime de ambulatório é usado nos seguintes casos:

- a) Quando a terapia é feita com emissores beta puros;
- b) Quando os valores de ^{131}I (iodo) envolvidos na terapia sejam inferiores a 740 MBq.

3.4.2 — Aos doentes submetidos à terapia referida no número anterior devem ser fornecidas instruções escritas com as normas de procedimento adequadas a cada caso, de forma a proteger o respectivo agregado familiar e a população em geral.

3.4.3 — Para além das normas hospitalares em vigor para internamento e assistência ambulatoria, a unidade de terapia deve obedecer aos seguintes requisitos:

3.4.3.1 — Para administração de terapêuticas em ambulatório, a unidade de terapia deve ter uma zona limpa para armazenamento e manipulação laboratorial dos produtos;

3.4.3.2 — Para a administração de terapêuticas com internamento, a unidade deve ter quartos cuja protecção radiológica deve ter em conta a actividade máxima prevista para cada quarto.

3.4.4 — Para a protecção referida no número anterior, além de serem respeitados os limites de dose em vigor, o cálculo de dimensionamento das barreiras de protecção deve ter em consideração o seguinte:

- a) As espessuras semi-redutoras (HVL) e deci-redutoras (TVL) para feixes de radiação gama, para chumbo, ferro e betão, constantes da tabela II, tendo em conta as energias de radiação indicadas na tabela I.
- b) No caso de utilização de radiação β , a protecção é conseguida através de materiais leves, com os valores constantes da tabela III;
- c) A sensibilidade das câmaras gama para a actividade de fundo;
- d) Como factores de ocupação relativos a pessoas não profissionalmente expostas, deve utilizar-se o valor 1 para áreas do piso inferior, $1/4$ para área de acesso ao quarto de terapia, e $1/16$ para as outras áreas.

3.4.5 — A unidade de terapia deve ainda respeitar os seguintes requisitos específicos:

3.4.5.1 — Quartos com sanitários:

- a) Os quartos devem ser devidamente protegidos, ter só uma cama e mobiliário restrito e de fácil limpeza;
- b) Os materiais de revestimento do chão e das paredes devem ser idênticos aos dos laboratórios;
- c) Deve ser descartável todo o material manipulado pelo doente;
- d) Devem existir anteparos móveis para protecção do pessoal que assista o doente;
- e) Os sanitários, de uso exclusivo para cada quarto, devem ter separação dos excreta sólidos e líquidos e dispor de chuveiro e alarme;
- f) Os excreta líquidos devem ser canalizados para os tanques previstos no n.º 3.4.5.4;
- g) Cada quarto deve dispor de um circuito interno de televisão, telefone e intercomunicador centralizado na zona de enfermagem.

3.4.5.2 — No caso de haver terapia pediátrica, os quartos devem ainda dispor de:

- a) Um quarto contíguo ao quarto da criança para alojamento do respectivo acompanhante;

- b) Circuito interno de televisão instalado no quarto da criança, que permita igualmente a observação desta nas instalações do acompanhante.

3.4.5.3 — Zona de armazenamento, com os seguintes requisitos:

- a) Locais apropriados para conservar produtos biológicos eliminados pelos doentes e recolhidos por razões clínicas;
- b) Contentores para os lixos dos quartos;
- c) Contentores para as roupas dos doentes e posterior tratamento destas.

3.4.5.4 — Tanques de recolha e de retenção das urinas e dos resíduos líquidos de toda a instalação para declínio radioactivo, com as seguintes características:

- a) A localização e a construção devem garantir as normas de segurança em vigor;
- b) A capacidade mínima deve ser calculada em função da utilização máxima das instalações, de modo a garantir que as actividades máximas de descarga respeitem os valores mencionados no n.º 3.3.7.2;
- c) Os tanques devem ser munidos de equipamento de indicação de nível e de controlo de actividade;
- d) O cálculo do débito de dose no exterior do tanque deve ser feito tendo em consideração o valor máximo de actividade existente nos tanques cheios;
- e) O dimensionamento das respectivas barreiras de protecção deve ser baseado na avaliação da dose de radiação que atinge as áreas adjacentes aos tanques;
- f) O acesso aos tanques deve ser controlado pelo pessoal técnico responsável pela segurança radiológica.

4 — A transição da zona não activa para a zona dos quartos é uma zona de acesso reservado e exclusiva do pessoal de saúde.

5 — Zona não activa — a zona não activa deve compreender, no mínimo, as seguintes dependências: gabinetes do pessoal; serviços administrativos; salas de espera do público; instalações sanitárias separadas para o público e para o pessoal.

6 — Critérios de aceitabilidade da câmara gama — devem ser feitos testes aquando da recepção do equipamento, destinados a verificar se os parâmetros operacionais correspondem aos indicados nas especificações técnicas fornecidas pelo fabricante.

6.1 — A avaliação periódica do estado de funcionamento da câmara, feita mediante testes de controlo de qualidade, é indispensável para garantir a qualidade dos resultados a fornecer.

6.2 — Cada câmara gama deve ser avaliada nas suas capacidades de aquisição relativamente aos estudos que se pretendam realizar e a todas as capacidades que são propostas pelo fabricante.

6.3 — O sistema deve ser testado para diferentes radionuclídeos, nomeadamente: ^{99m}Tc (tecnécio), ^{111}In (índio), ^{67}Ga (gálio) e ^{201}Tl (tálio), ^{123}I (iodo) a ^{131}I , cobrindo toda a gama de energias especificadas para o aparelho.

6.4 — Avaliação específica da câmara gama — o detector deve ser testado através de métodos de ensaio que utilizem os seguintes parâmetros e condições essenciais:

- a) Resolução espacial intrínseca;
- b) Resolução espacial do sistema;
- c) Resolução intrínseca de energia;
- d) Uniformidade intrínseca, integral e diferencial;
- e) Uniformidade do sistema, integral e diferencial;
- f) Linearidade espacial intrínseca, diferencial e absoluta;
- g) Variação da sensibilidade intrínseca para a fonte pontual;
- h) Sensibilidade planar do sistema (para cada colimador);
- i) Registo espacial em janela múltipla;
- j) Resposta do sistema à taxa de contagem;
- k) Eficácia da blindagem do detector.

6.4.1 — As definições dos parâmetros citados no número anterior, bem como as condições da sua determinação, constam das normas da National Electrical Manufacturers Association (NEMA) Standards Publication n.º NU 1-1994, Performance Measurement of Scintillation Cameras.

6.4.2 — Considerando que as câmaras gama apresentam certas limitações no que respeita à uniformidade da imagem, linearidade da imagem, resolução espacial, intrínseca e extrínseca, resolução em energia e sensibilidade, os equipamentos com mais de 10 anos não podem ultrapassar os seguintes valores:

- a) A uniformidade intrínseca (capacidade para produzir uma imagem uniforme a partir de uma fonte radioactiva uniformemente distribuída) deve ser expressa em termos de uniformidade integral e de uniformidade diferencial, ambas referidas ao campo útil da câmara (*useful field of view* — UFOV) e ao campo central (*central field of view* — CFOV);

- b) A uniformidade integral para UFOV não pode ultrapassar 10 %, e para CFOV, 7 %;
- c) A uniformidade diferencial para UFOV não pode ultrapassar 6 %, e para CFOV, 5 %;
- d) A linearidade espacial (capacidade de caracterizar a distorção de posicionamento relativamente ao feixe de radiação incidente no detector) não pode apresentar desvio do valor aceitável para o sistema;
- e) A resolução espacial (capacidade de determinar com rigor a localização de um ponto emissor no plano X-Y) deve ser expressa em milímetros em ambas as direcções X e Y;
- f) O parâmetro referido na alínea anterior, determinado no ar a 10 cm de distância de um colimador *standard*, expresso em termos de largura a meia altura (*full width at half maximum* — FWHM) da função de resposta a um ponto (*point spread function* — PSF), não deve ultrapassar 10 mm;
- g) A resolução em energia (capacidade de identificar e de distinguir com rigor a radiação primária da secundária), expressa em termos de FWHM, não deve ultrapassar 12 % para um fantoma de energia de 140 keV;
- h) A sensibilidade planar do sistema (capacidade de detectar com eficiência, para cada colimador, a radiação gama emitida por uma fonte radioactiva) não deve ser inferior a 100 cps/MBq para o ^{99m}Tc .

7 — Critérios de aceitabilidade da câmara gama para tomografia de emissão computadorizada (TEC) — para além dos parâmetros e critérios previstos nos números anteriores, devem ainda ser considerados os seguintes:

- a) Uniformidade de campo — a uniformidade da câmara deve ser controlada até $\pm 1\%$;
- b) Centro de rotação — o desvio tem de ser igual ou menor do que meia célula elementar de superfície ($\leq 0,5$ pixel) para uma matriz de 128×128 ;
- c) Imagem e dimensão do pixel — os alongamentos nas direcções em X e Y não devem diferir mais do que 5 % um do outro;
- d) Alinhamento à cama do doente — este alinhamento deve ser ajustado até um limite de 2 mm depois do posicionamento do doente;
- e) Resolução espacial planar e transaxial — tem de ser determinada para cada equipamento.

7.1 — Movimentos do detector — devem ser analisados os movimentos possíveis para o detector (movimento de rotação em torno de um eixo contido no plano do detector), deslocamento longitudinal do detector, movimento de aproximação à cama do doente e ainda capacidade de rotação em torno da cama do doente, quando for o caso.

8 — Sistema de registo e de imagem — as imagens estáticas e as sucessivas exposições dos estudos dinâmicos da câmara gama não exigem o recurso a computadores, podendo ser visualizadas e fixadas (fotografadas) através dos tubos de raios catódicos.

8.1 — Para os restantes tipos de aquisição possíveis com câmara gama é necessário o recurso a computadores, com os seguintes requisitos:

- a) Os computadores podem adquirir os dados de uma ou mais câmaras gama, analisar e visualizar imagens relativas a esses dados e armazená-los para posterior análise e colheita de informação;
- b) O computador deve ser dotado de suporte lógico que permita realizar as funções enunciadas na alínea anterior;
- c) O suporte lógico em termos clínicos deve ser analisado em função dos exames que se pretendam realizar;
- d) O computador deve dispor de periféricos e meios de suporte que lhe permitam arquivar os dados de cada doente durante o prazo legalmente estabelecido.

9 — Segurança mecânica e eléctrica do sistema — a instalação dos equipamentos referidos nos n.ºs 6 e 7 deve seguir as normas de segurança mecânica e eléctrica em vigor.

10 — Requisitos específicos das instalações — as instalações de medicina nuclear devem preencher os seguintes requisitos:

10.1 — Sistema de ventilação:

- a) A ventilação das instalações deve ser independente de outras no edifício em que se localize;
- b) O ar da zona activa não deve recircular nem pode ser introduzido na zona não activa;
- c) As diferenças de pressão entre as várias salas devem ser estabelecidas de modo que o ar flua das áreas de mais baixa actividade para as de mais alta actividade, sem prejuízo do disposto no n.º 3.2.2.1;

- d) O extractor deve estar montado o mais próximo possível da saída final para o exterior, ficando o respectivo motor exterior à conduta;
- e) O ar de exaustão das áreas confinadas de trabalho deve ser descarregado no exterior à distância mínima de 10 m de qualquer admissão de ar.

10.2 — Instalações eléctricas:

- a) Deve existir um quadro principal junto da entrada das instalações, devidamente sinalizado;
- b) Os circuitos de iluminação e de alimentação dos equipamentos devem ser independentes;
- c) Deve existir uma instalação de iluminação de emergência.

10.3 — Sistema de esgotos:

- a) O sistema de esgotos deve ser ligado directamente ao esgoto principal, a fim de se obter a máxima diluição dos resíduos líquidos radioactivos;
- b) As tubagens horizontais devem permitir um alto fluxo de água e ser reduzidas em número e em extensão;
- c) No caso de instalação do tipo 1, segundo a classificação referida no n.º 11, deve ter tanques de retenção, ainda que não desenvolva actividades de terapia.

10.4 — Sistema de extinção de incêndios:

- a) A construção deve ser resistente ao fogo, assim como as tintas utilizadas;
- b) Devem ser montados extintores de CO_2 em cada laboratório e nos corredores, à distância máxima de 15 m da entrada de cada laboratório;
- c) Deve existir um sistema automático de detecção e de extinção de incêndios.

10.5 — Acabamento de superfícies:

- a) O pavimento deve ser impermeável, coberto por uma folha contínua ou soldada de material, que deve prolongar-se pelas paredes até cerca de 10 cm de altura;
- b) As paredes devem ser pintadas com tinta lavável de cores claras.

10.6 — Superfícies de trabalho:

- a) As bancadas devem ser fixas e revestidas de material não poroso, sem juntas, resistente ao calor e a produtos químicos e capazes de suportarem cargas elevadas (500 kg/m^2) resultantes das barreiras da protecção em chumbo;
- b) Os lavatórios destinados ao material potencialmente contaminado devem ser constituídos por peça única, de material não poroso e ligados directamente ao esgoto principal dos tanques de retenção;
- c) As torneiras devem ser accionadas pelo pulso ou pelo pé;
- d) O mobiliário deve ser constituído por material de limpeza fácil e ser o estritamente indispensável.

11 — Classificação das instalações — a classificação das instalações e ou das suas áreas, em termos do tipo de risco, deve fazer-se do seguinte modo:

- a) Determina-se o factor de ponderação correspondente a cada radionuclido que se pretenda usar na instalação/área, recorrendo à tabela IV;
- b) Determina-se o factor de ponderação correspondente ao tipo de procedimento que se pretenda usar, recorrendo à tabela V;
- c) Determina-se a actividade ponderada somando os produtos dos factores de ponderação, referidos em a) e b), pelas actividades máximas, que se prevê virem a ser manipuladas de uma só vez, para os diferentes radionuclidos;
- d) Obtida a actividade ponderada, a instalação é classificada no tipo 1, 2 ou 3, conforme apresentado na tabela VI.

12 — Limites de actividade a manipular — os limites de actividade a manipular de cada vez, bem como os totais a armazenar e manipular por ano, serão indicados na licença de funcionamento de cada instalação, de acordo com a classificação desta e tendo em conta a classe dos radionuclidos a utilizar.

13 — Localização das instalações — esta localização é condicionada pelo tipo de risco referido na tabela VI, de acordo com o seguinte critério:

13.1 — Instalações do tipo 1 :

- a) As instalações deste tipo não podem estar localizadas em prédios de habitação ou serviços;

- b) No caso de desenvolverem a valência de terapia com internamento, estas instalações só podem localizar-se em hospitais ou clínicas com internamento.

13.2 — Instalações do tipo 2 e tipo 3:

- a) Estas instalações podem estar localizadas em prédios de habitação ou serviços, desde que se situem ao nível do solo ou do subsolo;
- b) No caso de desenvolverem a valência de terapia com internamento, aplica-se o disposto na alínea b) do número anterior.

TABELA I

Principais radionuclídeos utilizados em medicina nuclear e respectivas energias de radiação

Radionuclídeo	Radiação γ (keV)	Radiação β_{\max} (MeV)
^{131}I $^{99\text{m}}\text{Tc}$ ^{201}Tl ^{111}In ^{123}I ^{67}Ga ^{59}Fe ^{51}Cr ^{60}Co ^{58}Co ^{57}Co ^{125}I ^{99}Mo ^{89}Sr	364; 637; 723 140 75; 167 171; 247 27; 160 93; 184; 296; 388 143; 192; 1095; 1292 320 59; 1330 510; 810; 865; 1670 14; 122; 136; 692 27; 35 41; 181; 372; 740; 780 910	0,61; 0,81 0,273; 0,467 0,313 0,474 0,456; 1234 1,463

TABELA II

Espessuras semi-redutora (HVL) (a) e deci-redutora (TVL) (b)

Radio-nuclídeo	Material					
	Chumbo (cm) $\rho=11.35 \text{ g/cm}^3$		Ferro (cm) $\rho=7.87 \text{ g/cm}^3$		Betão (cm) $\rho=2.35 \text{ g/cm}^3$	
	HVL	TVL	HVL	TVL	HVL	TVL
^{131}I $^{99\text{m}}\text{Tc}$ ^{201}Tl ^{111}In ^{123}I ^{67}Ga ^{59}Fe ^{51}Cr ^{60}Co ^{58}Co ^{57}Co ^{125}I ^{99}Mo ^{89}Sr	0,30 (0,70) 0,30 0,124 0,05 0,29 1,10 0,20 1,10 0,85 (1,3) 0,70 0,78 0,85	0,99 (2,33) 0,09 0,41 0,17 0,96 3,65 0,66 3,65 2,82 (4,32) 2,33 2,59 2,82	0,91 (1,32) 0,76 0,92 1,70 0,87 1,70 1,4 (1,9) 1,32 1,37 1,40	3,02 (4,38) 2,52 3,06 5,65 2,89 5,65 4,65 (6,31) 4,38 4,55 4,65	3,0 (4,0) 2,60 3,0 5,0 2,95 5,0 4,5 (6,0) 4,0 4,2 4,5	9,96 (13,3) 8,64 9,90 16,61 9,79 16,61 14,95 (19,9) 13,28 13,95 14,95

(a) Half Value Layer.

(b) Tenth Value Layer.

TABELA III

Espessura de vidro acrílico para paragem de partículas β de diferentes energias

Energia das partículas β (*)	Espessura do vidro acrílico (mm)
$\geq 1 \text{ MeV}$	5
$\geq 2 \text{ MeV}$	10
$\geq 4 \text{ MeV}$	25

(*) Para energias máximas da radiação β superiores a 1 MeV, o *Bremsstrahlung* produzido na protecção de vidro acrílico pode justificar o recurso a anteparo de vidro plumbíneo, se a actividade for da ordem de grandeza de MBq.

TABELA IV

Factores de ponderação de acordo com a classe do radionuclídeo

Classe (*)	Radionuclídeo	Factor de ponderação
A (grupo 2)	^{125}I , ^{131}I , ...	100
B (grupo 3)	^{14}C , ^{59}Fe , ^{67}Ga , ^{75}Se , ^{89}Sr , ^{111}In , ^{123}I , ^{201}Tl , ...	1,0
C (grupo 4)	^3H , ^{11}C , ^{18}F , ^{51}Cr , ^{81}Kr , $^{99\text{m}}\text{Tc}$, $^{113\text{m}}\text{In}$, ^{127}Xe , ^{133}Xe , ...	0,01

(*) Critério em conformidade com a classificação constante do anexo II do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril.

TABELA V

Factores de ponderação de acordo com o tipo de procedimento

Tipo de procedimento/área	Factores de ponderação
Armazenamento	0,01
Manuseamento de resíduos	0,1
Sala de espera de pacientes	
Quarto de doente sujeito a diagnóstico	
Sala de imagiologia	1,0
Sala de administração de radiofármacos	
Laboratório de preparações simples (a)	
Quarto de doente sujeito a terapia	
Laboratório de preparações complexas	10,0

(a) Operações de partição, diluição e eluição em via húmida.

TABELA VI

Classificação das instalações em termos de risco

Actividade ponderada A (GBq)	Tipo de risco	Classificação da instalação
$A < 0,05$	Reduzido	Tipo 3.
$0,05 < A < 50$	Médio	Tipo 2.
$A > 50$	Elevado	Tipo 1.

ANEXO II

Formulários previstos no n.º 3.1 do capítulo I do anexo I

- Formulário 1 — Pedido de licenciamento de instalação de radio-diagnóstico.
- Formulário 2 — Pedido de licenciamento de instalação de radiodiagnóstico dentário.
- Formulário 3 — Pedido de licenciamento de instalação de radio-terapia.
- Formulário 4 — Pedido de licenciamento de instalação de medicina nuclear.

Formulário 1

PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO DE RADIODIAGNÓSTICO

I - Identificação da instalação e das actividades a desenvolver
(A Preencher pelo titular da instalação)**I-1. Identificação da instalação**

Nome ou designação social:
Contribuinte n.º:
Local da instalação:
Morada:
Localidade: Código postal:
Telefone: Telefax:
Distrito: Concelho:
Nome do titular:

I-2. Objecto do presente pedido

- A Instalação nova** ☐
B Instalação em funcionamento ☐
1 Alteração da instalação ☐ 2 Substituição de equipamentos ☐
3 Baixa de equipamentos ☐ Identificá-los e especificar o seu destino:
C Outras situações ☐ Identificá-las:

I-3. Actividades a desenvolver

- A Radiodiagnóstico geral** ☐
Radiologia convencional ☐ Tomografia computadorizada ☐
Radiologia com equipamento móvel ☐ Outras ☐ Identificá-las:
B Serviços especiais ☐
Mamografia ☐ Radiologia de intervenção ☐ Angiografia ☐
Densitometria óssea ☐ Outros ☐ Identificá-los:

I-4. Características da instalação

Posto n.º	Tipo de exame	Tensão e intensidade de corrente máximas		mA x s	N.º aproximado Exames/mês
1		kV	mA		
2					

Cada posto é definido por uma ampola de raios X com os respectivos acessórios de trabalho, independentemente do número de geradores. A numeração atribuída a cada posto é arbitrária.

I-5. Protecção radiológica

Vigilância médica ☐ Número de dosímetros: Individuais De área
Acessórios de protecção ☐ Indicá-los:
Entidade prestadora de dosimetria individual:
Outras medidas de protecção praticadas:
Periodicidade de revisão do equipamento:
Posto n.º1: Posto n.º2:

I-6. Pessoas profissionalmente expostas

Nome	Idade	Habilitações	Funções	Horas/Sem.
		Médico radiologista Cédula n.º:	Responsável *	
			Operador	

I-7. Declaração do titular da instalação

Declaro que as informações contidas no presente impresso correspondem à verdade e não omitem qualquer informação, estando à disposição da D.G.S. para prestar os esclarecimentos adicionais que nos forem solicitados.

Data: Assinatura e carimbo

Folhas adicionais ☐ N.º:

Para complemento do(s) número(s):

(*) Segundo o disposto no n.º 1 do Art.º 3º do Decreto Regulamentar n.º 9 / 90 de 19 de Abril.

Nota: Todas as secções do presente impresso devem ser devidamente preenchidas, assinalando as quadrículas adequadas.

II - Projecto da instalação de radiodiagnóstico

(A Preencher pela entidade ou empresa prestadora de serviços de protecção radiológica autorizada)

II-1. Identificação da Entidade ou Empresa

Nome ou designação social:
Endereço:
Localidade: Código Postal:
Telefone: Telefax:
Pessoa a contactar:

II-2. Características dos equipamentos**2.1 Geradores e ampolas de raios X****Gerador n.º 1**

Monofásico ☐ Trifásico ☐ Tipo de rectificação:
Marca: Modelo:
Data de fabrico:
Tensão máxima (kVp): Intensidade máxima (mA):
Corresponde a um modelo homologado ☐ Número: Data:
Corresponde a um modelo verificado ☐

Ampolas alimentadas pelo gerador n.º 1	Ampola n.º 1	Ampola n.º 2	Ampola n.º 3
Marca			
Modelo			
Tensão máxima (kVp)			
Intensidade máxima (mA)			
Filtração total (mm de Al)			
Dose de radiação no feixe útil a um metro da ampola			
Ano de entrada em funcionamento			

Repetir a informação para outros geradores existentes e respectivas ampolas.

2.2. Equipamento de radiologia convencional fixo ☐**Mesa de exames:**

Marca: Modelo:

Características:

Telecomandada ☐ Basculante ☐ Fixa ☐ Outro ☐

Acessórios:

Seriógrafo ☐ Grelha oscilante (Bucky) ☐ Outros ☐

Suporte vertical:

Marca: Modelo:

Características: Com grelha oscilante ☐ Sem grelha oscilante ☐

Sistema de aquisição e registo de imagem:

A efectuar para cada conjunto gerador - tubo

2.3. Equipamento móvel de radiologia convencional ☐

Radiografia ☐ Radioscopia com intensificador de imagem ☐

2.4. Tomografia computadorizada (TC)

Características do corpo principal e da mesa de exploração:

Tempo de varrimento por corte (mínimo e máximo):

Largura de corte (mínimo e máximo):

Modos de varrimento: Topograma ☐ Axial ☐ Espiral ☐

Equipamento mínimo de reanimação existente:

2.5. Equipamento de mamografia:

Dimensão dos focos da ampola (mm):

Exposímetro automático ☐

Máquina de revelar com temperatura regulável ☐

2.6. Osteodensitómetro:

Mono-fotónico ☐ Bifotónico ☐

Anexar uma planta, em escala a mencionar, da configuração da instalação, facilitando nas mesmas a seguinte informação:

- Indicar a utilização das salas e áreas contíguas, laterais, superiores e inferiores.
- Dimensões das salas, situação e dimensões das janelas existentes, se as houver, bem como a respectiva protecção.
- Em cada sala, situar e identificar cada um dos equipamentos existentes.
- Localização das mesas de exploração, suportes verticais e outros componentes.
- Localização das consolas de controlo, especificando a protecção existente entre estas e as ampolas de raios X, incluindo o visor.
- Direcção dos feixes úteis de radiação.
- Natureza e espessura das barreiras de protecção nas paredes, chão, tecto e portas.
- Indicar a sinalização luminosa que indica o funcionamento dos equipamentos.

A full page of blank graph paper. The grid consists of small squares formed by thin gray lines. There are no margins or other markings on the page.

4.1 Apresente, em anexo, o estudo para cada posto, indicando a carga semanal de trabalho (mA×min/sem.), bem como para o conjunto da instalação.

5.1. Efectuar medidas de débito de dose de radiação transmitida através de barreiras de protecção para a instalação especificada em 2 e 3, fazendo constar em quadro anexo os valores mais significativos.

Barreira	Factores		Doses medidas mSv / semana *	LDSED mSv
	Ocupação	Utilização		
Local do operador				
Chão				
Tecto				
Porta				
A				
B				
C				
D				
Anteparo A				

* Os valores de dose são medidos nas condições extremas de funcionamento:
Tensão: Intensidade: Outras:
Tempo de funcionamento semanal:
LSDSE - Limite Derivado Semanal de Equivalente de Dose.

O presente relatório, devidamente fundamentado, diz respeito à avaliação/verificação das condições de segurança radiológica do projecto da instalação de radiodiagnóstico :

Nome do(s) técnico(s):

Nome do(s) técnico(s):

Nome do supervisor :

Assinatura e carimbo

Data:

Documentação anexa ☐ N°de folhas :

Documentação anexa ☐ N° de folhas :

Para complemento do(s) número(s) :

I - Identificação da instalação e das actividades a desenvolver
(A preencher pelo titular da instalação)

Nome ou designação social : Contribuinte nº :

Local da instalação:

Morada :

Localidade:..... Código postal:

Telefone : Telefax :

Distrito: Concelho:

Nome do titular:

A **Instalação nova** ☐

B **Instalação em funcionamento** ☐

1 Ampliação ☐

2 Baixa de equipamentos ☐ Identificá-los e especificar o seu destino :

.....

C **Outras situações** ☐ Identificá-las :

.....

A Radiografia dentária convencional ☐
 Intraoral ☐ Outra ☐ Identificá-la:

B Radiografia dentária especial ☐
 Ortopantomografia ☐ Tomografia multidirecional ☐ Outra ☐ Identificá-la:

Posto nº	Tipo de exame	Tensão e intensidade de corrente máximas	mAxS	Nºaproximado Exames/mês
1		kV mA		
2				

Cada posto é definido por uma ampola de raios X com os respectivos acessórios de trabalho, independentemente do número de geradores. A numeração atribuída a cada posto é arbitrária.

Vigilância médica ☐ Dosimetria: Individual ☐ Vestuário de protecção ☐
De área ☐

Número de dosímetros:

Entidade prestadora de dosimetria individual:

Outras medidas de protecção praticadas:

Periodicidade de revisão do equipamento:

Nome	Idade	Habilitações	Funções	Horas/Sem.
		Médico dentista ou Estomatologista	Responsável *	

Declaro que as informações contidas no presente impresso correspondem à verdade e não omitem qualquer informação, estando à disposição da D.G.S. para prestar os esclarecimentos adicionais que nos forem solicitados.

Data : Assinatura e carimbo

Folhas adicionais ☐ N°:

Para complemento do(s) número(s):

(*) Segundo o disposto no n.º 1 do Art.º 3.º do Decreto Regulamentar n.º 9 / 90 de 19 de Abril.

Nota: Todas as secções do presente impresso devem ser devidamente preenchidas, assinalando-se as quadriculas adequadas

II - Projecto da instalação de radiodiagnóstico dentário

(A preencher pela entidade ou empresa prestadora de serviços de protecção radiológica autorizada)

II-1. Identificação da Entidade ou Empresa

Nome ou designação social:

Endereço:

Localidade: Código Postal:

Telefone: Telefax:

Pessoa a contactar:

II-2. Características dos equipamentos**2.1 Geradores e ampolas de raios X****Gerador n.º 1**Monofásico ☐ Trifásico ☐ Outros ☐ :

Marca: Modelo:

Data aproximada de fabrico:

Tensão máxima (kVp): Intensidade máxima (mA):

* Corresponde a um modelo homologado ☐ Número: Data:* Corresponde a um modelo verificado ☐ :

Ampolas alimentadas pelo gerador n.º 1	Ampola n.º 1	Ampola n.º 2	Ampola n.º 3
Marca			
Modelo			
Tensão máxima (kVp)			
Intensidade máxima (mA)			
Filtração total (mm de Al)			
Dose de radiação no feixe útil a um metro da ampola			
Ano de entrada em funcionamento			

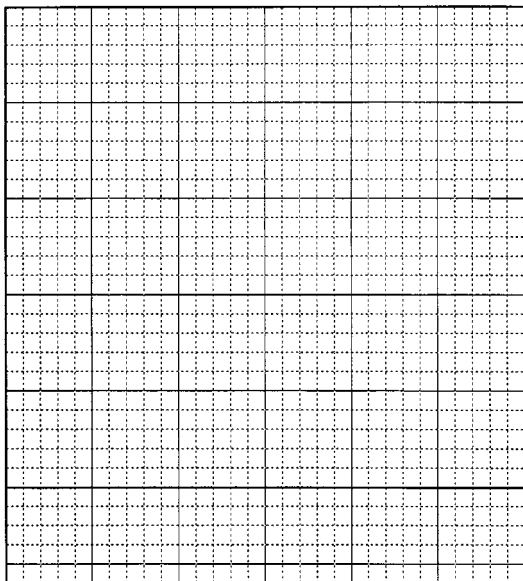
Repetir a informação para outros geradores existentes e respectivas ampolas .

(*) Segundo o disposto no Despacho do SE da Saúde de 15-07-93 (DR, II S, n.º 297 de 22-12-93)

II-3. Características das salas

Anexar uma planta, ou esboço, em escala a mencionar, da configuração da instalação, facilitando na mesmas a seguinte informação:

- Indicar a utilização das salas contíguas laterais, superiores e inferiores.
- Dimensões das sala, situação e dimensões das janelas existentes, se as houver, bem como a respectiva protecção.
- Em cada sala, situar e identificar cada um dos equipamentos existentes.
- Para equipamentos de ortopantomografia indicar a situação das consolas de controlo, especificando a protecção existente entre estas e o aparelho de raios X, incluindo o visor.
- Direcção dos feixes úteis de radiação.
- Indicar a natureza e espessura das paredes, chão, tecto e portas.
- Indicar onde se encontram situações os sinais luminosos que indicam o funcionamento dos equipamentos.

**II-4. Avaliação das condições de segurança**

4.1. Apresentar, em anexo, o estudo de cada posto, bem como para o conjunto da instalação.

II-5. Responsabilidade do presente relatório

O presente relatório, devidamente fundamentado, diz respeito à avaliação/verificação das condições de segurança radiológica do projecto da instalação de radiodiagnóstico dentário:

Nome do(s) técnico(s):

Nome do supervisor :

Data:

Assinatura e carimbo

Documentação anexa ☐ N.º de folhas :

Para complemento do(s) números :

Formulário 3**PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO DE RADIOTERAPIA****I - Identificação da instalação e das actividades a desenvolver**

(A preencher pelo titular da instalação)

I-1. Identificação da instalação

Nome ou designação social :

..... Contribuinte n.º :

Local da instalação:

Morada :

Localidade : Código postal :

Telefone : Telefax :

Distrito: Concelho:

Pessoa a contactar:

I-2. Objecto do presente pedido

- A Instalação nova** ☐
- B Instalação em funcionamento** ☐
- 1 Alteração da instalação ☐ 2 Substituição de equipamentos ☐
- 3 Baixa de equipamentos ☐ Identificá-los e especificar o seu destino :
- C Outras situações** ☐ Identificá-las :

I-3. Actividades a desenvolver

- A Radioterapia externa** ☐
- B Braquiterapia** ☐
- C Técnicas especiais** ☐ Identificá-las:

I-4. Características da instalação**4.1 Radioterapia externa****4.1.1 Acelerador linear**

Marca : Modelo :

Data de fabrico :

Corresponde a um modelo homologado ☐ Número : Data :

Energias fotónicas :

Energia em electrões :

Dose de radiação no feixe útil a um metro do foco para a energia fotónica máxima :

4.1.2 Aparelho de cobalto

Marca : Modelo :

Data de fabrico :

Corresponde a um modelo homologado ☐ Número : Data :

Fonte radioactiva : Actividade nominal : Data :

Dose de radiação no feixe útil a um metro da fonte :

4.1.3 Simulador

Marca : Modelo :

Data de fabrico :

Corresponde a um modelo homologado ☐ Número : Data :

Tensão máxima : Intensidade máxima :

Dose de radiação no feixe útil a um metro da ampola :

4.2 Braquiterapia**4.2.1 Aparelho de afterloading**Baixa taxa de dose ☐ Média taxa de dose ☐ Alta taxa de dose ☐Taxa de dose pulsada ☐

Marca : Modelo :

Data de fabrico :

Corresponde a um modelo homologado ☐ Número : Data :

Fonte radioactiva : Tipo de fonte :

Actividade nominal da fonte : Data :

4.3 Técnicas especiais

Indicar as principais características :

II - Projecto da instalação de radioterapia

(A preencher pela entidade ou empresa prestadora de serviços de protecção radiológica autorizada)

II-1 Identificação da Entidade ou Empresa

Nome ou designação social :

Endereço :

Localidade : Código Postal :

Telefone : Telefax :

Pessoa a contactar :

II-2 Características da instalação

Anexar uma planta, em escala a mencionar, da configuração da instalação, e memória descritiva contendo os seguintes elementos :

- Área total ocupada.
- Áreas controladas e áreas vigiadas.
- Factores de ocupação das salas contíguas, laterais, superiores e inferiores.
- Identificação e localização de cada um dos equipamentos existentes.
- Natureza e espessura das barreiras de protecção, nomeadamente nas paredes, chão, tecto e portas.
- Direcção dos feixes úteis de radiação.
- Identificar a sinalização que indica o funcionamento dos equipamentos.
- Projecto do sistema de ventilação.
- Outros elementos que mereçam destaque.

II-3. Avaliação da segurança da instalação

3.1 Apresentar em anexo um estudo da segurança radiológica da instalação.

I-5. Protecção radiológica

Número de dosímetros individuais De área

Número de trabalhadores da categoria A :

Entidade prestadora de dosimetria individual :

Nome do médico responsável pela vigilância e controlo dos trabalhadores :

Acessórios de protecção ☐ Indica-los :

Outras medidas de protecção praticadas :

Periodicidade de revisão do equipamento :

I-6 Pessoas profissionalmente expostas

Nome	Idade	Habilitações	Funções	Horas/Sem
		Médico radioterapeuta	Responsável	
		Cédula n.º	Responsável	
		Físico		
		Técnico		

17. Declaração do titular da instalação

Declaro que as informações contidas no presente impresso correspondem à verdade e não omitir qualquer informação, estando à disposição da D.G.S. para prestar os esclarecimentos adicionais que nos forem solicitados.

Data :

Assinatura e carimbo

Folhas adicionais ☐ N.º :

Para complemento do(s) número(s) :

II-3. Verificação das condições de segurança

3.1. Efectuar medidas de débito de dose de radiação transmitida através de barreiras de protecção para a instalação, fazendo constar em quadro anexo os valores mais significativos.

Barreira	Factores		Doses medidas mSv / semana *	LDSED mSv
	Ocupação	Utilização		
Local do operador				
Chão				
Tecto				
Porta				
A				
B				
C				
D				
Anteparo A				

* Os valores de dose são medidos nas condições extremas de funcionamento:

Tensão : Intensidade : Outras :

Tempo de funcionamento semanal :

LDSED - Limite Derivado Semanal de Equivalente de Dose

Responsabilidade do presente relatório

O presente relatório, devidamente fundamentado, diz respeito à avaliação e verificação das condições de segurança radiológica do projecto da instalação de radioterapia :

Nome do(s) técnico(s) :

Nome do supervisor :

Data :

Assinatura e carimbo

Documentação anexa ☐ N.º de folhas :

Para complemento do(s) número(s) :

(*) Segundo o disposto no n.º 1 do Art.º 3.º do Decreto Regulamentar n.º 9/90 de 19 de Abril.

Nota: Todas as secções do presente impresso devem ser devidamente preenchidas, assinalando-se as quadriculas adequadas.

Formulário 4

PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO DE MEDICINA NUCLEAR

I - Identificação da instalação e das actividades a desenvolver
(A preencher pelo titular da instalação)

1.1. Identificação da instalação

Nome ou designação social: Contribuinte n.º:

Local da instalação:

Morada:

Localidade: Código postal:

Telefone: Telefax:

Distrito: Concelho:

Pessoa a contactar:

1.2. Tipo de instalação

A Instalação nova ☐

B Instalação em funcionamento ☐

1 Alteração ☐ 2 Substituição ☐

3 Baixa de equipamentos ☐ Identificá-los e especificar o seu destino:

C Outras situações ☐ Identificá-las:

1.3. Actividades a desenvolver

A Diagnóstico ☐

Imagem em câmara gama com aquisição: Estática ☐ Estática e com varrimento ☐

Tomografia de emissão computadorizada ☐

Marcações celulares ☐ Provas funcionais ☐ Densitometria óssea ☐

Medições "in vivo" sem ou com imagem ☐ Outras ☐ Identificá-las:

B Terapia ☐

Ambulatória ☐ Com internamento ☐

I-4. Características da instalação

4.1 Diagnóstico

Radionuclídeos a utilizar e respectivas actividades semanal e anual previstas

Radionuclídeo	^{99m} Tc	²⁰¹ Tl	⁶⁷ Ga	¹³¹ I	¹²³ I			
Actividade semanal								
Actividade anual								
Forma química								

Número e tipo de exames previstos

Equipamento	Tipo de exame	Radiofármaco/actividade a administrar	N.º de exames/semana

4.2. Terapia

Radionuclídeos a administrar e respectivas actividades semanais e anuais previstas

Radionuclídeo	Forma física	Forma química	Actividade	Actividade anual

Número e tipo de tratamentos previstos

Tipo de terapia	Radiofármaco	Intervalo de actividades a administrar	N.º de tratamentos/semana	Dias de internamento

Tanques de retenção de efluentes radioactivos ☐ N.º

I-5. Equipamentos

5.1 Câmara gama:

Estática ☐ Estática e com varrimento ☐ Tomografia de emissão computadorizada ☐

Marca: Modelo:

Corresponde a um modelo homologado ☐ Número: Data:

Corresponde a um modelo verificado ☐ Número: Data:

Periodicidade da assistência técnica:

5.1.1 Computador

Marca: Modelo:

Periodicidade da assistência técnica:

5.2 Equipamento de detecção e medida de radionuclídeos:

5.2.1. Detector de cintilação sólida

Tipo sonda ☐ Tipo poço ☐

Marca: Modelo:

Periodicidade de revisão:

5.2.2. Detector de cintilação líquida

Marca: Modelo:

Periodicidade de revisão:

5.3 Osteodensitómetro

Marca: Modelo:

Corresponde a um modelo homologado ☐ Número: Data:

Corresponde a um modelo verificado ☐ Número: Data:

Periodicidade da assistência técnica:

5.4 Calibrador das doses de radiofármacos

Marca: Modelo:

Corresponde a um modelo homologado ☐ Número: Data:

Corresponde a um modelo verificado ☐ Número: Data:

Entidade responsável pela calibração:

Periodicidade da calibração:

Repetir a informação para cada equipamento.

I-6. Assepsia e protecção radiológica

6.1 Zonas de trabalho confinadas:
Confined Work Station (CWS)

CWS com exaustão completa de ar ☐ CWS sem exaustão completa de ar ☐

WS com "caixa de luvas" ☐

6.2 Equipamentos de protecção:

6.2.1 Medidores de débito de dose:

Marca: Modelo:

Entidade responsável pela calibração:

Periodicidade da calibração:

6.2.2. Medidores de contaminação:

Marca: Modelo:

Entidade responsável pela calibração:

Periodicidade da calibração:

6.2.3. Acessórios de protecção:

Vestuário ☐ Luvas ☐ Anteparos móveis ☐ Outros ☐ Identificá-los:

6.3 Dosimetria:

Individual ☐ De área ☐

Número de trabalhadores controlados:

Entidade prestadora de dosimetria individual:

Nome do médico responsável pela vigilância e controlo dos trabalhadores:

I-7. Pessoas profissionalmente expostas

Nome	Idade	Habilitações	Funções	Horas/Sem
		Médico especialista de M.N. Cédula:	Responsável	
		Físico	Responsável	
		Técnico		

I-7. Declaração do titular da instalação

Declaro que as informações contidas no presente impresso correspondem à verdade e não omitem qualquer informação, estando à disposição da D.G.S. para prestar os esclarecimentos adicionais que nos forem solicitados.

Data : Assinatura e carimbo

Nº de folhas adicionais :

Para complemento do(s) número(s) :

(*) Segundo o disposto no n.º 1 do Art.º 3.º do Decreto Regulamentar n.º 9/90 de 19 de Abril.

Nota: Todas as secções do presente impresso devem ser devidamente preenchidas assinalando-se as quadrículas adequadas.

II - Projecto da instalação de medicina nuclear

(A preencher pela entidade ou empresa prestadora de serviços de protecção radiológica autorizada)

II-1. Identificação da Entidade ou Empresa

Nome ou designação social:

Endereço:

Localidade: Código postal:

Telefone: Telefax:

Pessoa a contactar:

II-2. Características da instalação

- 2.1. Anexar uma planta, em escala a mencionar, da configuração da instalação, e memória descritiva contendo os seguintes elementos:
 - Área total ocupada.
 - Zona activa bem como a circulação dos pacientes na instalação.
 - Áreas controladas e áreas vigiadas.
 - Localização dos dosímetros de área, bem como a sinalização das áreas activas.
 - Factores de ocupação das salas contíguas, laterais, superiores e inferiores.
 - Identificação e localização de cada um dos equipamentos existentes em cada sala.
 - Situação das consolas de controlo especificando a protecção existente entre estas e a câmara gama.
 - Natureza e espessura das barreiras de protecção, nomeadamente nas paredes, chão, tecto e portas.
- 2.2. Projecto do sistema de ventilação, incluindo: planta das tubagens, caudais, volumes de renovação de cada área, gradientes de pressão entre as diversas áreas, localização das grelhas de admissão e exaustão interiores e exteriores.
- 2.3. No caso de existir unidade de internamento anexar ainda o seguinte:
 - Esquema da instalação de tanques de retenção para decaimento de resíduos líquidos, com indicação dos seguintes elementos: capacidade de cada tanque, tempo mínimo de retenção, espessura das barreiras de protecção, e forma de controlo de actividade.
- 2.4. Classificar a instalação em termos de tipo de risco.

II-3. Avaliação da segurança da instalação

- 3.1. Apresentar em anexo o estudo da segurança radiológica da instalação.

II-4. Verificação das condições de segurança

- 4.1. Efectuar medidas de débito de dose de radiação transmitida através das barreiras de protecção para a instalação, fazendo constar os valores mais significativos

II-5. Responsabilidade do presente relatório

O presente relatório, devidamente fundamentado, diz respeito à avaliação e verificação das condições de segurança radiológica do projecto da instalação de medicina nuclear:

Nome do(s) técnico(s) :

Nome do supervisor :

Data :

Assinatura e carimbo

Nº de folhas anexas:

Para complemento dos números :

Louvor n.º 156/97. — O Dr. João Manuel Pacheco Covas Lima, após 36 anos de serviço activo na função pública, passou voluntariamente à situação de reforma.

Tendo iniciado a sua carreira nos Hospitais Cívicos de Lisboa, percorreu brilhantemente todos os graus da mesma, tendo encerrado a sua actividade profissional hospitalar como director do Departamento dos Meios de Diagnóstico e Terapêutica do Hospital Distrital de Beja.

Espírito dinâmico, inovador e solidário, introduziu alterações estruturais importantes no funcionamento do serviço de radiologia, que permitiram melhorar o atendimento e a qualidade dos serviços prestados aos doentes.

Tornou o Hospital de Beja um pólo de atracção para os formandos da especialidade de radiologia.

Muitos dos mais conceituados radiologistas do País, das gerações mais recentes, colheram ensinamentos junto do Dr. Covas Lima.

Aliando à competência técnica, qualidades humanas e cívicas invulgares, foi por isso considerado cidadão de mérito do distrito.

Por tudo o que acima ficou dito e pelo trabalho prestado e que, apesar de reformado, ainda presta à saúde, entendo conceder-lhe este público louvor.

6 de Agosto de 1997. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

Departamento de Recursos Humanos da Saúde**Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra**

Aviso n.º 6039/97 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Junho de 1997, no uso de competência delegada:

Graciano do Nascimento Nobre Paulo e Francisco José da Silva Cabrita Grade, contratados, por urgente conveniência de serviço, por um ano, com início em 1 de Junho de 1997, renovável por períodos bienais, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, em regime de contrato administrativo de provimento como equiparado a professores-adjuntos, a tempo parcial (30 %). (Visto tácito do Tribunal de Contas. São devidos emolumentos.)

21 de Agosto de 1997. — A Directora, *Zaida Chieira Mariano Pego*.

Direcção-Geral da Saúde

Administração Regional de Saúde do Centro

Aviso n.º 6040/97 (2.ª série). — Nos termos do artigo 23.º da Portaria n.º 880/91, de 27 de Agosto, faz-se público que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso de provimento para chefe de serviço de saúde pública, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 1 de Agosto de 1996, e rectificado por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 200, de 29 de Agosto de 1996, homologada por deliberação do conselho de administração da ARS do Centro de 30 de Julho de 1997, se encontra afixada, após terem decorrido os limites previstos no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, na Repartição Administrativa da ARS do Centro, sita na Avenida de Sá da Bandeira, 113, 3000 Coimbra, onde pode ser consultada nas horas normais de expediente.

20 de Agosto de 1997. — O Presidente do Conselho de Administração, *Júlio Pereira dos Reis*.

Sub-Região de Saúde de Castelo Branco

Despacho n.º 7192/97 (2.ª série). — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 4662/97, de delegação de competências do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, de 27 de Junho de 1996, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 25 de Julho de 1997, e da deliberação do conselho de administração n.º 146/97, de 8 de Julho de 1997, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 25 de Julho de 1997, e nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, decido delegar e subdelegar a competência para a prática dos seguintes actos, no director de serviços de Administração Geral, Dr. Adriano Minhões da Paixão, no director de serviços de Saúde, Dr. José Manuel Sanches Pires, no chefe de divisão de Gestão Financeira, Carlos Minhões da Paixão, no chefe de divisão de Gestão dos Recursos Humanos, Dr. Albino Evangelista Fernandes João, e nos chefes de repartição Maria Teresa Amaral Pereira Patrício Brás, Laurinda de Fátima Antunes Costa Ribeiro, João José Candeias da Costa e Eduardo Mendes Belo Sebastião:

1 — Delegações genéricas:

1.1 — A direcção de instrução de todos os processos das respectivas áreas;

1.2 — Autorização de assinatura de correspondência de expediente necessário à execução das decisões proferidas nos processos, com excepção da destinada às direcções-gerais, aos gabinetes de membros do Governo e ao Provedor de Justiça.

2 — Subdelegações genéricas:

2.1 — Justificar as faltas ao serviço do pessoal de cada uma das suas unidades orgânicas ou áreas de responsabilidade;

2.2 — Submeter à aprovação os respectivos planos de férias anuais e eventuais alterações e autorizar o seu início e gozo interpolado;

2.3 — Autorizar os funcionários e agentes a comparecer em juízo, quando requisitados, nos termos da lei de processo.

3 — Subdelegações específicas:

3.1 — No director de serviços de Administração Geral:

3.1.1 — Autorização para solicitar a outros serviços as informações e ou pareceres necessários à instrução dos processos que correm nas respectivas unidades orgânicas;

3.1.2 — Processar os encargos com rendas, comunicações, água, energia eléctrica, combustíveis, aquisição de cheques, prémios de vales e vencimentos de pessoal;

3.1.3 — Processar os encargos com meios auxiliares de diagnóstico, tratamentos especializados, medicamentos, hospitalização privada, transporte de doentes, aparelhos complementares de diagnóstico e consultas convencionadas;

3.1.4 — Anular as facturas de serviços prestados, quando indevidamente elaboradas;

3.1.5 — Abater o material imobilizado considerado inutilizado;

3.1.6 — Rectificar facturas até ao montante de 100 contos;

3.1.7 — Processar as facturas relativas às aquisições de bens e serviços;

3.1.8 — Autorizar o levantamento na tesouraria das importâncias necessárias para a satisfação de compromisso a pronto pagamento referentes a despesas previamente autorizadas;

3.1.9 — Autorizar propostas de abate relativas a bens de consumo que por normas de serviço estão sujeitas a participação de inutilização;

3.1.10 — Movimentar todas as contas, quer a débito quer a crédito, incluindo cheques e outras ordens de pagamento e transferências dos fundos necessários à execução das decisões proferidas nos processos, carecendo sempre esta movimentação de duas assinaturas;

3.1.11 — Autorizar a aquisição de fardamentos, resguardos e calçado findos os períodos legais de duração;

3.1.12 — Autorizar as deslocações em serviço no território nacional qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhete ou de títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

3.1.13 — Autorizar o processamento de horas extraordinárias e complementares, ajudas de custo, transportes e outros;

3.1.14 — Autorizar as despesas com aquisição de bens e serviços, com dispensa de concurso público ou limitado, até ao limite de 500 contos;

3.1.15 — Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido nos termos do n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, com a rectificação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 178/95, de 26 de Julho;

3.1.16 — Autorizar a atribuição de abonos e subsídios pelos serviços sociais do Ministério da Saúde, a que os funcionários ou agentes tenham direito nos termos da lei;

3.1.17 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários e agentes em estágios, congressos, seminários, reuniões, colóquios ou outras iniciativas realizadas no País, em comissão gratuita de serviço relativamente ao pessoal da sua unidade orgânica;

3.1.18 — Conceder as regalias previstas na Lei n.º 26/81, de 21 de Agosto, aos funcionários e agentes que reúnem as condições para serem considerados trabalhadores-estudantes.

3.2 — No director de serviços de Saúde:

3.2.1 — Despachar os assuntos correntes da respectiva área de actuação, nomeadamente as constantes dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353/93, de 29 de Setembro;

3.2.2 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários e agentes em estágios, congressos, seminários, reuniões, colóquios ou outras iniciativas realizadas no País, em comissão gratuita de serviço;

3.2.3 — Autorizar o tratamento de doentes em hemodiálise em centros particulares, sempre que seja comunicada a impossibilidade de os hospitais efectuarem os tratamentos e sob proposta dos mesmos;

3.2.4 — Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

3.2.5 — Autorizar comissões gratuitas de serviço, nos termos das normas em vigor, relativamente às áreas de laboratório de saúde pública, farmácia e saúde oral;

3.2.6 — Autorizar o pagamento prioritário de reembolsos.

3.3 — No chefe de divisão de Gestão Financeira:

3.3.1 — Movimentar todas as contas, quer a débito quer a crédito, incluindo cheques e outras ordens de pagamento e transferências dos fundos necessários à execução das decisões proferidas nos processos, carecendo sempre esta movimentação de duas assinaturas;

3.3.2 — Autorizar a aquisição de fardamentos, resguardos e calçado findos os períodos legais de duração;

3.3.3 — Autorizar as deslocações em serviço no território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhete ou de títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

3.3.4 — Autorizar comissões gratuitas de serviço nos termos das normas em vigor, relativamente ao pessoal de sua área funcional, bem como dos sectores de planeamento e estatística;

3.3.5 — Autorizar despesas com obras, aquisição de bens e serviços até 200 contos;

3.3.6 — Autorizar a actualização dos contratos de seguro e arrendamento sempre que a mesma resulte de imposição legal.

3.4 — No chefe de divisão de Gestão dos Recursos Humanos:

3.4.1 — Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido, nos termos do n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, com a rectificação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 178/95, de 26 de Julho;

3.4.2 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários e agentes em estágios, congressos, seminários, reuniões, colóquios ou outras iniciativas realizadas no País, em comissão gratuita de serviço;

3.4.3 — Autorizar o processamento de horas extraordinárias e complementares, ajudas de custo, transportes e outros;

3.4.4 — Mandar verificar situações de doença, nos termos legais em vigor, relativamente ao pessoal da sede da Sub-Região de Saúde;

3.4.5 — Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

3.4.6 — Conceder as regalias previstas na Lei n.º 26/81, de 21 de Agosto, aos funcionários e agentes que reúnam as condições para serem considerados trabalhadores-estudantes;

3.4.7 — Elaborar e executar o plano de formação de pessoal, de acordo com as linhas estratégicas de formação definidas para a Sub-Região.

3.5 — Nos chefes de repartição Laurinda de Fátima Antunes Costa Ribeiro, Eduardo Mendes Belo Sebastião e Maria Teresa Amaral Pereira Patrício Brás:

3.5.1 — Autorizar as despesas com a aquisição de bens e serviços, com dispensa de concurso público ou limitado, até ao limite de 100 contos.

3.6 — Na chefe de repartição Administrativa:

3.6.1 — Mandar verificar situações de doença, nos termos legais em vigor, relativamente ao pessoal da sede da Sub-Região.

4 — Este despacho produz efeitos desde 25 de Julho de 1997, ficando por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados pelos órgãos referidos.

5 — Revogam-se todos os anteriores despachos de delegação e sub-delegação de competências emitidos até à presente data.

19 de Agosto de 1997. — A Coordenadora, *Maria Alzira de Lima Rodrigues Serrasqueiro*.

Despacho n.º 7193/97 (2.ª série). — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 4662/97, de delegação de competências do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, de 27 de Abril de 1996, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 25 de Julho de 1997, e da deliberação do conselho de administração n.º 146/97, de 8 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 25 de Julho de 1997, e nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, decido delegar e subdelegar nos directores dos centros de saúde a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito da sua unidade orgânica:

1 — Delegações genéricas:

1.1 — Direcção de instrução de todos os processos das respectivas áreas;

1.2 — Autorização de assinatura de correspondência de expediente necessário à execução das decisões proferidas nos processos, com excepção da destinada às direcções-gerais, gabinetes de membros do Governo e Provedor de Justiça.

2 — Subdelegações:

2.1 — Justificar as faltas ao serviço do pessoal de cada uma das suas unidades orgânicas ou áreas de responsabilidade;

2.2 — Autorizar os pedidos formulados ao abrigo da lei de protecção da maternidade e paternidade;

2.3 — Mandar verificar o estado de doença comprovada por atestado médico, nos termos dos artigos 31.º, 32.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 178/95, de 26 de Julho;

2.4 — Autorizar os funcionários e agentes a comparecer em juízo, quando requisitados, nos termos da lei de processo;

2.5 — Submeter a aprovação os respectivos planos de férias anuais e eventuais alterações e autorizar o seu início e gozo interpolado;

2.6 — Autorizar as despesas com a aquisição de bens e serviços, com dispensa de concurso público ou limitado, até ao limite de 200 contos, dentro dos limites orçamentais fixados;

2.7 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários e agentes em estágios, congressos, seminários, reuniões, colóquios ou outras iniciativas realizadas no País, em comissão gratuita de serviço, até ao limite de 15 dias por ano;

2.8 — Autorizar as deslocações em serviço impostas pela própria natureza das funções do pessoal;

2.9 — Movimentar todas as contas, quer a débito quer a crédito, incluindo cheques e outras ordens de pagamento; esta movimentação carece sempre de duas assinaturas;

2.10 — Exarar nos processos que correm pelos serviços que dirigem os despachos exigidos pelo seu desenvolvimento normal subsequentes às decisões da coordenadora subregional;

2.11 — Efectuar a colocação ou deslocação de funcionários ou agentes na área de intervenção do respectivo centro de saúde;

2.12 — Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho.

3 — Os poderes atribuídos pelo presente despacho são conferidos nos seguintes directores de centro de saúde:

Centro de Saúde de Belmonte, Dr. Manuel Tomás Geraleses;
Centro de Saúde de Castelo Branco, Dr.ª Maria Luísa Monteiro Beato Pereira Nunes;

Centro de Saúde da Covilhã, Dr. Jerónimo da Cunha Leitão;
Centro de Saúde do Fundão, Dr. João Manuel da Cruz Taborda;
Centro de Saúde de Idanha-a-Nova, Dr. Francisco Sousa Baptista;

Centro de Saúde de Oleiros, Dr.ª Maria da Graça Agostinho da Cruz Veiga;

Centro de Saúde de Penamacor, Dr. Joaquim Eduardo Santos Nisa Rato;

Centro de Saúde de Proença-a-Nova, Dr. António Alberto Silva Paisana;

Centro de Saúde da Sertã, Dr. Carlos Manuel Antunes Pedro;
Centro de Saúde de Vila de Rei, Dr.ª Glória Maria Pereira Valadas Costa Madeira Santos;

Centro de Saúde de Vila Velha de Ródão, Dr.ª Maria José Carvalho Pimenta.

4 — Este despacho produz efeitos desde 25 de Julho de 1997 ou desde as datas de nomeação das entidades delegadas, ficando por

este meio ratificados os actos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados pelos órgãos referidos.

19 de Agosto de 1997. — A Coordenadora, *Maria Alzira de Lima Rodrigues Serrasqueiro*.

Sub-Região de Saúde de Viseu

Aviso n.º 6041/97 (2.ª série). — Para conhecimento dos interessados se informa que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso externo de provimento para três lugares de assistente de saúde pública da Sub-Região de Saúde de Viseu, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 7 de Fevereiro de 1997, a p. 1461, e com rectificação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 28 de Fevereiro de 1997, a p. 2606, se encontra afixada no 7.º andar do edifício sede desta Sub-Região de Saúde, sita na Avenida do Dr. António José de Almeida, edifício do MAS, Viseu.

25 de Agosto de 1997. — O Presidente do Júri, *José Armando Marques Neves*.

Centro Hospitalar das Caldas da Rainha

Aviso n.º 6042/97 (2.ª série). — *Concurso de provimento para assistente.* — 1 — Nos termos dos artigos 15.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provisão dos Lugares de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 833/91, de 14 de Agosto, faz-se público que, na sequência do despacho de 3 de Julho de 1997 do director-geral da Saúde que aprovou o plano anual de concursos de provimento de lugares de assistente, por deliberação do conselho de administração de 14 de Agosto de 1997 e por delegação de competências, se encontra aberto concurso interno de provimento para o preenchimento das vagas de assistente das especialidades abaixo indicadas da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal médico deste Centro Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 649/80, de 16 de Setembro, alterado pelas Portarias n.ºs 533/83, de 6 de Maio, 413/91, de 16 de Maio, e 541/96, de 3 de Outubro.

2 — O concurso é institucional, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública e exclusivamente válido para o preenchimento das vagas postas a concurso, pelo que se esgota com o preenchimento destas:

2.1 — Ginecologia/obstetrícia — uma vaga.

2.2 — Reumatologia — uma vaga.

3 — Os médicos a prover podem vir a prestar serviço não só neste Centro Hospitalar, mas também em outras instituições com as quais este estabelecimento tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração.

4 — O regime de trabalho será desenvolvido em horários desfasados, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90.

5 — Requisitos de admissão:

5.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional, casos em que deve ser feita prova de conhecimento da língua portuguesa;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física necessária e o perfil psíquico necessários ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — É requisito especial a posse do grau de assistente da especialidade a que se candidata ou da sua equiparação, obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e noutros diplomas legais.

6 — Apresentação das candidaturas:

6.1 — Prazo — o prazo para apresentação de candidaturas é de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República*.

6.2 — Forma — a candidatura deve ser formalizada mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, 2500 Caldas da Rainha, e entregue no Serviço de Pessoal do referido Centro Hospitalar, pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que seja expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 6.1.

6.3 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação do requerente (nome, filiação, naturalidade, residência e telefone e número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu);

- b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço de saúde a que o requerente esteja vinculado;
- c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;
- d) Indicação de documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7 — As falsas declarações prestadas nos requerimentos pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

8 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado por:

- a) Documento comprovativo da posse do grau de especialista ou da equiparação a esse grau;
- b) Documento comprovativo de que o candidato se encontra inscrito na Ordem dos Médicos;
- c) Quatro exemplares do *curriculum vitae*;
- d) Documento comprovativo do cumprimento da Lei do Serviço Militar;
- e) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade sanitária da respectiva área de residência;
- f) Certificado do registo criminal;
- g) Documento comprovativo da natureza e tempo de vínculo a qualquer serviço dependente do Ministério da Saúde.

8.1 — Os documentos referidos nas alíneas a), d), e), f) e g) do n.º 8 podem ser substituídos por certidão comprovativa da sua existência, emitida pelo estabelecimento de saúde a que os candidatos estejam vinculados.

8.2 — Os documentos enunciados nas alíneas d), e) e f) do n.º 8 poderão ser substituídos por declaração nos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontram relativamente a cada um destes requisitos.

9 — A falta dos documentos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 8 ou de certidão comprovativa, nos casos em que ela é permitida, implica a exclusão dos candidatos.

10 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar no concurso são os mencionados na secção VI da Portaria n.º 833/91, de 14 de Agosto.

11 — Constituição dos júris dos concursos:

Ginecologia/obstetrícia

Presidente — Dr. Vasco Rui Rodrigues Noronha Trancoso, director clínico do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.
Vogais efectivos:

Dr. Fernando Paulo Monteiro, chefe de serviço de obstetrícia do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.
Dr. Daniel Ascensão Alvaro, assistente de ginecologia/obstetrícia do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.

Vogais suplentes:

Dr. José David Pires Frutuoso, assistente de ginecologia/obstetrícia do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.
Dr. Jorge Manuel Brito Ribeiro, assistente de ginecologia/obstetrícia do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.

Reumatologia

Presidente — Dr. Vasco Rui Rodrigues Noronha Trancoso, director clínico do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.
Vogais efectivos:

Dr. José Alberto Campaniço Pereira da Silva, chefe de serviço de reumatologia do Hospital de Santa Maria.
Dr. Armando Manuel de Carvalho Boavida Malcata, assistente de reumatologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Dr. Jorge Manuel Gonçalves da Silva, assistente de reumatologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra.
Dr. António Carlos da Rocha Alves de Matos, assistente graduado de reumatologia do Hospital Egas Moniz.

11.1 — O presidente do júri pode ser substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

20 de Agosto de 1997. — O Presidente do Conselho de Administração, *Mário Gualdino Gonçalves*.

Hospitais Cívicos de Lisboa

Hospital de D. Estefânia

Aviso n.º 6043/97 (2.ª série). — Torna-se público que, na sequência do despacho de 25 de Outubro de 1996 da directora-geral dos Recursos Humanos da Saúde que concedeu provimento parcial ao recurso interposto da lista de classificação final do concurso para técnica de 1.ª classe de fisioterapia da carreira de técnicos de diagnóstico e terapêutica, aberto por aviso publicado na *Ordem de Serviço*, n.º 4/95, de 28 de Março de 1995, foi revogado o despacho de nomeação de Melânia Graciana Rodrigues Telles Fernandes de 7 de Fevereiro de 1996, publicado no apêndice n.º 25 ao *Diário da República*, de 28 de Março de 1996.

25 de Agosto de 1997. — Pelo Conselho de Administração, *Amélia Cepa Matias*.

Hospital Distrital da Covilhã

Aviso n.º 6044/97 (2.ª série). — A Dr.ª Edmeia Teresa dos Santos Monteiro é retirada da lista de classificação final, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 31 de Julho de 1997, referente ao concurso externo de provimento para preenchimento de um lugar de assistente de neurologia, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 302, de 31 de Dezembro de 1996, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 35.1 da Portaria n.º 833/91, de 14 de Agosto.

20 de Agosto de 1997. — Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Jorge Manuel Pereira Martins*.

Aviso n.º 6045/97 (2.ª série). — O Dr. João Carlos do Amaral Pereira é retirado da lista de classificação final, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 6 de Junho de 1997, referente ao concurso externo de provimento para preenchimento de uma vaga de assistente de cardiologia, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 12 de Dezembro de 1996, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 35.1 da Portaria n.º 833/91, de 14 de Agosto.

21 de Agosto de 1997. — Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Jorge Manuel Pereira Martins*.

Aviso n.º 6046/97 (2.ª série). — O Dr. Francisco José Fernandes Luís é retirado da lista de classificação final, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 6 de Junho de 1997, referente ao concurso externo de provimento para preenchimento de uma vaga de assistente de cardiologia, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 12 de Dezembro de 1996, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 35.1 da Portaria n.º 833/91, de 14 de Agosto.

21 de Agosto de 1997. — Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Jorge Manuel Pereira Martins*.

Aviso n.º 6047/97 (2.ª série). — A Dr.ª Liana Maria Matoso de Miranda Negrão é retirada da lista de classificação final, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 31 de Julho de 1997, referente ao concurso externo de provimento para preenchimento de uma vaga de assistente de ginecologia/obstetrícia, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 302, de 31 de Dezembro de 1996, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 35.1 da Portaria n.º 833/91, de 14 de Agosto.

21 de Agosto de 1997. — Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Jorge Manuel Pereira Martins*.

Aviso n.º 6048/97 (2.ª série). — O Dr. João Carlos Peixoto Conceição Vilarés Morgado é retirado da lista de classificação final, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 6 de Junho de 1997, referente ao concurso externo de provimento para preenchimento de uma vaga de assistente de cardiologia, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 12 de Dezembro de 1996.

1996, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 35.1 da Portaria n.º 833/91, de 14 de Agosto.

21 de Agosto de 1997. — Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Jorge Manuel Pereira Martins*.

Hospital Distrital de Faro

Aviso n.º 6049/97 (2.ª série). — Publica-se, para os devidos efeitos, a classificação da prova de avaliação final global do internato complementar realizada neste Hospital na época de Julho de 1997, na área que se indica, tendo, por conseguinte, adquirido o grau de assistente:

Ginecologia/obstetrícia (concluída em 25 de Julho de 1997):

Ana Paula Cabrita Silva — 17,5 valores.

21 de Agosto de 1997. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Hospital Distrital de Portimão

Aviso n.º 6050/97 (2.ª série). — Concurso n.º 8/97 — concurso interno geral de acesso para provimento de primeiro-oficial administrativo. — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 275/85, de 25 de Outubro, torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital Distrital de Portimão de 21 de Maio de 1997, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de dois lugares de primeiro-oficial administrativo do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 568/96, de 10 de Outubro.

2 — O presente concurso é aberto para dois lugares, podendo candidatar-se todos os indivíduos que satisfaçam os requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso.

2.1 — O concurso é válido para as vagas indicadas esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — O conteúdo funcional dos lugares a prover, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 20/85, de 1 de Abril, faz competir, genericamente, ao oficial administrativo executar, a partir das orientações e instruções, todo o processamento relativo a uma ou mais áreas de actividade funcional de índole administrativa, nomeadamente elaborar informações, redigir ofícios, registar e classificar expediente, organizar processos e ficheiros e efectuar operações de contabilidade.

4 — O local de trabalho é no Hospital Distrital de Portimão, Avenida de São João de Deus, 8500 Portimão.

5 — O vencimento aplicável à categoria é o constante no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro.

6 — Os requisitos de admissão são:

6.1 — Requisitos gerais — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos vinculados à função pública que satisfaçam os seguintes requisitos gerais, fixados no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto:

- a) Ter nacionalidade portuguesa;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- e) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória;
- f) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico.

6.2 — Requisitos especiais:

- a) Ser funcionário público independentemente do serviço ou organismo a que pertença;
- b) Possuir com um mínimo de três anos na categoria anterior classificação de *Bom*.

7 — O método de selecção prevê:

- a) Provas de conhecimentos específicos, nos termos previstos no despacho do Secretário de Estado da Administração Pública publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 14 de Março de 1997.

Programa de provas de conhecimentos específicos

Ministério da Saúde

1 — Lei de Bases da Saúde e Estatuto do Serviço Nacional de Saúde:

- 1.1 — Princípios gerais.
- 2 — Caracterização do sistema de saúde português.
- 3 — Regulamento das administrações regionais de saúde.

Regime jurídico

1 — Concursos de recrutamento:

- Métodos de selecção;
- Factores de ponderação;
- Critérios de avaliação.

- 1.1 — Noção e âmbito da discricionariedade técnica dos júris.
- 2 — Instrumentos e formas de mobilidade.
- 3 — Cessação da relação jurídica de emprego.
- 4 — Estatuto remuneratório (aplicação do novo sistema retributivo) e prestações sociais.

- 5 — Do procedimento administrativo:
- 5.1 — Funcionamento dos órgãos colegiais;
- 5.2 — Garantias de imparcialidade da Administração;
- 5.3 — Marcha do procedimento.
- 6 — Poder disciplinar — penas e respectivos efeitos.

Contabilidade

- 1 — Despesas públicas — realização, autorização e tipificação.
- 2 — Regime financeiro dos serviços e organismos da administração pública.
- 3 — A normalização contabilística, o POC e o POCSS.

Estatística

- 1 — Forma de apresentação de dados estatísticos:
- 1.1 — Quadros;
- 1.2 — Gráficos.
- 2 — Caracterização do meio através dos indicadores estatísticos para a saúde.
- 3 — Indicadores de actividade assistencial.

Arquivos administrativos e clínicos

- 1 — Normalização da documentação administrativa.
- 2 — Conservação, reprodução e inutilização documental administrativa e clínica — métodos, meios e regulamentação.

Aprovisionamento

- 1 — Regime jurídico das aquisições:
- 1.1 — Regime das despesas:
- 1.1.1 — Entidades competentes para autorizar despesas.
- 1.2 — Contratos escritos:
- 1.2.1 — Minutas;
- 1.2.2 — Cláusulas contratuais;
- 1.3 — Aquisição de bens e serviços:
- 1.3.1 — Tipo de procedimentos;
- 1.3.2 — Escolha do tipo de procedimento:
- 1.3.2.1 — Concursos;
- 1.3.2.2 — Negociação;
- 1.3.2.3 — Ajuste directo.
- 1.4 — Concurso público:
- 1.4.1 — Abertura;
- 1.4.2 — Programa e caderno de encargos;
- 1.4.3 — Proposta:
- 1.4.3.1 — Prazo de entrega;
- 1.4.3.2 — Documentos.
- 1.4.4 — Acto público;
- 1.4.5 — Comissão de análise;
- 1.4.6 — Audiência prévia;
- 1.4.7 — Adjudicação;
- 1.4.8 — Caução.
- 1.5 — Concurso limitado por prévia qualificação.
- 1.6 — Concurso limitado sem apresentação de candidaturas.
- 1.7 — Negociação:
- 1.7.1 — Com publicação prévia de anúncio;
- 1.7.2 — Sem publicação prévia de anúncio.
- 1.8 — Ajuste directo.
- 2 — Documentos base de um serviço de aquisições:
- 2.1 — Requisição de compra (pedido de compra);
- 2.2 — Ficha de artigo;
- 2.3 — Ficha de fornecedor;
- 2.4 — Nota de encomenda;

- 2.5 — Documentação técnica.
- 3 — O armazém:
- 3.1 — Gestão administrativa dos *stocks*:
- 3.1.1 — Nomenclatura;
- 3.1.2 — Classificação;
- 3.1.3 — Registo de movimentos:
- 3.1.3.1 — Ficha de *stocks*.
- 3.2 — Gestão material dos *stocks*:
- 3.2.1 — Armazéns: definição;
- 3.2.2 — Métodos de arrumação e de referenciação.
- 3.3 — Gestão económica dos *stocks*:
- 3.3.1 — Noção de *stock* e seus tipos;
- 3.3.2 — Análise ABC;
- 3.3.3 — Quantidade económica de encomenda.
- 4 — Métodos de distribuição de materiais.
- 5 — Inventário.

Em cumprimento do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, referenciam-se os textos de apoio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional do Departamento e RHS sobre:

Orgânica administrativa;
Regime Jurídico da Função Pública;
Contabilidade;
Estatística;
Espediente e arquivo.

Serão também consideradas no método de selecção:

Avaliação curricular, na qual serão ponderadas a experiência profissional, a formação académica, a apreciação das restantes componentes do *curriculum* e a classificação de serviço igual ou superior a *Bom* dos últimos três anos;
Entrevista profissional de selecção.

7.1 — As provas de conhecimentos a que se refere a alínea *a*) do n.º 7 são eliminatórias de per si, desde que o candidato não obtenha classificação igual ou superior a 10 valores em cada uma delas, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores.

7.1.1 — As provas de conhecimentos revestirão a forma escrita, terão, cada uma, a duração de uma hora e trinta minutos e serão valorizadas numa escala de 0 a 20 valores.

7.1.2 — A nota final das duas provas de conhecimentos resultará da média aritmética, por aplicação da seguinte fórmula:

$$PC = \frac{MS + RJ + CONT + EST + AAC + AP}{6}$$

em que:

PC=prova de conhecimentos;
MS=Ministério da Saúde;
RJ=regime jurídico;
CONT=contabilidade;
EST=estatística;
AAC=arquivos administrativos e clínicos;
AP=aprovisionamento.

7.2 — A prova de avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências das funções a prover, de modo relativo, a experiência profissional, a formação profissional, a formação académica e a apreciação das restantes componentes curriculares e a classificação de serviço igual ou superior a *Bom* dos últimos três anos, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, por aplicação da seguinte fórmula, valorizada numa escala de 0 a 20 valores:

$$AC = \frac{EP + FP + FA + C \times (CS \times 3UA) : 3}{5}$$

em que:

EP=experiência profissional;
FP=formação profissional;
FA=formação académica;
C=apreciação das restantes componentes curriculares;
CS=classificação de serviço, que se constar em escala que não a de 0 a 20 valores será proporcionalmente reduzida a esta.

7.2.1 — Experiência profissional (*EP*) — na determinação do valor atribuído à formação profissional serão considerados os seguintes factores:

Até quatro anos de serviço na categoria de segundo-oficial — 18 valores;
De quatro a seis anos de serviço na categoria de segundo-oficial — 19 valores;

Mais de seis anos de serviço na categoria de segundo-oficial — 20 valores.

7.2.2 — Formação profissional (*FP*) — na determinação do valor atribuído à formação profissional serão considerados os seguintes factores:

Sem qualquer formação profissional — 14 valores;
Formação profissional relacionada com o conteúdo funcional dos lugares a prover:

Cursos até uma semana ou até 30 horas — + 1 valor;
Cursos até um mês ou até cento e vinte horas — + 2 valores;
Cursos superiores a um mês ou superiores a cento e vinte horas — + 3 valores.

Formação profissional não relacionada com o conteúdo funcional dos lugares a prover, mas com interesse para as funções a desempenhar:

Cursos até uma semana ou até trinta horas — 0,5 valores;
Cursos até um mês ou até cento e vinte horas — 1 valor;
Cursos superiores a um mês ou superiores a cento e vinte horas — 1,5 valores.

7.2.3 — Formação académica (*FA*) — na determinação do valor atribuído à formação académica serão considerados os seguintes factores:

9.º ano de escolaridade ou equivalente — 14 valores;
Por cada ano de escolaridade a mais — 1 valor até ao máximo de 20 valores.

7.2.4 — Apreciação das restantes componentes curriculares (*C*) — na determinação do valor atribuído às restantes componentes curriculares serão considerados os seguintes factores:

Sem outras componentes curriculares de relevo — 14 valores;
Desempenho de actividades e tarefas em prol da comunidade — 16 valores;
Desempenho de funções não remuneradas de cariz social — 18 valores.

7.3 — A prova de entrevista profissional de selecção (*E*), valorizada numa escala de 0 a 20 valores, visa apreciar a aptidão inter-relacional dos candidatos nas situações suscitadas com relevância para o conteúdo funcional dos lugares a prover, sendo considerados os seguintes factores, integrados na fórmula, como segue:

$$E = \frac{2AC + AS + 2AP}{5}$$

em que:

AC=aptidão comunicacional na expressão oral (média aritmética dos valores obtidos nos factores seguintes):

Clareza dos conceitos utilizados — 0 a 20 valores;
Organização lógica do discurso — 0 a 20 valores;
Fluência do discurso — 0 a 20 valores;
Adequação e rigor das informações — 0 a 20 valores;

AS=atitude social (média aritmética dos valores obtidos nos factores seguintes):

Segurança na situação interactiva — de 0 a 20 valores;
Ajustamento ao papel — de 0 a 20 valores;
Sociabilidade — de 0 a 20 valores;

AP=atitude profissional (média aritmética dos valores obtidos nos factores seguintes):

Iniciativa na resolução de situações inesperadas ou problemáticas — 0 a 20 valores;
Sensibilidade para a necessidade de auto-aperfeiçoamento — 0 a 20 valores.

7.4 — A classificação final (*CF*) resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC + AC + E}{3}$$

em que:

PC=classificação final das provas de conhecimentos;
AC=classificação final das provas de avaliação curricular;
E=classificação final da prova de entrevista.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em papel de formato A4, dirigido ao administrador da área de recursos humanos e entregue na Secção de Pessoal durante o

horário de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, o qual se considera dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

8.2 — Do requerimento deverão constar, sob pena de exclusão, os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número, arquivo e data de validade do bilhete de identidade, situação militar, residência, código postal e telefone, se o houver);
- b) Lugar a que se candidata;
- c) Habilitações literárias e menção, se for caso disso, de estar habilitado com concurso de habilitação;
- d) Morada para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;
- e) Identificação do concurso, com referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado;
- f) Indicação dos documentos que acompanham o requerimento;
- g) Os candidatos poderão ainda juntar quaisquer outros documentos que julgem relevantes para apreciação do seu mérito ou que constituam motivo de preferência legal.

8.3 — Os requerimentos devem ser acompanhados, sob pena de exclusão, de três exemplares do *curriculum vitae* e dos seguintes documentos, devidamente autenticados:

- a) Habilitações literárias;
- b) Declaração, emitida pelo serviço de origem, da qual constem a categoria, natureza do vínculo e tempo de serviço.

8.4 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da documentação que comprove os requisitos referidos no n.º 7 deste aviso, podendo, no entanto, ser substituídos por declaração no requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, acerca da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

8.5 — O júri poderá exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações.

8.6 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Dr.ª Maria Conceição Chagas Saúde, administradora delegada.

Vogais efectivos:

José Carlos Diniz Casimiro, administrador hospitalar.

Dr.ª Elsa Maria Marcelo Bernardo, administrador hospitalar.

Vogais suplentes:

Dr. José António Amaro Cabrita, técnico superior.

Fernanda Maria Lima da Silva Fernandes, chefe de secção do Serviço de Pessoal.

9.1 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

14 de Agosto de 1997. — O Administrador Hospitalar, *José Carlos Diniz Casimiro*.

Hospital de Júlio de Matos

Aviso n.º 6051/97 (2.ª série). — Para os devidos efeitos se publica que, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, se encontra afixada no átrio do edifício principal deste Hospital a lista de classificação final, homologada por despacho de 20 de Agosto de 1997 do conselho de administração, relativa ao concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de operador de sistemas de 2.ª classe da carreira de pessoal de informática do quadro deste Hospital, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 17 de Abril de 1997.

22 de Agosto de 1997. — A Presidente do Conselho de Administração, *Delfina Bandeira*.

Hospital de São Bernardo — Setúbal

Aviso n.º 6052/97 (2.ª série). — *Lista de classificação final.* — Nos termos do n.º 33.º da secção VII do Regulamento dos Concursos de Provimento de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, a seguir se indica a lista de classificação final dos candidatos ao concurso de provimento para preenchimento de uma vaga de assistente hospitalar de medicina física e reabilitação, aberto por aviso publicado

no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 302, de 31 de Dezembro de 1996 (14.º suplemento), homologada por despacho do conselho de administração de 20 de Agosto de 1997:

Lista de classificação final

	Valores
Dr. Hélder Mestre Guerreiro	16,8
Dr.ª Ana Catarina de Almeida Dias Caldeira Miguens e Diogo	16,4
Dr.ª Elsa Maria Caçador Marques Couto	16,4
Dr.ª Maria Luísa Santana Carlos Pacheco de Medeiros	15,8
Dr.ª Maria José Lopes Marques	14,4

O direito de recurso exerce-se nos termos do n.º 34.º da secção VII do supracitado Regulamento.

21 de Agosto de 1997. — A Administradora-Delegada, *Maria Alice Capucho*.

Rectificação n.º 915/97. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 5173/97 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1997, a p. 10 118, rectifica-se que onde se lê «24 lugares de assistente de medicina interna» deve ler-se «4 lugares de assistente de medicina interna».

21 de Agosto de 1997. — A Administradora-Delegada, *Maria Alice Capucho*.

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Aviso n.º 6053/97 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Julho de 1997, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo o Hospital de Sant'Ana, Parede, a adquirir directamente aos produtores, grossistas e importadores medicamentos contendo estupefacientes e psicotrópicos para uso exclusivo dos doentes internados naquele Hospital.

19 de Agosto de 1997. — O Vogal do Conselho de Administração, *Rui Santos Ivo*.

Aviso n.º 6054/97 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Julho de 1997, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a firma Botelho & Rodrigues, L.ª, a comercializar por grosso medicamentos contendo estupefacientes e psicotrópicos no seu armazém sito na Rua de Manuel Pinto de Azevedo, 12 e 14, 4100 Porto.

19 de Agosto de 1997. — O Vogal do Conselho de Administração, *Rui Santos Ivo*.

Aviso n.º 6055/97 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Julho de 1997, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a RATIOPHARM — Comércio e Indústria de Produtos Farmacêuticos, L.ª, a comercializar por grosso, importar e exportar medicamentos contendo estupefacientes e psicotrópicos no seu armazém sito na Rua de Oliveira Martins, 2, A/B, Casal de São Brás, 2700 Amadora.

19 de Agosto de 1997. — O Vogal do Conselho de Administração, *Rui Santos Ivo*.

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Centro Regional de Segurança Social da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 6056/97 (2.ª série). — Nos termos do artigo 69.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 59.º, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, notifica-se José Manuel Torres Pires, cozinheiro do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social da Região de Lisboa e Vale do Tejo, de que, por despacho de 7 de Julho de 1997 do Secretário de Estado da Segurança Social, lhe foi aplicada a pena de aposentação compulsiva, prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 26.º do referido Estatuto Disciplinar.

A referida pena produz efeitos 15 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, conforme previsto no n.º 1 do artigo 70.º do mesmo Estatuto Disciplinar.

20 de Agosto de 1997. — Pela Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Maria Madalena Caldeira*.

Despacho n.º 7194/97 (2.ª série). — Por despacho do vogal do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social da Região de Lisboa e Vale do Tejo de 14 de Julho de 1997:

Autorizada a admissão de Leonilde Prazeres Ferreira, em regime de contrato de prestação de serviços, pelo período de três meses, renovável automaticamente por iguais períodos, para o exercício de funções de ajudante familiar na Mansão de Santa Maria de Marvila.

19 de Agosto de 1997. — Pelo Conselho Directivo, *Maria Madalena Caldeira*.

Centro Regional de Segurança Social da Região do Norte

Serviço Sub-Regional de Braga

Despacho n.º 7195/97 (2.ª série). — No uso dos poderes que me foram concedidos pela delegação e subdelegação de competências do director do Serviço Sub-Regional de Braga do Centro Regional de Segurança Social da Região do Norte, conforme despacho de 25 de Março de 1997, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 17 de Abril de 1997, subdelego:

1 — Na chefe de repartição de Identificação, Maria José Castro Felgueiras Alves, competência para:

1.1 — Proceder à inscrição de beneficiários e contribuintes e determinar o estatuto contributivo de uns e outros;

1.2 — Autorizar a passagem de certidões e declarações respeitantes a beneficiários;

1.3 — Decidir sobre o enquadramento dos trabalhadores por conta de outrem no regime dos trabalhadores independentes, bem como sobre a isenção e a cessação de pagamento de contribuições;

1.4 — Decidir sobre a alteração do esquema de prestações dos trabalhadores independentes e sobre a mudança de escala da remuneração convencional;

1.5 — Autorizar a passagem de certidões e declarações relativas à não inscrição de pessoas singulares ou colectivas como contribuintes;

1.6 — Decidir sobre as situações de dispensa temporária do pagamento de contribuições previstas no Decreto-Lei n.º 89/95, de 6 de Maio (jovens à procura de primeiro emprego e desempregados de longa duração);

1.7 — Decidir sobre as situações de redução da taxa contributiva previstas no Decreto-Lei n.º 299/96, de 19 de Setembro (contratação por tempo indeterminado de trabalhadores deficientes), e sobre pedidos de redução da taxa nas situações previstas no Decreto-Lei n.º 140-D/86, de 14 de Junho, e demais legislação complementar;

1.8 — Proceder à audição de testemunhas nos termos previstos no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 17/90, de 27 de Novembro (comprovação do exercício de actividade para efeitos de aceitação do pagamento retroactivo de contribuições);

1.9 — Decidir sobre a admissibilidade de outros meios de prova, previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 380/89, de 27 de Outubro;

1.10 — Autorizar o pagamento retroactivo de contribuições;

1.11 — Autorizar a validação de períodos contributivos por actividades exercidas nas ex-colónias;

1.12 — Decidir sobre os pedidos apresentados ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 40/89, de 2 de Fevereiro (seguro social voluntário);

1.13 — Autorizar a validação de períodos de prestação do serviço militar;

1.14 — Assinar correspondência de rotina sobre assuntos da sua área de competência.

2 — Na chefe de repartição de Registo de Remunerações, Maria da Conceição Lima da Silva Gonçalves Pereira, competência para:

2.1 — Proceder ao registo dos tempos de trabalho e das remunerações;

2.2 — Autorizar o registo de remunerações por equivalência (situação de serviço militar e outras previstas na lei);

2.3 — Autorizar que, nos termos da legislação aplicável, sejam alteradas as bases de incidência de contribuições e as taxas contributivas, no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem;

2.4 — Decidir sobre a redução da remuneração convencional dos trabalhadores independentes que após o enquadramento aufram, em determinado ano civil, rendimento ilíquido inferior a 12 vezes o valor da remuneração mínima mensal;

2.5 — Despachar os processos nas situações de sobreposição dos salários ou destes com equivalências;

2.6 — Autorizar a anulação de mapas de reposição, quando elaborados indevidamente;

2.7 — Decidir sobre processos de pagamento retroactivo de contribuições não prescritas;

2.8 — Decidir sobre a cessação da dispensa temporária de pagamento de contribuições por parte da entidade patronal;

2.9 — Assinar correspondência de rotina sobre assuntos da sua área de competência.

3 — No chefe de repartição de Atribuições de Prestações Familiares e Benefícios Diferidos, António Anjos Valente, competência para:

3.1 — Decidir sobre os processos de atribuição de prestações familiares e de benefícios diferidos (incluindo a atribuição de compensação de despesas de funeral);

3.2 — Decidir sobre os processos de atribuição de pensão social;

3.3 — Decidir sobre a anulação de notas para reposição, quando tenham sido indevidamente emitidas;

3.4 — Despachar os pedidos de restituição de prestações, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 133/88, de 20 de Abril;

3.5 — Assinar correspondência de rotina.

A presente subdelegação de poderes é de aplicação imediata, considerando-se expressamente ratificados os actos que se mostrem conformes, praticados pelos delegatários a partir de 2 de Maio último.

15 de Julho de 1997. — O Director de Serviços de Regimes, *Carlos Batalhão*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Instituto da Água

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Acordo n.º 78/97. — *Contrato-programa entre o Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e a Câmara Municipal de Aljustrel — contrato-programa de cooperação técnica e financeira.* — Aos 18 dias do mês de Julho de 1997, de acordo com o Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, é celebrado entre o Ministério do Ambiente, representado pelo presidente do Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, representada pelo seu director regional, e a Câmara Municipal de Aljustrel, representada pelo seu presidente, um contrato-programa de cooperação técnica e financeira que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato-programa

1 — Constitui objecto do presente contrato a concretização do acordo de cooperação técnica e financeira entre as partes contratantes para a realização de acções de investimento no âmbito da execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Aljustrel.

2 — O investimento a realizar integra as seguintes componentes: ETAR de Aljustrel.

3 — A Câmara Municipal de Aljustrel será o dono da obra.

Cláusula 2.ª

Período de vigência do contrato-programa

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes contratantes, o período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 1998.

Cláusula 3.ª

Instrumentos financeiros

1 — Compete ao Ministério do Ambiente, através do Instituto da Água, adiante designado por INAG, prestar apoio financeiro até ao limite de 17 898 contos, a atribuir à obra referida no n.º 2 da cláusula 1.ª de acordo com o quadro n.º 1 anexo, representando cerca de 12,5 % do custo total estimado.

Durante o período de vigência deste contrato, desde que obtido o acordo do INAG, poderão ser alteradas as datas de início e de conclusão das obras que constituem as componentes do investimento. Em qualquer caso será sempre respeitado o limite correspondente à participação financeira do INAG.

2 — São da responsabilidade da Câmara Municipal de Aljustrel todas as despesas emergentes das expropriações necessárias à realização das obras que constam do n.º 2 da cláusula 1.ª

Cláusula 4.^a**Direitos e obrigações das partes contraentes**

No âmbito do presente contrato:

1 — Compete ao INAG:

- a) Apresentar à aprovação superior a programação material e financeira do investimento envolvido;
- b) Emitir parecer vinculativo sobre estudos e projectos de execução referentes às obras abrangidas pelo contrato-programa, com base na apreciação técnica efectuada pela DRARN Alentejo ou pelo INAG;
- c) Verificar, por parte do Estado, as condições de execução do projecto aprovado e elaborar relatórios periódicos que descrevam a sua situação física e financeira;
- d) Mediante a apresentação de documentos de despesa ou de autos de medição dos trabalhos executados nas obras em curso, previamente visados pelo coordenador do contrato-programa, o INAG liquidará à Câmara Municipal de Aljustrel a percentagem estabelecida no n.º 1 da cláusula anterior, até ao limite que for da sua responsabilidade. Consideram-se igualmente válidos para efeitos de pagamento os documentos de despesa e autos de medição correspondentes a trabalhos do mesmo contrato-programa já em curso antes da data da assinatura deste.

2 — Compete à Câmara Municipal de Aljustrel, na sua qualidade de dono da obra:

- a) Promover a abertura de concurso para a adjudicação das obras;
- b) Exercer os poderes e assumir as responsabilidades inerentes à sua qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão dentro do prazo previsto das acções e investimentos que integram o projecto;
- c) Submeter à DRARN Alentejo, para análise e parecer, a programação material e financeira dos trabalhos, assim como de todas as alterações que serão posteriormente submetidas à aprovação do INAG;
- d) Fiscalizar a execução das obras directa ou conjuntamente com a comissão de acompanhamento referida na cláusula 7.^a deste contrato-programa;
- e) Fazer mensalmente os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao respectivo pagamento, contribuindo com a proporção que, nos termos do presente contrato, for da sua responsabilidade;
- f) Não proceder à adjudicação de novas obras, incluídas no âmbito do presente contrato-programa, sem que antes seja formalizada a aprovação do INAG;
- g) Dar imediato conhecimento à DRARN Alentejo de situações técnicas ou financeiras que afectem o normal desenvolvimento do contrato-programa, podendo comprometer o cumprimento do prazo estabelecido no plano de trabalhos aprovado;
- h) Submeter obrigatoriamente à DRARN Alentejo, para análise e parecer, todos os estudos, projectos e alterações, a qual os submeterá posteriormente à consideração do INAG;
- i) Proceder à recepção das obras;
- j) Assegurar a gestão do sistema de recursos hídricos resultante das obras que são objecto deste contrato-programa, bem como garantir uma adequada manutenção e exploração desse sistema após a conclusão das obras que a constituem.

3 — Compete à Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo:

- a) A apreciação e aprovação dos projectos;
- b) O acompanhamento da execução física e financeira da obra, incluindo a conferência dos autos de medição;
- c) Participar nas comissões de adjudicação das obras.

Cláusula 5.^a**Apoio técnico e formação**

O Ministério do Ambiente prestará apoio técnico à Câmara Municipal de Aljustrel, por intermédio da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, e assegurará, por intermédio do INAG, a realização de acções de formação para operadores de estações de tratamento de águas residuais.

Cláusula 6.^a**Tarifário**

1 — A Câmara Municipal de Aljustrel compromete-se a cumprir as condições de descarga e de autocontrolo expressas na licença n.º 26/97-DSA/DUDH, emitida pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e desde já aceita que as tarifas

a fixar venham permitir a cobertura dos encargos previsionais de administração e exploração, acrescidos do montante necessário à reintegration do investimento.

2 — A Câmara Municipal de Aljustrel informará anualmente o INAG da estrutura tarifária para cada ano, bem como os respectivos fundamentos económicos.

Cláusula 7.^a**Comissão de acompanhamento**

A comissão de acompanhamento da execução deste contrato-programa será constituída por um representante das seguintes entidades:

Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, em representação do INAG, que será o coordenador da comissão de acompanhamento e do contrato-programa;
Câmara Municipal de Aljustrel;
Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

e terá como funções, designadamente:

- a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do contrato-programa até à conclusão das obras, assegurando a programação actualizada dos investimentos envolvidos;
- b) Acompanhar a execução das obras;
- c) Elaborar relatórios de periodicidade semestral sobre a execução do contrato-programa, tendo em especial atenção a execução física e financeira. Dever-se-ão analisar os desvios em relação à programação inicial, suas causas e medidas a adoptar para a sua correcção.

Cláusula 8.^a**Dotação orçamental**

A verba a despender pela administração central será inscrita no orçamento do INAG, que assegurará a participação financeira do Estado na execução do projecto de investimento objecto do presente contrato-programa.

Cláusula 9.^a**Custos técnicos e administrativos**

Para suportar parcialmente os custos inerentes às actividades do INAG e da DRARN Alentejo relativamente ao apoio e orientação administrativa e técnica das obras previstas neste contrato-programa é cobrada uma taxa de 2 % sobre a participação financeira do INAG, taxa essa que será repartida equitativamente entre o INAG e a DRARN Alentejo.

Cláusula 10.^a**Penalidades**

O incumprimento do disposto na alínea j) do n.º 2 da cláusula 4.^a e na cláusula 6.^a constituirá razão fundamentada para que, num prazo de 10 anos contados a partir da data de assinatura do presente documento, o INAG não proceda a qualquer participação financeira por seu intermédio ou por delegação de outras entidades em investimentos de natureza dos considerados neste documento e que envolvam a Câmara Municipal de Aljustrel.

Cláusula 11.^a**Publicidade do financiamento e apoio técnico**

1 — O dono da obra obriga-se a colocar no local dos trabalhos placa onde conste a inscrição de que a autarquia é co-financiada pelo Ministério do Ambiente, através do INAG. Caso exista placa alusiva ao financiamento por fundos comunitários ou outros, nela poderá ser indicado também o financiamento por parte do INAG.

2 — Se for afixada no local da obra placa que informe as entidades intervenientes na construção, nela deverá constar também o INAG.

Cláusula 12.^a**Revisão do contrato-programa**

O presente contrato poderá ser revisto se ocorrerem alterações, anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinaram o seu clausulado.

Cláusula 13.^a**Resolução do contrato-programa**

O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato-programa poderá dar origem à sua resolução.

Cláusula 14.^a**Omissões**

Em tudo o que for omissão no presente contrato-programa observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e demais legislação aplicada.

14 de Julho de 1997. — Pelo Presidente do Instituto da Água, (*Assinatura ilegível.*) — O Director Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, (*Assinatura ilegível.*) — O Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel, (*Assinatura ilegível.*)

ANEXO

QUADRO N.º 1

Cronograma do investimento

(Valores em contos)

Componentes	Anos		Total
	1997	1998	
a) ETAR de Aljustrel	71 592	71 593	143 185

QUADRO N.º 2

Fontes de financiamento

(Valores em contos)

Fontes	Anos		Total
	1997	1998	
OE — INAG	8 949	8 949	17 898
Câmara Municipal de Aljustrel:			
INTERREG II	53 694	53 695	107 389
Recursos próprios	8 949	8 949	17 898
Total	71 592	71 593	143 185

Acordo n.º 79/97. — *Contrato-programa entre o Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e a Câmara Municipal de Campo Maior — contrato-programa de cooperação técnica e financeira.* — Aos 17 dias do mês de Julho de 1997, de acordo com o Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, é celebrado entre o Ministério do Ambiente, representado pelo presidente do Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, representada pelo seu director regional, e a Câmara Municipal de Campo Maior, representada pelo seu presidente, um contrato-programa de cooperação técnica e financeira que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a**Objecto do contrato-programa**

1 — Constitui objecto do presente contrato a concretização do acordo de cooperação técnica e financeira entre as partes contratantes para a realização de acções de investimento no âmbito da execução das estações de tratamento de águas residuais A e B, respectivamente na bacia oeste e bacia este da vila de Campo Maior.

2 — O investimento a realizar integra as seguintes componentes: ETAR A e ETAR B.

3 — A Câmara Municipal de Campo Maior será o dono da obra.

Cláusula 2.^a**Período de vigência do contrato-programa**

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes contraentes, o período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 1997.

Cláusula 3.^a**Instrumentos financeiros**

1 — Compete ao Ministério do Ambiente, através do Instituto da Água, adiante designado por INAG, prestar apoio financeiro até ao limite de 18 235 706\$, a atribuir à obra referida no n.º 2 da cláusula 1.^a

de acordo com o quadro n.º 1 anexo, representando cerca de 12,5 % do custo total estimado.

Durante o período de vigência deste contrato, desde que obtido o acordo do INAG, poderão ser alteradas as datas de início e conclusão das obras que constituem as componentes do investimento. Em qualquer caso será sempre respeitado o limite correspondente à participação financeira do INAG.

2 — São da responsabilidade da Câmara Municipal de Campo Maior todas as despesas emergentes das expropriações necessárias à realização das obras que constam do n.º 2 da cláusula 1.^a

Cláusula 4.^a**Direitos e obrigações das partes contraentes**

No âmbito do presente contrato:

1 — Compete ao INAG:

- Apresentar à aprovação superior a programação material e financeira do investimento envolvido;
- Emitir parecer vinculativo sobre estudos e projectos de execução referentes às obras abrangidas pelo contrato-programa, com base na apreciação técnica efectuada pela DRARN Alentejo ou pelo INAG;
- Verificar, por parte do Estado, as condições de execução do projecto aprovado e elaborar relatórios periódicos que descrevam a sua situação física e financeira;
- Mediante a apresentação de documentos de despesa ou de autos de medição dos trabalhos executados nas obras em curso, previamente visados pelo coordenador do contrato-programa, o INAG liquidará à Câmara Municipal de Campo Maior a percentagem estabelecida no n.º 1 da cláusula anterior, até ao limite que for da sua responsabilidade. Consideram-se igualmente válidos para efeitos de pagamento os documentos de despesa e autos de medição correspondentes a trabalhos do mesmo contrato-programa já em curso antes da data da assinatura deste.

2 — Compete à Câmara Municipal de Campo Maior, na sua qualidade de dono da obra:

- Promover a abertura de concurso para a adjudicação das obras;
- Exercer os poderes e assumir as responsabilidades inerentes à sua qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão dentro do prazo previsto das acções e investimentos que integram o projecto;
- Submeter à DRARN Alentejo, para análise e parecer, a programação material e financeira dos trabalhos, assim como de todas as alterações que serão posteriormente submetidas à aprovação do INAG;
- Fiscalizar a execução das obras directa ou conjuntamente com a comissão de acompanhamento referida na cláusula 7.^a deste contrato-programa;
- Fazer mensalmente os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao respectivo pagamento, contribuindo com a proporção que, nos termos do presente contrato, for da sua responsabilidade;
- Não proceder à adjudicação de novas obras, incluídas no âmbito do presente contrato-programa, sem que antes seja formalizada a aprovação do INAG;
- Dar imediato conhecimento à DRARN Alentejo de situações técnicas ou financeiras que afectem o normal desenvolvimento do contrato-programa, podendo comprometer o cumprimento do prazo estabelecido no plano de trabalhos aprovado;
- Submeter obrigatoriamente à DRARN Alentejo, para análise e parecer, todos os estudos, projectos e alterações, a qual os submeterá posteriormente à consideração do INAG;
- Proceder à recepção das obras;
- Assegurar a gestão do sistema de recursos hídricos resultante das obras que são objecto deste contrato-programa, bem como garantir uma adequada manutenção e exploração desse sistema após a conclusão das obras que a constituem.

3 — Compete à Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo:

- A apreciação e aprovação dos projectos;
- O acompanhamento da execução física e financeira da obra, incluindo a conferência dos autos de medição;
- Participar nas comissões de adjudicação das obras.

Cláusula 5.^a**Apoio técnico e formação**

O Ministério do Ambiente prestará apoio técnico à Câmara Municipal de Campo Maior, por intermédio da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, e assegurará, por intermédio do INAG, a realização de acções de formação para operadores de estações de tratamento de águas residuais.

Cláusula 6.^a**Tarifário**

1 — A Câmara Municipal de Campo Maior compromete-se a cumprir as condições de descarga e de autocontrolo expressas nas licenças n.ºs 48/95-DSA/DAA e 49/95-DSA/DAA, emitidas pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e desde já aceita que as tarifas a fixar venham permitir a cobertura dos encargos previsionais de administração e exploração, acrescidos do montante necessário à reintegração do investimento.

2 — A Câmara Municipal de Campo Maior informará anualmente o INAG da estrutura tarifária para cada ano, bem como os respectivos fundamentos económicos.

Cláusula 7.^a**Comissão de acompanhamento**

A comissão de acompanhamento da execução deste contrato-programa será constituída por um representante das seguintes entidades:

Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, em representação do INAG, que será o coordenador da comissão de acompanhamento e do contrato-programa;
Câmara Municipal de Campo Maior;
Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

e terá como funções, designadamente:

- Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do contrato-programa até à conclusão das obras, assegurando a programação actualizada dos investimentos envolvidos;
- Acompanhar a execução das obras;
- Elaborar relatórios de periodicidade semestral sobre a execução do contrato-programa, tendo em especial atenção a execução física e financeira. Dever-se-ão analisar os desvios em relação à programação inicial, suas causas e medidas a adoptar para a sua correcção.

Cláusula 8.^a**Dotação orçamental**

A verba a despendar pela administração central será inscrita no orçamento do INAG, que assegurará a participação financeira do Estado na execução do projecto de investimento objecto do presente contrato-programa.

Cláusula 9.^a**Custos técnicos e administrativos**

Para suportar parcialmente os custos inerentes às actividades do INAG e da DRARN Alentejo relativamente ao apoio e orientação administrativa e técnica das obras previstas neste contrato-programa é cobrada uma taxa de 2 % sobre a participação financeira do INAG, taxa essa que será repartida equitativamente entre o INAG e a DRARN Alentejo.

Cláusula 10.^a**Penalidades**

O incumprimento do disposto na alínea j) do n.º 2 da cláusula 4.^a e na cláusula 6.^a constituirá razão fundamentada para que, num prazo de 10 anos contados a partir da data de assinatura do presente documento, o INAG não proceda a qualquer participação financeira por seu intermédio ou por delegação de outras entidades em investimentos de natureza dos considerados neste documento e que envolvam a Câmara Municipal de Campo Maior.

Cláusula 11.^a**Publicidade do financiamento e apoio técnico**

1 — O dono da obra obriga-se a colocar no local dos trabalhos placa onde conste a inscrição de que a autarquia é co-financiada pelo Ministério do Ambiente, através do INAG. Caso exista placa alusiva ao financiamento por fundos comunitários ou outros, nela poderá ser indicado também o financiamento por parte do INAG.

2 — Se for afixada no local da obra placa que informe as entidades intervenientes na construção, nela deverá constar também o INAG.

Cláusula 12.^a**Revisão do contrato-programa**

O presente contrato poderá ser revisto se ocorrerem alterações, anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinaram o seu clausulado.

Cláusula 13.^a**Resolução do contrato-programa**

O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato-programa poderá dar origem à sua resolução.

Cláusula 14.^a**Omissões**

Em tudo o que for omissão no presente contrato-programa observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e demais legislação aplicada.

14 de Julho de 1997. — Pelo Presidente do Instituto da Água, (*Assinatura ilegível.*) — O Director Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, (*Assinatura ilegível.*) — O Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior, (*Assinatura ilegível.*)

ANEXO

QUADRO N.º 1

Cronograma do investimento

(Valores em escudos)

Componentes	1997	Total
a) Obras de construção civil das ETAR de Campo Maior	145 886 649	145 886 649

QUADRO N.º 2

Fontes de financiamento

(Valores em escudos)

Fontes	1997	Total
OE — INAG	18 235 706	18 235 706
Câmara Municipal de Campo Maior:		
PORA	96 678 750	96 678 750
Recursos próprios	30 971 193	30 971 193
Total	145 885 649	145 885 649

Acordo n.º 80/97. — *Contrato-programa entre o Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e a Câmara Municipal de Portalegre — contrato-programa de cooperação técnica e financeira.* — Aos 17 dias do mês de Julho de 1997, de acordo com o Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, é celebrado entre o Ministério do Ambiente, representado pelo presidente do Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, representada pelo seu director regional, e a Câmara Municipal de Portalegre, representada pelo seu presidente, um contrato-programa de cooperação técnica e financeira que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a**Objecto do contrato-programa**

1 — Constitui objecto do presente contrato a concretização do acordo de cooperação técnica e financeira entre as partes contratantes para a realização de acções de investimento no âmbito da execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Portalegre.

2 — O investimento a realizar integra as seguintes componentes: ETAR de Portalegre.

3 — A Câmara Municipal de Portalegre será o dono da obra.

Cláusula 2.^a**Período de vigência do contrato-programa**

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes contratantes, o período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 1999.

Cláusula 3.^a**Instrumentos financeiros**

1 — Compete ao Ministério do Ambiente, através do Instituto da Água, adiante designado por INAG, prestar apoio financeiro até ao limite de 93 750 contos, a atribuir à obra referida no n.º 2 da cláusula 1.^a de acordo com o quadro n.º 1 anexo, representando cerca de 12,5 % do custo total estimado.

Durante o período de vigência deste contrato, desde que obtido o acordo do INAG, poderão ser alteradas as datas de início e de conclusão das obras que constituem as componentes do investimento. Em qualquer caso será sempre respeitado o limite correspondente à participação financeira do INAG.

2 — São da responsabilidade da Câmara Municipal de Portalegre todas as despesas emergentes das expropriações necessárias à realização das obras que constam do n.º 2 da cláusula 1.^a

Cláusula 4.^a**Direitos e obrigações das partes contraentes**

No âmbito do presente contrato:

1 — Compete ao INAG:

- a) Apresentar à aprovação superior a programação material e financeira do investimento envolvido;
- b) Emitir parecer vinculativo sobre estudos e projectos de execução referentes às obras abrangidas pelo contrato-programa, com base na apreciação técnica efectuada pela DRARN Alentejo ou pelo INAG;
- c) Verificar, por parte do Estado, as condições de execução do projecto aprovado e elaborar relatórios periódicos que descrevam a sua situação física e financeira;
- d) Mediante a apresentação de documentos de despesa ou de autos de medição dos trabalhos executados nas obras em curso, previamente visados pelo coordenador do contrato-programa, o INAG liquidará à Câmara Municipal de Portalegre a percentagem estabelecida no n.º 1 da cláusula anterior, até ao limite que for da sua responsabilidade. Consideram-se igualmente válidos para efeitos de pagamento os documentos de despesa e autos de medição correspondentes a trabalhos do mesmo contrato-programa já em curso antes da data da assinatura deste.

2 — Compete à Câmara Municipal de Portalegre, na sua qualidade de dono da obra:

- a) Promover a abertura de concurso para a adjudicação das obras;
- b) Exercer os poderes e assumir as responsabilidades inerentes à sua qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão dentro do prazo previsto das acções e investimentos que integram o projecto;
- c) Submeter à DRARN Alentejo, para análise e parecer, a programação material e financeira dos trabalhos, assim como de todas as alterações que serão posteriormente submetidas à aprovação do INAG;
- d) Fiscalizar a execução das obras directa ou conjuntamente com a comissão de acompanhamento referida na cláusula 7.^a deste contrato-programa;
- e) Fazer mensalmente os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao respectivo pagamento, contribuindo com a proporção que, nos termos do presente contrato, for da sua responsabilidade;
- f) Não proceder à adjudicação de novas obras, incluídas no âmbito do presente contrato-programa, sem que antes seja formalizada a aprovação do INAG;
- g) Dar imediato conhecimento à DRARN Alentejo de situações técnicas ou financeiras que afectem o normal desenvolvimento do contrato-programa, podendo comprometer o cumprimento do prazo estabelecido no plano de trabalhos aprovado;
- h) Submeter obrigatoriamente à DRARN Alentejo, para análise e parecer, todos os estudos, projectos e alterações, a qual os submeterá posteriormente à consideração do INAG;
- i) Proceder à recepção das obras;
- j) Assegurar a gestão do sistema de recursos hídricos resultante das obras que são objecto deste contrato-programa, bem como garantir uma adequada manutenção e exploração desse sistema após a conclusão das obras que a constituem.

3 — Compete à Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo:

- a) A apreciação e a aprovação dos projectos;
- b) O acompanhamento da execução física e financeira da obra, incluindo a conferência dos autos de medição;
- c) Participar nas comissões de adjudicação das obras.

Cláusula 5.^a**Apoio técnico e formação**

O Ministério do Ambiente prestará apoio técnico à Câmara Municipal de Portalegre, por intermédio da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, e assegurará, por intermédio do INAG, a realização de acções de formação para operadores de estações de tratamento de águas residuais.

Cláusula 6.^a**Tarifário**

1 — A Câmara Municipal de Portalegre compromete-se a cumprir as condições de descarga e de autocontrolo que venham a ser expressas na licença de descarga de águas residuais a emitir pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e desde já aceita que as tarifas a fixar venham permitir a cobertura dos encargos previsionais de administração e exploração, acrescidos do montante necessário à reintegração do investimento.

2 — A Câmara Municipal de Portalegre informará anualmente o INAG da estrutura tarifária para cada ano, bem como os respectivos fundamentos económicos.

Cláusula 7.^a**Comissão de acompanhamento**

A comissão de acompanhamento da execução deste contrato-programa será constituída por um representante das seguintes entidades:

Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, em representação do INAG, que será o coordenador da comissão de acompanhamento e do contrato-programa;
Câmara Municipal de Portalegre;
Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

e terá como funções, designadamente:

- a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do contrato-programa até à conclusão das obras, assegurando a programação actualizada dos investimentos envolvidos;
- b) Acompanhar a execução das obras;
- c) Elaborar relatórios de periodicidade trimestral sobre a execução do contrato-programa, tendo em especial atenção a execução física e financeira. Dever-se-ão analisar os desvios em relação à programação inicial, suas causas e medidas a adoptar para a sua correcção.

Cláusula 8.^a**Dotação orçamental**

A verba a despender pela administração central será inscrita no orçamento do INAG, que assegurará a participação financeira do Estado na execução do projecto de investimento objecto do presente contrato-programa.

Cláusula 9.^a**Custos técnicos e administrativos**

Para suportar parcialmente os custos inerentes às actividades do INAG e da DRARN Alentejo relativamente ao apoio e orientação administrativa e técnica das obras previstas neste contrato-programa é cobrada uma taxa de 2 % sobre a participação financeira do INAG, taxa essa que será repartida equitativamente entre o INAG e a DRARN Alentejo.

Cláusula 10.^a**Penalidades**

O incumprimento do disposto na alínea j) do n.º 2 da cláusula 4.^a e na cláusula 6.^a constituirá razão fundamentada para que, num prazo de 10 anos contados a partir da data de assinatura do presente documento, o INAG não proceda a qualquer participação financeira por seu intermédio ou por delegação de outras entidades em investimentos de natureza dos considerados neste documento e que envolvam a Câmara Municipal de Portalegre.

Cláusula 11.^a**Publicidade do financiamento e apoio técnico**

1 — O dono da obra obriga-se a colocar no local dos trabalhos placa onde conste a inscrição de que a autarquia é co-financiada pelo Ministério do Ambiente, através do INAG. Caso exista placa alusiva ao financiamento por fundos comunitários ou outros, nela poderá ser indicado também o financiamento por parte do INAG.

2 — Se for afixada no local da obra placa que informe as entidades intervenientes na construção, nela deverá constar também o INAG.

Cláusula 12.^a**Revisão do contrato-programa**

O presente contrato poderá ser revisto se ocorrerem alterações, anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinaram o seu clausulado.

Cláusula 13.^a**Resolução do contrato-programa**

O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato-programa poderá dar origem à sua resolução.

Cláusula 14.^a**Omissões**

Em tudo o que for omissão no presente contrato-programa observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e demais legislação aplicada.

14 de Julho de 1997. — Pelo Presidente do Instituto da Água, (*Assinatura ilegível.*) — O Director Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, (*Assinatura ilegível.*) — O Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, (*Assinatura ilegível.*)

ANEXO

QUADRO N.º 1

Cronograma do investimento

(Valores em contos)

Componentes	Anos			Total
	1997	1998	1999	
a) ETAR de Portalegre ...	150 000	300 000	300 000	750 000

QUADRO N.º 2

Fontes de financiamento

(Valores em contos)

Fontes	Anos			Total
	1997	1998	1999	
OE — INAG	18 750	37 500	37 500	93 750
Câmara Municipal de Portalegre:				
PORA	112 500	225 000	225 000	562 500
Recursos próprios	18 750	37 500	37 500	93 750
Total	150 000	300 000	300 000	750 000

Acordo n.º 81/97. — *Contrato-programa entre o Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e a Câmara Municipal de Ponte de Sor — contrato-programa de cooperação técnica e financeira.* — Aos 17 dias do mês de Julho de 1997, de acordo com o Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, é celebrado entre o Ministério do Ambiente, representado pelo presidente do Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, representada pelo seu director regional, e a Câmara Municipal de Ponte de Sor, representada pelo seu presidente, um contrato-programa de cooperação técnica e financeira que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a**Objecto do contrato-programa**

1 — Constitui objecto do presente contrato a concretização do acordo de cooperação técnica e financeira entre as partes contratantes para a realização de acções de investimento no âmbito da recuperação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Ponte de Sor.

2 — O investimento a realizar integra as seguintes componentes:

Trabalhos de construção civil realizados por administração directa;

Aquisição, montagem e ou recuperação de equipamento (electromecânico e outro) dos diversos órgãos da ETAR, incluindo a aquisição de equipamento de controlo da qualidade da água.

3 — A Câmara Municipal de Ponte de Sor será o dono da obra.

Cláusula 2.^a**Período de vigência do contrato-programa**

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes contraentes, o período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 1997.

Cláusula 3.^a**Instrumentos financeiros**

1 — Compete ao Ministério do Ambiente, através do Instituto da Água, adiante designado por INAG, prestar apoio financeiro até ao limite de 4382 contos, a atribuir à obra referida no n.º 2 da cláusula 1.^a de acordo com o quadro n.º 1 anexo, representando cerca de 12,5 % do custo total estimado.

Durante o período de vigência deste contrato, desde que obtido o acordo do INAG, poderão ser alteradas as datas de início e de conclusão das obras que constituem as componentes do investimento. Em qualquer caso será sempre respeitado o limite correspondente à participação financeira do INAG.

2 — São da responsabilidade da Câmara Municipal de Ponte de Sor todas as despesas emergentes das expropriações necessárias à realização das obras que constam do n.º 2 da cláusula 1.^a

Cláusula 4.^a**Direitos e obrigações das partes contraentes**

No âmbito do presente contrato:

1 — Compete ao INAG:

- Apresentar à aprovação superior a programação material e financeira do investimento envolvido;
- Emitir parecer vinculativo sobre estudos e projectos de execução referentes às obras abrangidas pelo contrato-programa, com base na apreciação técnica efectuada pela DRARN Alentejo ou pelo INAG;
- Verificar, por parte do Estado, as condições de execução do projecto aprovado e elaborar relatórios periódicos que descrevam a sua situação física e financeira;
- Mediante a apresentação de documentos de despesa ou de autos de medição dos trabalhos executados nas obras em curso, previamente visados pelo coordenador do contrato-programa, o INAG liquidará à Câmara Municipal de Ponte de Sor a percentagem estabelecida no n.º 1 da cláusula anterior, até ao limite que for da sua responsabilidade. Consideram-se igualmente válidos para efeitos de pagamento os documentos de despesa e autos de medição correspondentes a trabalhos do mesmo contrato-programa já em curso antes da data da assinatura deste.

2 — Compete à Câmara Municipal de Ponte de Sor, na sua qualidade de dono da obra:

- Promover a abertura de concurso para a adjudicação das obras;
- Exercer os poderes e assumir as responsabilidades inerentes à sua qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão dentro do prazo previsto das acções e investimentos que integram o projecto;
- Submeter à DRARN Alentejo, para análise e parecer, a programação material e financeira dos trabalhos, assim como de todas as alterações que serão posteriormente submetidas à aprovação do INAG;
- Fiscalizar a execução das obras directa ou conjuntamente com a comissão de acompanhamento referida na cláusula 7.^a deste contrato-programa;
- Fazer mensalmente os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao respectivo pagamento, contribuindo com a proporção que, nos termos do presente contrato, for da sua responsabilidade;
- Não proceder à adjudicação de novas obras, incluídas no âmbito do presente contrato-programa, sem que antes seja formalizada a aprovação do INAG;
- Dar imediato conhecimento à DRARN Alentejo de situações técnicas ou financeiras que afectem o normal desenvolvimento do contrato-programa, podendo comprometer o cumprimento do prazo estabelecido no plano de trabalhos aprovado;
- Submeter obrigatoriamente à DRARN Alentejo, para análise e parecer, todos os estudos, projectos e alterações, a qual os submeterá posteriormente à consideração do INAG;
- Proceder à recepção das obras;
- Assegurar a gestão do sistema de recursos hídricos resultante das obras que são objecto deste contrato-programa, bem como

garantir uma adequada manutenção e exploração desse sistema após a conclusão das obras que a constituem.

3 — Compete à Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo:

- a) A apreciação e a aprovação dos projectos;
- b) O acompanhamento da execução física e financeira da obra, incluindo a conferência dos autos de medição;
- c) Participar nas comissões de adjudicação das obras.

Cláusula 5.^a

Apoio técnico e formação

O Ministério do Ambiente prestará apoio técnico à Câmara Municipal de Ponte de Sor, por intermédio da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, e assegurará, por intermédio do INAG, a realização de acções de formação para operadores de estações de tratamento de águas residuais.

Cláusula 6.^a

Tarifário

1 — A Câmara Municipal de Ponte de Sor compromete-se a cumprir as condições de descarga e de autocontrolo que venham a ser expressas na licença de descarga de águas residuais a emitir pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e desde já aceita que as tarifas a fixar venham permitir a cobertura dos encargos previsionais de administração e exploração, acrescidos do montante necessário à reintegração do investimento.

2 — A Câmara Municipal de Ponte de Sor informará anualmente o INAG da estrutura tarifária para cada ano, bem como os respectivos fundamentos económicos.

Cláusula 7.^a

Comissão de acompanhamento

A comissão de acompanhamento da execução deste contrato-programa será constituída por um representante das seguintes entidades:

Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, em representação do INAG, que será o coordenador da comissão de acompanhamento e do contrato-programa;
Câmara Municipal de Ponte de Sor;
Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

e terá como funções, designadamente:

- a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do contrato-programa até à conclusão das obras, assegurando a programação actualizada dos investimentos envolvidos;
- b) Acompanhar a execução das obras;
- c) Elaborar relatórios de periodicidade trimestral sobre a execução do contrato-programa, tendo em especial atenção a execução física e financeira. Dever-se-ão analisar os desvios em relação à programação inicial, suas causas e medidas a adoptar para a sua correcção.

Cláusula 8.^a

Dotação orçamental

A verba a despendar pela administração central será inscrita no orçamento do INAG, que assegurará a participação financeira do Estado na execução do projecto de investimento objecto do presente contrato-programa.

Cláusula 9.^a

Custos técnicos e administrativos

Para suportar parcialmente os custos inerentes às actividades do INAG e da DRARN Alentejo relativamente ao apoio e orientação administrativa e técnica das obras previstas neste contrato-programa é cobrada uma taxa de 2 % sobre a participação financeira do INAG, taxa essa que será repartida equitativamente entre o INAG e a DRARN Alentejo.

Cláusula 10.^a

Penalidades

O incumprimento do disposto na alínea j) do n.º 2 da cláusula 4.^a e na cláusula 6.^a constituirá razão fundamentada para que, num prazo de 10 anos contados a partir da data de assinatura do presente documento, o INAG não proceda a qualquer participação financeira por seu intermédio ou por delegação de outras entidades em investimentos de natureza dos considerados neste documento e que envolvam a Câmara Municipal de Ponte de Sor.

Cláusula 11.^a

Publicidade do financiamento e apoio técnico

1 — O dono da obra obriga-se a colocar no local dos trabalhos placa onde conste a inscrição de que a autarquia é co-financiada pelo Ministério do Ambiente, através do INAG. Caso exista placa alusiva ao financiamento por fundos comunitários ou outros, nela poderá ser indicado também o financiamento por parte do INAG.

2 — Se for afixada no local da obra placa que informe as entidades intervenientes na construção, nela deverá constar também o INAG.

Cláusula 12.^a

Revisão do contrato-programa

O presente contrato poderá ser revisto se ocorrerem alterações, anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinaram o seu clausulado.

Cláusula 13.^a

Resolução do contrato-programa

O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato-programa poderá dar origem à sua resolução.

Cláusula 14.^a

Omissões

Em tudo o que for omissio no presente contrato-programa observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e demais legislação aplicada.

14 de Julho de 1997. — Pelo Presidente do Instituto da Água, (*Assinatura ilegível.*) — O Director Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, (*Assinatura ilegível.*) — O Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, (*Assinatura ilegível.*)

ANEXO

QUADRO N.º 1

Cronograma do investimento

(Valores em contos)		
Componentes	1997	Total
Trabalhos de construção civil realizados por administração directa	21 749	21 749
Aquisição, montagem e ou recuperação de equipamento (electromecânico e outro), dos diversos órgãos da ETAR, incluindo a aquisição de equipamento de controlo da qualidade da água	13 304	13 304
<i>Total</i>	35 053	35 053

QUADRO N.º 2

Fontes de financiamento

(Valores em contos)		
Fontes	1997	Total
OE — INAG	4 382	4 382
Câmara Municipal de Ponte de Sor:		
FEDER municipal	26 289	26 289
Recursos próprios	4 382	4 382
<i>Total</i>	35 053	35 053

Acordo n.º 82/97. — *Contrato-programa entre o Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e a Câmara Municipal de Portel — contrato-programa de cooperação técnica e financeira.* — Aos 18 dias do mês de Julho de 1997, de acordo com o Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, é celebrado entre o Ministério do Ambiente, representado pelo presidente do Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, representada pelo seu director regional, e a Câmara Municipal de Portel, representada pelo seu presidente, um contrato-pro-

grama de cooperação técnica e financeira que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Objecto do contrato-programa

1 — Constitui objecto do presente contrato a concretização do acordo de cooperação técnica e financeira entre as partes contratantes para a realização de acções de investimento no âmbito da execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Portel.

2 — O investimento a realizar integra as seguintes componentes: ETAR de Portel.

3 — A Câmara Municipal de Portel será o dono da obra.

Cláusula 2.^a

Período de vigência do contrato-programa

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes contraentes, o período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 1999.

Cláusula 3.^a

Instrumentos financeiros

1 — Compete ao Ministério do Ambiente, através do Instituto da Água, adiante designado por INAG, prestar apoio financeiro até ao limite de 23 387 contos, a atribuir à obra referida no n.º 2 da cláusula 1.^a de acordo com o quadro n.º 1 anexo, representando cerca de 12,5 % do custo total estimado.

Durante o período de vigência deste contrato, desde que obtido o acordo do INAG, poderão ser alteradas as datas de início e de conclusão das obras que constituem as componentes do investimento. Em qualquer caso será sempre respeitado o limite correspondente à participação financeira do INAG.

2 — São da responsabilidade da Câmara Municipal de Portel todas as despesas emergentes das expropriações necessárias à realização das obras que constam do n.º 2 da cláusula 1.^a

Cláusula 4.^a

Direitos e obrigações das partes contraentes

No âmbito do presente contrato:

1 — Compete ao INAG:

- a) Apresentar à aprovação superior a programação material e financeira do investimento envolvido;
- b) Emitir parecer vinculativo sobre estudos e projectos de execução referentes às obras abrangidas pelo contrato-programa, com base na apreciação técnica efectuada pela DRARN Alentejo ou pelo INAG;
- c) Verificar, por parte do Estado, as condições de execução do projecto aprovado e elaborar relatórios periódicos que descrevam a sua situação física e financeira;
- d) Mediante a apresentação de documentos de despesa ou de autos de medição dos trabalhos executados nas obras em curso, previamente visados pelo coordenador do contrato-programa, o INAG liquidará à Câmara Municipal de Portel a percentagem estabelecida no n.º 1 da cláusula anterior, até ao limite que for da sua responsabilidade. Consideram-se igualmente válidos para efeitos de pagamento os documentos de despesa e autos de medição correspondentes a trabalhos do mesmo contrato-programa já em curso antes da data da assinatura deste.

2 — Compete à Câmara Municipal de Portel, na sua qualidade de dono da obra:

- a) Promover a abertura de concurso para a adjudicação das obras;
- b) Exercer os poderes e assumir as responsabilidades inerentes à sua qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão dentro do prazo previsto das acções e investimentos que integram o projecto;
- c) Submeter à DRARN Alentejo, para análise e parecer, a programação material e financeira dos trabalhos, assim como de todas as alterações que serão posteriormente submetidas à aprovação do INAG;
- d) Fiscalizar a execução das obras directa ou conjuntamente com a comissão de acompanhamento referida na cláusula 7.^a deste contrato-programa;
- e) Fazer mensalmente os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao respectivo pagamento, contribuindo com a proporção que, nos termos do presente contrato, for da sua responsabilidade;
- f) Não proceder à adjudicação de novas obras, incluídas no âmbito do presente contrato-programa, sem que antes seja formalizada a aprovação do INAG;

- g) Dar imediato conhecimento à DRARN Alentejo de situações técnicas ou financeiras que afectem o normal desenvolvimento do contrato-programa, podendo comprometer o cumprimento do prazo estabelecido no plano de trabalhos aprovado;
- h) Submeter obrigatoriamente à DRARN Alentejo, para análise e parecer, todos os estudos, projectos e alterações, a qual os submeterá posteriormente à consideração do INAG;
- i) Proceder à recepção das obras;
- j) Assegurar a gestão do sistema de recursos hídricos resultante das obras que são objecto deste contrato-programa, bem como garantir uma adequada manutenção e exploração desse sistema após a conclusão das obras que a constituem.

3 — Compete à Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo:

- a) A apreciação e aprovação dos projectos;
- b) O acompanhamento da execução física e financeira da obra, incluindo a conferência dos autos de medição;
- c) Participar nas comissões de adjudicação das obras.

Cláusula 5.^a

Apoio técnico e formação

O Ministério do Ambiente prestará apoio técnico à Câmara Municipal de Portel, por intermédio da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, e assegurará, por intermédio do INAG, a realização de acções de formação para operadores de estações de tratamento de águas residuais.

Cláusula 6.^a

Tarifário

1 — A Câmara Municipal de Portel compromete-se a cumprir as condições de descarga e de autocontrolo que venham a ser expressas na licença de descarga de águas residuais a emitir pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e desde já aceita que as tarifas a fixar venham permitir a cobertura dos encargos previsionais de administração e exploração, acrescidos do montante necessário à reintegração do investimento.

2 — A Câmara Municipal de Portel informará anualmente o INAG da estrutura tarifária para cada ano, bem como os respectivos fundamentos económicos.

Cláusula 7.^a

Comissão de acompanhamento

A comissão de acompanhamento da execução deste contrato-programa será constituída por um representante das seguintes entidades:

Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, em representação do INAG, que será o coordenador da comissão de acompanhamento e do contrato-programa; Câmara Municipal de Portel; Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

e terá como funções, designadamente:

- a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do contrato-programa até à conclusão das obras, assegurando a programação actualizada dos investimentos envolvidos;
- b) Acompanhar a execução das obras;
- c) Elaborar relatórios de periodicidade semestral sobre a execução do contrato-programa, tendo em especial atenção a execução física e financeira. Dever-se-ão analisar os desvios em relação à programação inicial, suas causas e medidas a adoptar para a sua correcção.

Cláusula 8.^a

Dotação orçamental

A verba a despender pela administração central será inscrita no orçamento do INAG, que assegurará a participação financeira do Estado na execução do projecto de investimento objecto do presente contrato-programa.

Cláusula 9.^a

Custos técnicos e administrativos

Para suportar parcialmente os custos inerentes às actividades do INAG e da DRARN Alentejo relativamente ao apoio e orientação administrativa e técnica das obras previstas neste contrato-programa é cobrada uma taxa de 2 % sobre a participação financeira do INAG, taxa essa que será repartida equitativamente entre o INAG e a DRARN Alentejo.

Cláusula 10.^a**Penalidades**

O incumprimento do disposto na alínea j) do n.º 2 da cláusula 4.^a e na cláusula 6.^a constituirá razão fundamentada para que, num prazo de 10 anos contados a partir da data de assinatura do presente documento, o INAG não proceda a qualquer participação financeira por seu intermédio ou por delegação de outras entidades em investimentos de natureza dos considerados neste documento e que envolvam a Câmara Municipal de Portel.

Cláusula 11.^a**Publicidade do financiamento e apoio técnico**

1 — O dono da obra obriga-se a colocar no local dos trabalhos placa onde conste a inscrição de que a autarquia é co-financiada pelo Ministério do Ambiente, através do INAG. Caso exista placa alusiva ao financiamento por fundos comunitários ou outros, nela poderá ser indicado também o financiamento por parte do INAG.

2 — Se for afixada no local da obra placa que informe as entidades intervenientes na construção, nela deverá constar também o INAG.

Cláusula 12.^a**Revisão do contrato-programa**

O presente contrato poderá ser revisto se ocorrerem alterações, anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinaram o seu clausulado.

Cláusula 13.^a**Resolução do contrato-programa**

O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato-programa poderá dar origem à sua resolução.

Cláusula 14.^a**Omissões**

Em tudo o que for omissa no presente contrato-programa observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e demais legislação aplicada.

14 de Julho de 1997. — Pelo Presidente do Instituto da Água, (*Assinatura ilegível.*) — O Director Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, (*Assinatura ilegível.*) — O Presidente da Câmara Municipal de Portel, (*Assinatura ilegível.*)

ANEXO

QUADRO N.º 1

Cronograma do investimento

(Valores em contos)				
Componentes	Anos			Total
	1997	1998	1999	
a) ETAR de Portel	37 428	74 838	74 838	187 104

QUADRO N.º 2

Fontes de financiamento

(Valores em contos)				
Fontes	Anos			Total
	1997	1998	1999	
OE — INAG	4 677	9 355	9 355	23 387
Câmara Municipal de Portel:				
PORA	28 074	56 128	56 128	140 330
Recursos próprios	4 677	9 355	9 355	23 387
<i>Total</i>	37 428	74 838	74 838	187 104

Acordo n.º 83/97. — Contrato-programa entre o Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e a Câmara Municipal de Borba — contrato-programa de cooperação técnica e financeira. — Aos 17 dias do mês de Julho de 1997, de acordo com o Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, é celebrado entre o Ministério do Ambiente, representado pelo presidente do Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, representada pelo seu director regional, e a Câmara Municipal de Borba, representada pelo seu presidente, um contrato-programa de cooperação técnica e financeira que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a**Objecto do contrato-programa**

1 — Constitui objecto do presente contrato a concretização do acordo de cooperação técnica e financeira entre as partes contratantes para a realização de acções de investimento no âmbito da execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Borba e respectivo emissário final.

2 — O investimento a realizar integra as seguintes componentes:

- a) Aquisição dos terrenos para implantação da ETAR;
- b) Obras de construção civil a executar por administração directa.

3 — A Câmara Municipal de Borba será o dono da obra.

Cláusula 2.^a**Período de vigência do contrato-programa**

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes contraentes, o período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 1998.

Cláusula 3.^a**Instrumentos financeiros**

1 — Compete ao Ministério do Ambiente, através do Instituto da Água, adiante designado por INAG, prestar apoio financeiro até ao limite de 17 836 contos, a atribuir à obra referida no n.º 2 da cláusula 1.^a de acordo com o quadro n.º 1 anexo, representando cerca de 12,5 % do custo total estimado.

Durante o período de vigência deste contrato, desde que obtido o acordo do INAG, poderão ser alteradas as datas de início e de conclusão das obras que constituem as componentes do investimento. Em qualquer caso será sempre respeitado o limite correspondente à participação financeira do INAG.

2 — São da responsabilidade da Câmara Municipal de Borba todas as despesas emergentes das expropriações necessárias à realização das obras que constam do n.º 2 da cláusula 1.^a

Cláusula 4.^a**Direitos e obrigações das partes contraentes**

No âmbito do presente contrato:

1 — Compete ao INAG:

- a) Apresentar à aprovação superior a programação material e financeira do investimento envolvido;
- b) Emitir parecer vinculativo sobre estudos e projectos de execução referentes às obras abrangidas pelo contrato-programa, com base na apreciação técnica efectuada pela DRARN Alentejo ou pelo INAG;
- c) Verificar, por parte do Estado, as condições de execução do projecto aprovado e elaborar relatórios periódicos que descrevam a sua situação física e financeira;
- d) Mediante a apresentação de documentos de despesa ou de autos de medição dos trabalhos executados nas obras em curso, previamente visados pelo coordenador do contrato-programa, o INAG liquidará à Câmara Municipal de Borba a percentagem estabelecida no n.º 1 da cláusula anterior, até ao limite que for da sua responsabilidade. Consideram-se igualmente válidos para efeitos de pagamento os documentos de despesa e autos de medição correspondentes a trabalhos do mesmo contrato-programa já em curso antes da data da assinatura deste.

2 — Compete à Câmara Municipal de Borba, na sua qualidade de dono da obra:

- a) Promover a abertura de concurso para a adjudicação das obras;
- b) Exercer os poderes e assumir as responsabilidades inerentes à sua qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão dentro do prazo previsto das acções e investimentos que integram o projecto;

- c) Submeter à DRARN Alentejo, para análise e parecer, a programação material e financeira dos trabalhos, assim como de todas as alterações que serão posteriormente submetidas à aprovação do INAG;
- d) Fiscalizar a execução das obras directa ou conjuntamente com a comissão de acompanhamento referida na cláusula 7.^a deste contrato-programa;
- e) Fazer mensalmente os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao respectivo pagamento, contribuindo com a proporção que, nos termos do presente contrato, for da sua responsabilidade;
- f) Não proceder à adjudicação de novas obras, incluídas no âmbito do presente contrato-programa, sem que antes seja formalizada a aprovação do INAG;
- g) Dar imediato conhecimento à DRARN Alentejo de situações técnicas ou financeiras que afectem o normal desenvolvimento do contrato-programa, podendo comprometer o cumprimento do prazo estabelecido no plano de trabalhos aprovado;
- h) Submeter obrigatoriamente à DRARN Alentejo, para análise e parecer, todos os estudos, projectos e alterações, a qual os submeterá posteriormente à consideração do INAG;
- i) Proceder à recepção das obras;
- j) Assegurar a gestão do sistema de recursos hídricos resultante das obras que são objecto deste contrato-programa, bem como garantir uma adequada manutenção e exploração desse sistema após a conclusão das obras que a constituem.

3 — Compete à Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo:

- a) A apreciação e a aprovação dos projectos;
- b) O acompanhamento da execução física e financeira da obra, incluindo a conferência dos autos de medição;
- c) Participar nas comissões de adjudicação das obras.

Cláusula 5.^a

Apoio técnico e formação

O Ministério do Ambiente prestará apoio técnico à Câmara Municipal de Borba, por intermédio da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, e assegurará, por intermédio do INAG, a realização de acções de formação para operadores de estações de tratamento de águas residuais.

Cláusula 6.^a

Tarifário

1 — A Câmara Municipal de Borba compromete-se a cumprir as condições de descarga e de autocontrolo expressas na licença n.º 19/95-DSA/DUDH, emitida pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e desde já aceita que as tarifas a fixar venham permitir a cobertura dos encargos previsionais de administração e exploração, acrescidos do montante necessário à reintegração do investimento.

2 — A Câmara Municipal de Borba informará anualmente o INAG da estrutura tarifária para cada ano, bem como os respectivos fundamentos económicos.

Cláusula 7.^a

Comissão de acompanhamento

A comissão de acompanhamento da execução deste contrato-programa será constituída por um representante das seguintes entidades:

Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, em representação do INAG, que será o coordenador da comissão de acompanhamento e do contrato-programa;
Câmara Municipal de Borba;
Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

e terá como funções, designadamente:

- a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do contrato-programa até à conclusão das obras, assegurando a programação actualizada dos investimentos envolvidos;
- b) Acompanhar a execução das obras;
- c) Elaborar relatórios de periodicidade semestral sobre a execução do contrato-programa, tendo em especial atenção a execução física e financeira. Dever-se-ão analisar os desvios em relação à programação inicial, suas causas e medidas a adoptar para a sua correcção.

Cláusula 8.^a

Dotação orçamental

A verba a despendar pela administração central será inscrita no orçamento do INAG, que assegurará a participação financeira do Estado na execução do projecto de investimento objecto do presente contrato-programa.

Cláusula 9.^a

Custos técnicos e administrativos

Para suportar parcialmente os custos inerentes às actividades do INAG e da DRARN Alentejo relativamente ao apoio e orientação administrativa e técnica das obras previstas neste contrato-programa é cobrada uma taxa de 2 % sobre a participação financeira do INAG, taxa essa que será repartida equitativamente entre o INAG e a DRARN Alentejo.

Cláusula 10.^a

Penalidades

O incumprimento do disposto na alínea j) do n.º 2 da cláusula 4.^a e na cláusula 6.^a constituirá razão fundamentada para que, num prazo de 10 anos contados a partir da data de assinatura do presente documento, o INAG não proceda a qualquer participação financeira por seu intermédio ou por delegação de outras entidades em investimentos de natureza dos considerados neste documento e que envolvam a Câmara Municipal de Borba.

Cláusula 11.^a

Publicidade do financiamento e apoio técnico

1 — O dono da obra obriga-se a colocar no local dos trabalhos placa onde conste a inscrição de que a autarquia é co-financiada pelo Ministério do Ambiente, através do INAG. Caso exista placa alusiva ao financiamento por fundos comunitários ou outros, nela poderá ser indicado também o financiamento por parte do INAG.

2 — Se for afixada no local da obra placa que informe as entidades intervenientes na construção, nela deverá constar também o INAG.

Cláusula 12.^a

Revisão do contrato-programa

O presente contrato poderá ser revisto se ocorrerem alterações, anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinaram o seu clausulado.

Cláusula 13.^a

Resolução do contrato-programa

O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato-programa poderá dar origem à sua resolução.

Cláusula 14.^a

Omissões

Em tudo o que for omissio no presente contrato-programa observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e demais legislação aplicada.

14 de Julho de 1997. — Pelo Presidente do Instituto da Água, (*Assinatura ilegível.*) — O Director Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, (*Assinatura ilegível.*) — Pelo Presidente da Câmara Municipal de Borba, (*Assinatura ilegível.*)

ANEXO

QUADRO N.º 1

Cronograma do investimento

(Valores em contos)

Componentes	Anos		Total
	1997	1998	
Terrenos	14 590	—	14 590
Obras de construção civil	99 200	28 901	128 101
<i>Total</i>	113 790	28 901	142 691

QUADRO N.º 2

Fontes de financiamento

(Valores em contos)

Fontes	Anos		Total
	1997	1998	
OE — INAG	14 270	3 566	17 836
Câmara Municipal de Borba:			
INTERREG II	85 250	21 769	107 019
Recursos próprios	14 270	3 566	17 836
<i>Total</i>	113 790	28 901	142 691

Acordo n.º 84/97. — *Contrato-programa entre o Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e a Câmara Municipal de Alter do Chão — contrato-programa de cooperação técnica e financeira.* — Aos 17 dias do mês de Julho de 1997, de acordo com o Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, é celebrado entre o Ministério do Ambiente, representado pelo presidente do Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, representada pelo seu director regional, e a Câmara Municipal de Alter do Chão, representada pelo seu presidente, um contrato-programa de cooperação técnica e financeira que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª**Objecto do contrato-programa**

1 — Constitui objecto do presente contrato a concretização do acordo de cooperação técnica e financeira entre as partes contratantes para a realização de acções de investimento no âmbito da execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alter do Chão.

2 — O investimento a realizar integra as seguintes componentes:

- Aquisição do terreno necessário à implementação da ETAR;
- Honorários do projecto;
- Alteração do traçado da linha MT (média tensão) a executar pela EDP;
- Empreitada de construção civil da ETAR.

3 — A Câmara Municipal de Alter do Chão será o dono da obra.

Cláusula 2.ª**Período de vigência do contrato-programa**

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes contraentes, o período de vigência deste contrato decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 1998.

Cláusula 3.ª**Instrumentos financeiros**

1 — Compete ao Ministério do Ambiente, através do Instituto da Água, adiante designado por INAG, prestar apoio financeiro até ao limite de 16 122 contos, a atribuir à obra referida no n.º 2 da cláusula 1.ª de acordo com o quadro n.º 1 anexo, representando cerca de 12,5 % do custo total estimado.

Durante o período de vigência deste contrato, desde que obtido o acordo do INAG, poderão ser alteradas as datas de início e conclusão das obras que constituem as componentes do investimento. Em qualquer caso será sempre respeitado o limite correspondente à participação financeira do INAG.

2 — São da responsabilidade da Câmara Municipal de Alter do Chão todas as despesas emergentes das expropriações necessárias à realização das obras que constam do n.º 2 da cláusula 1.ª

Cláusula 4.ª**Direitos e obrigações das partes contraentes**

No âmbito do presente contrato:

1 — Compete ao INAG:

- Apresentar à aprovação superior a programação material e financeira do investimento envolvido;
- Emitir parecer vinculativo sobre estudos e projectos de execução referentes às obras abrangidas pelo contrato-programa, com base na apreciação técnica efectuada pela DRARN Alentejo ou pelo INAG;
- Verificar, por parte do Estado, as condições de execução do projecto aprovado e elaborar relatórios periódicos que descrevam a sua situação física e financeira;

d) Mediante a apresentação de documentos de despesa ou de autos de medição dos trabalhos executados nas obras em curso, previamente visados pelo coordenador do contrato-programa, o INAG liquidará à Câmara Municipal de Alter do Chão a percentagem estabelecida no n.º 1 da cláusula anterior, até ao limite que for da sua responsabilidade. Consideram-se igualmente válidos para efeitos de pagamento os documentos de despesa e autos de medição correspondentes a trabalhos do mesmo contrato-programa já em curso antes da data da assinatura deste.

2 — Compete à Câmara Municipal de Alter do Chão, na sua qualidade de dono da obra:

- Promover a abertura de concurso para a adjudicação das obras;
- Exercer os poderes e assumir as responsabilidades inerentes à sua qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão dentro do prazo previsto das acções e investimentos que integram o projecto;
- Submeter à DRARN Alentejo, para análise e parecer, a programação material e financeira dos trabalhos, assim como de todas as alterações que serão posteriormente submetidas à aprovação do INAG;
- Fiscalizar a execução das obras directa ou conjuntamente com a comissão de acompanhamento referida na cláusula 7.ª deste contrato-programa;
- Fazer mensalmente os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao respectivo pagamento, contribuindo com a proporção que, nos termos do presente contrato, for da sua responsabilidade;
- Não proceder à adjudicação de novas obras, incluídas no âmbito do presente contrato-programa, sem que antes seja formalizada a aprovação do INAG;
- Dar imediato conhecimento à DRARN Alentejo de situações técnicas ou financeiras que afectem o normal desenvolvimento do contrato-programa, podendo comprometer o cumprimento do prazo estabelecido no plano de trabalhos aprovado;
- Submeter obrigatoriamente à DRARN Alentejo, para análise e parecer, todos os estudos, projectos e alterações, a qual os submeterá posteriormente à consideração do INAG;
- Proceder à recepção das obras;
- Assegurar a gestão do sistema de recursos hídricos resultante das obras que são objecto deste contrato-programa, bem como garantir uma adequada manutenção e exploração desse sistema após a conclusão das obras que a constituem.

3 — Compete à Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo:

- A apreciação e aprovação dos projectos;
- O acompanhamento da execução física e financeira da obra, incluindo a conferência dos autos de medição;
- A participação nas comissões de adjudicação das obras.

Cláusula 5.ª**Apoio técnico e formação**

O Ministério do Ambiente prestará apoio técnico à Câmara Municipal de Alter do Chão, por intermédio da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, e assegurará, por intermédio do INAG, a realização de acções de formação para operadores de estações de tratamento de águas residuais.

Cláusula 6.ª**Tarifário**

1 — A Câmara Municipal de Alter do Chão compromete-se a cumprir as condições de descarga e de autocontrolo expressas na licença n.º 3/95-DSA/DUDH, emitida pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e desde já aceita que as tarifas a fixar venham permitir a cobertura dos encargos previsionais de administração e exploração, acrescidos do montante necessário à reintegração do investimento.

2 — A Câmara Municipal de Alter do Chão informará anualmente o INAG da estrutura tarifária para cada ano, bem como os respectivos fundamentos económicos.

Cláusula 7.ª**Comissão de acompanhamento**

A comissão de acompanhamento da execução deste contrato-programa será constituída por um representante das seguintes entidades:

Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, em representação do INAG, que será o coordenador da comissão de acompanhamento e do contrato-programa;

Câmara Municipal de Alter do Chão;
Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

ANEXO

QUADRO N.º 1

e terá como funções, designadamente:

- a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do contrato-programa até à conclusão das obras, assegurando a programação actualizada dos investimentos envolvidos;
- b) Acompanhar a execução das obras;
- c) Elaborar relatórios de periodicidade semestral sobre a execução do contrato-programa, tendo em especial atenção a execução física e financeira. Dever-se-ão analisar os desvios em relação à programação inicial, suas causas e medidas a adoptar para a sua correcção.

Cláusula 8.^a

Dotação orçamental

A verba a despendar pela administração central será inscrita no orçamento do INAG, que assegurará a participação financeira do Estado na execução do projecto de investimento objecto do presente contrato-programa.

Cláusula 9.^a

Custos técnicos e administrativos

Para suportar parcialmente os custos inerentes às actividades do INAG e da DRARN Alentejo relativamente ao apoio e orientação administrativa e técnica das obras previstas neste contrato-programa é cobrada uma taxa de 2 % sobre a participação financeira do INAG, taxa essa que será repartida equitativamente entre o INAG e a DRARN Alentejo.

Cláusula 10.^a

Penalidades

O incumprimento do disposto na alínea j) do n.º 2 da cláusula 4.^a e na cláusula 6.^a constituirá razão fundamentada para que, num prazo de 10 anos contados a partir da data de assinatura do presente documento, o INAG não proceda a qualquer participação financeira por seu intermédio ou por delegação de outras entidades em investimentos de natureza dos considerados neste documento e que envolvam a Câmara Municipal de Alter do Chão.

Cláusula 11.^a

Publicidade do financiamento e apoio técnico

1 — O dono da obra obriga-se a colocar no local dos trabalhos placa onde conste a inscrição de que a autarquia é co-financiada pelo Ministério do Ambiente, através do INAG. Caso exista placa alusiva ao financiamento por fundos comunitários ou outros, nela poderá ser indicado também o financiamento por parte do INAG.

2 — Se for afixada no local da obra placa que informe as entidades intervenientes na construção, nela deverá constar também o INAG.

Cláusula 12.^a

Revisão do contrato-programa

O presente contrato poderá ser revisto se ocorrerem alterações, anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinaram o seu clausulado.

Cláusula 13.^a

Resolução do contrato-programa

O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato-programa poderá dar origem à sua resolução.

Cláusula 14.^a

Omissões

Em tudo o que for omissa no presente contrato-programa observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e demais legislação aplicada.

14 de Julho de 1997. — Pelo Presidente do Instituto da Água, (*Assinatura ilegível.*) — O Director Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, (*Assinatura ilegível.*) — O Presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão, (*Assinatura ilegível.*)

Cronograma do investimento

(Valores em contos)

Componentes	Anos		Total
	1997	1998	
Aquisição de terrenos	4 000	—	4 000
Honorários do projecto	3 510	—	3 510
Alteração ao traçado da linha de MT	869	—	869
Construção civil	60 298	60 298	120 596
<i>Total</i>	68 677	60 298	128 975

QUADRO N.º 2

Fontes de financiamento

(Valores em contos)

Fontes	Anos		Total
	1997	1998	
OE — INAG	8 585	7 537	16 122
Câmara Municipal de Alter do Chão:			
INTERREG II	51 508	45 224	96 732
Recursos próprios	8 584	7 537	16 121
<i>Total</i>	68 677	60 298	128 975

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho (extracto) n.º 7196/97 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Julho de 1997 do Secretário de Estado dos Recursos Naturais:

Maria João Burnay de Lancastre Lourenço, técnica superior de 2.ª classe do quadro do ICN — autorizada a permanência na situação de bolseira ou equiparada, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro do corrente ano, sem perda de vencimentos ou regalias, salvo o subsídio de refeição.

4 de Agosto de 1997. — O Director dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Jorge Alves*.

Despacho (extracto) n.º 7197/97 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Julho de 1997 do Secretário de Estado dos Recursos Naturais:

Dora Raquel Heleno Gaspar, técnica superior de 2.ª classe, contratada, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — autorizada a permanência na situação de bolseira ou equiparada, pelo período de um ano, eventualmente renovável até ao máximo de quatro anos, mediante uma retribuição correspondente a 40 % do valor da bolsa, acrescido de 3 % do IRS.

4 de Agosto de 1997. — O Director dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Jorge Alves*.

Despacho (extracto) n.º 7198/97 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Agosto de 1997 da presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

António Manuel da Conceição Cabanas e Maria de Fátima Pereira — nomeados, mediante concurso interno de ingresso, em comissão de serviço, para estágio probatório com vista ao preenchimento de dois lugares vagos na categoria de técnico superior de 2.ª classe do quadro do ex-SNPRCN. (Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas.)

19 de Agosto de 1997. — O Director dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Jorge Alves*.

Despacho (extracto) n.º 7199/97 (2.ª série). — Por despachos de 23 de Julho de 1997 e de 7 de Maio de 1997, respectivamente do Secretário de Estado da Administração Educativa e da presidente do Instituto de Conservação da Natureza:

Maria Teresa Nunes Portas, professora efectiva da Escola Secundária de Camões, Fernanda Paula Martins Cunha Marques, professora efectiva da Escola da Bobadela, Lucília Manuel Carço Caldeira Miguéns, professora do quadro da Delegação Escolar de Portalegre, e Anabela Cardoso Resende, professora do quadro da Delegação Escolar de Castro Marim — autorizada a prorrogação das requisições no ICN com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1997.

Por despachos de 11 e de 30 de Julho de 1997, respectivamente da presidente do Instituto de Conservação da Natureza e do vice-presidente do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho:

Teresa Maria Ferreira dos Santos Martinho, segundo-oficial do quadro do IDICT — autorizada a prorrogação da requisição no ICN com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1997.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Agosto de 1997. — Pelo Director de Serviços Administrativos e Financeiros, *A. Velasco*.

Despacho (extracto) n.º 7200/97 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Agosto de 1997 da presidente do ICN:

Vasco Magalhães Oliveira Gomes, Maria Otília Guerreiro Duarte, Maria Antónia Gomes Baptista Diegues e Maria Dulce Vicente Nogueira de Oliveira — promovidos, mediante concurso interno de acesso, os dois primeiros à categoria de primeiro-oficial, e os restantes à categoria de segundo-oficial, do quadro de pessoal do ex-SNPRCN. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 1997. — O Director dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Jorge Alves*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares

Centro Regional de Saúde

Aviso n.º 52/97/M (2.ª série). — Por despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares de 26 de Junho de 1997:

Dr. Armindo Saturnino Pinto Figueira da Silva — nomeado director do Centro de Saúde Mental. (Não carece de visto da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.)

20 de Agosto de 1997. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Ermelinda Alves*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Serviços de Acção Social

Declaração n.º 193/97 (2.ª série). — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 21 de Agosto, o aviso de abertura de concurso para a categoria de tesoureiro, rectifica-se que onde se lê «pelo prazo de oito dias úteis, contados a partir da data da afixação da presente ordem de serviço, concurso interno de ingresso» deve ler-se «pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, concurso interno geral de ingresso para o provimento de um lugar de tesoureiro» e onde se lê «5 — Os candidatos deverão satisfazer os requisitos gerais previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e ainda os requisitos de admissão a concursos para lugares de acesso, de harmonia com o artigo 23.º do citado decreto-lei:

- Permanência de um período mínimo de três anos na categoria imediatamente inferior àquela para que é aberto o concurso;
- Adequada classificação de serviço graduada pelo menos em *Bom* durante o tempo de permanência na categoria anterior;

- Habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- O exercício pelo menos durante os últimos três anos de funções do conteúdo idêntico ao do lugar a preencher.

6 — No concurso o método de selecção a utilizar será o de avaliação curricular, considerando os seguintes factores de ponderação:»

deve ler-se «5 — Os candidatos deverão satisfazer os requisitos gerais de admissão previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e ainda as condições previstas no n.º 1 do artigo 15.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

6 — No concurso, os métodos de selecção a utilizar serão os de avaliação curricular e entrevista, considerando os seguintes factores de ponderação:».

22 de Agosto de 1997. — A Chefe de Secção, *Maria Manuela do Carmo Pereira da Luz Raposo Cabral*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Serviços Centrais

Aviso n.º 6057/97 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, faz-se público que, por despacho do vice-reitor de 11 de Agosto de 1997, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 1996), se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para o provimento de um lugar de assessor principal (área de Psicologia) do quadro da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, previsto na Portaria n.º 750/88, de 19 de Novembro.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido apenas para o preenchimento do lugar acima referido.

3 — O local de trabalho situa-se na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

4 — Vencimento e regalias sociais — o vencimento será o constante do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro, e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

5 — Conteúdo funcional — exercer funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científicos na área de Psicologia.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

- Satisfazer todas as condições exigidas nos artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto;
- Encontrar-se nas condições previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

7 — Métodos de selecção:

- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional de selecção.

7.1 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

- Habilitação académica de base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação, legalmente reconhecida;
- Formação profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionados com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso, sendo apreciados os cursos de formação;
- Experiência profissional, em que se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto, sendo avaliada, designadamente, pela sua natureza e duração;
- Classificação de serviço, na sua expressão quantitativa, convertida na escala de 0 a 20 valores.

7.2 — A entrevista profissional de selecção visará determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos e assentará na apreciação dos seguintes factores:

- Capacidade de relacionamento;
- Aptidão para o trabalho em grupo;

- c) Motivação e interesse;
- d) Sentido de valorização profissional.

8 — Na classificação final dos candidatos adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores e a mesma classificação resultará da média ponderada das classificações obtidas nas fases de selecção realizadas.

9 — As listas de admissão e de classificação final serão afixadas na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e nos Serviços Centrais desta Universidade.

10 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, entregue pessoalmente depois de preenchido, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para os Serviços Centrais, Palácio dos Grilos, Rua da Ilha, 3000 Coimbra.

11 — Os candidatos ao concurso devem, no prazo fixado no n.º 1, fazer acompanhar o requerimento dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Documento comprovativo da classificação de serviço dos últimos três anos;
- d) Declaração, passada e autenticada pelos serviços a que se encontra afecto, donde constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo à função pública e o registo de antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, apurada em número de dias e indicação do índice e escalão em que está inserido;
- e) Declaração, passada e autenticada pelo dirigente da hierarquia de que depende o candidato, donde conste o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato;
- f) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação profissional complementar e da respectiva duração;
- g) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

12 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — Os funcionários da Universidade de Coimbra são dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 11 desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais e assim o declarem, por força do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro.

14 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições aplicáveis no Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto.

15 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

16 — De acordo com o mesmo despacho, o júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutora Maria Paula Barbas de Albuquerque Paixão, vice-presidente do conselho directivo.

Vogais efectivos:

Doutora Maria da Conceição Taborda Simões, professora associada.

Licenciado Manuel Castelo Branco dos Santos Catré, secretário.

Vogais suplentes:

Doutor João José dos Santos Matos Boavida, professor associado.

Doutora Maria das Dores Formosinho Sanches Simões, professora associada.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo vogal efectivo indicado em primeiro lugar.

12 de Agosto de 1997. — O Vice-Reitor, *João Lourenço Roque*.

Aviso n.º 6058/97 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, faz-se público que, por despacho do vice-reitor de 13 de Agosto de 1997, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 1996), se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso, para provimento de um lugar de técnico superior principal (áreas curriculares) do quadro da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, lugar previsto na Portaria n.º 750/88, de 19 de Novembro.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido apenas para o provimento do lugar indicado.

3 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

4 — Vencimento e regalias sociais — o vencimento será o constante do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro, e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

5 — Conteúdo funcional — exercer funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos nas áreas curriculares.

6 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se as normas constantes dos Decretos-Lei n.ºs 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto; 265/88, de 28 de Julho; 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro.

7 — São condições de admissão ao concurso:

- a) Satisfazer todas as condições exigidas nos artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto;
- b) Encontrar-se nas condições previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

8 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

8.1 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

- a) Habilitação académica de base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação, legalmente reconhecida;
- b) Formação profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso, sendo apreciados os cursos de formação;
- c) Experiência profissional, onde se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto, sendo avaliada, designadamente, pela sua natureza e duração;
- d) Classificação de serviço, na sua expressão quantitativa, convertida na escala de 0 a 20 valores.

8.2 — A entrevista profissional de selecção visará determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos e assentará na apreciação dos seguintes factores:

- a) Capacidade de expressão e fluência verbal;
- b) Motivação e interesse;
- c) Qualidade da experiência profissional;
- d) Interesse pela valorização e actualização profissional.

9 — Na classificação final dos candidatos adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores e a mesma classificação resultará da média ponderada das classificações obtidas nas fases de selecção realizadas.

10 — As listas de admissão e de classificação final serão afixadas nos Serviços Centrais e na Faculdade de Letras desta Universidade.

11 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, entregue pessoalmente depois de preenchido, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para os Serviços Centrais, Palácio dos Grilos, Rua da Ilha, 3000 Coimbra.

12 — Os candidatos ao concurso devem, no prazo fixado no n.º 1, fazer acompanhar o requerimento dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Documento comprovativo da classificação de serviço dos últimos três anos;
- d) Declaração, passada e autenticada pelos serviços a que se encontra afecto, donde constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo à função pública e o registo de antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, apurada em número de dias e indicação do índice e escalão em que está inserido;
- e) Declaração, passada e autenticada pelo dirigente da hierarquia de que depende o candidato, donde conste o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa;
- f) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação profissional complementar e dos respectivos tempos de duração;
- g) Documentos autênticos ou autenticados, comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

13 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação de documento comprovativo das suas declarações.

14 — Os funcionários da Universidade de Coimbra são dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c) e f) do n.º 12 desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais e assim o declarem, por força do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro.

15 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições aplicáveis no Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto.

16 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

17 — De acordo com o mesmo despacho, o júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutor Mário Avelino Santiago de Carvalho, professor associado.

Vogais efectivos:

Doutora Fernanda Maria da Silva Dias Delgado Cravidão, professora catedrática.

Licenciada Sílvia Simões das Neves Nogueira Serens, secretária.

Vogais suplentes:

Doutora Maria Alegria Fernandes Marques, professora associada.

Licenciado Norberto Nuno Pinto dos Santos, assistente.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vogal efectivo indicado em primeiro lugar.

13 de Agosto de 1997. — O Vice-Reitor, *João Lourenço Roque*.

Despacho n.º 7201/97 (2.ª série). — Por despachos do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferidos por delegação de competências:

De 24 de Março de 1997:

Licenciado Alcino Jorge Lopes Leitão — contratado, por conveniência urgente de serviço, por um ano, renovável por três vezes, como assistente estagiário, além do quadro, da Faculdade de Farmácia desta Universidade, com início em 1 de Abril de 1997. (Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

De 14 de Abril de 1997:

Maria de Lurdes Cortesão Lobato Peixoto, auxiliar administrativa do arquivo desta Universidade — nomeada, em comissão de serviço, pelo período probatório de um ano, por conveniência urgente de serviço, como técnica-adjunta de 2.ª classe de BD, com efeitos a 14 de Abril de 1997, considerando-se nomeada definitivamente sem quaisquer outras formalidades no termo do referido período probatório. (Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

De 2 de Junho de 1997:

Licenciada Noémia Maria Heleno Martins Canas, técnica superior de 1.ª classe (área laboratorial), da Faculdade de Farmácia desta Universidade — promovida, por conveniência urgente de serviço, a técnica superior principal de BD, da mesma Faculdade, com efeitos a 2 de Junho de 1997, considerando-se exonerada do anterior lugar a partir da data referida.

De 5 de Junho de 1997:

Licenciada Ana Maria Sarmiento Donato Almeida da Silva, técnica superior principal (área laboratorial) da Faculdade de Farmácia desta Universidade — promovida, por conveniência urgente de serviço, a assessora (área laboratorial) da mesma Faculdade, com efeitos a 5 de Junho de 1997, considerando-se exonerada do anterior lugar a partir da data referida.

De 28 de Julho de 1997:

Licenciado Elisiário José Tavares da Silva, assistente, além do quadro, da Faculdade de Farmácia desta Universidade — prorrogado, por um biênio, o contrato como assistente, da mesma Faculdade, com início em 31 de Maio de 1997.

De 30 de Julho de 1997:

Doutora Maria Dulce Ferreira Cotrim, professora associada da Faculdade de Farmácia desta Universidade — concedida dispensa de serviço docente durante o 1.º semestre do ano lectivo de 1997-1998, ao abrigo do n.º 1 do artigo 77.º do ECDU.

De 5 de Agosto de 1997:

Licenciada Olga Maria Antunes Rodrigues Carvalho Cardoso, assistente, além do quadro, da Faculdade de Farmácia desta Universidade — concedida dispensa de serviço docente durante o ano lectivo de 1997-1998, ao abrigo do artigo 27.º do ECDU.

De 18 de Agosto de 1997:

Licenciado Carlos Manuel Mendes Serra Pratas, técnico superior de informática de 2.ª classe do Centro Regional de Oncologia de Coimbra — nomeado definitivamente na mesma categoria para o Centro de Informática desta Universidade, considerando-se exonerado do lugar que vem ocupando a partir do termo de aceitação de nomeação na nova categoria.

Licenciada Diana Mary Silver, leitora, além do quadro, da Faculdade de Letras desta Universidade — renovado o contrato por três anos, com início em 1 de Setembro de 1997.

Licenciada Karoline Janicek, leitora, além do quadro, da Faculdade de Letras desta Universidade — renovado o contrato por três anos, com início em 16 de Outubro de 1997.

Licenciada Maria Salomé Ferreira Estima de Pinho, assistente, além do quadro, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade — prorrogado o contrato por um biênio, com início em 15 de Janeiro de 1998.

Licenciada Ana Maria Magalhães Teixeira de Seixas, assistente, além do quadro, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade — prorrogado o contrato por um biênio, com início em 7 de Outubro de 1997.

Licenciado Anselmo da Silva Borges, assistente, além do quadro, da Faculdade de Letras desta Universidade — prorrogado o contrato por um biênio, com início em 19 de Novembro de 1997.

Licenciado António Maria Salvado Coxito Granado, assistente convidado a 30 %, além do quadro, da Faculdade de Letras desta Universidade — renovado o contrato por três anos, com início em 1 de Outubro de 1997.

Licenciado José Maria Raposo Lopes de Araújo, assistente convidado a 60 %, além do quadro, da Faculdade de Letras desta Universidade — renovado o contrato por três anos, com início em 1 de Outubro de 1997.

Licenciada Maria Teresa Nogueira Schiappa de Azevedo, assistente convidada, além do quadro, da Faculdade de Letras desta Universidade — renovado o contrato por três anos, com início em 3 de Outubro de 1997.

Licenciado Francisco José Pires Pato de Macedo, assistente convidado, além do quadro, da Faculdade de Letras desta Universidade — renovado o contrato por três anos com início em 20 de Outubro de 1997.

Licenciadas Maria Francisca Mendes Queiroz Pinto de Athayde, Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes e Maria Manuela Ferreira Lucas, assistentes convidadas, além do quadro, da Faculdade de Letras desta Universidade — renovados os contratos por três anos, com início em 1 de Novembro de 1997.

Licenciados José Carlos Gomes Carvalho Leitão e Paula Maria Fazendeiro Baptista — requisitados, por um ano, com início em 1 de Setembro de 1997, para exercerem funções de assistentes convidados, além do quadro, na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física desta Universidade.

Licenciada Ana Paula Mendes Correia Couceiro Figueira — requisitada, por um ano, com início em 1 de Setembro de 1997, para exercer funções de assistente convidada, além do quadro, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade.

Por despacho de 21 de Agosto de 1997 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutora Leonor Martins de Almeida, professora associada da Faculdade de Farmácia desta Universidade — concedida dispensa de serviço docente durante o 2.º semestre do ano lectivo de 1997-1998, ao abrigo do n.º 1 do artigo 77.º do ECDU.

Doutor António Proença Mário Augusto da Cunha, professor catedrático da Faculdade de Farmácia desta Universidade — concedida dispensa de serviço docente durante o 1.º semestre do ano lectivo de 1997-1998, ao abrigo do n.º 4 do artigo 77.º do ECDU.

(Não carecem de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 1997. — Pela Administradora, *(Assinatura ilegível)*.

Despacho n.º 7202/97 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Março de 1997 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências:

Licenciada Maria de Fátima Besteiro Rodrigues, Maria Teresa Paiva Araújo Gouveia e Alexandra Beatriz Fraga de Vasconcelos (biblioteca geral) — contratadas a termo certo, com início em 1 de Abril de 1997, para exercerem as funções de técnico auxiliar de 2.ª classe de BAD.

Por despacho de 31 de Março do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências:

Alexandrina Manuela da Cunha (serviços centrais) — contratada a termo certo, com início em 1 de Abril de 1997, para exercer as funções de operador de registo de dados.

(Contratos tacitamente visados pelo Tribunal de Contas. São devidos emolumentos.)

22 de Agosto de 1997. — Pela Administradora, (*Assinatura ilegível*.)

Rectificação n.º 916/97. — Por ter sido publicado com inexactidão o edital n.º 319/97, constante do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 166, de 21 de Julho de 1997, a p. 8732, rectifica-se que onde se lê «Designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso para duas vagas de professor associado do 3.º grupo (Ciências Farmacêuticas) da Faculdade de Farmácia desta Universidade, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1997:» deve ler-se «Designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso para uma vaga de professor associado do 3.º grupo (Ciências Farmacêuticas) da Faculdade de Farmácia desta Universidade, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1997:».

21 de Agosto de 1997. — Pela Administradora, *Maria Isabel Almeida*.

Rectificação n.º 917/97. — Por ter sido publicado com inexactidão o edital n.º 320/97, constante do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 166, de 21 de Julho de 1997, a p. 8732, rectifica-se que onde se lê «Designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso para uma vaga de professor associado do 1.º grupo (Ciências Químicas e Físico-Químicas) da Faculdade de Farmácia desta Universidade, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1997:» deve ler-se «Designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso para duas vagas de professor associado do 1.º grupo (Ciências Químicas e Físico-Químicas) da Faculdade de Farmácia desta Universidade, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1997:».

21 de Agosto de 1997. — Pela Administradora, *Maria Isabel Almeida*.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Aviso n.º 6059/97 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Agosto de 1997 do vice-reitor da Universidade de Évora, proferido por delegação:

Constituído, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho, o seguinte júri da equivalência ao grau de mestre em Química Analítica requerida por Isabel Pestana da Paixão Cansado:

Presidente — Júlio Manuel da Cruz Morais, professor associado da Universidade de Évora.

Vogais:

José Maria dos Santos Arteiro, professor auxiliar da Universidade de Évora.

Maria Teresa Amaral Collaço, investigadora principal do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

20 de Agosto de 1997. — O Director dos Serviços Académicos, *Florêncio Leite*.

Contrato (extracto) n.º 453/97. — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 4 de Março de 1997:

Doutora Maria Manuela de Sousa Magno — admitida por conveniência urgente de serviço, por contrato administrativo de provimento, como professora auxiliar convidada, pelo período de cinco anos, com efeitos a partir de 5 de Março de 1997. (Visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Julho de 1997. São devidos emolumentos.)

25 de Julho de 1997. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Contrato (extracto) n.º 454/97. — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 4 de Março de 1997:

Doutor João Paulo Cristóvão Almeida Prates Ramalho, estagiário de investigação — admitido, por conveniência urgente de serviço, por contrato administrativo de provimento, como professor auxiliar provisório, pelo período de cinco anos, com efeitos a partir de

5 de Março de 1997, considerando-se rescindido o contrato anterior na mesma data. (Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de Julho de 1997. São devidos emolumentos.)

25 de Julho de 1997. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 7203/97 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade de Évora de 28 de Julho de 1997:

Agnelo João Soares Ferreira, técnico de 1.ª classe (da carreira de engenheiro técnico agrário) desta Universidade — autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido no período de 24 a 26 de Março de 1997, num total de três dias.

Maria de Fátima Alves Pelado Dias, primeiro-oficial desta Universidade — autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido no período de 6 a 31 de Maio de 1997, num total de 26 dias.

Por despachos do reitor da Universidade de Évora de 30 de Julho de 1997:

Licenciado Jorge Bruno Gouveia Barreira Lopes, assistente estagiário desta Universidade — autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido no período de 5 a 19 de Maio de 1997, num total de 15 dias.

Maria Angélica Alves Galeano Galvões, segundo-oficial desta Universidade — autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido no período de 7 a 14 de Abril de 1997, num total de oito dias.

Por despachos do vice-reitor da Universidade de Évora de 5 de Agosto de 1997, ao abrigo da competência delegada:

Mestre Eduardo Manuel dos Santos Correia Mendes Lucas, assistente desta Universidade — autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido no período de 23 a 27 de Junho de 1997, num total de cinco dias.

Zelinda Maria Charrua Mestrinho Rochinha, segundo-oficial desta Universidade — autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido no período de 27 a 30 de Maio de 1997, num total de quatro dias.

20 de Agosto de 1997. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 7204/97 (2.ª série). — Por despachos do vice-reitor da Universidade de Évora de 15 de Julho de 1997, ao abrigo da competência delegada:

Concedida dispensa de serviço docente:

À mestra Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes, assistente desta Universidade — durante o ano lectivo de 1997-1998.

À mestra Maria Fernanda de Olival, assistente desta Universidade — durante o ano lectivo de 1997-1998.

À mestra Olga Maria Santos Magalhães, assistente desta Universidade — durante o ano lectivo de 1997-1998.

Ao mestre António Manuel Águas Borralho, assistente desta Universidade — durante o ano lectivo de 1997-1998.

Ao mestre José Carlos Bravo Nico, assistente desta Universidade — durante o ano lectivo de 1997-1998.

Ao mestre Vítor José Martins de Oliveira, assistente desta Universidade — durante o ano lectivo de 1997-1998.

À licenciada Ana Maria de Jesus Bispo Varela Coelho, assistente desta Universidade — no 1.º semestre do ano lectivo de 1997-1998.

À licenciada Maria Ana Rodrigues Bernardo, assistente desta Universidade — durante o ano lectivo de 1997-1998.

Por despacho do vice-reitor da Universidade de Évora de 24 de Julho de 1997, ao abrigo da competência delegada:

Mestra Maria Madalena Vaz Pereira de Melo, assistente desta Universidade — concedida dispensa de serviço docente, durante o ano lectivo de 1997-1998.

Por despachos do vice-reitor da Universidade de Évora de 8 de Agosto de 1997, ao abrigo da competência delegada:

Concedida dispensa de serviço docente:

Ao mestre Domingos Afonso Braga, assistente desta Universidade — durante o ano lectivo de 1997-1998.

À licenciada Maria Leonor Marques Pereira Martins de Oliveira, assistente desta Universidade — no 1.º semestre do ano lectivo de 1997-1998.

22 de Agosto de 1997. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Farmácia

Contrato (extracto) n.º 455/97. — Por despacho do vice-reitor de 14 de Fevereiro de 1997, proferido por delegação do reitor:

Licenciada Ana Francisca de Campos Simão Bettencourt Rodrigues — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente estagiária, além do quadro de pessoal docente desta Faculdade, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a 17 de Fevereiro de 1997, considerando-se rescindido o contrato anterior. (Visto do Tribunal de Contas de 5 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

Por despacho do vice-reitor de 14 de Fevereiro de 1997, proferido por delegação do reitor:

Licenciado Nuno Filipe da Rocha Guerreiro de Oliveira — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente estagiário, além do quadro de pessoal docente desta Faculdade, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a 17 de Fevereiro de 1997. (Visto do Tribunal de Contas de 5 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

Por despacho do vice-reitor de 7 de Março de 1997, proferido por delegação do reitor:

Licenciada Cristina Maria Leitão de Carvalho — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente estagiária, além do quadro de pessoal docente desta Faculdade, em regime de substituição temporária, no âmbito do PRODEP, acção 5.2, por conveniência urgente de serviço, por um período de um ano, renovável tacitamente por iguais períodos até três anos, caducando com o regresso do titular do cargo, com efeitos a 7 de Março de 1997. (Visto do Tribunal de Contas de 5 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

Por despacho do vice-reitor de 24 de Março de 1997, proferido por delegação do reitor:

Licenciada Célia Maria Cardona Faustino — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente estagiária, além do quadro de pessoal docente desta Faculdade, em regime de substituição temporária, no âmbito do PRODEP, acção 5.2, por conveniência urgente de serviço, por um período de um ano, renovável tacitamente por iguais períodos até três anos, caducando com o regresso do titular do cargo, com efeitos a 24 de Março de 1997. (Visto do Tribunal de Contas de 5 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

Por despacho do vice-reitor de 14 de Abril de 1997, proferido por delegação do reitor:

Licenciada Isabel Maria Delgado Jana Marrucho Ferreira — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente estagiária, além do quadro de pessoal docente desta Faculdade, em regime de substituição temporária, no âmbito do PRODEP, acção 5.2, por conveniência urgente de serviço, por um período de um ano, renovável tacitamente por iguais períodos até três anos, caducando com o regresso do titular do cargo, com efeitos a 14 de Abril de 1997. (Visto do Tribunal de Contas de 5 de Agosto de 1997. São devidos emolumentos.)

22 de Agosto de 1997. — A Chefe de Repartição, *Gracinda Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 7205/97 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 21 de Julho de 1997, proferido por delegação do reitor:

Licenciada Ana Bela Fernandes Santana, assistente estagiária além do quadro de pessoal docente desta Faculdade — prorrogado o contrato até à conclusão do mestrado, com efeitos a 15 de Outubro de 1997.

Por despacho do vice-reitor de 21 de Julho de 1997, proferido por delegação do reitor:

Licenciado António José Infante Alfaia, assistente estagiário além do quadro de pessoal docente desta Faculdade — prorrogado o contrato até à conclusão do mestrado, com efeitos a 15 de Outubro de 1997.

Por despacho do vice-reitor de 23 de Julho de 1997, proferido por delegação do reitor:

Licenciada Emília Alice dos Reis Torroaes Valente, assistente estagiária além do quadro de pessoal docente desta Faculdade — prorrogado o contrato até à conclusão do mestrado, com efeitos a 15 de Outubro de 1997.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 1997. — A Chefe de Repartição, *Gracinda Gonçalves*.

Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana

Aviso n.º 6060/97 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que, por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 23 de Julho de 1997, proferido por delegação de competências, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para preenchimento de um lugar de chefe de secção do quadro de pessoal do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana, constante no mapa anexo à Portaria n.º 784/89, de 8 de Setembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 207, de 8 de Setembro de 1989.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga referida, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao chefe de secção orientar, coordenar e supervisionar as actividades desenvolvidas na secção, designadamente nos domínios da contabilidade, património, inventário, pessoal, expediente e arquivo, cumprindo os objectivos do n.º 4 do artigo 12.º dos Estatutos do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana.

4 — Local de trabalho — Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana, Rua do Instituto Bacteriológico, 1, 1150 Lisboa.

5 — Vencimento e condições de trabalho — o lugar a prover é remunerado pelo índice da respectiva categoria referenciado na escala salarial constante no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 109/96, de 1 de Agosto, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários de Administração Pública.

6 — São requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

- a) Satisfazer as condições estabelecidas nos artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto;
- b) Ser oficial administrativo principal ou tesoureiro posicionado no 2.º escalão remuneratório ou superior.

7 — Os métodos de selecção a utilizar são os seguintes:

- a) Avaliação curricular (1.ª fase), que incidirá sobre as aptidões profissionais dos candidatos, ponderando-se, para o efeito, a habilitação académica de base, a classificação de serviço, a formação, a qualificação e a experiência profissionais;
- b) Entrevista profissional de selecção (2.ª fase), que terá por fim avaliar numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo apreciados e ponderados os seguintes factores:

- 1) Aptidão profissional do candidato;
- 2) Sentido de responsabilidade;
- 3) Motivação para a mudança;
- 4) Capacidade de exposição e expressão verbal.

7.1 — Na classificação dos candidatos adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores e a mesma classificação resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas nas fases de selecção realizadas.

8 — O presente concurso rege-se pelas disposições legais previstas nos Decretos-Leis n.ºs 498/88, de 30 de Dezembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, 109/96, de 1 de Agosto, 248/85, de 15 de Julho, 265/88, de 28 de Julho, 215/95, de 22 de Agosto.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana, entregue em mão na Secção de Pessoal do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana, Rua do Instituto Bacteriológico, 1, 1150 Lisboa, ou remetido pelo correio com aviso de recepção, devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais (acções de formação e outras);
- d) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata e menção expressa

da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria, na carreira correspondente à categoria e na função pública;

- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

10 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
- Certificado de habilitações literárias;
- Declaração emitida pelo serviço ou organismo onde o concorrente prestar serviço, especificando inequivocamente os elementos a que alude a alínea d) do n.º 9 do presente aviso;
- Fotocópia das fichas de notação das classificações de serviço obtidas em cada um dos últimos três anos;
- Certificados, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação da entidade que as promoveu, períodos em que as mesmas decorreram e respectiva duração.

11 — É dispensada a apresentação do documento referido na alínea b) do número anterior desde que o candidato declare no requerimento de admissão ao concurso, sob compromisso de honra, ser detentor das habilitações literárias que invoca.

12 — Os candidatos que prestam serviço no Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existam nos respectivos processos individuais.

13 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a quaisquer candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

14 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

15 — A composição do júri do concurso é a seguinte:

Presidente — Doutor Gustavo José Corrêa Neves Nobre, director do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana da Universidade de Lisboa.

Vogais efectivos:

Licenciado João Ricardo Carvalho de Sousa e Maria Salomé Morais Rodrigues de Menezes Martins, respectivamente, chefe de serviço médico e chefe de repartição do quadro do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana da Universidade de Lisboa.

Vogais suplentes:

Maria Virgínia Neto Trindade Sequeira de Sousa e licenciada Juvenália Pontes Coelho Borges, respectivamente, chefe de secção e assessora principal do quadro do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana da Universidade de Lisboa.

16 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

5 de Agosto de 1997. — O Director, *Gustavo Nobre*.

UNIVERSIDADE DO MINHO

Reitoria

Despacho n.º 7206/97 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 8.º da Resolução SU-16/96, sob proposta do conselho académico, determino:

1 — É aprovado o elenco de disciplinas e o mapa de organização do plano de estudos do curso de especialização em Qualidade Ambiental, anexos a este despacho.

2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no 1.º semestre do ano lectivo de 1997-1998.

1 de Agosto de 1997. — O Reitor, *Sérgio Machado dos Santos*.

Curso de especialização em Qualidade Ambiental

Plano de estudos

Semestre	Área científica	Disciplinas	Número de horas					Unidades de crédito
			T	TP	P	S	Total	
1.º	B F CT Q	Ecologia Aplicada	2		2		4	3,0
		Física Ambiental	2	1			3	2,5
		Geologia Ambiental	2		2		4	3,0
		Química Ambiental	2	1			3	2,5
2.º	CA CA CA CA	Temas Actuais de Ciências do Ambiente	1	2			3	2,5
		Opção I	2		2		4	3,0
		Opção II	2		2		4	3,0
		Opção III				3	3	1,5
		Total						21

Disciplinas de opção

Opção I e II		Opção III	
Área científica	Disciplinas	Área científica	Disciplinas
CA	Microbiologia Ambiental.	CA	Temas de Investigação em Biologia Ambiental.
CA	Recursos Biológicos e sua Conservação.	CA	Temas de Investigação em Física Ambiental.
CA	Recursos Geológicos e sua Utilização.	CA	Temas de Investigação em Geologia Ambiental.
CA	Geoquímica Ambiental.	CA	Temas de Investigação em Química Ambiental.
CA	Transformações Energéticas.		
CA	Espectroscopias e Outras Técnicas de Análise.		
CA	Química da Poluição.		
CA	Qualidade Química da Água.		

Legenda (áreas científicas):

B — Biologia;
CT — Ciências da Terra;
F — Física;
Q — Química;
CA — Ciências do Ambiente.

Elenco de disciplinas

Área científica/disciplinas	Unidades de crédito
Biologia:	
Ecologia Aplicada	3,0
Física:	
Física Ambiental	2,5

Área científica/disciplinas	Unidades de crédito	Área científica/disciplinas	Unidades de crédito
Ciências da Terra:		Química da Poluição.	
Geologia Ambiental	3,0	Qualidade Química da Água.	
Química:		Temas de Investigação em Biologia Ambiental.	
Química Ambiental	2,5	Temas de Investigação em Física Ambiental.	
Ciências do Ambiente:		Temas de Investigação em Geologia Ambiental.	
Temas Actuais de Ciências do Ambiente	10	Temas de Investigação em Química Ambiental.	
		<i>Total</i>	21
Opções		Despacho n.º 7207/97 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 8.º da Resolução SU-16/96, sob proposta do conselho académico, determino:	
Ciências do Ambiente:			
Microbiologia Ambiental.		1 — É aprovado o elenco de disciplinas e o mapa de organização do plano de estudos do curso de especialização em Ensino de Ciências do Ambiente, anexos a este despacho.	
Recursos Biológicos e sua Conservação.		2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no 1.º semestre do ano lectivo de 1997-1998.	
Recursos Geológicos e sua Utilização.			
Geoquímica Ambiental.			
Transformações Energéticas.			
Espectroscopias e Outras Técnicas de Análise.			

4 de Agosto de 1997. — O Reitor, *Sérgio Machado dos Santos*.

Curso de especialização em Ensino de Ciências do Ambiente

Plano de estudos

Semestres	Área científica	Disciplinas	Número de horas					Unidades de crédito
			T	TP	P	S	Total	
1.º	B F CT Q	Ecologia Aplicada	2		2		4	3,0
		Física Ambiental	2	1			3	2,5
		Geologia Ambiental	2		2		4	3,0
		Química Ambiental	2	1			3	2,5
2.º	CE CA CA/CE CA/CE	Metodologia do Ensino das Ciências do Ambiente	2		2		4	3,0
		Temas Actuais de Ciências do Ambiente	1	2			3	2,5
		Opção I	2		2		4	3,0
		Opção II				3	3	1,5
		<i>Total</i>						21

Disciplinas de opção

Opção I		Opção II	
Área científica	Disciplinas	Área científica	Disciplinas
CA	Microbiologia Ambiental.	CA	Temas de Investigação em Biologia Ambiental.
CA	Recursos Biológicos e sua Conservação.	CA	Temas de Investigação em Física Ambiental.
CA	Recursos Geológicos e sua Utilização.	CA	Temas de Investigação em Geologia Ambiental.
CA	Geoquímica Ambiental.	CA	Temas de Investigação em Química Ambiental.
CA	Transformações Energéticas.	CE	Temas de Investigação no Ensino das Ciências do Ambiente.
CA	Espectroscopias e Outras Técnicas de Análise.		
CA	Química da Poluição.		
CA	Qualidade Química da Água.		
CA	Tratamento de Águas e Esgotos.		
CA	Qualidade do Ar.		
CA	Segurança e Protecção Ambiental.		
CA	Gestão da Qualidade do Ambiente.		
CE	Temas de Ciências-Tecnologia-Sociedade.		
CE	Temas de Educação Ambiental.		
CE	Psicologia da Educação.		
CE	Tecnologia Educativa.		

Legenda (áreas científicas):

B — Biologia.
CT — Ciências da Terra.
F — Física.
Q — Química.
CA — Ciências do Ambiente.
CE — Ciências da Educação.

Elenco de disciplinas

Área científica/disciplinas	Unidades de crédito
Biologia:	
Ecologia Aplicada	3,0
Física:	
Física Ambiental	2,5
Ciências da Terra:	
Geologia Ambiental	3,0
Química:	
Química Ambiental	2,5
Ciências de Educação:	
Metodologia do Ensino das Ciências do Ambiente	3,0

Área científica/disciplinas	Unidades de crédito
Ciências do Ambiente:	
Temas Actuais de Ciências do Ambiente	2,5
Ciências do Ambiente/Ciências da Educação:	
Opções	4,5
<i>Total</i>	21

Rectificação n.º 918/97. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 19 de Agosto de 1997, o aviso n.º 5204/97, de novo se publica:

«Por despacho do vice-reitor da Universidade do Minho de 31 de Julho de 1997, proferido por delegação do reitor:

Designados nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 388/70, de 18 de Agosto, para fazerem parte do júri das provas de doutoramento em História, área de conhecimento de Idade Média, requeridas pela mestre Maria da Conceição Falcão Ferreira, os seguintes professores:

Presidente — Reitor da Universidade do Minho.

Vogais:

Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Doutor Humberto Baquero Moreno, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutor José Mattoso, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutora Iria Gonçalves, professora associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Abílio Lima de Carvalho, professor catedrático do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Doutora Maria Manuela dos Reis Martins, professora catedrática do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Doutora Ana Maria Seabra Rodrigues, professora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.»

22 de Agosto de 1997. — O Reitor, *Sérgio Machado dos Santos*.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 912\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.incm.pt> • Correio electrónico: dco@incm.pt • Linha azul: 0808 200 110



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NÚMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex
Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250 Lisboa
Telef. (01)397 30 35/(01)397 47 68 Fax (01)396 94 33
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050 Lisboa
Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000 Lisboa
Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07 Fax (01)353 02 94
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050 Porto
Telef. (02)31 92 06/(02)31 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000 Coimbra
Telef. (039)2 69 02 Fax (039)3 26 30